

Mestranda: Zilda Alves de Moura

Cativos nas terras dos pantanais:

Escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos 18 e 19

Passo Fundo/RS, junho de 2007

Mestranda: Zilda Alves de Moura

Cativos nas terras dos pantanais:

Escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos 18 e 19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção de grau de Mestre em História sob a orientação do prof. dr. Mário Maestri.

Passo Fundo
2007

Dedico este trabalho para o
resistente povo negro brasileiro.

Ao meu incansável orientador Mário Maestri:
dedicado estudioso das causas do afro-brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Acredito que na vida ninguém triunfa sozinho, assim, agradeço aos amigos e a todos que colaboraram para realização deste trabalho:

Alfeo Prandel

Dr^a Alisolete Antônia dos Santos Weingartner

Amauri Augusto da Silva – IDATERRA

Ângela Maria Ramos

Deise Maurmann Poletto - PPGH/UPF

Dr^a Dolores Pereira Ribeiro – UCDB

Elizette Scorsatto Ortiz

Fátima Chelis – IDATERRA

Fernando Alves de Moura

Dr. Fernando Camargo – Coordenador PPGH/UPF (membro da banca)

Helen Scorsatto Ortiz

Laucídio Francisco de Oliveira – Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá

Lira Dequech – Arquivo Público Estadual/MS

Luiz Álvaro Dias – NDHIR/UFMT

Luzinete Xavier de Lima – Arquivo Público de Mato Grosso

Dr^a Maria do Carmo Brazil – co-orientadora/UFGD

Dr. Mário Maestri - orientador

Oswaldo Florencio (Wadico)

Ricardo Souza da Silva

Roseli Delgado Alves – Arquivo Público de Mato Grosso

Sandra Mara Barquete

Silmíria de Lima Pinheiro – Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá

Sionei Ricardo Leão

Vilma Sabóia – UFMS-Corumbá

Yolanda Victorio da Silva – Câmara Municipal de Corumbá

Zuleide Alves de Moura

RESUMO

“Cativos nas terras dos pantanais” é um estudo sobre a utilização da mão-de-obra escravizada de africanos ou seus descendentes, em localidades do sul de Mato Grosso nos séculos 18 e 19. Desde o início da formação de pequenos vilarejos, os negros foram *o alicerce* para o desenvolvimento da região. Esses trabalhadores eram os principais responsáveis pelo desbravamento daquelas áreas: derrubadas de matas, construção de moradias, plantios de roças, lida com animais, etc. Distantes das minas auríferas da região cuiabana, os pequenos povoados do Pantanal sul praticavam uma economia local, voltada sobretudo para os meios de subsistência. Assim, literaturas e crônicas do período estudado, ao registrar a presença dos primeiros moradores locais, contam que estes ali chegaram com seus “escravos”. Os negros, escravizados ou não, também foram utilizados como “Voluntários da Pátria” na Guerra contra o Paraguai. O presente trabalho traz, ainda, um capítulo sobre a feitorização das comunidades nativas do Mato Grosso nos séculos 18 e 19.

Palavras-chave: escravos, nativos, índios, negros na Guerra contra o Paraguai.

ABSTRACT

“Captives in the Pantanal’s land” is a study about the exploitation of the African slaves and their ancestries, in many places in the south of Mato Grosso, during the period of the 18th and 19th centuries. Since the beginning of the formation of small villages, the black slaves were the basis and the foundation for the region’s development. These workers were the most important elements of the frontier expansion of those areas: the clearing up of the forest, the construction of houses, the plantations, the taking care of domestic animals and so forth. Far from the gold mines of the region of Cuiabá, the small settlements of the south of Pantanal, developed a local economy, directed mainly to its own subsistence. Thus, the writings and cronicals of this studied period, as it recorded the presence of the first local inhabitants, registered that they arrived to these places with their “slaves”. The blacks, slaves or not, were also used as the so called “Country’s Volunteers” during the Paraguayan War. Furthermore, this work presents a chapter about the submission of the native communities of Mato Grosso in the 18th and 19th centuries.

Key words: slaves, natives, Indians, blacks in the Paraguayan War.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: “Ataques indígenas”	73
Quadro 2: “Mapa dos Africanos Livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso – janeiro de 1853”	106
Quadro 3: “Mapa dos Africanos Livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso – outubro de 1853”	107
Quadro 4: “Mapa dos Africanos Livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - novembro de 1855”	108
Quadro 5: “Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso – novembro de 1855”	108
Quadro 6: “Mapa dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso – março de 1859”	109
Quadro 7: “Mapa dos filhos do Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso – março de 1859”	110
Quadro 8: “Nascimento e batismo de filhos de Africanos Livres que trabalhavam na Sociedade de Mineração do Paraguai da Província de Mato Grosso”	112
Quadro 9: “Nomes, origens e idades dos trabalhadores Africanos Livres empregados na Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso”	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: “Características dos pantanais mato-grossenses”.....	15
Tabela 2: “Balancetes da receita da Câmara Municipal de Corumbá”.....	141
Tabela 3: “Declaração de averbação de escravos de Firmiano F. Cândido”.....	142
Tabela 4: “Relação dos escravos residentes em Corumbá não matriculados”.....	144
Tabela 5: “Relação dos filhos de mulheres escravizadas não matriculadas”.....	145
Tabela 6: “Lista de cativos em documentos de hipotecas, compras e vendas”.....	147
Tabela 7: “Cativos relacionados na “carta de liberdade” concedida por José G. Leal”.....	152
Tabela 8: “Recibos de compra e venda de cativos em Santana do Paranaíba - 1866”.....	154
Tabela 9: “Recibos de compra e venda de cativos em Santana do Paranaíba – 1867”.....	155
Tabela 10: “Relação de cativos relacionados em carta de liberdade do pe. Fleury”.....	158
Tabela 11: “Mapa da população escravizada em Santana do Paranaíba – 1882”.....	160
Tabela 12: “Carta de liberdade, compra e venda de cativos em Nioaque”.....	163
Tabela 13: “Compra e venda de cativos na vila de Miranda – 1878-1884”.....	166
Tabela 14: “Relação de cativos que receberam liberdade em Miranda”.....	168
Tabela 15: “Relação de cativos classificados para receberem liberdade - Miranda”...	169
Tabela 16: “Trabalhadores escravizados na fazenda Camapuã”.....	173
Tabela 17: “Relação dos escravos pertencentes à Nação no Arsenal de Cuiabá”.....	195
Tabela 18: “Comunidades negras urbanas e rurais do Estado do Mato Grosso do sul”.....	219

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: “ Pantanais mato-grossenses”.....	14
Mapa 2: “Rota do tráfico dos trabalhadores escravizados”.....	88
Mapa 3: “Comunidades negras no sul de Mato Grosso”.....	220

LISTA DE ANEXOS

Anexos 1 e 2: “Africanos Livres da Sociedade de Mineração – fevereiro de 1853”.....	252
Anexos 3 e 4: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – março de 1853”.....	253
Anexos 5 e 6: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – maio de 1853”.....	254
Anexos 7 e 8: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – dezembro de 1854”....	255
Anexos 9 e 10: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – janeiro de 1855”.....	256
Anexos 11 e 12: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – março de 1855”.....	257
Anexos 13 e 14: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – abril de 1855”.....	258
Anexos 15 e 16: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – maio de 1855”.....	259
Anexos 17 e 18: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – junho de 1855”.....	260
Anexos 19 e 20: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – julho de 1855”.....	261
Anexos 21 e 22: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – outubro de 1855”....	262
Anexo 23: “Ofício do guarda dos Africanos Livres ao presidente de Mato Grosso”...263	
Anexos 24 e 25: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – maio de 1859”.....	264
Anexos 26 e 27: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – janeiro de 1860”....	265
Anexos 28 e 29: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – janeiro de 1860”.....	266
Anexos 30 e 31: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – fevereiro de 1860”..	267
Anexos 32 e 33: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – fevereiro de 1860”..	268
Anexo 34 e 35: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – março de 1860”.....	269
Anexos 36 e 37: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – março de 1860”....	270
Anexo 38 e 39: “Ofícios do Guarda dos Africanos Livres ao presidente de Mato Grosso”..	271
Anexos 40, 41 e 42: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – maio de 1860”..	272
Anexos 43 e 44: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – junho de 1860”.....	273
Anexos 45 e 46: “Ofícios do Guarda dos Africanos Livres ao presidente de Mato Grosso”	274
Anexos 47 e 48: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – agosto de 1860”.....	275
Anexos 49 e 50: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – setembro de 1860”..	276
Anexos 51 e 52: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – outubro de 1860”....	277
Anexos 53 e 54: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – novembro de 1860”	278
Anexos 55 e 56: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – novembro de 1860”	279
Anexos 57 e 58: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – dezembro de 1860”	280
Anexo 59: “Africanos livres da Sociedade de Mineração – dezembro de 1860”.....	281
Anexo 60: “Classificação de cativos a serem libertos – Mato Grosso- 1877”.....	282
Anexo 61: “Revogação de carta de liberdade concedida por José Garcia Leal”.....	291
Anexo 62: “Classificação de cativos a serem libertos – Santana do Paranaíba – 1874”....	292
Anexo 63: “Carta de liberdade aos cativos do pe. Fleury”.....	297

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

SEEMT - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

Resumo.....	05
Lista de quadros	07
Lista de tabelas.....	08
Lista de mapas.....	09
Lista de anexos.....	10
Lista de abreviaturas e siglas	11
Introdução	13
I Capítulo: Escravidão na historiografia sul mato-grossense: fragmentos e ausências...18	
II Capítulo: Exploração do trabalho indígena.....	47
III Capítulo: Primeiros africanos escravizados no Brasil	74
IV Capítulo: Africanos Livres.....	103
V Capítulo: Cativos dos pantanais	122
VI Capítulo: Cativos do sertão.....	150
VII Capítulo: Participação dos negros na Guerra do Paraguai.....	176
VIII Capítulo: Castigos, fugas, liberdades	196
Considerações finais	232
Fontes e Bibliografia.....	235
Anexos.....	252

INTRODUÇÃO

Com a pretensão de situar o leitor sobre o que seriam essas “terras e pantanais”, onde nos séculos 18 e 19, o trabalhador escravizado foi o meu foco, realizo ligeiro resumo informativo. A região constituía a parte meridional do Estado do Mato Grosso do qual foi desmembrado por lei complementar de 1977. Pelo Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494), a área pertencia à Espanha. No sul do Mato Grosso, os jesuítas criaram os primeiros núcleos missionários a serviço dos espanhóis, de onde foram expulsos pelos bandeirantes paulistas em 1680. Em 1718, a descoberta do ouro acelerou o povoamento da região. Em 1748, para garantir a nova fronteira, Portugal criou a Capitania de Mato Grosso e lá construiu um bem montado sistema de defesa.

Na presente pesquisa, muitos são os relatos sobre a *região pantaneira*. A historiadora Maria de Fátima Costa, em *História de um país inexistente*, de 1999, escreveu que “*Pantanal* não é simplesmente sinônimo de pântano, terreno brejoso”, é mais do que isso, “uma vasta região geográfica que constitui um grande sistema ecológico: suas dimensões são definidas pelas características geológicas e geomorfológicas que produzem a hidrologia, a fauna, a flora e o conjunto climático. Sua maior característica é ser um espaço alagável, sujeito a sazonalidade imposta pelo ritmo das águas durante sua cheias e secas”.¹

Para o engenheiro Jorge Adámoli, a área conhecida como Pantanal tem o rio Paraguai como sua principal vertente e corresponde a uma extensa planície inundável, cuja dimensão varia entre 140 mil km² e 200 mil km², considerada o maior espaço úmido do mundo.² Conforme as pesquisas da Embrapa, graças às variações topográficas, ecológicas e à diversidade das formações vegetais, o Pantanal pode ser dividido em dez sub-regiões ou pantanais: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço,

¹ COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente*. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999. p. 20.

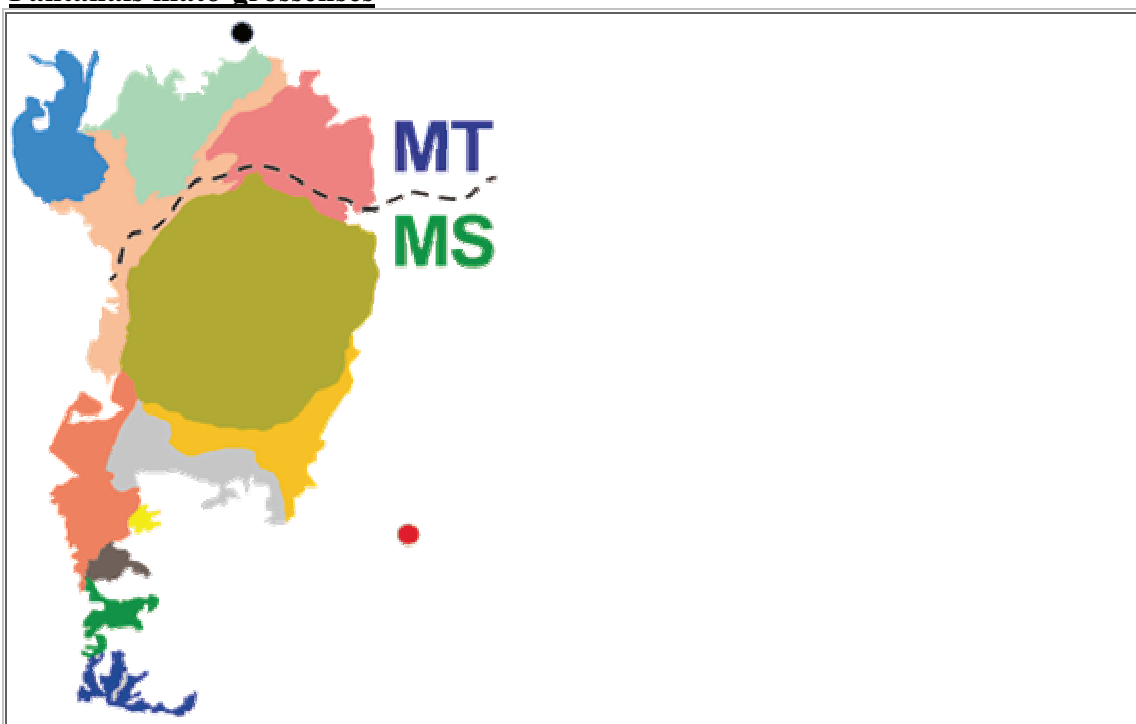
² ADÂMOLI, Jorge. “O Pantanal e suas relações fitogeográficas como os cerrados. Discussão sobre o conceito ‘Complexo do Pantanal’” - XXXII Congresso Nacional de Botânica. Teresina/PI, 1982. pp. 109-19.

Paiaguás, Nhecolândia, Paraguai, Abobral, Miranda, Aquidauna e Nabileque, sendo que o regime das cheias se manifesta com intensidade distinta nos diversos pantanais.³

Já os dados do Ministério das Minas e Energia, através do projeto RADAMBRASIL, de 1982, classificaram doze fisionomias de pantanais mato-grossenses. No Mapa 1, podem ser observadas essas regiões. Colocamos os limites estaduais, com as respectivas capitais assinaladas em preto (Cuiabá, MT) e vermelho (Campo Grande, MS).⁴ Na Tabela 1, foram registradas características dos pantanais localizados no Mapa 1.

Mapa 1

Pantanais mato-grossenses



FONTE: <http://www.brazilnature.com/pantanal/pantanais.html>. Pesquisa em 16/05/2007.

³ ADÂMOLI, Jorge. “Fisiografia do Pantanal – Vegetação do Pantanal – Subdivisão do Pantanal”. In: *Recursos forrageiros nativos do Pantanal mato-grossense*. Brasília: Embrapa/Ministério da Agricultura, 1987. pp. 15-72; BRAZIL, Maria do Carmo. “Rio Paraguai: O mar interno brasileiro – uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. p. 239. (Tese de Doutorado).

⁴ Ministério das Minas e Energia, Secretaria Geral. Projeto *RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro, 1982. V. 27-28. In: BRASIL NATURE. <http://www.brazilnature.com/pantanal/pantanais.html>. Pesquisa em 16/05/2007.

Tabela 1

Características dos pantanais mato-grossenses

Cor	Pantanal	Principais rios	Inundação	Coberturas vegetais
	Descalvado	Corixo Grande, Jauru e Paraguai	Fraca e média	Cerradão; Campo limpo.
	Poconé	Cuiabá, Bento Gomes e Paraguaizinho	Média e forte	Campo sujo; Cerradão; Floresta de Terras Baixas; Cerrado; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Semidecidual Aluvial
	Pirigara	Itiquira, São Lourenço e Cuiabá	Fraca e média	Cerradão; Campo Limpo; Campo Sujo; Cerrado
	Taquari (engloba parte do Pantanal do Paiaguás (Norte) e quase a totalidade do Pantanal da Nhecolândia (Sul))	Taquari, Piquiri, Itiquira, Cuiabá, Paraguai, Abobral e Negro	Fraca, média e forte	Cerradão; Campo Limpo; Campo Sujo; Cerrado
	Paiaguás	Paraguai e Cuiabá	Forte	Floresta Estacional Decidual Aluvial; Campo Limpo.
	Negro (Taboco a Leste e Nhecolândia a Oeste)	Negro, Abobral e Aquidauana	Fraca, média e forte	Cerrado; Campo sujo; Campo Limpo; Área de tensão entre Cerrado e Vegetação Chaqueana; Floresta Estacional Decidual Aluvial.
	Jacadigo-Nabileque	Jacadigo e Nabileque	Forte	Vegetação Chaqueana; Floresta Estacional Decidual Aluvial.
	Miranda-Aquidauana	Miranda e Aquidauana	Média	Cerrado; Campo Sujo; Campo Limpo
	Tarumã-Jibóia	Tarumã e Jibóia	Fraca	Cerrado
	Aquidabã	Aquibadã	Fraca	Cerrado
	Branco-Amonguijá	Branco e Amonguijá	Fraca	Cerrado
	Apa	Apa, Perdido	Fraca	Cerrado; Floresta Aluvial

FONTE: <http://www.brazilnature.com/pantanal/pantanais.html>. Pesquisa em 16/05/2007.

O estudo “Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul de Mato Grosso, séculos 18 e 19”, foi desenvolvido em oito capítulos. O primeiro, “Historiografia sobre a escravidão no sul de Mato Grosso: fragmentos e ausências”, constitui pequena síntese sobre obras historiográficas de autores que abordaram a escravidão negra no Mato Grosso. O segundo capítulo, “Escravidão indígena”, mostra que na região de Mato Grosso, tanto norte como sul, viviam milhares de nativos de diversas etnias. No sul de Mato Grosso: os nativos guaranis, kadiweus (guaicurús), terenas, guatós, ofayés, além de serem “preados” e levados como mão-de-obra para outras regiões do Brasil, foram explorados nas fazendas locais. Esses trabalhadores

eram os responsáveis, sobretudo, pela criação de gado e extração de ipecacuanha, seringa e erva mate. Ainda no segundo capítulo, apresento algumas manifestações de violência e coerção sofridas pelos nativos, bem como, os conflitos gerados entre explorados e exploradores.

No terceiro capítulo, “Primeiros africanos escravizados no Brasil”, exponho algumas considerações sobre o início da escravização do africano em terras brasileiras. Ao ser escravizado, tentou-se desprover o negro-africano de vontade e iniciativa próprias. E, sobretudo na condição de “escravo”, participou do processo de construção e desenvolvimento da sociedade brasileira. Até mesmo os africanos ditos “livres”, foram escravizados no Mato Grosso. No quarto capítulo, “Africanos livres”, abordo essa realidade. Africanos livres foram explorados como cativos em diversas ocupações nas regiões de Diamantino, e localidade nominada como Paraguai.

Os capítulos quinto e sexto aprofundam a reflexão sobre a exploração do negro escravizado no sul de Mato Grosso. Os trabalhadores escravizados foram também carregadores de cargas nas primeiras viagens (que se tem notícia) dos bandeirantes e monçoeiros; construtores de habitações; plantadores de roças nos sítios e fazendas emergentes; pelos criatórios de animais, atividades diversas nos engenhos, etc. Diante dos documentos analisados, podemos afirmar que o início da formação, ocupação e povoamento da região sul mato-grossense se deu, sobretudo, apoiado na exploração do trabalho escravizado.

Destaco no capítulo sétimo a participação do negro na Guerra contra o Paraguai. Como se deu a inserção do negro cativo no conflito? Quais foram suas recompensas? Essas são algumas das questões que procurei responder no mencionado capítulo. Finalmente, no capítulo oitavo, “Castigos, fugas, liberdades”, ressalto os inúmeros conflitos emergentes do sistema escravista. A dominação opressiva gerava a revolta dos cativos que aconteceu de várias formas. Por sua vez, os dominadores inquietavam-se e temiam as reações e atentados dos cativos. Por fim, trato, ainda, da maneira que se deu a Abolição da submissão desses cativos em algumas regiões do Mato Grosso.

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo e quantitativo, consistindo em levantamento e análise de documentos primários: cartas de liberdade, escrituras, ofícios e correspondências oficiais, relatórios, processos criminais, textos jornalísticos e inventários, arquivados no Arquivo Público de Mato Grosso, Arquivo da Câmara de Vereadores de Corumbá, Arquivo do Tribunal de Justiça de Campo Grande, Arquivo do Conselho Ultramarino/Lisboa, Arquivo dos Cartórios Corumbá, Miranda, Nioaque,

Santana do Paranaíba. A revisão bibliográfica foi fundamental para o suporte teórico da pesquisa. Além das obras clássicas de história do Brasil, consulte a produção historiográfica e memorialista mato-grossense e a literatura dos viajantes que visitaram a Capitania de Mato Grosso.

Como veremos, narrativas, correspondências, relatos de viagens, documentações judiciais, etc., dentre outras informações, referiam sobre personagens, cenários de ações e relações sociais e econômicas da região estudada. Embora fonte de excepcional valor, essa documentação é caracterizada por sua determinação social e ideológica, constituindo registro de julgamentos de valor dos fatos narrados a partir das visões dos segmentos sociais dominantes da época. Diante disso, fiz *desconstrução* das narrativas tradicionais sobre as classes subalternizadas e exploradas, reconstruindo o cotidiano, o trabalho e as resistências sociais dos trabalhadores escravizados no período proposto.

Realizei pontuação e atualização gráfica de muitas citações para melhor compreensão do texto.

**ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA SUL MATO-GROSSENSE:
FRAGMENTOS E AUSÊNCIAS**

No Brasil, diversos intelectuais, com diferentes concepções metodológicas e ideológicas, têm estudado a história da instituição escravista brasileira. Estudiosos têm debatido e analisado a organização do trabalho, a vida dos trabalhadores escravizados, as relações sociais escravistas e suas transformações. Estudos foram aprofundados, apresentando as mais variadas análises para o avanço e conhecimento da escravidão no Brasil. São obras conhecidas que, em geral, abordam a formação social brasileira a partir da ação do cativo ou como produto de uma convergência entre escravizadores e escravizados. Dentre esses estudiosos, entre outros, destacam-se: Agostinho M. Perdigão Malheiro, Alexander Marchant, Arthur Ramos, Benjamin Péret, Clóvis Moura, Édison Carneiro, Emília Viotti, Flávio dos Santos Gomes, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Jacob Gorender, João José Reis, Kátia Mattoso, Manuel Querino, Manolo Florentino, Maria Helena Machado, Mário Maestri, Nina Rodrigues, Octávio Ianni, Roger Bastide, Robert Conrad, Robert Slenes, Ronaldo Vainfas.⁵ Sem desmerecer o debate teórico, deixo de detalhar as obras dos citados autores por se tratarem de análises

⁵ MALHEIRO, A. M. Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*; MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*; RAMOS, Arthur. *Aculturação negra no Brasil*; _____. *Aspectos ideológicos da escravidão*; _____. *Rebeldia escrava e historiografia*; PÉRET, Benjamin. *O quilombo dos Palmares*; MOURA, Clóvis. *Quilombos e rebelião negra*; _____. *Rebeliões da senzala*; _____. *O negro: de bom escravo a mau cidadão*; CARNEIRO, Édison. *O quilombo de Palmares*; _____. *Ladinos e crioulos*; COSTA, Emília V. *Da senzala à colônia*; GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*; _____. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*; _____. *Branços e negros em São Paulo*; FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*; _____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*; _____. *Ordem e progresso*; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*; _____. *A escravidão reabilitada*; REIS, João José. [org]. *Liberdade por um fio*; _____. *Escravidão & invenção da liberdade*; MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*; QUERINO, Manuel Raimundo. *O colono preto como fator de civilização brasileira*; _____. *A raça africana e seus costumes*; FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*; MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas: 1830-1888*; MAESTRI, Mário. *Servidão negra*; _____. *Senhores do litoral*; RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*; IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*; _____. *Escravidão e racismo*; BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*; _____. *Estudos afro-brasileiros*; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. _____. *Tumbeiros o tráfico de escravos no Brasil*; SLENES, Robert. *Lares negros, olhares brancos: história da família escrava no século XIX*; VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*.

amplamente estudadas e pela necessidade de apresentar discussão que se refira diretamente à história da escravidão no sul de Mato Grosso, que é o escopo de nosso trabalho.

A história de um povo, de uma nação ou mesmo de um pequeno vilarejo, pode permanecer esquecida, por ignorância ou ausência de registros oficiais de seus habitantes, mas jamais apagada. Buscada mesmo, tardiamente, a verdade histórica acaba por despertar, iluminando o que permanecia nas sombras. Ao pesquisar a história do atual Estado do Mato Grosso do Sul, nota-se indiscutível desinteresse pelo estudo de seu passado escravista, embora as teorias e imagens do passado não pareçam totalmente eliminadas. Isso se retrata na raríssima produção acadêmica no Estado sobre o passado dos africanos e nativos escravizados. Mesmo não havendo mais espaço no mundo científico para teorias como as de Gobineau, ainda permanece na sociedade visões e preconceitos sociais que se expressam na historiografia. E esse *desinteresse* sobre o tema em questão, esse ato de manter um passado adormecido não representa expressões conscientes, semi-conscientes ou inconscientes da discriminação de realidade étnica e social?

Além de leituras das principais obras sobre a escravidão no Brasil, realizei minucioso estudo das pesquisas já elaboradas sobre o tema no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na revisão historiográfica, constatei que a escravidão no Mato Grosso do Sul foi estudada insuficientemente. Sobre o tema, historiadores e pesquisadores mantiveram seu foco na história da escravidão da região norte do Mato Grosso. Rendendo minha homenagem aos pioneiros que abordaram o tema no que se refere ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, realizo resumo sintético de cada uma dessas obras, para tornar mais conhecidas essas reflexões e discutir questões que considero fundamentais para o entendimento da história do Mato Grosso do Sul, sob uma ótica do mundo do trabalho. Em um segundo momento, procurarei dar minha contribuição ao conhecimento da história da escravidão no sul de Mato Grosso.

“Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre”

Em *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre*, de 1984, a historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo abordou pioneiramente a questão da mão-de-obra cativa no Estado de Mato Grosso, ao trabalhar tema quase ignorado à época, em dissertação no

mestrado desenvolvida na Universidade Católica de São Paulo.⁶ A preocupação inicial da autora foi estudar como se processava a utilização da mão-de-obra escravizada no Mato Grosso. No entanto, ao longo da sua pesquisa, ao empreender abordagem da atividade econômica mercantil mato-grossense, analisou simultaneamente as forças de trabalho escravizada e livre, concluindo que o capital mercantil necessitava criar um mercado de trabalho livre para poder produzir para a exportação.

Servindo-se de documentos como inventários, ofícios diversos, processos criminais, livros de compra e venda de cativos, etc., a historiadora pesquisou o período de 1850 a 1888. Segundo suas análises, graças à abolição do tráfico negreiro internacional, em 1850, ocorreu a escassez e a conseqüente elevação no preço da mão-de-obra escrava, obrigando a adoção de novas alternativas de trabalho. Essa realidade necessitava que as formações sociais reorganizassem a sua economia frente às novas exigências internas e externas, principalmente com a iminência da abolição da escravidão.⁷

Segundo Lúcia Helena Aleixo, o ouro descoberto nas minas de Cuiabá, no período colonial, propiciou a formação de uma economia mercantil alicerçada na escravidão. Quando houve o declínio da mineração, os que haviam se dedicado sobretudo ao comércio, acumularam capital-dinheiro e recorreram a outras atividades produtivas: “[...] comerciantes buscaram intensificar a produção, que visava à realização de lucros no mercado, diversificando a atividade mercantil. Para tanto, adotaram como alternativa básica a lavoura da cana-de-açúcar, a criação de gado e a extração”.⁸

Lúcia Helena Aleixo explicou que, no período 1722-1822, a economia mato-grossense articulou-se como economia subsidiária ao setor exportador de vital importância. O povoamento da capitania apoiou-se em duas formas básicas de ocupação: a penetração mineira e a defesa militar. As notícias sobre as descobertas do ouro próximas a Cuiabá atraíram população que penetrou nas terras mato-grossenses, alargando os domínios de Portugal. O povoamento definitivo deu-se a partir de 1722, quando o sorocabano Miguel Sutil descobriu novas minas nas encostas do morro do Rosário, às margens do córrego Prainha. Os morros do Rosário e do Bom Despacho

⁶ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre - (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1984.

⁷ Id., ib., p. 20.

⁸ Id., ib., p. 23.

eram elevações íngremes e rudes que impediam o avanço do povoamento da região cuiabana.⁹

Sentindo-se incomodados pela vizinhança castelhana, os portugueses viram-se obrigados a defenderem suas fronteiras. A autora lembra que, “em não poucas ocasiões, os espanhóis procuraram alargar a sua ocupação territorial em direção à América portuguesa, tentando deter a penetração dos portugueses nas áreas do Mato Grosso e Pará”.¹⁰ Lúcia Aleixo salienta ainda que o Mato Grosso materializava os propósitos da economia mercantil metropolitana, ao exportar produtos coloniais, sobretudo o ouro, e ao importar manufaturados, gerando altos lucros para Portugal.¹¹

A extração do ouro era trabalho penoso, difícil e árduo. Lúcia Helena Aleixo destaca que nas escavações era necessário contato contínuo com a água, o que ocasionava rápido extermínio dos trabalhadores escravizados. Os cativos que sobreviviam, tinham que se submeter às violências do feitor. Na exploração do diamante, utilizavam-se diferentes técnicas. Em uma delas, o trabalhador entrava no rio, onde buscava, no leito, o cascalho, que, levado à superfície, era lavado. No entanto, a maneira mais usual consistia no desvio das águas do leito dos rios de pequena profundidade, para que fosse possível o exame do cascalho. As febres mantinham os proprietários afastados dos garimpos. “Por isso, perdiam o controle sobre a quantidade de diamante ou de ouro encontrada pelo escravo. Uma forma de exercer a fiscalização sobre o escravo foi o sistema de entrega semanal da quantia de diamantes estipulada pelo proprietário.”¹²

Aleixo mostrou a presença dos comboeiros, negociantes estabelecidos nas lavras, e dos mascates, no comércio ambulante de mercadorias e trabalhadores escravizados. Esses tipos humanos contribuíram para que os produtos fossem distribuídos, na medida que “realizavam um comércio regular nas mais distantes e isoladas lavras e arraiais”. Vendiam-se de tudo: adornos, alimentos, cristais, drogas de grande variedade, louças, papéis, pregos, tecidos, utensílios de trabalho, utilidades domésticas – objetos importados da Europa e do Oriente pela Cia. do Grão-Pará e Maranhão. Da África, vinham os trabalhadores escravizados. Aleixo destaca que para “a viagem de volta, as monções já não tinham variedades de mercadorias. Somente o

⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993. p. 27.

¹⁰ ALEIXO. *Mato Grosso* [...]. Ob. Cit p. 24.

¹¹ Id., ib. pp. 25-6.

¹² Id., ib. p. 42

ouro era a carga mais valiosa”.¹³ Segundo ela, o braço escravizado teria apoiado grande parte da engrenagem da economia mercantil colonial, que acabou “funcionando, também, como elemento responsável pela acumulação primitiva. Em Mato Grosso, o braço escravo estava dentro do plano da economia colonial, cujo objetivo era atender a demanda da exploração de grande interesse para Portugal”.¹⁴

Com a diminuição do ouro, a Capitania passou a dedicar-se a outras atividades mercantis, com destaque para a criação e plantação que foram, a partir de então, responsáveis pelos principais produtos de exportação da província: o couro, a aguardente e o açúcar.¹⁵ Também nas lavouras, a mão-de-obra escravizada foi super explorada. Mesmo após realizar suas tarefas diárias, o trabalhador escravizado dedicava o seu tempo de descanso à agricultura de subsistência, para garantir o seu próprio sustento. O cativo tinha que plantar para comer, geralmente milho e mandioca.¹⁶ “Quando a mão-de-obra escrava tornou-se escassa, o coeficiente de escravos para a manutenção dos engenhos diminuiu. Para tanto, utilizou o tempo do escravo no cultivo da lavoura. Os fatores tempo e terra, concedidos pelo proprietário ao escravo, não mais bastavam para suprir as suas necessidades.”¹⁷

A autora lembrou que após 1820, intensificou-se também a extração e exportação para os mercados europeus da seringa e da ipecacuanha ou poaia – ervas grossas e nodulosas, alcalóides empregadas no tratamento da amebíase. No final do século 19, a erva-mate passou a figurar na lista dos produtos exportados pela região. A economia de exportação baseada na lavoura da cana-de-açúcar, na criação de gado, no extrativismo, etc., “criou um mercado de trabalho onde havia o aproveitamento da mão-de-obra escrava e do camarada assalariado”.¹⁸ A lavoura da cana-de-açúcar foi abastecida com os trabalhadores escravizados transferidos da mineração e do trabalho doméstico. A extração e a criação do gado teriam aproveitado o nativo, o homem livre e o paraguaio que necessitavam prover a sua subsistência.¹⁹

Nos núcleos urbanos, os cativos trabalhavam nos serviços domésticos, na produção artesanal, no comércio. Lúcia Helena Aleixo conta que, “em Cuiabá, existiam tendas e oficinas que ocupavam a mão-de-obra escrava para o desempenho de funções

¹³ Id., ib. p. 26.

¹⁴ Id., ib. pp. 27-8.

¹⁵ Id., ib., pp. 29-30.

¹⁶ Id., ib., p. 48.

¹⁷ Id., ib., p. 48.

¹⁸ Id., ib., p. 37.

¹⁹ Loc., cit.

especializadas como a de carpinteiro, oleiro, sapateiro e outros”. Nos portos de Cuiabá e Corumbá – sul mato-grossense –, encontravam-se trabalhadores escravizados alugados para realizarem tarefas diversas, como a carga e descarga de navios. “Todos aqueles que não podiam comprar escravos ou que, necessitando, não se interessavam em investir neles seu capital, alugavam negros de outros senhores.”²⁰

“Estudo do negro no Mato Grosso”

Bacharel em biblioteconomia, licenciado em história, à época do I Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, 1988, membro do Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, o historiador negro, Edvaldo de Assis publicou, entre outras obras, *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, trabalho indispensável para a compreensão da escravidão no Mato Grosso.²¹ Na primeira parte do trabalho, Assis apresentou um perfil da economia mato-grossense durante o período escravista, com ênfase às diversas atividades mercantis que determinaram o afluxo de trabalhadores escravizados para o Mato Grosso.

Edvaldo de Assis destacou também que, no final do século 18, com o esgotamento das minas, o segmento proprietário buscou outras atividades econômicas, entre elas, o extrativismo vegetal. “A partir de 1830 as lavras auríferas já se esgotavam e nesse período é que surgiu a preocupação pela extração da poaia ou ipecacuanha planta nativa que tinha seu habitat em toda a região do Baixo Paraguai.”²² Explicou igualmente que, nas atividades extrativistas da poaia e da erva mate, foi utilizada a mão-de-obra “do negro forro, o trabalho escravo era descartado uma vez que a natureza do serviço tornava inviável o escravo, pois, era impossível o controle desse”. Revelou, em relação ao extrativismo da seringa, no vale do Guaporé e em Diamantino – regiões do Mato Grosso: “Nessas atividades de extração de vegetais além do trabalho do negro nas matas, havia aqueles que se dedicavam aos embarques dos produtos nos portos.”²³ O autor não informou se esses trabalhadores eram escravizados.

O autor referido salienta que, desde 1736, quando foi aberto o caminho terrestre ligando Mato Grosso a Goiás, já se desenvolvia a criação de gado no sul mato-

²⁰ Id., ib., pp. 55-6.

²¹ ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 1988.

²² Id., ib., p. 28.

²³ Loc., cit.

grossense: “A pecuária que se iniciou na fazenda Camapuã se estendeu por outras regiões, sendo atividades acessórias que inicialmente visava o comércio local passando depois a atender o comércio exportador para as praças de Montevideu, Buenos Aires, Assunção e Concepción, indo o boi em pé, carne seca, sebo, ossos e o couro, sendo este último a maior exportação”.²⁴ Além das grandes propriedades, havia as pequenas, onde eram criados algum gado, porcos, carnes salgadas e toucinho, que abasteciam especialmente os armazéns e os hospitais.

Outra observação de Edvaldo de Assis refere-se à pequena produção de açúcar, aguardente e rapadura dos engenhos instalados em Mato Grosso, a qual restringia-se ao comércio local. Nesse caso, apenas o excedente podia ser exportado: “As propriedades eram de pequenas proporções, tendo nas sesmarias as plantações de cana, os criatórios e a agricultura de subsistência do arroz, milho, feijão e outros produtos que abasteciam o comércio local.”²⁵

Com relação ao trabalho, o historiador mato-grossense destacou a marcante utilização da mão-de-obra do negro escravizado: “[...] a mão-de-obra era praticamente de escravos africanos, mesmo para as funções especializadas, como de taxeiros, purgadores, caixeiros e outras [...]”. Segundo Edvaldo de Assis, para a Coroa, era importante o maior número de trabalhadores escravizados nos trabalhos auríferos, para obter maior produtividade. Porém, “para a Colônia se fazia necessária a produção da aguardente para o consumo interno. O uso da ‘cachaça’, além do estímulo que propiciava, em Mato Grosso, servia também para diminuir a mortandade e combater os perigos de febres e epidemias”.²⁶

Para tratar da importância da aguardente na região, Edvaldo de Assis recorreu ao cronista Joseph Barbosa de Sá, o qual mostrou o cotidiano, as atividades ligadas à cultura de cana-de-açúcar nas áreas de mineração, em 1722: “[...] nas moendinhas que chamamos de escarossador e a estilar em alambiques que formavam tachos, apareceram logo a aguardente de cana que vendiam o frasco a cinco e seis oitavas de ouro e as fraqueiras a quarenta oitavas”. De acordo com essa crônica oficial, foi a partir daí que os trabalhadores da Capitania alcançaram melhores condições de saúde. Graças à utilização da aguardente, a população mineira, sobretudo escravizada, passou a controlar enfermidades: “[...] os homens [ganharam] boas cores que até então tinham

²⁴ Id., ib., p. 30.

²⁵ Id., ib., p. 30.

²⁶ Id., ib., pp. 32-3.

nas de defuntos; foram menos as inflamações de barrigas e pernas, e a mortandade de escravos que até ali se experimentava, enterrando-se cada dia aos montes; mostra o quanto aproveitam os engenhos de água ardente nestes sertões principalmente a conservação dos escravos que trabalham em serviços de minerar.”²⁷ Entretanto, não podemos esquecer, esse hábito fortalecia o alcoolismo.

Na segunda parte do trabalho, o historiador apresentou aspectos das relações sociais da sociedade escravocrata mato-grossense. Lembrou que os trabalhadores escravizados, que chegaram ao Mato Grosso, “foram duramente violentados quer físico quer culturalmente, passando por novos sofrimentos nas viagens monçoeiras de São Paulo para Cuiabá, como também na do Grão-Pará para Vila Bela”.²⁸ Destacou que o trabalhador escravizado era mais propenso a ser atingido pelas epidemias da região devido às “más condições que lhe eram dadas pela sociedade escravocrata, como moradia, locais de trabalho, alimentação e outras, concorreram para que esse segmento da sociedade fosse o mais afetado pela epidemia da cólera”.²⁹

A alimentação básica de um trabalhador escravizado seria composta de arroz, carne seca, farinha de mandioca, rapadura, sal e o toucinho, sendo raro, o café e o açúcar.³⁰ O autor lembrou que os escravocratas “eram elementos pertencentes às frações de classes como latifundiários, comerciantes, mineiros, burocratas civis, militares e pessoas ligadas ao clero”. O número de trabalhadores escravizados que um indivíduo possuía determinava sua posição social, seu prestígio, a concessão e o tamanho das *sesmarias*.³¹

Na terceira e última parte de *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, Edvaldo de Assis abordou a instalação dos órgãos administrativos da Coroa portuguesa em Mato Grosso e as medidas repressivas tomadas contra o trabalhador escravizado. “A presença dos representantes da Coroa portuguesa em Mato Grosso fez intensificar os atos de violência principalmente contra o segmento negro. [...] as torturas, o uso dos troncos, os açoites não cessaram; os códigos de posturas foram instrumentos jurídicos lançados pelas câmaras municipais disciplinando, entre outras

²⁷ SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: EdUMT, 1975. p. 25.

²⁸ ASSIS. *Contribuição para o [...]*. Ob. Cit. p. 37.

²⁹ Id., ib., pp. 37; 42.

³⁰ Id., ib., p. 42.

³¹ Id., ib., p. 43.

normas, a conduta que o indivíduo deveria ter. A classe dominante apoderando-se desse instrumento delimitou o espaço social do negro, discriminando-o.”³²

Edvaldo de Assis propõe, com muitos outros pesquisadores, que durante todo o período em que se estendeu o trabalho escravo no Brasil, os trabalhadores escravizados resistiram, como puderam, ao sistema imposto, desenvolvendo várias formas de lutas que tiveram como ‘produto final’ “a abolição do sistema escravista”. Ele destacou como formas de lutas na região: o suicídio, o assassinato, a fuga e organização de quilombos.³³

“Território negro em espaço branco”

Também em 1988, ano do I Centenário da Abolição da Escravatura, a goiana Maria de Lourdes Bandeira, então professora da Universidade Federal de Mato Grosso, escreveu a obra *Território negro em espaço branco: Estudo antropológico de Vila Bela*, na qual privilegiou a região de Vila Bela, capital da Província de Mato Grosso, no século 18.³⁴ Maria de Lourdes Bandeira analisou as relações étnicas no contexto histórico da constituição da comunidade de Vila Bela. Ela utilizou o termo étnico *preto* para designar a comunidade de Vila Bela e aos seus membros, respeitando a preferência do grupo que considera ‘preto’ como conotativo de raça e ‘negro’ como conotativo de inferioridade social e cultural. “Procuro repensar as relações raciais, tendo como referência o conceito de etnicidade e como contexto a alteridade de preto/branco na frente pioneira da Amazônia mato-grossense.”³⁵

Sobre a origem de Vila Bela, Maria de Lourdes Bandeira resumiu que o município – hoje pertencente ao Estado de Mato Grosso –, originou-se do distrito Mato Grosso, constituído do município de Cuiabá pela Provisão Régia de 1743, tendo como sede São Francisco Xavier, um dos arraiais das então florescentes minas de ouro do Mato Grosso. A sua emancipação política deu-se em 19 de março de 1752, com a fundação de Vila Bela, na antiga localidade de Pouso Alegre. Em 1818, recebeu o foro de cidade.

Maria de Lourdes Bandeira organizou seu livro como se tratasse de obra de um dramaturgo, cuja proposta é estabelecer relações cênicas entre os atores e o leitor, com o

³² Id., ib., pp. 55-7.

³³ Id., ib., p. 60.

³⁴ BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988.

³⁵ Id., ib., p. 24.

objetivo de aproximá-los no mesmo espaço. Em seis capítulos, foram constituídos cenários, atores e atos. O primeiro capítulo foi destinado ao cenário, especificamente ao município de Vila Bela. O segundo, foi reservado para a exposição do quadro histórico da população do município. O terceiro, foi traçado para mostrar as condições de vida dos negros nas minas de Mato Grosso e em Vila Bela. A autora mostra também a resistência dos “pretos à identidade estigmatizante de cativo, destribalizado, desterrado e coisificado, imposta pela dominação dos brancos”. Nas palavras da antropóloga o quarto e o quinto capítulos foram destinados à reflexão sobre a comunidade igualitária de Vila Bela dos Pretos: “[...] procuro explicar a recusa dos pretos às origens africanas e ao passado de escravidão. Os pretos de Vila Bela reinauguram sua etnia como pretos, brasileiros, livres e iguais”. No sexto capítulo, Bandeira centra análise na “volta dos brancos e a reinstauração de uma alteridade trágica, provocando a resistência dos pretos”.³⁶

A essência da obra é mostrar que no período colonial os *brancos* desocuparam o espaço construído para a montagem da estrutura metropolitana portuguesa e os *pretos*, enquanto comunidade igualitária, resistiram; os *brancos* voltaram para o mesmo espaço e os *pretos* seguiram resistindo: “Esses atos correspondem a três momentos críticos de definição de identidade étnica e de sua manipulação política pelos pretos: Vila Bela capital da Província ou Vila Bela dos Brancos; Vila Bela dos Pretos ou a constituição da comunidade negra e, finalmente, Vila Bela como palco da alteridade preto X branco na expansão da fronteira capitalista.”³⁷ Para a autora, “a construção da cidade, enquanto instrumento de expansão e dominação portuguesa no território do vale do Guaporé, sobrepunha-se a princípios e determinações legais”. Um ato que não poderia ser confundido com insubordinação, desobediência, resistência ou autonomia do Governo Provincial de Mato Grosso. “Ao contrário, era um mecanismo de submeter o transcurso do processo de produção daquela área aos interesses imediatos da Coroa portuguesa no estabelecimento de condições político-administrativas como suportes de sua soberania.”³⁸

No seu primeiro século, Vila Bela teria sido essencialmente de brancos, ainda que sua população fosse majoritariamente de negros. “A construção de Vila Bela é um documento da insolência, soberba e teimosia característica do colonialismo. Mas é

³⁶ Id., ib., pp. 33-4.

³⁷ Id., ib., pp. 32;79.

³⁸ Id., ib., pp. 87-8.

também o documento do trabalho, força e tenacidade dos negros que a edificaram e a mantiveram através de mais de dois séculos.”³⁹ Prosseguindo, Maria de Lourdes Bandeira informou que os decretos publicados na Província de São Paulo sobre a construção da cidade atraíram trabalhadores livres para a beira do Guaporé. Vieram artífices, ferreiros e oficiais. “Mas foram os negros livres, ‘negros do povo’, escravos de aluguel, a mão-de-obra que construiu Vila Bela, canga sobre canga – concreções de hidróxidos de ferro, largamente utilizada no Centro-Oeste, nas fundações e alicerces – taipa sobre taipa, telha sobre telha, capim sobre capim.”⁴⁰

Comunidade rural etnicamente diferenciada, Vila Bela foi planejada em Portugal como primeira capital da Província de Mato Grosso, sendo “reinaugurada como comunidade negra pelos pretos que ali permaneceram depois da mudança da capital, no primeiro quartel do século XIX”.⁴¹ Procurando se reerguer, trabalhadores escravizados e libertos “herdaram uma cidade em ruínas, massa falida do colonialismo irracional e predatório. Eles próprios se encontraram, como a cidade que construíram e nutriram com seu trabalho, arruinados e dispersos, aviltados pelo cativo, sem origens étnicas comuns, sem memória e sem identidade coletivas, sem existência social própria fora da estrutura e organização imposta pelo escravismo”.⁴² Para a autora, o desejo de liberdade identificou negros na resistência à escravidão.

A saída dos *brancos* do espaço durante o longínquo período colonial não apenas provocou rupturas e mudanças demográficas, econômicas, culturais e políticas, mas marcou “a definição da identidade de pretos como forma de resistência na situação crítica de oposição limite entre negros e brancos”.⁴³ Maria de Lourdes Bandeira explicou que nos períodos de muita fome e doenças, os trabalhadores escravizados morriam precocemente em todas as áreas de mineração do país. Em Vila Bela, essa realidade atingia seus limites máximos.

Bandeira reitera que a solidariedade entre os pretos, “na doença e na morte, seguramente preservou-os do aniquilamento e predestinou-os à existência coletiva. Um princípio ético garantiu-lhes a sobrevivência. Na sua prática, produziram a sobrevivência das pessoas e a vida comunitária”.⁴⁴ A solidariedade, que envolvia as práticas curativas e o igualitarismo, fluía no acesso de todos os meios de tratamentos.

³⁹ Id., ib., p. 85.

⁴⁰ Id., ib., pp. 85-6.

⁴¹ Id., ib., p. 86.

⁴² Id., ib., pp. 24;33.

⁴³ Id., ib., pp. 25-6.

⁴⁴ Id., ib., p. 99.

Na situação de alteridade configurada em Vila Bela dos Brancos, os *negros* definiam e se afirmavam em oposição aos *senhores* brancos pela recusa à escravidão e ao seu estigma, através da fuga individual, da resistência cultural e dos quilombos. “A origem racial foi manipulada pelos pretos como fator de solidariedade e coesão. Para isso, procuraram desmontar o sistema de classificação racial escravista, buscando eliminar a pluralidade de categorias, reduzindo-as a uma categoria única: a de *preto*, neutralizando entre si os efeitos divisionistas da classificação branca.”⁴⁵

Em *Território negro em espaço branco*, Maria de Lourdes Bandeira propõe que a formação de Vila Bela dos Pretos não se deu como um passe de mágica. Para ela, a saída dos *brancos* não condicionou, nem esculturou a sua forma, já que o sistema de relações raciais entre *brancos* e *pretos* continuou operante. Mesmo depois que saíram, “os brancos influíram em todos os momentos do processo, de fora para dentro, refletindo a diferença, como espelho étnico, devolvendo a imagem da semelhança entre indivíduos pretos. A manipulação da semelhança/diferença pelos pretos constituiu o fundamento da energia criadora da comunidade negra”.⁴⁶ A autora comparou a constituição da comunidade negra de Vila Bela com a formação do campesinato tradicional. “Nessa medida, a formulação de explicações da identidade étnica de Vila Bela dos Pretos tem como contexto o quadro mais amplo da alteridade com a sociedade branca inclusa, em sua feição regional.”⁴⁷

Quando a elite *branca* mudou-se com a capital para Cuiabá, privou o segmento *branco* de parte de seu saber e dos meios de controle social. “Os brancos que ficaram não foram capazes de rearticular a sua casta no novo quadro político, econômico e social. A mudança dos brancos criou objetivamente descontinuidade na dominação do espaço, com o esvaziamento de muitas casas”. Então, o “controle social do espaço pelos brancos perde força, na medida em que a ocupação efetiva se atomiza. As casas vazias dos brancos, ainda que num primeiro momento não fossem ocupadas pelos negros, significavam concretamente redução do poder do segmento branco sobre o espaço urbano [...]”.⁴⁸

As instituições políticas, sociais e religiosas dirigidas e controladas pela elite branca tiveram seus quadros desfalcados e sua força, coesão e prestígio comprometidos. “A camada branca da população vê-se compelida a redefinir as suas relações com os

⁴⁵ Id., ib., p. 122.

⁴⁶ Id. Ib.

⁴⁷ Id., ib., p. 125.

⁴⁸ Id., ib., p.129.

pretos livres de modo a assegurar a reprodução da vida social e a sua própria existência, com termos da continuidade da ordem social e econômica e sua inserção privilegiada nesta ordem.”⁴⁹

Conforme Maria de Lourdes Bandeira, os pretos foram pouco a pouco assumindo posições sociais antes a eles vedadas, já que a vida urbana ainda existente exigia que essas posições fossem preenchidas. “ Já não havia brancos disponíveis e os pretos passaram a ocupá-las, compartilhando com os brancos, que aí permaneciam, a vida social”. De acordo com a autora, “a instituição branca que mais resistiu à decadência da hegemonia branca foi a das forças militares da fronteira. Mas nelas também os pretos passaram a ter acesso a posições superiores”. Por volta de 1850, haveria em Vila Bela um padre preto, um mulato e um capitão preto, comandante de Casalvasco.⁵⁰

As atividades sociais, religiosas, culturais e econômicas dependiam cada vez mais da participação dos pretos para se manterem. “E os pretos não se dispunham a mantê-las de acordo com as normas brancas. Vão assumindo o seu controle e nesse transcurso histórico a identidade étnica assume papel definitivo. O preto-branco, que nesse momento poderia reforçar e prestigiar, foi superada pela identidade étnica definida em termos de ser livremente preto, isto é, de existir como membro de uma comunidade negra.”⁵¹

Aos poucos a economia urbana foi se desmoronando e as plantações e as atividades agrícolas de consumo direto, aumentando. “Os pretos livres que possuíam sítios formados com moenda, casa, pastos, roças, etc., fruto do trabalho de gerações anteriores, à medida que as casas se esvaziavam, passaram a dispor também do espaço na cidade, ampliando as suas possibilidades de interação econômica e social.” Por outro lado, “os que, ao contrário, perderam seu espaço econômico na cidade e tiveram que enfrentar a dura relação com o ambiente tropical para a produção direta de seus meios de vida, sobreviveram principalmente graças aos mecanismos de solidariedade que passaram ser privilegiados ou criados no seio da comunidade emergente”.⁵²

No entanto, após longos anos de ocupação espacial e integração social, “no final da década de 1960, os brancos começam a reocupação do município de Vila Bela. O capital expande-se pelas extensas áreas agricultáveis da margem direita do Alto

⁴⁹ Id., ib., pp. 129-30.

⁵⁰ Id., i.b., pp. 131-32.

⁵¹ Id., ib., p. 132.

⁵² Loc., cit.

Guaporé, incorporando todo o leste e nordeste do município”. As correntes migratórias transformaram rapidamente “a pequena localidade em efervescente núcleo urbano de pioneiros. Os negros aí residentes foram espacialmente segregados na ‘Vila dos Pretos’”. Conseqüentemente, contou a autora, a frente pioneira confinou-os ao arruado, espaço de morar, reservando para si todas as demais áreas anteriormente ocupadas, incluindo os espaços de plantar, de coletar, de caçar. “O pressuposto do território nacional associado à etnia dos brancos referia aqueles espaços como ‘vazios’. Cabia à frente pioneira o direito de estruturá-los e organizá-los, conforme o modelo corrente de colonização: implantação de núcleo urbano de apoio, área de pequenas propriedades, área de grandes propriedades.”⁵³

Maria de Lourdes Bandeira resumiu: “[...] é na oposição entre brancos e pretos que as relações entre as frentes pioneiras e a comunidade expressam clara e imediatamente a violência do processo de integração capitalista.”⁵⁴ Por conseqüência, a integração compulsória ao sistema de classe trouxe em seu interior a imposição de fora para dentro, de cima pra baixo, da perda do território comunal, do livre acesso à terra. “Introduziu a rigidez das relações de classe, agressiva e aversiva aos padrões tradicionais de interação social. Canalizou o desrespeito aos valores tradicionais, a desvalorização das práticas e depreciação das origens étnicas.”⁵⁵ A autora, ao final de seu trabalho, concluiu que a identidade étnica dos pretos de Vila Bela “propõe um caminho de superação da desvantagem da condição de raça no contexto multirracial, através da força política. Os pretos consideram que a força política é o meio prático de sua participação social, no contexto multirracial, com igualdade de direito”.⁵⁶

“Cativos do sertão”

Luiza Rios Ricci Volpato nasceu em Poço Fundo, em Minas Gerais. Graduiu-se em História pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande, no Rio de Janeiro, e pós-graduou-se (Mestrado e Doutorado) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 1993, quando publicou *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850-1888*, era professora da Universidade Federal de Mato Grosso. É autora de vários artigos sobre assuntos relacionados à

⁵³ Id., ib., pp. 299-300.

⁵⁴ Id., ib., p. 302.

⁵⁵ Id., ib., pp. 311-12.

⁵⁶ Id., ib., p 318.

história de Mato Grosso.⁵⁷ O ponto central da obra de Luiza Volpato é a preocupação em resgatar o cotidiano dos cativos de Mato Grosso, especificamente de Cuiabá, somado ao interesse em compreender o processo de transformação da sociedade cuiabana no período de 1850 a 1888. A obra constitui-se de duas partes, a saber: 1. “Cuiabá: A difícil vida no sertão”; 2. “A identidade do escravo: a dura luta cotidiana”.

Na primeira parte, a autora traça o universo físico, social e econômico de Cuiabá, destacando o papel da Guerra contra o Paraguai na Província. Na segunda parte de seu estudo, procura analisar o cotidiano dos cativos – “no trabalho, na transgressão, no quilombo” – enfatizando as relações dos trabalhadores escravizados com seus escravizadores e demais segmentos sociais.⁵⁸ Referindo-se sempre ao norte de Mato Grosso, conta que a escravidão em Cuiabá iniciou-se com a mineração da região. “No ano seguinte à descoberta das lavras do Coxipó, Fernando Dias Falcão retornou a Cuiabá, trazendo de São Paulo todos os apetrechos necessários para dar início a uma exploração mais sistematizada do ouro encontrado: colonos, ferramentas e escravos.”⁵⁹

Segundo Luiza Volpato, durante todo o século 18, “o grande contingente de escravos esteve concentrado na mineração; como muitas das lavras se situavam em Cuiabá e seus arredores, a vila possuía uma população razoavelmente densa”. No entanto, no final daquele século, por causa da crise na mineração, “houve um rearranjo das forças produtivas, com significativa transferência de recursos humanos e materiais da mineração para a agropecuária, embora o ouro se mantivesse como principal elemento de barganha da capitania de Mato Grosso”.⁶⁰

Os trabalhadores escravizados realizavam todo trabalho doméstico e limpeza de ruas e, ainda, trabalhavam, tanto nos canaviais cortando cana, como nos engenhos de açúcar. “Além disso, eram responsáveis pela produção de outros gêneros de abastecimento que a unidade produtora comercializava, como feijão, milho, café, mandioca [...]” Os cativos também eram os responsáveis pela condução das tropas e carretos que distribuíam “a produção tanto para Cuiabá como para outras propriedades rurais”.⁶¹

As propriedades eram administradas por um feitor que “intermediando as relações permitia a preservação da imagem do senhor para seus escravos no ato da

⁵⁷ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850-1888. Cuiabá: Marco Zero/EDUFMT, 1993.

⁵⁸ Id., ib., pp. 17; 106.

⁵⁹ Id., ib., p. 109.

⁶⁰ Loc., cit.

⁶¹ Id., ib., p. 110.

administração dos castigos. Assim, o feitor se constituía em peça fundamental no sistema de dominação pessoal que era a escravidão”.⁶² No entanto, a ação violenta dos escravistas, “visando não só garantir que o escravo se mantivesse como tal, mas também arrancar o máximo de sua força de trabalho e de sua pessoa, gerou uma reação igualmente dura e violenta por parte dos cativos que buscavam escapar dessa condição, ocasionando movimentos de rebeldia”.⁶³

Apesar desses movimentos, Luiza Volpato referiu-se à possível “acomodação pacífica” entre escravistas e trabalhadores escravizados: “Várias outras cartas de liberdade passadas em Cuiabá têm a preocupação de deixar evidenciada uma relação de afeto entre o senhor e o escravo beneficiado. Os documentos procuravam ainda demonstrar gratidão por parte dos senhores para com esses cativos.”⁶⁴ Realidade que contraditam com afirmações como: “Embora a declaração de amor e reconhecimento pelos serviços prestados pelos escravos seja freqüente nas Cartas de Liberdade, a relação predominante entre senhores e cativos não foi amena.” Ou ainda: “O aspecto cruel e violento, peculiar da escravidão, também se evidenciou em Cuiabá.”⁶⁵

Conforme Luiza Volpato, os trabalhadores escravizados que *optaram* pela liberdade, “tomaram, cada qual, uma das infinitas variáveis que se colocavam a sua frente – a fuga, a luta armada, a cooptação, a compra de alforria”.⁶⁶ Muitos cativos fugiam para os arredores de Cuiabá e formavam quilombos. A fronteira teria sido uma outra alternativa de fuga. A historiadora contou que, nos quilombos, os fujões plantavam alimentos suficientes para o abastecimento do grupo. “Atuando das mais diversas maneiras, os escravos negaram-se a assumir a condição passiva que o regime tentava a todo custo lhes impor e lutaram para obter a liberdade.”⁶⁷

Em *Cativos do sertão*, percebe-se o esforço da historiadora em organizar e examinar a vasta documentação utilizada na elaboração da obra. Ao interpretar o passado escravista cuiabano, Luiza Volpato apresentou informações contundentes, buscadas nos processos criminais, textos jornalísticos, inventários, relatórios e correspondências oficiais. O levantamento de informações sobre a realidade escravista mato-grossense representa o ponto básico da obra.

⁶² Id., ib., p. 111.

⁶³ Id., ib., p. 116.

⁶⁴ Id., ib., p. 123.

⁶⁵ Id., ib., p. 127.

⁶⁶ Id., ib., p. 133.

⁶⁷ Id., ib., p. 231.

“Quilombos em Mato Grosso”

Em 1996, os historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes organizaram o livro coletivo sobre estudos dos quilombos *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, destinado a celebrar os trezentos anos do fim da confederação dos quilombos de Palmares.⁶⁸ Luiza Rios Ricci Volpato participou da obra com o artigo “Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira”.

Conforme a autora, inicialmente, os cativos foram os principais responsáveis pelo trabalho na mineração. Após a instalação da Capitania, passaram a exercer também outros trabalhos: agricultura, pecuária e obras públicas.⁶⁹ Para Luiza Volpato, como acontecia no restante do Brasil, os trabalhadores escravizados no Mato Grosso resistiram à estrutura de dominação escravista. “A resistência se deu tanto na luta do dia-a-dia, em pequenos enfrentamentos, como na resistência declarada.” Na região, as fugas tinham feições próprias. Na vila de Guaporé, mais próxima da fronteira, os cativos atravessavam a linha demarcatória e fugiam para terras espanholas, aliando-se à densa população nativa da região. “Os índios podiam se tornar aliados dos escravos fugitivos, transmitindo-lhes técnicas de sobrevivência na floresta, no cerrado, no pantanal.”⁷⁰

Luiza Volpato lembrou ainda que, durante os séculos 18 e 19, “vários aldeamentos de escravos fugitivos surgiram em território mato-grossense”. Alguns foram desfeitos rapidamente, outros se tornaram núcleos bem organizados e duradouros. Sempre citando a escravidão da região norte do Mato Grosso, destacou: “Entre muitos arranchamentos erigidos em Mato Grosso, foi possível obter informações sobre a vida de alguns deles, entre os quais os quilombos de Quariterê, do Sepotuba e do Rio Manso.”⁷¹

O quilombo do Quariterê ou do Piolho formou-se por volta de 1730 à margem do rio Galera, afluente do rio Guaporé. Portanto, ele teria sido construído, desde os primeiros tempos de exploração da região das minas da região do Guaporé, e resistido pelo menos por três décadas. “Era habitado por mais de cem pessoas, sendo 79 negros (entre homens e mulheres) e cerca de trinta índios”. A forma de governo era a de “realeza”, governado pela rainha Thereza, assessorada por uma espécie de parlamento,

⁶⁸ REIS, J. J. & GOMES, Flávio dos Santos. [Org.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶⁹ VOLPATO, Luiza R. Ricci. “Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira”. In REIS & GOMES. [Org.]. *Liberdade [...]*. Ob. cit. p. 215.

⁷⁰ Id., ib., pp. 218; 220.

⁷¹ Loc., cit.

“presidido pelo capitão-mor José Cavallo. A rainha, no exercício de suas funções, contava com a atuação de um conselheiro, José Piolho”.⁷²

No quilombo havia um rígido sistema de defesa, que incluía sigilo sobre sua localização. Plantavam gêneros alimentícios, cultivavam fumo e algodão e desenvolviam serviços de ferreiros, possivelmente no fabrico de ferramentas e armas. Desenvolviam relação de troca com a vizinhança: “[...] seus habitantes souberam estabelecer contatos com os povoados portugueses, em especial o arraial de São Vicente, onde alguns quilombolas, por meio de troca, conseguiam obter alguns produtos, entre os quais ferramentas”.⁷³

Com base na documentação disponível nos arquivos regionais, Luiza Volpato ressaltou que, em 1839, foi descoberto e destruído um importante quilombo situado à barra do rio Piraputanga. “O aldeamento era composto de dezesseis casas de dois ou três lanços e duas ou três de sobrado. O quilombo de Piraputanga tinha suas casas dispostas umas perto das outras, formando uma espécie de praça.” A organização espacial procurava facilitar a defesa do quilombo. Os habitantes possuíam muitas roças. “Quando o quilombo foi abatido, os componentes da bandeira não foram capazes de carregar os mantimentos armazenados, dada a sua quantidade.”⁷⁴

Por sua vez, o quilombo localizado em 1863 nas proximidades do rio Sepotuba, afluente do rio Paraguai, próximo à fronteira com a Bolívia, “o Presidente da província, Herculano Ferreira Pena, considerou que o mesmo já possuía uma existência secular, sendo visto como um dos mais antigos existentes em Mato Grosso”.⁷⁵

Utilizando documentos, tais como, ofícios de chefes de polícia de 1867, ofícios de vigários, cartas de particulares, relatórios de presidentes da Província de Mato Grosso, no mesmo período, Volpato explicou que, por ocasião da Guerra contra o Paraguai, trabalhadores escravizados aproveitaram para fugir e formar quilombos. Os quilombolas souberam “receber e atrair para seus aldeamentos os desertores: ex-soldados, que chegavam aos arranchamentos, portando armas de fogo e possuindo instruções, mesmo que rudimentares, sobre seu uso”. Os desertores também traziam informações sobre ações militares e localização das tropas. “A posse desses dados tornou os quilombolas mais ousados e menos preocupados com a segurança, indo atacar

⁷² Id., ib., p. 222.

⁷³ Id., ib., pp. 222; 227.

⁷⁴ Id., ib., p. 228.

⁷⁵ Id., ib., p. 229.

propriedades até mesmo próximas à capital, ampliando o quadro de medo vivido pela população.”⁷⁶

Ainda durante a Guerra contra o Paraguai, foi construído o quilombo do rio Manso, nas imediações de Cuiabá. De acordo com a historiadora Luiza Volpato, essa região era de terras férteis, próximas da freguesia de Chapada dos Guimarães e da Vila do Rosário. O quilombo seria do “conhecimento das autoridades provinciais desde 1859”.⁷⁷ Esses e outros quilombolas souberam aproveitar as brechas geradas pelo conflito externo: “Assimilaram os desertores e outros foragidos, apropriando-se das experiências e armas de que dispunham. Mais bem municiados, passaram a ter atitudes mais ousadas, atacando pessoas e propriedades.” Atos que geravam insegurança e medo entre os moradores e proprietários. “Em função desses ataques, vários proprietários deixavam suas terras, mudando-se para mais perto da capital, supondo-se mais bem protegidos.”⁷⁸

Os habitantes do quilombo do rio Manso cuidavam bem de suas armas e mantinham roças de cereais, canaviais, fabricavam rapadura e tecido grosseiro, criavam galinhas e cachorros e buscavam sal em Cuiabá. Luiza Volpato extraiu os dados sobre os quilombolas do rio Manso de uma carta, de 1868, onde um sitiante de nome Antônio Bruno Borges encaminhou, ao então presidente da Província, informações sobre os mesmos. Inclusive, comunicou que os fugitivos reuniam-se à tarde para deliberações e socialização.⁷⁹

Sem detalhar, Luiza Volpato citou ainda outros quilombos do rio Manso, Roncador, Jangada e Serra Dourada. Para ela, a fuga sempre foi um dos mecanismos utilizados pelos cativos contra a opressão escravista. “No Mato Grosso, como nas demais regiões da América, os escravos fugitivos organizaram comunidades estruturadas política e economicamente. Comunidades às vezes duradouras, apesar da insegurança, posto que viviam sempre sob a ameaça de ataques externos.”⁸⁰

“Escravidão, fronteira e liberdade”

Sob a orientação do douto historiador João José Reis, Otávio Ribeiro Chaves escolheu “Escravidão, fronteira e liberdade” como tema de sua dissertação de mestrado

⁷⁶ Loc., cit.

⁷⁷ Id., ib., p. 232.

⁷⁸ Loc., cit.

⁷⁹ Id., ib., p. 233.

⁸⁰ Id., ib., p. 236.

na Universidade Federal da Bahia. Segundo ele, o trabalho, que enfoca as resistências dos cativos no Mato Grosso, nos anos 1752-1850, “foi uma tentativa de se ter uma visão panorâmica sobre a escravidão na região”.⁸¹ A dissertação será publicada proximaamente pela Unemat.

Nos capítulos iniciais da dissertação, Otávio Chaves elaborou um histórico da ocupação lusitana no espaço mato-grossense, concordou com outros historiadores, ao afirmar: “A construção de uma geografia da colonização se fez em função da procura do ouro e da caça aos ameríndios”. Essa presença lusitana teria contribuído “para a definição de uma nova ordem, hierarquicamente estabelecida a partir de um conjunto de valores, crenças, hábitos, mentalidade dos grupos humanos que ali se constituíram enquanto sociedade colonial”.⁸²

Para Otávio Chaves, isoladamente, como fenômeno social, o bandeirantismo não tinha força suficiente para garantir a consolidação, posse e conquista definitiva das áreas ameríndias. Assim, “foi preciso que a coroa lusitana procurasse normatizar com rapidez as relações sociais de trabalho e produção existentes nas zonas de mineração”. Para isso, foi criada uma instituição da ordem e disciplina, “baseada na experiência adquirida junto à população mineradora da Capitania de Minas Gerais no século XVIII”. Criou-se assim regimentos de guardas-mores das minas recém-descobertas, que foram utilizados como instrumentos legais reguladores da ordem social, da produção, da arrecadação fiscal e da militarização do novo território que surgia.⁸³

Para que o domínio lusitano se efetivasse, “foi preciso expropriar os povos ameríndios de suas terras através das inúmeras ‘guerras justas’ que foram travadas ao longo do século XVIII, causando o extermínio quase completo dos vários grupos ameríndios que ali viviam, ou da sujeição dos sobreviventes ao conjunto da sociedade colonial mato-grossense em formação”. Muitos nativos foram utilizados em diversas tarefas como reconhecimento das matas e rios, cultivo de frutas comestíveis, mineração, coleta de ervas medicinais, carregadores, remadores, “como soldados contra as tropas castelhanas, caçadores de quilombolas e outros grupos de nativos inimigos”.⁸⁴

No início da mineração em Cuiabá, o núcleo urbano de Mato Grosso foi instituído, em 1727, como Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, sob a jurisdição

⁸¹ CHAVES. Otávio Ribeiro. “Escravidão, fronteira e liberdade. Resistência escrava no Mato Grosso 1752-1850”. Dissertação de mestrado da Universidade Federal da Bahia, 2000.

⁸² Id., ib., p. 2

⁸³ Id., ib., pp. 3-4.

⁸⁴ Id., ib., pp. 4-10.

da Capitania de São Paulo, “de onde o capitão general procurava manter permanente correspondência com Pascoal Moreira Cabral, guarda-mor das minas de Cuiabá, procurando estar atento a todos os acontecimentos que ali ocorriam”.⁸⁵ Para demarcação dos limites entre os territórios coloniais portugueses e espanhóis, além de tratados, a coroa lusitana providenciou a construção de “fortes e feitorias construídos no Vale do Guaporé e ao sul da Capitania mato-grossense que serviram como centros aglutinadores de uma parcela da população escrava que atuava como pedreiros, carpinteiros, canoeiros, carregadores, etc., juntamente com os escravos libertos que ali viviam”.⁸⁶

Em meados do século 18, quando as minas de Cuiabá e do Guaporé definhavam, as classes dominantes da Capitania reorganizaram sua economia sempre assentada sobre o trabalho escravizado. Otávio Chaves lembra que o cativo “não trabalhou apenas no interior dos engenhos, das fazendas agrícolas ou de gado, mas desenvolveu tarefas tanto nas áreas rurais como urbanas como pajem, pedreiro, escravo de ganho, carregador, tropeiro, remador, canoeiro, soldado, cozinheiro, feitor, etc”.⁸⁷ O dia-a-dia do trabalhador escravizado esteve à mercê de violências e maus-tratos e sucessivas crises de abastecimento de gêneros de subsistência. Para o autor, como resultado desse estado de miséria e sofrimento, vários cativos rebelaram-se, sobretudo através das fugas das fábricas de minerar, dos engenhos, das senzalas ou cometendo assassinatos contra os escravocratas.⁸⁸

Otávio Chaves citou vários documentos, sobretudo auto-crimes, que foram instaurados contra cativos por motivos de fugas e outros delitos. De igual forma, relacionou e analisou minuciosamente vários depoimentos de mortes de cativos excessivamente castigados. Nesses depoimentos, os feitores justificam as mortes em função das péssimas “condições climáticas” que vigoravam na região. “O que estava em jogo, com a aplicação do ‘castigo exemplar’ era a tentativa de acabar com as sucessivas fugas, impedindo assim a quebra do ritmo da produção [...]”.⁸⁹

“Fronteira Negra”

A historiadora Maria do Carmo Brazil, professora da Universidade Federal da Grande Dourados/MS, é pesquisadora de temas relacionados à escravidão, negritude,

⁸⁵ Id., ib., pp. 16-7.

⁸⁶ Id., ib., pp. 18-9.

⁸⁷ Id., ib., pp. 27-8.

⁸⁸ Id., ib., p. 32.

⁸⁹ Id., ib., p. 98.

quilombismo e sobrevivências afro-culturais. Além de vários artigos publicados sobre temas regionais, em 2002, publicou o livro *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*.⁹⁰ A obra constitui valiosa contribuição para a história social da escravidão, sobretudo sobre a violência nas relações escravistas como fio condutor da dominação e da resistência em espaço mato-grossense.

Preocupada em promover o avanço dos estudos escravistas numa região não tradicionalmente estudada pela historiografia brasileira, a historiadora mostrou que Mato Grosso teve sua base econômica articulada ao mercado externo. Segundo suas avaliações, a produção historiográfica durante muito tempo centrou a maior parte de suas análises no sudeste e nordeste brasileiros, cujas economias baseavam-se na grande produção açucareira e cafeeira. Quando desenvolveu sua pesquisa, entre os anos de 1990 e 1992, ainda eram poucos os estudos que analisavam as relações entre os centros mais dinâmicos de produção com a região centro-ocidental do Brasil: “É como se o sistema escravista fosse limitado ao nordeste açucareiro e a áreas cafeeiras do Vale do Paraíba e oeste paulista.”⁹¹

Para Maria do Carmo Brazil, a dominação escravista estabelecida em Mato Grosso a partir do século 18, fazia parte do articulado sistema montado no Brasil desde o início do século 16, no qual tinha a exploração escravista do trabalho como centro. Segundo a autora, os primeiros trabalhadores africanos escravizados no Mato Grosso foram introduzidos em pequena quantidade, pelas bandeiras paulistas no século 18.

“Nessas expedições, os cativos eram encarregados, entre outras tarefas, de transportarem as provisões”. Com o movimento das monções, o trabalhador escravizado foi gradativamente incorporado aos núcleos produtivos do Mato Grosso: “Primeiro, em pequena quantidade, com o movimento das bandeiras, e a seguir, em maior número, pelas monções de povoados e de comércio, com o objetivo de escavar os cascalhos das minas de Cuiabá.” Uma vez na região, ele era submetido aos rígidos processos de dominação, ao igual do Brasil daquele período.⁹²

A autora explicou que a organização do trabalho escravo em Mato Grosso “deve ser entendido como o resultado da ação da colonização (montagem de uma estrutura de produção), dos processos adaptativos dos seus agentes à região e, sobretudo, dos

⁹⁰ BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888*. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

⁹¹ Id., ib., p. 28

⁹² Id., ib., pp. 28-9.

interesses metropolitanos”. Para tanto, recorria-se à redução de gastos com alimentação, vestuários, remédios, etc; utilizavam-se severas regras de castigos, a fim de explorar ao máximo o excedente de trabalho, de forma coercitiva, e, finalmente submetia-se o trabalhador escravizado às longas jornadas de trabalho mesmo em dias reservados ao descanso. “Centenas de cativos eram levados à força para o sertão de Mato Grosso para participarem do processo produtivo. Os negros escravizados viviam em uma situação de miséria, apinhados, conhecendo a fome, o frio e a falta de cuidados nas doenças.”⁹³

Segundo Maria Brazil, além das tarefas mineradoras, os cativos trabalhavam na agricultura; nas moendas espremendo cana ou cortando-a no canavial. A cana colhida era carregada até ao trapiche por pequenas carroças puxadas por cativos ou por bois.⁹⁴ A autora referiu-se à utilização da mão-de-obra cativa no sul de Mato Grosso, quando citou que na então vila de Corumbá, “apesar da pequena população cativa, proprietários urbanos possuíam dois ou três escravos, ocupados nos trabalhos domésticos, como jornaleiros, no transporte de cargas”. Aqueles que não dispunham de recurso para adquirir um cativo, poderiam alugá-los.⁹⁵

Utilizando processos-crimes do período entre 1870-1880, instaurados contra trabalhadores escravizados na região sul de Mato Grosso – Corumbá –, Maria do Carmo Brazil registrou que essas ações resultaram de justiçamentos, roubos de gado, revoltas coletivas e pequenas faltas. “Esses processos denunciam a importância dos conflitos entre senhores e cativos nessa região.” A autora concluiu que a documentação consultada demonstrava a predominância de assaltos violentos de cativos contra os administradores da empresa colonial.⁹⁶ Uma realidade que levou o governo provincial, nos moldes da Lei do Império, a impor severas penas legais para coibir e castigar os cativos que praticassem crimes contra senhores, prepostos e capatazes. No entanto, “ao analisar as tendências conflituosas de Mato Grosso, evidencia-se que muito escravos deixavam de ser punidos com a pena máxima em razão do seu valor econômico”.⁹⁷

A historiadora corumbaense defendeu que os conflitos ocorridos nas relações sociais de produção mato-grossenses denotam que a violência permeou a rotina produtiva da escravidão regional e brasileira: “Também nessa região se desmontam os

⁹³ Id., ib., pp. 58-64.

⁹⁴ Id., ib., p. 80.

⁹⁵ Id., ib., p. 84.

⁹⁶ Id., ib., pp. 88-9.

⁹⁷ Id., ib., p. 90.

mitos da passividade do negro e da benevolência senhorial.”⁹⁸ O trabalho feitorizado impunha violências e ritmos acelerados, o que provocava tensões e rebeldia dos cativos.

Um destaque eminente na obra é o fato de a escravidão ter se instaurado em Mato Grosso no contexto do inóspito meio geo-ecológico da região: “Os escravos escapavam para as áreas além fronteiras ou para as matas, constituindo núcleos de resistência.”⁹⁹ Com base nos relatórios dos presidentes da Província, explicou que o crescimento das fugas, como forma de organização da resistência cativa à escravidão, levava os proprietários escravistas, auxiliados pelas autoridades regionais, a organizar expedições de captura para resgatar negros aquilombados ou refugiados nas nações fronteiriças, sobretudo na Bolívia, no Peru e no Paraguai.

Uma evidencia da organização da resistência foi dada pela autora de *Fronteira Negra* com o relato de duas revoltas de cativos, registradas nos documentos oficiais: Na da baía do Chané (Corumbá), os trabalhadores escravizados assassinaram um dos grandes proprietários de escravo da região, na tarde de 15 de janeiro de 1878, Firmiano Firmino Ferreira Cândido, juntamente com seu capataz João Pedro. Depois do duplo homicídio, os negros escravizados dessa área do pantanal sul mato-grossense destruíram os instrumentos de trabalho e de transportes da fazenda ribeirinha e fugiram, carregando armas e provisões.

Outra revolta de trabalhadores escravizados apresentada pela autora ocorreu no pantanal de Poconé, no norte de Mato Grosso, onde os cativos, ao defenderem-se dos castigos, degolaram e lançaram ao rio o cadáver do proprietário da fazenda. O fato ocorreu em 1881 e envolveu cinco cativos, conforme um relatório da polícia local apresentado no livro.

Em suma, sua investigação teve como principal objetivo identificar o grau de participação das lutas servis na fronteira de Mato Grosso, para a superação do escravismo. Considerando as circunstâncias e singularidades históricas, geográficas e etnográficas, Maria do Carmo Brazil analisou as relações escravistas, sobretudo as formas de rebeldia, verificadas em Mato Grosso com base nos relatos dos viajantes, nas crônicas oficiais, nos processos criminais e de inventários existentes nos arquivos de Cuiabá e Corumbá.

⁹⁸ Id., ib., p. 95.

⁹⁹ Id., ib., p. 104.

“O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá”

A historiadora Eunice Ajala Rocha, à época professora na Universidade Estadual de Mato Grosso, publicou na revista *Dimensão*, em 1975, o artigo “O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá – 1873-1888”.¹⁰⁰ Trabalho único dedicado ao início do processo que também contribuiu para o fim da ordem escravista da região sul-mato-grossense, baseado em documentos manuscritos, arquivados na Câmara Municipal de Corumbá.

Inicialmente, a autora fez distinção entre a Junta de Emancipação dos Escravos e a Sociedade Abolicionista Corumbaense. Para Eunice Ajala, a Junta de Emancipação dos Escravos foi formada por força de dispositivo governamental, com o objetivo de libertar os trabalhadores escravizados. A Junta estava condicionada a disponibilidades orçamentárias. Segundo a historiadora, havia a possibilidade de distorção dos objetivos uma vez que os fundos “também atendiam aos interesses econômicos em jogo nas diversas províncias do Império”.¹⁰¹

A Sociedade Abolicionista, por sua vez, seria formada por gestos espontâneos da comunidade, embora assentada sobre bases escravistas, “estava fortemente motivada pelas idéias liberais e pelo positivismo”.¹⁰²

Para Eunice Ajala, a Sociedade Abolicionista Corumbaense “nasceu da vontade e da iniciativa dos corumbaenses que se propuseram a propugnar pela libertação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá, independente da ação do governo”. Assim, organizaram conferências, quermesses, feiras, bazares, recitais, para angariar fundos para a libertação dos cativos. Realidade que, segundo Eunice Ajala, assim como ocorria na Vila de Santa Cruz de Corumbá, “são atividades típicas realizadas em todo o Império, que faziam parte do elenco de programas das Sociedades Emancipadoras, cujas rendas visavam ser revertidas em benefício dos escravos”. Para a autora, esse movimento local extrapolou fronteiras e obteve a adesão de um grupo de senhoras uruguaias, residentes em Montevideú, que enviaram “prendas” para a campanha abolicionista.¹⁰³

¹⁰⁰ ROCHA, Eunice Ajala. “O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá. (1873-1888)”. Corumbá: *Dimensão*; UEMT, 1975/1977.

¹⁰¹ Id., ib., p. 81.

¹⁰² Loc., cit.

¹⁰³ Id., ib., p. 81.

De acordo com a historiadora, as duas entidades, Junta de Emancipação e Sociedade Abolicionista, “que tendo como postulado a libertação dos escravos, embora diversas na sua constituição, mantém ainda uma idéia comum: a de não abrir mão da indenização devida ao senhor, dono dos escravos”. Esse ressarcimento tanto poderia ser realizado pelo Estado, através do Fundo de Emancipação, quanto por particular ou, ainda, pelo próprio trabalhador escravizado, “a quem era permitido a formação de um pecúlio para a aquisição da própria liberdade. Essa era a finalidade das Associações de caráter emancipador, que se propondo a trabalhar para obter os recursos necessários, tendiam a preservar o capital dos senhores de escravos empregado na aquisição de braços para o trabalho”.¹⁰⁴

Em seu artigo “O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá”, Eunice Ajala Rocha destacou pormenorizadamente a instalação da Sociedade Abolicionista Corumbaense, seus sócios e andamento da sessão: “[...] transcorreu num clima de entusiasmo e euforia, entre vivas e aplausos. Nela se manifestou a ação espontânea de dois dos seus organizadores, que libertaram seus únicos escravos”. O ato representou, em outras vilas e cidades, a propagação da propaganda abolicionista, cujo objetivo era preparar “a opinião pública, aproveitando-se das diversas cerimônias, para conceder alforria aos escravos”.¹⁰⁵

A historiadora descreveu, detalhadamente, o estatuto, os sócios, as reuniões, os trabalhos da Junta Classificadora dos Escravos da Sociedade Abolicionista Corumbaense. Sua conclusão evidencia os objetivos de sua pesquisa: “Procuramos analisar a emancipação dos escravos em Corumbá como parte de um processo que se desencadeava em todo o Império de acordo com os interesses econômicos considerados à época como prioritários em cada região.”¹⁰⁶

“A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)”

Elaine Cancian elegeu o assunto escravidão e arquitetura urbana no Mato Grosso como tema de sua dissertação de mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dirigida pela dra. Maria do Carmo Brazil e publicada em 2006, a obra chama a atenção para a questão da preservação do patrimônio cultural, pois aborda sobre a

¹⁰⁴ Id., ib., pp. 81-2.

¹⁰⁵ Id., ib., p. 82.

¹⁰⁶ Id., ib., p. 94.

arquitetura das moradias mais antigas ainda existentes em Corumbá, em geral pouco preservadas.

Para a autora, a preservação envolve interesses diversos, de econômico a particulares, de uma classe ou de indivíduos, “o que tem dificultado, portanto, a aplicação de programa ou da lei que visa defesa dos elementos significativos no reconhecimento dos bens culturais de uma dada sociedade no tempo e espaço”.¹⁰⁷ No passado brasileiro, bens culturais teriam sido destruídos por se constituírem em memória inaceitável. “Construções, documentos, artefatos, símbolos de dominação e de práticas pouco civilizadas representantes de uma época da nossa história tiveram sua permanência comprometida por governos posteriores ou por particulares, que almejavam apagar da memória histórica certos acontecimentos.”¹⁰⁸

Elaine Cancian explicou: “A ação do tempo, o desinteresse ou desconhecimento das autoridades públicas e dos segmentos privados sobre o valor de uma residência do século XIX puseram em risco a permanência de estruturas internas e externas projetadas para atenderem às necessidades sociais e econômicas dos habitantes do passado, com valores diversos dos nossos.”¹⁰⁹ Por isso, a decisão da historiadora: “[...] optei por compreender a arquitetura e a escravidão no Brasil e em Mato Grosso durante o século XIX que consubstanciou a sociedade estudada, para então construir um entendimento de como se projetaram em Corumbá, as moradias, no contexto das relações escravistas no espaço público e privado.”¹¹⁰

Para Cancian, as moradias nascem e são usadas conforme as relações sociais de cada época: “[...] a grande quantidade de cativos favoreceu a edificação de grandes moradias as quais funcionavam às expensas da mão-de-obra escravizada. Era o *negro* que executava todas as tarefas das casas, carregar água para abastecimento da cozinha e camarinhas, limpar os vários cômodos, tirar os dejetos acumulados nos tigres, cozinhar para a família [...]. A extensão da casa e a quantidade de cativos garantiam aos proprietários *status* e representavam seu poder na sociedade local.”¹¹¹

Firmada em obras específicas sobre a arquitetura, a autora sustenta que ao longo de todo o período escravista, as construções eruditas apresentaram no geral as mesmas características do período colonial. Expõe que a independência brasileira, em 1822, não

¹⁰⁷ CANCIAN, Elaine. “A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)”. Dissertação. Dourados: UFMS, 2005. p. 2.

¹⁰⁸ Id., ib., p. 36

¹⁰⁹ Id., ib., p. 37

¹¹⁰ Id., ib., p. 37

¹¹¹ Id., ib., p. 60.

alterou-as, já que continuaram sendo estruturadas seguindo os padrões urbanísticos e arquitetônicos da época colonial, sobretudo permaneceram registrando as relações sociais escravistas. A autora acentua, “durante a escravidão, cada peça dos sobrados e das casas térreas, tinha função distinta, ou seja, cada peça era usada de modo a atender às necessidades da família”. As peças mais inseguras e insalubres como os pavimentos térreos dos sobrados e as cozinhas eram locais de descanso dos cativos.¹¹²

A autora informou que as moradias cuiabanas das classes populares eram caiadas, com poucos móveis e utensílios domésticos. Eram usados a rede e couro para dormir. A água usada nessas moradias era fornecida por cisternas localizadas nos quintais ou pelo próprio rio Cuiabá. Assim, numa labuta infinda, os cativos domésticos e de ganho iam e vinham dos córregos e rios.¹¹³ Para higiene pessoal, também era utilizada a mão-de-obra escravizada. A água para o banho, a limpeza dos urinóis, o ato de vestir-se requeriam o trabalhador escravizado. “Com o auxílio de um cativo, a água era derramada sobre o corpo da pessoa. Além das bacias de uso pessoal para o asseio diário, eram mantidos nos quartos os urinóis (capitães, pinicos) fabricados em barro rústico ou nas mais sofisticadas porcelanas.”¹¹⁴

Segundo Cancian, “os serviços mais sujos, féticos e pesados eram tarefas destinadas ao trabalhador escravizado. As dificuldades com o asseio por falta de água encanada eram constantes na sociedade brasileira [...]. Na capital da Província de Mato Grosso, a água encanada passou a ser uma realidade a partir de 1880”.¹¹⁵ A autora registrou ainda que “as próprias relações sociais escravistas contribuíram para que os espaços internos fossem escuros, mal divididos, oferecendo pouca circulação do ar e luminosidade. Sobrados e vivendas do período escravista eram reflexos de uma sociedade marcada pela presença e medo do cativo; pelo desprezo do trabalho físico pelo homem livre e pela tentativa de imitação dos padrões europeus, inadequados ao clima tropical”.¹¹⁶ As casas que a autora nomeou de *escravistas* eram edificadas para suportar o clima e proteger os proprietários de reais e supostos perigos advindos dos cativos.¹¹⁷

Abolida a escravidão, os ex-cativos foram excluídos das casas e do convívio com o proprietário abastado. A autora revelou que os negros libertos e seus

¹¹² Id., ib., p. 90.

¹¹³ Id., ib., p. 69.

¹¹⁴ Id., ib., p. 92.

¹¹⁵ Id. Ib.

¹¹⁶ Id., ib., p. 101

¹¹⁷ Id., ib., p. 101

descendentes foram afastados dos espaços mais nobres da cidade de Corumbá e estabeleceram-se em locais desprezados pela população local, principalmente pelas pessoas mais abastadas. “Nos becos, nos locais desvalorizados, nos arrabaldes, os africanos e afro-descendentes, recém libertos, construíram suas moradas.”¹¹⁸

Fizemos um rápido resumo da historiografia da escravidão no Mato Grosso, percorrendo essas nove obras. Em síntese, a maioria desses autores centraram suas pesquisas no século 19. No geral, os estudos analisados apresentaram interesse na economia mato-grossense com especial destaque às diversas atividades exercidas pelos trabalhadores escravizados, tanto no meio rural como urbano. Assim, naquela sociedade escravista, lêem-se relações sociais e de trabalho alicerçadas sobre a violência e a reação dos cativos a essa realidade.

Nas obras realizadas, percebe-se também que a maior concentração das informações foi relativa ao norte de Mato Grosso e menos no sul - atual Mato Grosso do Sul. Os motivos são óbvios: houve grande número de trabalhadores escravizados no norte, devido à corrida ao ouro e à necessidade de um número maior de mão-de-obra e o conseqüente desenvolvimento das vilas e população. Outro motivo é a farta documentação concentrada em Cuiabá na capital da então Província, onde era reunida toda a documentação das cidades e vilas de Mato Grosso. Ao detectar estes fragmentos e lacunas existentes na historiografia mato-grossense, o meu maior desafio foi encontrar as fontes e analisar a escravidão no sul de Mato Grosso. Este foi o objetivo a que me propuz.

¹¹⁸ Id., ib., p. 109.

II Capítulo

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA

Interesses de Espanha

Sobre a conquista da América, muitos pesquisadores concordam que o interesse primeiro era a busca por bens materiais, sobretudo os minerais preciosos. Nesse sentido, a descoberta de tesouros e minas de prata e ouro nos territórios do império espanhol nas zonas do altiplano andino e do México central impulsionou o desenvolvimento do capitalismo na Espanha.

A partir de 1545, com os achados de Potosí, os exploradores espanhóis intensificaram a colonização efetiva das terras da América do Sul. Para o historiador Otávio Canavarros, em “Os conflitos entre espanhóis e o avanço luso-paulista no extremo oeste”, de 2002, “toda a política de conquista de Castela, na América do Sul, ficou subordinada à defesa desse patrimônio de valor incalculável. A zona periférica do Alto Peru começou a ser vista como região de reserva de mão-de-obra e de segurança de novas minas.”¹¹⁹

Consolidada a conquista, a busca por mais ouro e prata passou a ser o objetivo dos exploradores. Podemos precisar esta conclusão com a transcrição que fez o indigenista Miguel León Portilla em *A conquista da América Latina vista pelos índios*. O texto traz parte dos *Presságios funestos segundo os informantes de Sahagún*: “Neste tempo o ouro é requisitado, as pessoas são interrogadas, pergunta-se a elas se acaso têm ouro, se o esconderam em seu escudo, se ali o tiverem guardado, se acaso em sua argola, seu berloque; tudo que seja ouro, logo deve ser ajuntado.”¹²⁰

A Encomienda

De acordo com Otávio Canavarros, a produção colonial foi organizada a partir da exploração da mão-de-obra indígena. O trabalho dos nativos era utilizado para “a

¹¹⁹ CANAVARROS, Otávio. “Os conflitos entre espanhóis e o avanço luso-paulista no extremo oeste”. Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2002. p.303.

¹²⁰ PORTILLA, Miguel Leon. *A conquista da América latina vista pelos índios. Relatos astecas, maias e incas*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. pp. 23; 45

produção de subsistência, para os ervais, criação extensiva do gado vacum, ovino e cavalari. Com os Cario, os espanhóis se aliaram e miscigenaram, dando origem ao cuñadasgo”.¹²¹

A historiadora rio-grandense Helen Osório lembra que devido à grande concentração da mão-de-obra nativa dessas áreas, poucas regiões da América hispânica foram exploradas com base no trabalho escravizado de africanos. “Excetuando-se Cuba, estima-se que apenas 9% dos cativos tiveram como destino as possessões espanholas”.¹²² Muitos desses espaços seriam pouco povoados ou com escassos atrativos econômicos, como a Amazônia, Paraguai e o norte do México, onde se desenvolveu a atividade missionária de ordens religiosas.

Devemos destacar também que a colonização dessa área foi sendo organizada tanto por particulares, em nome da Metrópole, como pela ação catequética dos missionários católicos. Esses últimos com um papel destacado no processo de colonização, que em *nome da defesa* dos povos nativos, foi um dos grandes responsáveis pela imposição de uma nova religião, uma nova moral e novos costumes, com isso, desmantelando a cultura autóctone.

A grande maioria da população hispano-americana foi submetida ao trabalho escravizado através da *mita* ou da *encomienda*.

Segundo Helen Osório, a *encomienda* era o sistema de trabalho obrigatório, não remunerado, em que os nativos eram concedidos a um colono espanhol, o *encomendero*, que se comprometia a *crislianizá-los* e *protegê-los*. Podia “o *encomendero* exigir-lhes trabalho (*encomienda* de serviços) e gêneros (*encomienda* de tributos)”. A *encomienda* desenvolveu-se durante a segunda década do século 16. “Iniciou como um substituto da escravidão, ou como um compromisso oficial entre a escravidão extrema praticada pelos primeiros colonos e o sistema de trabalho livre, teoricamente aprovado pela Coroa”.¹²³ Já no México, América Central e Peru, a *encomienda* diferenciou-se da insular, por basear-se na comunidade nativa, estabelecida como unidade de concessão e de dependência dos recursos e estrutura sociais das comunidades. “A *encomienda* conjugou, portanto, aspectos da tradição feudal ibérica da reconquista (recompensa por serviços prestados) com práticas tributárias pré-colombianas.”¹²⁴

¹²¹ CANAVARROS. “Os conflitos entre [...]. Ob. Cit. p. 304.

¹²² OSÓRIO, Helen. “Estruturas socioeconômicas coloniais”. In: Wasserman, Cláudia. (Org.). *História da América Latina: cinco séculos*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996. p.41.

¹²³ Id., ib. p.43.

¹²⁴ Loc., cit.

No México, de 1521 a 1542, os nativos encomendados continuaram sendo alimentados por sua comunidade, que também arcava com os gastos de traslado dos trabalhadores, da aldeia até o local onde prestavam serviços. “Os índios submetidos à *encomienda* continuaram a ser produtores camponeses radicados em suas aldeias, mas que de forma compulsória e temporária realizavam trabalhos variados ao *encomendero*”.¹²⁵ Conseqüentemente, a exploração das comunidades aumentou, pois além de produzir para suas famílias, tinham que dar conta do excedente ao *encomendero*.

A Mita ou repartimientos de índios

A *mita* era a prestação compulsória e rotativa de trabalho. O regime da *mita* consistia na exploração das comunidades nativas dominadas, onde os homens eram sorteados, em geral para trabalharem por quatro meses, recebendo pagamento mínimo. Findo esse tempo, retornavam às aldeias, onde um novo grupo de homens substituiriam os primeiros. Esse sistema era vantajoso para a Coroa e para muitos colonos, pois conseqüentemente afastaria os nativos do controle arbitrário dos *encomenderos*, “diminuindo sua riqueza e poder político, colocando-os à disposição do crescente número de espanhóis que chegavam ao Novo Mundo”.¹²⁶

No entanto, a população nativa foi sucumbindo. “[...] a população autóctone do México central diminuiu de 25 milhões antes da chegada dos espanhóis para 17 milhões em 1523; 6 milhões em 1548; 3 milhões em 1568; 2 milhões em 1580 e, por volta de 1630, não sobreviveriam mais do que 750 mil índios ou 3% da população pré-hispânica”.¹²⁷

Violências na conquista

Hernan Cortez, no México, Francisco Pizarro e Diogo Almagro, no Peru, foram os conquistadores espanhóis que, devido à violência e proporção da exploração, marcaram com mortes o início do processo de colonização das terras espanholas na América. O frei Bartolomé de Las Casas relatou e solicitou ao rei mais *humanidade* no tratamento das populações indígenas daquele período.

¹²⁵ OSÓRIO. “Estruturas socioeconômicas [...]”. Ob. Cit. p. 43

¹²⁶ Loc., cit.

¹²⁷ Loc., cit.

Como capelão de uma das tropas, Las Casas foi testemunha do massacre sobre Caonao. Relatou que, chegando próximo a um riacho, a tropa encontrou várias pedras de amolar e com elas amolaram as espadas. Ao chegar à aldeia: um espanhol, subitamente, desembainhou a espada, que parecia “ter sido tomada pelo diabo, e imediatamente os outros cem fazem o mesmo, e começam a estripar, rasgar e massacrar aqueles homens e mulheres, crianças e velhos que estavam sentados, olhando espantados para os cavalos e para os espanhóis [...]. Começaram a matar todos os que ali se encontravam, tanto que o sangue corria por toda parte, como se tivessem matado um rebanho de vacas”.¹²⁸

São vários os relatos demonstrando que os espanhóis expropriaram os bens e escravizaram as comunidades nativas conquistadas. Para tal, marcaram a história desses povos com a violência, numa clara demonstração de poder e barbárie. Cito o relato do bispo de Yucatán, Diego de Landa, que, de acordo com Todorov, nem era especialmente favorável aos nativos. Ele dizia ter visto “uma grande árvore próxima desse local, em cujos ramos o capitão enforcou um grande número de índias e em seus pés enforcou também as criancinhas”. O relator prossegue: “Os espanhóis cometeram crueldades inauditas, cortando as mãos, os braços, as pernas, cortando os seios das mulheres [...]. E se os que traziam coleira em torno do pescoço, ficassem doentes ou não caminhassem tão rapidamente quanto seus companheiros, cortavam-lhes a cabeça, para não terem de parar e soltá-los.”¹²⁹

A colonização trouxe duras conseqüências aos povos nativos. Desagregação de suas comunidades, mortes, fome, excesso de trabalho, etc., são algumas causas que levaram ao aniquilamento tendencial e absoluto da população nativa que, ao longo dos anos, lutou para proteger seu espaço, suas aldeias, famílias, com desespero e coragem contra os implacáveis *conquistadores*.

Interesses de Portugal

A princípio, não parecia interessante para Portugal ocupar as terras de Santa Cruz, pois, de imediato, nada comprovava que nelas houvesse prata e ouro, como na América espanhola. No entanto, era preciso vigiar, conhecer e estabelecer feitorias.

¹²⁸ LAS CASAS, Bartolomé de. “A Descoberta das Índias”. In: TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. pp. 136-7.

¹²⁹ TODOROV. *A conquista da [...]*. Ob. Cit. pp. 137-8.

Em 1501, Portugal encaminhou à colônia uma expedição para explorar alguns pontos do litoral. Ao invés das esperadas riquezas em ouro e diamantes, encontraram homens nus, pássaros exóticos, matas exuberantes cheias de cores das grandes araras.¹³⁰ Quase de imediato, constataram que a grande vantagem era a abundância do pau-brasil, do qual, originou-se, mais tarde, o nome das novas terras.

Posteriormente criou-se uma companhia com contrato entre a Coroa portuguesa e comerciantes a fim de explorar o pau-brasil, de cuja madeira se extraía a tinta muito utilizada nas manufaturas de tecidos da época, interessante por seu valor comercial.

Os portugueses esperavam que nessas terras fossem encontrar metais preciosos, e como os negócios no Oriente não iam lá muito bem, decidiram então, a partir de 1530, ocupar a colônia e transformá-la em fonte de renda.

Primeiros contatos

Segundo Mário Maestri, no início do século 16, comunidades tupinambás (subcultura tupi-guarani) “senhoreavam”, sob diversos nomes, a maior parte da faixa litorânea que ia da foz do rio Amazonas à ilha de Cananéia, no atual litoral paulista. Após aparecerem, mil anos antes, na desembocadura do rio Amazonas, provenientes do médio curso do grande rio, “evoluíram rapidamente, ao longo do litoral, em direção ao sul, combatendo e expulsando com ferocidade povos caçadores-coletores menos aparelhados que ali se encontravam. Quando os lusitanos chegaram às costas brasílicas, os tupinambás haviam alcançado as imediações da ilha de Cananéia, no atual litoral paulista”.¹³¹

Esse povo de língua tupi-guarani praticava uma “horticultura tropical e subtropical de subsistência baseada no milho, na batata-doce, nas vagens e, principalmente, na mandioca – tubérculo, talvez, originário do litoral tropical brasileiro”.¹³²

Inicialmente, os nativos tupinambás da costa aliaram-se aos portugueses e, pacificamente, trocavam o pau-brasil e outros gêneros por ferramentas e variados

¹³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956. pp. 69-70; MAESTRI, Mário. “No tempo do pau-brasil. Considerações sobre o sentido econômico do contato de ‘brasis’ e europeus no início do Quinhentos”. Porto Alegre: *Véritas*, V-36, nº 141, março 1991. p. 117.

¹³¹ MAESTRI, Mário. *Senhores do litoral: Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro* (século 16). 2 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1994. p. 9.

¹³² MAESTRI. *Senhores do [...]*. Ob. Cit. p. 9

produtos europeus – *escambo*. Os nativos coletavam, caçavam e plantavam para os lusitanos, em troca desses produtos. Eles eram, sobretudo, os responsáveis pela extração e carregamento do pau-brasil transportado pelos navios para a Europa. Mário Maestri lembra: “Em boa medida, os portugueses apenas potencializaram a colonização do litoral realizada, nos séculos anteriores, pela onda expansionista tupinambá.”¹³³

O escambo

Com o passar do tempo, satisfeitas as necessidades básicas sobretudo em ferramentas do americano, os nativos se recusaram em colaborar. Em *Do escambo à escravidão*, de 1943, o historiador estadunidense Alexander Marchant explicou que “antes, os índios se contentavam com artigos baratos, então custava muito pouco aos portugueses obter, da parte deles, mantimentos e braços”. Porém, essa realidade mudou. “Os índios eram livres de fornecer mantimentos e braços em troca de mercadorias; por conseguinte, eram livres de se recusar a fornecer aos portugueses”.¹³⁴

Em *Negros da terra*, de 1994, o historiador John Manuel Monteiro escreveu que os colonos, inicialmente, procuravam suprir-se de trabalhadores nativos de duas maneiras: através do escambo ou da compra de cativos. Porém, nenhuma das maneiras “mostrou-se eficiente, devido à recusa dos índios em colaborar à altura das expectativas portuguesas. Expectativas estas que, ademais, provocaram rupturas nas relações intertribais já existentes antes da chegada dos europeus”.¹³⁵

Com o passar do tempo, lembra o mesmo autor, “a postura dos índios começou a subverter o projeto dos europeus, justamente porque a transformação das sociedades nativas não caminhava na direção desejada pelos portugueses”. Assim, fracassado o sistema de escambo, sobretudo no abastecimento de gêneros alimentícios, os portugueses começaram a depender mais e mais da produção e mão-de-obra autóctone para seu próprio sustento.¹³⁶

Segundo John Monteiro, as relações de trocas estavam vinculadas intrinsecamente ao estabelecimento de alianças com os europeus e não enquadradas no contexto de uma economia de mercado em formação. “Portanto, os índios aceitaram e

¹³³ Id., ib., p. 10.

¹³⁴ MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980. p. 58.

¹³⁵ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra, índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. pp. 31-2.

¹³⁶ Idem. *Ibidem*.

até promoveram semelhantes relações desde que elas contribuíssem para a realização de finalidades tradicionais. Paradoxalmente, foi nesta postura ostensivamente conservadora que os grupos tupis contribuíram para a transformação acelerada das relações intertribais e luso-indígena.”¹³⁷

Quando o escambo se mostrou pouco eficiente para atender às necessidades básicas dos europeus, eles “procuraram reformular a base da economia através da apropriação direta da mão-de-obra indígena, sobretudo na forma da escravidão”.¹³⁸

O trabalho compulsório

Em *O escravismo colonial*, de 1978, o historiador baiano Jacob Gorender escreveu sobre o mesmo tema que o “contato entre os portugueses e as tribos autóctones mudou radicalmente mediante o povoamento e a exploração econômica permanente. Agora, tratava-se de expulsar os aborígenes de grandes tratos de terra, sucessivamente ampliados, e de obrigá-los ao trabalho escravo”.¹³⁹

Antes do processo de colonização, os nativos não conheciam a escravidão. Até então, os tupis-guaranis, quando aprisionavam um guerreiro de tribo diferente, se não o executavam e o *devoravam* imediatamente, tinham-no como prisioneiro de guerra, sendo assimilados pela aldeia, por um certo período, até serem devorados em banquetes cerimoniais.

Porém, diversos cronistas deram aos prisioneiros a denominação de “escravos”. Apesar disso, os prisioneiros capturados durante a guerra não eram coagidos a trabalhar mais do que os outros membros da comunidade nativa e se beneficiavam, no geral, da distribuição igualitária do produto.¹⁴⁰

Jacob Gorender explicou que os colonizadores não conseguiram introduzir a escravidão no meio da formação tribal, “porém a habituou ao tráfico de escravos”. Os prisioneiros, que antes eram capturados para os banquetes cerimoniais, passaram a ser trocados por produtos europeus. “O que a princípio devia ser apenas incidental adquiriu feição regular e os portugueses estabeleceram alianças com tribos que se dedicavam

¹³⁷ Loc. cit.

¹³⁸ Loc. cit.

¹³⁹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985. pp. 119-20.

¹⁴⁰ Id., ib., p. 121.

sistematicamente à captura de prisioneiros para fornecê-los como escravos aos colonos”.¹⁴¹

Segundo Mário Maestri, em *Senhores do litoral*, até o início do século 17, “o americano escravizado foi o grande pilar da produção colonial luso-brasílica. Nos primeiros tempos, os colonos compraram e feitorizaram brasis aprisionados pelas comunidades aldeãs aliadas”.¹⁴²

O crescimento da produção açucareira e das outras atividades determinou uma crescente necessidade de mão-de-obra. “Os colonos passaram a feitorizar as comunidades amigas e inimigas”. Conseqüentemente, os “nativos responderam duramente aos ataques lusitanos e à perda das terras. Tentando pacificar o litoral, a Coroa proibiu a escravização indiscriminada dos americanos. Em geral, as ordens reais foram ignoradas e as autoridades fizeram vistas grossas à desobediência”.¹⁴³

Descimentos

O período 1540-1570 marcou o auge da escravização americana nos engenhos do Brasil, sobretudo os localizados em Pernambuco e na Bahia. No entanto, a Coroa lusitana considerava, ao menos retórica e formalmente, imoral escravizar os nativos. Entretanto, os colonos centravam cada vez mais sua produção na mão-de-obra escravizada. Assim, a Coroa portuguesa, apesar de ter começado a criar em 1570 uma legislação para proibir a escravização dos nativos, deixou brechas na lei para não extingui-la, o que afetaria a produção açucareira e por conseqüência, reduziria seus lucros.

Em “Índios livres e índios escravos”, de 1992, a cientista social e antropóloga Beatriz Perrone-Moisés escreveu que, ao longo do Brasil colonial, havia *índios aldeados* e aliados dos portugueses, e *índios inimigos ou gentio bravo* espalhados pelos ‘sertões’. A diferença entre um e outro estava na legislação e política para os nativos da época. “Nesse sentido pode-se seguir uma linha de política indigenista que se aplica aos índios aldeados e aliados e uma outra, para os inimigos, cujos princípios se mantêm ao longo da colonização.”¹⁴⁴

¹⁴¹ GORENDER. *O escravismo* [...]. Ob. Cit. p. 121.

¹⁴² MAESTRI, Mário. *Senhores do* [...]. Ob. Cit. p. 93.

¹⁴³ Idem. *Ibidem*.

¹⁴⁴ PERRONE-MOISÉS, B. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colônial”. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/SMC/FAPESP, 1992. p. 117.

De acordo com Beatriz Perrone, para os nativos aldeados foi garantida a liberdade ao longo de toda a colonização, uma vez que deles também dependiam o sustento e defesa da colônia. Porém, a política para com os nativos aliados e de aldeias deveria seguir o itinerário seguinte: em primeiro lugar, os brasis deveriam ser *descidos*, isto é, trazidos de suas aldeias no interior das matas, para junto das povoações portuguesas.

Na costa, os nativos deveriam “ser catequizados e civilizados, de modo a tornarem-se ‘vassalos úteis’, como dirão documentos do século XVIII. Deles dependerá o sustento dos moradores, tanto no trabalho das roças, produzindo gêneros de primeira necessidade, quanto no trabalho nas plantações dos colonizadores”.¹⁴⁵ Esses nativos seriam também responsáveis por novos *descimentos*, pois conheciam a terra e a língua, além do exemplo que poderiam dar. “Serão também eles, os principais defensores da colônia, constituindo o grosso dos contingentes de tropas de guerra contra inimigos, tanto indígenas quanto europeus”.¹⁴⁶

Segundo Beatriz Perrone, a presença de um missionário junto às tropas de *descimento* era obrigatória e expressamente estabelecida desde a Lei de 24/2/1587. Em um primeiro momento, eram os jesuítas exclusivamente os encarregados do controle e condução dos *descimentos*, depois, em vários momentos, de acordo com as determinações legais – Regimentos das Missões, Alvarás, leis - onde os *descimentos* deveriam ser feitos tanto pelos jesuítas, administradores seculares da aldeia ou permitido a moradores, no entanto a presença dos missionários era sempre exigida.¹⁴⁷

“Senhores das terras, como o são na serra”

Para Beatriz Perrone a expressão “Senhores das terras, como o são na serra”, sintetizava verbalmente a suposta garantia das terras e aldeias dadas aos nativos, pela primeira vez no Alvará de 26/7/1596, garantia estendida à posse dessas terras pela Provisão de 8/7/1604.¹⁴⁸ Para administrar as novas aldeias, os jesuítas eram os responsáveis, não apenas pela catequese, como também pela organização e “repartição

¹⁴⁵ Id., ib., p. 118.

¹⁴⁶ Loc., cit.

¹⁴⁷ Loc., cit.

¹⁴⁸ Id., ib., p. 119.

dos trabalhadores indígenas pelos serviços, tanto da aldeia, quanto para moradores e para a Coroa”.¹⁴⁹

O trabalho deveria ser remunerado conforme diziam as leis. No entanto, “muitos desses documentos mencionam o fato de os índios das aldeias que trabalham para particulares por salário fazem-no voluntariamente ou ‘de bom grado’”.¹⁵⁰ A mesma autora escreveu que havia desrespeito às *normas de utilização*, “por parte dos moradores que, tentam manter os índios das aldeias como escravos. A liberdade é violada, o prazo estipulado, desobedecido, e os salários não são pagos: há vários indícios de que os índios das aldeias acabavam em situação pior do que os escravos, sobrecarregados, explorados, mandados de um lado para o outro sem que sua ‘vontade’, exigida pelas leis, fosse considerada”.¹⁵¹

No clássico *Capítulos de historia colonial*, de 1907, o historiador Capistrano de Abreu apontou, no texto do padre José de Anchieta, como eram tratados os *antigos senhores das terras*. “Vão ver agora os engenhos e fazendas da Bahia, achá-los-ão cheios de negros da Guiné [africanos] e mui poucos da terra [americanos], e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu porque os portugueses vão ao sertão e enganam a esta gente, dizendo-lhes que se venham com eles para o mar e que estarão em suas aldeias como lá estão em sua terra e que seriam seus vizinhos”. Porém a realidade era outra: “Os índios crendo que é verdade vêm-se com eles e os portugueses por ser os índios não se arrependem, lhes desmancham logo toda as suas roças e assim os trazem, e chegando ao mar os repartem entre si, uns levam as mulheres, outros os maridos, outros os filhos e os vendem.”¹⁵²

Quando não estavam sendo *caçados* e, em consequência, submetidos e lutando contra essa situação, os nativos estavam sendo desaldeados nas missões jesuíticas, sem que desse processo, no que diz respeito ao Brasil, surgisse uma outra cultura e modo de vida superior, como nas missões espanholas do sul da América. De acordo com Capistrano de Abreu, as primeiras missões estabelecidas “à roda da baía de Todos-os-Santos ficavam em ponto cuidadosamente escolhido, perto do mar para os índios se poderem manter com suas pescarias, e perto das matas para poderem fazer seus mantimentos; reuniam-se várias aldeias, sujeitas a um só chefe ou meirinho,

¹⁴⁹ Loc., cit.

¹⁵⁰ Id., ib., p. 120.

¹⁵¹ Id., ib., p. 121.

¹⁵² ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 5 ed. Brasília: EdUB, 1963. p. 79.

reconhecido pelos padres como o mais capaz de colaborar nesta obra de depuramento [sic], e nela residiam um padre e um irmão, que a tudo superintendiam.”¹⁵³

Missões jesuíticas

Capistrano descreveu o cotidiano das missões jesuíticas luso-brasileiras: “[...] a vida nas missões resume-a assim: Ensinam-lhes os padres todos os dias pela manhã a doutrina, esta geral, e lhes dizem missa antes de irem para suas roças; depois disso ficam os meninos na escola, onde aprendem a ler e escrever, contar e outros bons costumes, pertencentes à polícia cristã; à tarde tem outra doutrina particular a gente que toma o Santíssimo Sacramento [...].”¹⁵⁴

O mesmo autor expôs os métodos que os jesuítas utilizavam naquelas reduções: “O castigo que os índios têm é dado por seus meirinhos feitos pelos governadores e não há mais que quando fazem alguns delitos, o meirinho os manda meter em um tronco um dia ou dois, como ele quer; não tem correntes nem outros ferros da justiça.” E ainda: “Os padres incitam sempre aos índios que façam sempre suas roças, se for necessário, ajudem com eles aos portugueses por seu resgate, como é verdade que muitos portugueses comem das aldeias, por onde se pode dizer que os padres da Companhia são pais dos índios, assim das almas como dos corpos”.¹⁵⁵

Em *Senhores do litoral*, Mário Maestri expôs que, na América hispânica, “longe das aglomerações européias, a ‘redução’ de aldeias guaranis sob a autoridade dos jesuítas espanhóis deu frutos inegáveis. Durante décadas, assegurou a sobrevivência e desenvolvimento das populações guaranis acossadas pelos escravistas lusitanos e pelos *encomenderos* espanhóis. Nessas reduções, provou-se a capacidade americana de transitar, com rapidez e criatividade, para formas superiores de organização social”.¹⁵⁶

Segundo Maestri, essas reduções evidenciaram “que nenhuma barreira cultural ou incapacidade natural impediam que as comunidades americanas fossem incorporadas maciçamente às novas formações coloniais”.¹⁵⁷ O mesmo autor relatou que, na capitania da Bahia e em outras regiões, “apesar dos esforços e da dedicação dos jesuítas,

¹⁵³ Id., ib., p. 77.

¹⁵⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵⁵ Loc., cit.

¹⁵⁶ MAESTRI. *Senhores do [...]*. Ob. Cit. pp. 136-7

¹⁵⁷ Loc., cit.

ao lado das povoações lusitanas, as reduções organizaram, facilitaram e aceleraram a dizimação das populações brasílicas”.¹⁵⁸

Nas lutas contra a escravização, as comunidades nativas foram sendo dizimadas aos milhares. Mesmo no período da escravidão *negra*, os nativos continuaram a ser perseguidos pelos luso-brasileiros a fim de cativá-los, juntando-os aos africanos escravizados.¹⁵⁹ A bem da verdade, em algumas regiões do Brasil, essa realidade continuou até após a Abolição e além mesmo dela.

Entradas e bandeiras

Há muito que a historiografia brasileira pesquisa e produz trabalhos relacionados às aventuras dos *desbravadores dos sertões* brasileiros. *Entradas e bandeiras* foram minuciosamente estudadas e, por isso, cada detalhe dessas expedições foi registrado, dando-se especial destaque aos *feitos* dos *bandeirantes* que avançaram por regiões misteriosas, ignotas e selvagens.¹⁶⁰ Paulistas e portugueses, colonos e aventureiros penetraram os sertões do Brasil atrás do enriquecimento garantido pelas minas auríferas e, sobretudo, pela brutal escravização das populações nativas.

Em *Monções*, de 1945, o historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda propôs que a história das monções do Cuiabá seja “de certa forma, uma continuação das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil Central”.¹⁶¹

Segundo ele, desde 1622, muitos grupos armados procedentes de São Paulo, Paranaíba, Sorocaba e Itu trilharam terras mato-grossenses, “preando ou assolando povoações de castelhanos”. Resumidamente, Sérgio Buarque de Holanda destacou que, em 1648, Raposo Tavares atravessou a região de Vacaria, no Paraguai, para alcançar depois os rios da bacia do Paraguai. “Luiz Pedroso Xavier, como, antes dele, Antônio da Silva, vai morrer entre os índios das cordilheiras peruanas. Manoel de Campos Bicudo chega a penetrar vinte e quatro vezes a área entre o Paraná e o Paraguai”. O autor afirmou que, em 1690, Antônio Ferraz de Araújo e Manoel Frias desceram o rio Tietê, alcançaram as missões dos Chiquitos, ameaçaram Santa Cruz de la Sierra e foram

¹⁵⁸ Loc., cit.

¹⁵⁹ LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976. p. 19.

¹⁶⁰ SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Itatiaia: 1976. pp. 26-7.

¹⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 43.

derrotados, “salvando-se com vida, segundo testemunhas jesuíticas, apenas seis homens de sua bandeira”.¹⁶²

De acordo com a obra do historiador mineiro (residente em Cuiabá), João Carlos Ferreira, *Mato Grosso e seus municípios*, de 2001, em 1717, foi a vez do bandeirante Antônio Pires de Campos “que um ano antes esteve às margens do Rio Coxipó onde combateu e aprisionou centenas de índios coxiponés”.¹⁶³ Segundo a historiadora Lizandra Zago, em artigo recente, Antônio Pires de Campos, em 1727, já possuía um considerável contingente bororo que fazia guerra aos invasores, com inúmeras expedições punitivas. “Não se sabe como se tornou amigo e grande chefe dos *gentios*. Uma suposição aponta que Antônio Pires de Campos aprendera a língua e os costumes com os aprisionados que o pai levava para São Paulo e a amizade se reforçava à medida que venciam guerras contra inimigos (inimigos dos bandeirantes e dos Bororo), como os Payaguá, Caiapó, Guató, Guaicuru, Xaray, Acroá.”¹⁶⁴

O historiador João Carlos Ferreira acrescentou que Antônio Pires de Campos teria sido o primeiro descendente de europeu a atingir essas *remotas paragens*. “O segundo foi Pascoal Moreira Cabral que, junto à barra do Coxipó-Mirim, encontrou, em 1719, granitos de ouro cravados pelos barrancos. Dali subiu o rio até o lugar depois chamado Forquilha, onde teria aprisionado índios, com mostras de ouro nos botoques e em outros enfeites”.¹⁶⁵ Em São Paulo, a notícia do ouro encontrado por Pascoal Moreira Cabral causou grande alvoroço. A seguir, várias bandeiras foram organizadas e muitos luso-brasileiros aventuraram-se no interior do sertão cuiabano. Uma das conseqüências desse movimento foi a formação “dos primeiros núcleos populacionais e das primeiras fazendas agropastoris no interior da colônia.”¹⁶⁶

Sobre as populações nativas, Pascoal Moreira Cabral escreveu: “[...] é esta gente em tanta quantidade, que se podem numerar as suas povoações ou aldeias, muitas vezes em um dia de marcha se lhe passam dez e doze aldeias, e em cada uma destas têm dez

¹⁶² Loc., cit.

¹⁶³ FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: SEEMT, 2001. p. 34.

¹⁶⁴ ZAGO, Lizandra. “O Contato com os Bororo e o povoamento no território mato-grossense ao longo dos séculos XVIII e XIX”. Revista do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: *Patrimônio histórico e cultural: Identidade e poder*. Campo Grande: ANPUH/MS, 2004. pp. 2-3; BORDIGNON, M. [Enawurú]. *Os Bororos na história do Centro Oeste brasileiro - 1716/1986*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso/ CIMI-MT, 1986. p. 09.

¹⁶⁵ HOLANDA. *Monções*. Ob. cit. p. 44; RIEDEL, Diaulas (Org). *As selvas e o Pantanal – Goiás e Mato Grosso*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, [s.d]. p. 27; FERREIRA. *Mato Grosso [...]*. Ob. Cit. pp. 34-5; CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969. p. 195; SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: EdUFMT, 1975. p. 11.

¹⁶⁶ FERREIRA. *Mato Grosso [...]*. Ob. Cit p. 34.

até trinta casas, e nestas casas se acham algumas de 30 até 40 passos largos, e são redondas de um feitio de um forno; estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis, e é gentio de assento.”¹⁶⁷

Povoados em faixa de fronteira

Em 1748, a Coroa portuguesa criou a Capitania de Mato Grosso, desmembrando-a da Capitania de São Paulo. Com a intenção de ampliar o seu projeto de acumulação de riquezas, incentivou a presença e permanência dos portugueses nas terras dos nativos, o que lhes foi garantido através das “guerras justas”, que aceleraram o extermínio das sociedades autóctones. Para tanto, os mandos da metrópole lusitana priorizaram a criação de estabelecimentos para ocupação efetiva em lugares estratégicos.

A administração determinou a instalação de guarnições e vários povoados na faixa de fronteira, a fim de garantir a segurança das minas auríferas e constante vigilância das novas terras, tanto da região norte como do sul de Mato Grosso. As terras dos pantanais do rio Paraguai foram disputadas com os castelhanos por suas potencialidades estratégicas e econômicas. Sobre essa *necessidade*, em 1747, alertava Alexandre de Gusmão: “[...] o que sucede neste negócio faz mais patente a necessidade de que haja governador à parte nos Goiás e Cuiabá; o que hoje importa a colônia dos Goiás pela extensão e riqueza, e a do Cuiabá pela sua situação na vizinha dos castelhanos.”¹⁶⁸

Na literatura sobre *a epopéia dos desbravadores dos sertões*, encontramos a narração dos méritos dos bandeirantes. Nessa mesma literatura, vemos a agonia do fim da independência do nativo, transformado nas bandeiras em *aliado* e em mão-de-obra, escravizada ou semi-servil. A exemplo, cito o paulista, jornalista e poeta Cassiano Ricardo, que em sua *Marcha para o Oeste*, de 1970, escreveu: “[...] como parte da bandeira, formando o seu elemento constitutivo de maior importância, e entrando na sua composição social, é que o índio entrou no fenômeno bandeira com sua função de abrir

¹⁶⁷ CAMPOS, Antônio Pires de. *Breve notícia*. In: CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969. p. 83.

¹⁶⁸ GUSMÃO, Alexandre de. *O tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. Parte I, tomo II, doc. XIII, p. 95.

caminho, construção de canoas, caça e vigilância policial. O índio entra na bandeira como seu comparsa [...]”.¹⁶⁹

O autor prossegue: “A principio não há senão índios – ‘o gentio da terra’ já bandeirando.”¹⁷⁰ Ao longo de sua obra *Marcha para o oeste*, Cassiano Ricardo sugeriu que quando paulistas ou portugueses saíam para bandeirar tinham como *parceiros* os americanos e os africanos. No entanto, tratava-se de relação de *submetido* e de *subjugador* e, por isso, desigual e não de parceria. A colaboração era aparente. A resistência é permanente.

Em *Negros da terra*, John Manuel Monteiro escreveu que o bandeirantismo paulista tinha como objetivo principal o *apreamento* dos nativos para mão-de-obra: “[...] as freqüentes incursões ao interior, em vez de abastecerem um suposto mercado de escravos índios no litoral, alimentavam uma crescente força de trabalho indígena no planalto, possibilitando a produção e o transporte de excedentes agrícolas.”¹⁷¹

Terras ameríndias

Inúmeros são os relatos sobre a *necessidade* de redução das centenas de comunidades nativas que senhoreavam os *sertões* do Mato Grosso. O então primeiro capitão general de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, em 1758, em carta para o irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-geral do Grão-Pará e Maranhão, solicitou a *redução* dos nativos nos seguintes termos: “Pelo que não me oferece dúvida que Vossa Excelência vença a dificuldade de os reduzir a viverem como homens racionais, principalmente aplicando-lhe os meios aptos para esse fim como tão importante, assim para o serviço de Deus, como de sua majestade, ainda com menos esperanças, de bom sucesso seria sempre sumamente louvável a empresa.”¹⁷²

A vida do nativo era negociada não apenas por *preadores* e particulares, mas também por representantes da coroa lusa. Aldeias inteiras eram tomadas e retiradas de seu habitat natural e, nesse vaivém, muitos milhares de nativos foram perseguidos, e tantos outros, mortos. No mesmo ano, o conde de Azambuja escreveu para Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. E

¹⁶⁹ RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: EdUSP: José Olympio, 1970. p. 95.

¹⁷⁰ Id., ib., p. 285.

¹⁷¹ MONTEIRO. *Negros da [...]*. Ob. Cit. p. 8

¹⁷² MOURA, Antônio Rolim de. *Correspondências*. Cuiabá: FUFMT, 1983. V-3, p. 204.

dentre outras solicitações, falou das dificuldades em reduzir os bororos do rio abaixo, porque os nativos que ele enviara para a região denominada de Pedras, com o alferes de Dragões, alguns morreram e outros “padeceram suas queixas, e receei que se os quisessem obrigar a irem estabelecer no mesmo distrito, me fugissem todos, o que fazem facilmente, e assim os sitiei no Rio Alegre, dali mesmo se pode puxar por eles com facilidade, sendo necessário, para qualquer expedição”.¹⁷³

Passados mais de um século, em 1878, a insistência para o aldeamento e a *necessidade* de garantir a mão-de-obra dos nativos eram lidas em cartas dos colonos e nos relatórios da Província: “Quanto à catequese, julgo que a única medida a adotar-se para realizá-la consiste na criação de muitas colônias militares nas proximidades dos lugares por onde vagueiam os selvagens [sic], de modo que essas colônias tornem-se centros de atração e aldeamentos dos mesmos.”¹⁷⁴

Catequese e civilização

Em *Vozes no silêncio*, de 1995, a historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo destacou: “Se o Estado conseguiu disciplinar parte das nações [nativos], elas, por seu turno, resistiram usando também de todo o seu poderio. Os códigos e os acordos estabelecidos com os brancos eram facilmente rompidos. Os gentios [sic] não se curvaram docilmente às exigências e às promessas do conquistador.”¹⁷⁵ Lúcia Helena explicou que ao longo do século dezoito, várias estratégias foram usadas para “controlar gentios [sic], desde o ataque armado até o aliciamento. O discurso atinente ao índio também foi se transformando e tomando novas feições. De força de trabalho, a aliado; de bandidos e selvagens [sic], a ‘filhos que merecem a maternal atenção’. O indígena veio a tornar-se alvo de privilegiada atenção do Estado. Tudo isso com vistas a explorar e povoar o vasto território brasileiro.”¹⁷⁶

Em artigo já citado, a historiadora Lizandra Zago explicou que Portugal, a fim de proteger a fronteira, instalou a sede do governo em Vila Bela da Santíssima Trindade, entre 1818 e 1821. Em 1828, Cuiabá já possuía a maior densidade demográfica em relação aos demais núcleos populacionais, assim como reunia

¹⁷³ Id., ib., p. 220.

¹⁷⁴ Relatório com que João José Pedrosa, presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de novembro. Cuiabá, 1878. pp. 33-6.

¹⁷⁵ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Vozes no silêncio*. Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: EdUFMT, 1995. p. 106

¹⁷⁶ Id., ib., p.104.

requisitos de maior liderança econômica e militar. Em 1833, passou a sediar o Bispado da Província de Mato Grosso, criado no ano de 1826, através do bispo dom José Antônio dos Reis e, em 1835, por lei provincial nº 19, de 28 de agosto, Cuiabá foi declarada capital da Província, assumindo oficialmente a liderança econômica e política de Mato Grosso.¹⁷⁷

Lizandra Zago escreveu que a nova capital era a responsável pela administração jurídica e burocrática da Diretoria Geral dos Índios, criada com o Decreto Imperial nº 426 de 24 de julho de 1845, que estabeleceu o “Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios”. “Todos os procedimentos oficiais para a implantação e o controle dos aldeamentos na Província de Mato Grosso eram planejados, formalizados e administrados em Cuiabá, através dos Diretores Gerais, do presidente da Província e da chefatura de Polícia.”¹⁷⁸

A Tesouraria da Fazenda era a responsável pelos investimentos na *catequese* e todos os recursos financeiros destinados aos aldeamentos e *civilização* dos indígenas. A *catequese* teria sido iniciada por missionários capuchinhos, e “as atividades desenvolvidas envolveram os grupos considerados *mansos*, a exemplo dos guanás, que foram aldeados nas proximidades de Albuquerque, hoje distrito pertencente à Corumbá”.¹⁷⁹

Em 1860, o então presidente da Província de Mato Grosso, coronel Antônio Pedro de Alencastro, informava à Assembléia Legislativa: “Acham-se nesta Província para a catequese e civilização [sic] dos indígenas, os missionários capuchinhos frei Mariano de Bagnaia e frei Ângelo de Caramonicos, aquele encarregado das aldeias de Miranda e este das de Albuquerque.”¹⁸⁰ Segundo o presidente de Mato Grosso, o frei Mariano havia enviado informações sobre o total dos *aldeados* sob a sua *direção* que somavam: 1.128 adultos e 272 menores.

Prosseguindo o seu relatório, o coronel Antônio de Alencastro deu notícias sobre os pagamentos de salários para os capuchinhos que, por determinação do Ministério do

¹⁷⁷ ZAGO. “O contato com os [...]. Ob. Cit. p. 5; PERARO, M. A. “Farda, saias e batina. A ilegitimidade na Paróquia Senhor do Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90”. Curitiba: Tese (livre docência) UFPR, 1998. p. 04.

¹⁷⁸ Loc., cit.

¹⁷⁹ Loc., cit.

¹⁸⁰ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o coronel Antônio Pedro de Alencastro, abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, 3 de maio de 1860. Cuiabá: Voz da Verdade, nº 13, 1860. p. 14.

Império, “foram mandado honrar a estes missionários os vencimentos marcados no artigo 11 das Instruções de 15 de abril de 1837: a quantia de 2:000\$000 réis consignados na distribuição do crédito para catequese e civilização [sic] dos índios no corrente exercício; foi argumentada com mais 3:000\$000 réis por aviso do Ministério do Império”.¹⁸¹

Unidos, Igreja e Estado montaram um sistema de dominação onde as populações nativas tinham dificuldade de fugir. Seu modo de viver, suas crenças religiosas teriam que ser nos moldes da sociedade européia, e suas terras divididas para o crescimento e o *progresso* da colônia. Os nativos que não se *moldavam*, resistiam e travavam guerras constantes contra o invasor. Para aquelas populações nativas que não se enquadravam, foram criados *destacamentos*: “Para conter os ferozes [sic] e indomáveis [sic] Coroados, que vagueiam pelas margens do São Lourenço, pelas estradas de Goiás e do Piquiri, meu antecessor criou um destacamento [...]. Se prosperar e conseguir domar aqueles índios que tantos danos causam e trazem aos moradores do entorno em sobressaltos contínuos, muito ganhará a Província por serem essas terras salubres, fertilíssimas e com boa navegação.”¹⁸²

De senhores das terras a cativos aldeados

Os estabelecimentos de aldeias próximos aos povoados garantiram sobretudo a segurança, tendo em vista que os nativos aliados foram usados como soldados para protegerem esses locais, principalmente contra os nativos *não aliciados*. O comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, morador de Cuiabá, em viagem pelas bandas do pantanal sul, em 1862, escreveu: “Próximas a Albuquerque conservava sempre o governo algumas praças aquarteladas, prontas a acudir o forte de Coimbra ou o de Miranda [...]. É o centro de reunião de muitas aldeias de índios que lhe ficam próximas. Ali vinham sempre os Chamacócos, os Cadyéus, os Caiuás, etc., tribos que nada poderá fazer o Paraguai, pois jamais se sujeitarão ao seu domínio.”¹⁸³

Esses aldeamentos abrigavam milhares de nativos, entre eles, mulheres e crianças, que eram os responsáveis, sobretudo, pelas economias agrícolas de

¹⁸¹ Loc., cit.

¹⁸² Loc., cit.

¹⁸³ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Viagem de Cuyabá a S. Paulo*. São Paulo: Henrique Schroeder, 1869. pp. 243-4.

subsistência tais como o milho, a mandioca, o algodão e erva-mate. Para Portugal, essa segregação cultural e econômica permitiu a posse efetiva do Extremo Oeste. E o empenho da metrópole lusitana era *manter, cuidar* e dar continuidade a essas reduções, conforme se nota no relatório de 1864, do presidente da Província, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, dando notícias das Aldeias de Miranda: “Os meninos se aplicam com proveito nos rudimentos das primeiras letras e na música e as meninas em trabalho de costura. Esta aldeia se tem fornecido o que é preciso para os seus trabalhos. Os índios empregam-se na lavoura e no serviço de camaradas.”¹⁸⁴

O presidente da Província continuou o seu relatório lamentando ainda não ter notícias sobre as aldeias de caiapós também estabelecidas no sul de Mato Grosso, em Santana do Paranaíba e no Pequiri, “esta sob a direção de Manoel Ferreira Velho e aquela de Sebastião José Rodrigues de Queiroz”. Naquela mesma oportunidade, requereu mais missionários para *aldear* “algumas tribos de índios Paricís, Maimbarés, Guaraós, Caripunás e outros do município de Mato Grosso que convém aldeá-los sob a direção de Missionários [...]. Em ofício pedi com instância mais alguns missionários e estou convencido que esta necessidade será oportunamente satisfeita.”¹⁸⁵

Convivendo com o inimigo

A exploração da mão-de-obra nativa, como já escrevemos, não estava subordinada apenas à Metrópole. Colonos ou fazendeiros que se assentavam na região, desde os primeiros anos da colonização, já *recrutavam* os nativos para os serviços de lavoura, caça, pesca e de guarda de seus estabelecimentos. Em *Relatos monçoeiros*, Afonso de Taunay transcreveu vários documentos dos viajantes que passaram por terras do pantanal sul no século 18. Nesses documentos, percebemos a presença dos nativos em vários lugares, tanto como *aliados* ou inimigos dos que ali passavam ou assentavam.

Taunay transcreve narração do capitão Antônio Cabral Camello, de 1727, demonstrando como se efetivavam a captura e, portanto, as primeiras *relações* do colono com os nativos da região: “[...] saem de Cuiabá à conquista do gentio, até entrar no rio Sepetuba, que entra no Paraguai pela parte esquerda; navega por cima e depois de

¹⁸⁴ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864. Cuiabá: Souza e Neves e Companhia, 1864. pp. 27-9.

¹⁸⁵ Loc., cit.

alguns dias de viagem, dá nos alojamentos dos gentios, e tirânica e barbaramente os cativam. É gentio que não faz mal a ninguém [...]. Cultivam roças que plantam como os brancos”. Prosseguindo em seu relato, Antônio Cabral Camello escreveu que as mulheres nativas eram como “as nossas bastardas, e boas para servirem uma casa com limpeza; ocupam-se em tirar fios de uma casca de árvore a que chamam Tocú de que tecem suas redes em que se deitam, e os panos que se cobrem [...].”¹⁸⁶

Ainda no século 18, um certo Manoel de Barros escreveu ao padre Diogo Juarez sobre a resistência das comunidades caiapós: “É este gentio uma nação que nunca foi conquistada pelos sertanistas, pois guerreiam com traição [sic], nem tem domicílio certo, nem plantam ou lavouram; são volantes e de curso [...]; quando chegam a plantar trazem o mantimento consigo conduzindo-os de uma parte para outra [...]. Quando chegaram ao rio Pardo, fizeram despovoar as roças que ali havia, matando gente e queimando as casas.”¹⁸⁷

Apesar de muitos relatos informarem que a nação indígena muito resistiu e combateu o cativo, em 1785, o paulista Diogo de Toledo Lara e Ordenhes, em viagem de São Paulo para Cuiabá, em passagem pela fazenda Camapuã, sul de Mato Grosso, nominou os nativos que viu como sendo membros do povo caiapó: “Esta fazenda é a única que se acha em tão dilatado sertão; estabelecida por necessidade por causa da variação das canoas, de sorte que sem ela seria impraticável o caminho dos rios; hoje pertence a herdeiros dos primeiros donos. Nela tem algumas trezentas pessoas, cativos e Caiapós apanhados pelo fazendeiro novo, um dos interessados.”¹⁸⁸

Em *Campanha de Mato Grosso: cenas de viagens*, de 1865, o visconde de Taunay citando, muitas vezes de maneira preconceituosa, as comunidades nativas que compunham o vasto território do sul Mato de Grosso, escreveu que cada aldeia tinha um capitão ou chefe nomeado ou pelo governo ou pelo respectivo diretor ou pelo consenso de sua gente: “O respeito que merecem é pouco extenso: a subordinação aos chefes muito limitada; muitas vezes é um mero título sem distinção, nem regalias”.¹⁸⁹ Segundo o autor, quanto mais *civilizados*, “tanto menos consideração os índios têm pelos seus capitães: os guanás não aceitam mais chefe especial. Os quinquináos pouco caso fazem

¹⁸⁶ TAUNAY, Afonso de E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1953. pp. 121-2.

¹⁸⁷ Id., ib., pp. 148-9.

¹⁸⁸ Id., ib., p. 211

¹⁸⁹ TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Campanha de Mato Grosso: cenas de Viagens*. São Paulo: Globo, 1923. p. 142.

do seu velho capitão Flaviano Botelho. Os laianos sujeitam-se mais; enfim os terenas observam tal ou qual diferença, respeitando mais os seus cabeças de tribo”.¹⁹⁰

A relação entre os diversos povos que, foram *juntados* e obrigados a conviverem, era uma relação de desconfiança, pois cada comunidade nativa tinha uma visão do *outro*: inclusive, os mais *próximos* dos portugueses seriam *mal-vistos*: “[...] os quiniquináos agiam com desconfiança; às vezes, os guanás misturavam-se com as tropas, enquanto os terenas mantinham-se a boa distância das tropas”. De acordo com o visconde de Taunay: “As relações recíprocas entre esses índios era de cordialidade duvidosa; os terenas são acusados pelos guanás e quiniquináos de maus e inimigos dos brancos, e eles, acusam os outros de falsos escravos dos portugueses.”¹⁹¹

Taunay citou: “Estabelecidos na aldeia de Santa Cruz, a 6 léguas da Vila de Miranda, tinham os índios terenas procurado refúgio por ocasião da invasão dos paraguaios, dedicando-se logo ao plantio apesar da carência de sementes e grãos.” Mesmo assim, quando as tropas brasileiras chegaram, eles já haviam colhido boa quantidade de arroz, milho e mandioca do qual faziam farinha.¹⁹² Alimentos que foram trocados por algumas moedas da tropa do visconde de Taunay.

Nativos tutelados

Pela legislação do Império de 1834, as assembleias legislativas provinciais tinham autonomia sobre os estabelecimentos de sítios, povoados e a promoção da *catequese* e *civilização* dos nativos. Pelos documentos analisados, sobretudo a última questão era uma preocupação constante dos governantes. Em 1862, o conselheiro Herculano Ferreira Pena apresentou um relatório à Assembleia Legislativa, onde registrou ter conhecimento de terras férteis e mão-de-obra em abundância para o cultivo: “O salto Augusto parece muito azado para sede de uma tal povoação, pela sua situação, pela fertilidade do terreno vizinho, povoado de boas matas, e pela facilidade de se poder ali aldear parte da grande nação Apiacas. Índios de boa índole, dados à lavoura, e que sempre se tem mostrado dispostos a relacionarem-se com nosso.”¹⁹³

¹⁹⁰ Id., ib., p. 143.

¹⁹¹ Loc., cit.

¹⁹² Id., ib., p. 83.

¹⁹³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Matto Grosso, 1864. p.56.

Como já registramos, ao se estabelecerem na região, os colonos requeriam autorização ao governo para *civilizar* os nativos e conseqüentemente utilizá-los nos trabalhos de cultivo de lavouras ou cuidados com o gado. Sobre as habilidades dos nativos da região de Miranda, em 1848, o francês Francis de La Porte Castelnau destacou: “Essa gente é bastante industriosa; cria muito gado e possui muitos cavalos. Fazem grandes lavouras de cana-de-açúcar, de milho, de feijão e mandioca. Cultivam também algodão, com que as mulheres fazem tecidos. Finalmente, sabem fabricar bonita louça de barro.”¹⁹⁴

Nativos agricultores e recrutas para a Guerra do Paraguai

O visconde Alfredo de d’Escragnolle Taunay ficou conhecido sobretudo pela obra *Retirada da Laguna*, onde narrou o conflito da Guerra contra o Paraguai entre 1865 e 1867. Sendo membro da força expedicionária que percorreu as terras do sul de Mato Grosso, registrou, dentre muitos outros acontecimentos, a realidade das comunidades indígenas no período. Como membro da tropa, passou de aldeia em aldeia, em busca de comida e *arregimentando* os nativos como soldados. Durante a guerra, as comunidades nativas, além de produzirem alimentos de subsistência para os povoados e tropas, tinham que ceder *voluntários* para os exércitos.

O autor relatou sobre o aldeamento de Boa Vista, formado pelos laianos: “Esta aldeia estava situada num outeiro encostado a vários morros e constava cinqüenta e sessenta ranchos de palha [...]. Dentre eles se tiravam os melhores camaradas para o trabalho de roças, serviços de canoas e costeiro para o gado. Como quase todos os índios, são excelentes cavaleiros e domadores destemidos.” A tropa combinou com o capitão José Vieira, o ponto de reunião no dia seguinte, em que ele devia apresentar vinte e seis *voluntários* junto ao rio Aquidauana.¹⁹⁵ Segundo Taunay, as plantações consistiam em arroz, milho, feijão “porém as chuvas falhadas impediam que tivessem aspecto satisfatório; por esta razão, não puderam seus possuidores prometer coisa alguma para as forças”.¹⁹⁶

No aldeamento dos nativos terenas, em lugar denominado de Piranhinha, a tropa de Taunay constatou: “[...] encontramos disposição na gente do capitão José Pedro:

¹⁹⁴ CASTELNAU, Francis de La Porte. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949. p. 302.

¹⁹⁵ TAUNAY. *Campanha de [...]*. Ob. Cit., pp. 97- 8.

¹⁹⁶ Loc., cit.

apresentando 60 moços, bons atiradores e próprios para serviços de excelente tropa de surpresas e emboscadas.”¹⁹⁷ Em outro lugar, registrou o autor: “No aldeamento de Francisco Dias, há 40 homens robustos, em estado de pegarem em armas: acham-se armados, e só lhes falta cartuxame.” Ele escreveu sobre as comunidades quinquinãos: “[...] acampadas em diversos pontos, pode se contar com 30 homens.”¹⁹⁸ Para o visconde de Taunay, ainda não era suficiente o número de *soldados* nativos arregimentados, assim contabilizou: “São ao todo 130 índios que estão no caso de servir de contingente à força. Falta-nos contudo visitar a oito ou dez léguas daqui, dois aldeamentos, um quinquinão e outro laiana, que devem aumentar o número de homens e dar alguns alqueires de arroz e milho. Aquém de Miranda há também outros pontos em que existem índios foragidos”.¹⁹⁹

O visconde de Taunay e sua tropa, que saquearam as plantações das comunidades indígenas e utilizaram o nativo como componente em suas expedições, como soldado e responsável pela aquisição de alimentos, escreveu preconceituosamente sua visão delas: “[...] a inconstância de gênio e a impossibilidade em confiar na disposição de espírito e firmeza para arrostarem no campo e de frente o inimigo, os torna apenas próprios para atiradores em matas e guerrilheiros.”²⁰⁰ E ainda: “[...] os caduéos, inimigos fidalgos dos paraguaios não merecem confiança alguma e têm em várias ocasiões, causando tantos danos aos brasileiros como aos inimigos.”²⁰¹

Chegando as tropas no porto de dona Maria Domingos, lugar de paragem e passagem dos *carros* das fazendas circunvizinhas com destino a Miranda, o visconde observou que a fazendeira contava com inúmeros trabalhadores nativos terenas. De acordo com Taunay, apesar da Guerra, a fazenda e suas atividades resistiam: “[...] este lugar foi testemunha de poucas cenas de resistência ao longo do período de ocupação paraguaia [...]”. As posses da dona Maria Domingos e de sua família estendiam-se por toda a margem direita e esquerda do rio Aquidauana e nela estavam estabelecidos os seus parentes mais chegados e filhos. Observou ainda que, alguns trabalhadores terenas eram os responsáveis em fazer rapaduras [...].²⁰²

A Guerra contra o Paraguai acelerou a extinção das sociedades nativas no Mato Grosso, recrutados tanto por forças militares brasileiras como paraguaias. Sobre esse

¹⁹⁷ Id., ib. p. 193.

¹⁹⁸ Loc., cit.

¹⁹⁹ Id., ib., p. 193.

²⁰⁰ Id., ib., p. 194.

²⁰¹ Id., ib., p. 206.

²⁰² Id., ib., pp. 115-17.

assunto, o historiador sul mato-grossense Cláudio Alves de Vasconcelos, em *A questão indígena na Província de Mato Grosso*, de 1999, concluiu: “Assim, no reconhecimento da área ocupada pelos paraguaios, lá teriam estado os Terena e os Guaicuru, o que se repetiria na *Campanha do Apa* e no próprio episódio da *Retirada*, quando grande quantidade deles teria morrido pela fome, pelo fogo, pelas armas e doenças.”²⁰³

O revés dos senhores das terras

Ao longo da ocupação das terras do pantanal sul pelos luso-brasileiros, observou-se que, mesmo nos períodos em que os nativos eram *aliados*, eles revoltavam-se, fugiam ou partiam para o enfrentamento direto, ou seja, utilizavam os mecanismos que conheciam bem, a guerra contra os inimigos.

Em 1850, o presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, dava notícias sobre a *violência* praticada pelos nativos a colonos da região sul de Mato Grosso: “Numa das margens do rio Vacaria, ramo do Ivinhema, foram assassinados no mês de novembro próximo passado pelos índios Cayuás três moradores do lugar denominado Vacaria, distrito de Miranda.”²⁰⁴

O conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 1863, apresentou um relatório à Assembléia Legislativa onde comunicava vários *ataques* dos nativos. “Cumpro um penoso dever comunicando-vos que as correrias e depredações dos índios da tribo dos Coroados e outras, repetiram-se infelizmente, como nos anos anteriores, em diversos pontos da Província, e até bem perto da Capital.”²⁰⁵

Um dos acontecimentos registrado pelo conselheiro passou-se na madrugada de 14 de outubro, quando os coroados atacaram o sítio denominado Aguassú, onde morava Francisco das Chagas, pondo fogo na casa, “a qual ardeu com tudo quanto dentro havia, salvando-se o proprietário e sua mulher unicamente com a roupa do corpo, e aquele ferido levemente com duas flechadas. Depois do incêndio foram vistos diversos índios roubando o que havia escapado às chamas, e matando as criações que encontravam”.²⁰⁶

²⁰³ VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso*. Conflitos, trama e continuidade. Campo Grande: EdUFMS, 1999. p. 91.

²⁰⁴ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, major Joaquim José de Oliveira, abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 3 de maio 1849. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1850. p. 6.

²⁰⁵ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863. Cuiabá: Mato Grosso, 1864. pp. 62-9.

²⁰⁶ Loc., cit.

Depois desse acontecimento, o conselheiro Herculano informou que a autoridade policial enviou imediatamente uma escolta, “composta das praças de linha, que por ordem minha já se achavam destacadas naquela Freguesia, e de alguns paisanos, a qual conseguiu afugentar os índios, que se dizia serem em grande numero”.²⁰⁷

Ainda no mesmo relatório, “em data de 13 de janeiro do corrente ano participou o subdelegado que no dia 11, haviam lançado fogo à casa de habitação de Valentim Martins Bicudo, morador no Engenho Ponte Alta de propriedade do tenente Agostinho Pereira de Macedo, e roubado ferramentas e trastes, deixando todo o edifício reduzido a cinzas”.²⁰⁸

Os acontecimentos sugerem que os nativos estavam bem organizados e articulados, pois os ataques, de diversas etnias, eram consecutivos. “No dia 12 do mesmo mês assaltaram as casas de Theodosio de Sousa Pinheiro e João de Oliveira no Buriti-Grande, serra abaixo, e depois de matarem com uma flechada a Anna Corrêa de Sá, irmã do mesmo Theodosio, e ferirem gravemente a mãe deste, de nome Anna de Arruda Freire, levaram a ferocidade a ponto de decapitar a sua infeliz vítima e de lançar fogo às casas”.²⁰⁹

O conselheiro Herculano contou ainda que, em 28 do mesmo mês, “saindo da cidade às 6 horas da manhã com destino ao seu sítio no rio Guaporé, o guarda nacional Fabiano Rodrigues da Silva, à distância de uma légua, topou uma partida de Parecis que lhe deram oito flechadas todas mortais, a que imediatamente sucumbiu [...]”.²¹⁰

Muitas expedições foram realizadas pelos governantes e particulares para darem fim às incursões nativas. No entanto, “desde que se fundou a província, algumas nações de índios nunca deixaram de hostilizar aos seus habitantes. Neste ano, algumas malocas desses selvagens [sic] têm cometido depredações e até mortes em sítios [...]”.²¹¹ Em 1881, o vice-presidente da Província de Mato Grosso apresentou quadro onde somou os *ataques* dos povos nativos, no relativo a seis anos, de 1875 a 1880, conforme relacionei no Quadro 1.

²⁰⁷ Loc., cit.

²⁰⁸ Loc., cit.

²⁰⁹ Loc., cit.

²¹⁰ Loc., cit.

²¹¹ Relatório apresentado ao coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente da Província de Mato Grosso pelo vice-presidente, chefe d’ Esquadra Augusto Leverger, ao entregar a administração da mesma Província. Cuiabá: Souza Neves, 1863. p. 6.

O Quadro 1, apesar de ser um tanto vago, por exemplo, no ítem “localidades” – indicava apenas “em diversos pontos da província”-, apresentava alguns dados que merecem atenção. É bom lembrar que, no sul de Mato Grosso, nesse período, sobretudo a população nativa sofria as conseqüências do pós-guerra, causada pela morte ou dispersão de homens jovens arrolados nas tropas, o saque das terras comunitárias, falta de mantimentos, disseminação de moléstias, etc. Mesmo em tal situação, percebe-se, que os nativos continuaram se organizando e lutando contra o invasor.

O Quadro 1 apresentou 204 mortes, sendo 66% de homens adultos, 22% de mulheres, 8% de crianças e 4% de cativos africanos. Os feridos foram 27, um número bastante reduzido se comparado aos mortos. O percentual de trabalhadores escravizados feridos foi 26%. Mais uma vez, indiretamente, o quadro mostrou a presença do trabalhador africano escravizado nas fazendas atacadas pelos nativos: sete mortos e sete feridos. Importante ressaltar a observação feita quanto ao ano de 1876. Trata-se de registro de dados oficiais, embora a própria autoridade anote que há outros casos não computados, mas de seu conhecimento.

As lutas de “reconquistas” não são novidades na história das comunidades nativas. Em várias narrativas do período 1500 a 1800, os nativos apareceram lutando para impedir o avanço do conquistador, que deixou na sua esteira mortes e destruição. Nesses relatos, como vimos, as imagens apresentadas ressaltavam apenas as relações de uma camada social: homens brancos, civilizados e corajosos; em contrapartida, os homens e as mulheres da terra são mantidos nas sombras, como *bárbaros* e *selvagens*.

Quadro 1

“Ataques indígenas”²¹²

ANOS	Localidades	MORTOS								FERIDOS								Casas Queimadas	Observações
		ADULTOS		MENORES		ESCRAVOS		SOMA		ADULTOS		MENORES		ESCRAVOS		SOMA			
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
1875	Em Diversos Pontos da provincia	29	8	1	1	1	4	44	9	No ano de 1876, consta oficialmente n'esta repartição, somente o assassinato de uma mulher, apesar de haverem-se dado muitos outros, bem como houveram algumas casas incendiadas pelos mesmos índios, e isto mesmo consta do Relatório da Presidência da Província, como também do Chefe de Policia do então Dr. José Joaquim Ramos Ferreira. Todos os casos especificados no presente mapa são officiais.	
1876		..	1	1		
1877		17	3	..	1	21	1	1	6		
1878		29	18	3	4	1	1	56	..	1	3	3	4	12	12		
1879		41	4	..	1	46	8	1	9	10	10		
1880		18	12	1	5	36	2	3	2	1	2	2	1	6	6		
Soma		134	46	5	12	2	5	204	11	6	2	1	6	1	27	43			

²¹² Fala com que o vice-presidente, tenente-coronel José Leite Galvão abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura d'Assembléa da Província, seguida do relatório com que o general barão de Maracajú, ex-presidente da Província de Mato-Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléa no dia 3 de maio de 1881. Cuiabá: J.J. R. Calhão, 1881. p.11.

PRIMEIROS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL

Negro feitorizado: agente produtor

Desde 1444, os portugueses já utilizavam a mão-de-obra africana escravizada no Reino ou nas ilhas sob seu domínio. E, no Brasil, os colonos luso-brasileiros solicitaram a introdução de africanos desde muito cedo, ainda quando a reserva populacional nativa era grande.²¹³ Jacob Gorender assinalou que, em 1542, Duarte Coelho e, em 1545, Pero Góis encaminharam carta à Coroa solicitando “escravos” africanos.²¹⁴ Segundo Mário Maestri, “desde o início da colonização, alguns africanos escravizados foram introduzidos nas colônias. Apenas nos primeiros anos do século 17, o negro suplantou numericamente o americano como força de trabalho nas mais ricas donatárias luso-brasileiras”. Para esse autor: “Pernambuco, a primeira capitania açucareira, efetuou esta substituição alguns anos antes. Nas colônias mais pobres, o nativo feitorizado continuou desempenhando um importante papel produtivo.”²¹⁵

Em *O negro na luta contra a escravidão*, de 1976, o advogado, jornalista e historiador Luiz Luna escreveu que “os primeiros escravos desembarcados no Brasil foram trazidos por uma nau, de propriedade de Jorge Lopes Bixorda, que em 1512, daqui levava para Portugal vários índios para vender na praça de Lisboa. O primeiro desembarque oficial de negros na costa brasileira, segundo o Dr. Jaguaribe Júnior, teria ocorrido em 1538”.²¹⁶

Por ocasião do centenário da Abolição, em 1988, o historiador Leonardo Dantas Silva organizou e publicou vários textos produzidos sobre a escravidão no Brasil: *Estudos sobre a escravidão negra*. Um desses textos é de Afonso d’Escragnolle Taunay, professor, historiador, biógrafo, que nasceu em Nossa Senhora do

²¹³ MAESTRI. *Senhores do [...]*. Ob. cit. p. 35.

²¹⁴ GORENDER. *O escravismo [...]*. Ob. cit. p. 120.

²¹⁵ MAESTRI. *Senhores do [...]*. Ob. cit. p. 95.

²¹⁶ LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976. pp. 22-3.

Desterro, hoje Florianópolis, em 11 de julho de 1876. Em *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil Colonial*, ele escreveu: “Parece que já em 1538 coubera a um Jorge Lopes Bixorda, arrendatário de comércio do pau-brasil, a triste prioridade do estabelecimento do tráfico entre os dois continentes que se defrontam, trazendo para a Bahia alguns africanos. Aliás, era ele traficante inveterado. Já em 1514, segundo parece, enviara inúmeros índios escravos a dom Manuel.”²¹⁷ Por sua vez, o historiador e diplomata paulista Francisco Adolfo de Varnhagen, acreditava que os africanos escravizados foram trazidos para o Brasil “desde a sua primitiva colonização; e naturalmente muitos vieram, com seus senhores, a bordo dos primeiros navios que aqui aportaram, compreendendo os da armada de Cabral”. Porém, continua ele, primeiro vieram “dos escravos de Guiné, e depois de quase toda a África, isto é, do tráfico em ponto maior [...]”²¹⁸

Gorender lembrou que, “dados os lucros que proporcionava o encaminhamento de negros às possessões espanholas, a Coroa portuguesa, por bastante tempo, forneceu-os com relutância e em magras quantidades aos colonos estabelecidos no Brasil”. Segundo o mesmo autor, é por força da situação histórica da época que inicia o sistema escravista. Nesse sentido, “era preciso que houvesse uma força produtiva à qual o trabalho escravo se adaptasse em condições de rentabilidade econômica para que os escravos fossem requeridos em tão enorme escala durante séculos”. Para Gorender, os portugueses que vieram para o Brasil eram de vários tipos: “[...] desde os homens práticos na mercancia, na navegação, na guerra, aos habituados às lides da lavoura, dos ofícios artesanais e da burocracia. Todos esses tipos de gente encontraram seu lugar na sociedade assente sobre o trabalho escravo.”²¹⁹

Na obra já citada, *Do escambo à escravidão*, o historiador Alexander Marchant expôs que o donatário Pero Góis, “em 1545, tinha escravos índios a trabalhar em lavouras e também possuía suficientes escravos e gente para os engenhos”. Marchant citou que, “no mesmo ano, também São Vicente, a Capitania de Martim Afonso de Souza, possuía mais de 3.000 escravos distribuídos por seis engenhos de açúcar e respectivas lavouras”.²²⁰ Não distinguindo se africanos ou nativos. Segundo Marchant: “Em conseqüência, quando se menciona a escravidão no Brasil durante o período dos

²¹⁷ SILVA, Leonardo Dantas. *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: Massangana, 1988. p. 106.

²¹⁸ VARNHAGEN. *História Geral do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956. pp. 222-3.

²¹⁹ GORENDER, Jacob. *O escravismo* [...]. Ob. cit. pp. 136-44.

²²⁰ MARCHANT. *Do escambo à* [...]. Ob. cit. p. 59.

donatários, entenda-se que os escravos eram quase todos os índios e que sua escravização para utilizar seu trabalho no próprio Brasil data de 1549.”²²¹

Exploradores em terras mato-grossenses

Hector Hernam Bruit, historiador e professor da Universidade Estadual de Campinas, Em *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos*, de 1995, propôs que a escravidão negra esteve presente na América Espanhola desde a chegada dos europeus: “Cortés e Pizarro receberam licença para importação de escravos como uma compensação pelos gastos pessoais ocorridos na conquista.”²²² Portanto, foi também à custa de mil trabalhos do negro escravizado, que remaram nos rios, transportaram cargas nas costas, caçaram, cozinham, etc. que os *conquistadores* conseguiram riquezas e dominaram terras.

No período inicial da formação e povoamento do Brasil e, por consequência, da região mato-grossense, o seu desenvolvimento deu-se, sobretudo, à custa do braço escravizado. Na mesma história e sociedade em que paulistas e portugueses cintilaram como homens *fortes e corajosos* (conforme a citação do francês Saint-Hilaire que não esqueceu seus nomes e sobrenomes), houve outros personagens históricos, *sem nomes*, entre os quais destacavam-se os ameríndios e africanos.²²³ Em crônicas e textos do período colonial, cativos apareceram nas entrelinhas labutando às sombras daqueles que a historiografia não esqueceu jamais de nominar.

Quando se fazia referências aos trabalhadores escravizados africanos ou ameríndios, assinalava-se a característica étnica dos mesmos, ou seja, *índio, gentio negro, africano, tapanhuno* – forma nativa de designar o africano. Mas eles estavam lá, apesar de não figurarem no rol dos *grandes bandeirantes*. Em verdade, as bandeiras não foram realizadas sem os nativos, nem sem *tapanhunos*, pois na luta para desbravar matas e sertões, quem derrubou o mato, cortou a lenha, carregou as cargas, etc. foram esses trabalhadores móveis, massa de mão-de-obra dos bandeirantes que tiveram seus nomes e sobrenomes marcados na história.

²²¹ Id., *ib.*, p. 61

²²² BRUIT, Héctor Hernan. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos* - Ensaio sobre a conquista hispânica da América. Campinas: UNICAMP, 1995. p. 50.

²²³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1976. p. 40.

Mesmo que as citações apresentadas demonstrem claramente linguagens e visões de mundo conservadoras, a minha intenção, neste capítulo, é registrar a presença e ações dos africanos e nativos nas tropas de exploração. Em *A Imperiosidade do tráfico africano para a América*, o historiador catarinense Afonso de E. Taunay expôs que: “Negros chamavam os antigos portugueses a todos os aborígenes da África e da América. No Brasil, estabeleceu-se logo a distinção corrente entre negros do gentio da terra e negros do gentio da Guiné”.²²⁴ Ainda no mesmo texto, Afonso de Taunay registrou que um *mulato* comandou a bandeira de um padre de nome João Alvares que “dispunha de uma bandeira exclusiva de tupis e *tapanhunos*”.²²⁵

Em sua *Marcha para o Oeste*, o paulista Cassiano Ricardo destacou sobre esse mesmo assunto: “Assim, as Atas falam em negros ‘assim da terra como tapanhunos’. Também falam em ‘negros do gentio da Guiné’. Se os negros são ‘assim da terra como tapanhunos’ – está explicado que tais negros são também, os africanos”. Os trabalhadores africanos escravizados eram também nominados como *peças escravas*.²²⁶ Para comprovar seus argumentos, Cassiano Ricardo fez referência a um inventário de Pascoal Leite de Miranda, “no qual figuram 7 ‘peças escravas’ [africanas] com a respectiva avaliação, e logo em seguida ‘16 índios’ (lançamento de gente da terra) sem avaliação nenhuma”. Citando Paulo Prado em *Paulística*, o mesmo autor sintetizou propondo que: “[...] para a conquista da terra e na luta contra os quilombos e cariris, a bandeira. A bandeira com seus negros, com seus brancos, com seus mamelucos.”²²⁷

No século 16, nas primeiras expedições de exploração e conhecimento da região sul-mato-grossense, tanto espanhóis como portugueses utilizaram a mão-de-obra africana escravizada em suas extensas viagens fluviais e longos percursos por terra, ainda que em quantidade mínima, devido ao preço do cativo africano, em relação ao nativo. Nos séculos seguintes, *bandeiras* e *monções* usavam o africano escravizado como *remeiros* nos rios do sul de Mato Grosso e Paraguai; como carregadores de sacos, caixas, batelões, etc. Os primeiros devassadores das terras mato-grossenses também utilizaram africanos como cativos.²²⁸

²²⁴ TAUNAY, Afonso de E. “A Imperiosidade do tráfico africano para a América”. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: Massangana, 1988. p. 118.

²²⁵ Id., *Ib.*, p. 120. [destaques em itálico é do autor].

²²⁶ RICARDO. *Marcha para o [...]*. Ob. Cit. p. 289.

²²⁷ Id., *Ib.*, pp. 290;459.

²²⁸ TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1953. pp. 27; 42-3.

Glórias dos bandeirantes

Embora as *glórias* do povoamento e da expansão territorial brasileira tenham ficado apenas para os escravistas daquela sociedade, a mão-de-obra subjugada foi o seu pilar. Cassiano Ricardo expôs que: “[...] os primeiros negros de serras acima, que tomaram parte do bandeirismo, foram os de Afonso Sardinha. Seu nome é apontado pelos historiadores em vários assaltos ao sertão bruto. Sua presença é assinalada no mataréu em 1590.”²²⁹

Relativo às *qualidades* dos bandeirantes, o historiador Oliveira Vianna, filho do município de Saquarema, no Rio de Janeiro, onde nasceu em 1883, escreveu: “[...] o desbravamento da terra, a repulsão aos índios, a eliminação das feras, o amanho dos campos [...]. Em virtude dessas condições especiais de conquista, formou-se, por isso, no interior rural, um raça de homens admiráveis, rijos de corpos e rijos de alma, capazes de empresas homéricas. Os paulistas, por exemplo”.²³⁰ Entretanto, ao contrário do que sugere Oliveira Vianna, certamente foram os trabalhadores escravizados os responsáveis pelo desbravamento da terra. Usando machados e foices, eles derrubavam as densas matas do sertão; construíam os casarios dos escravistas do período colonial. Posteriormente, preparavam a terra, plantavam as roças, colhiam os alimentos e cuidavam dos animais, num esforço físico infindável e de estafante trabalho. Eles sim foram a raça de “homens admiráveis, rijos de corpos e rijos de alma, capazes de empresas homéricas”, como bem assinalou o pesquisador bahiano, Manuel Querino em *Costumes africanos no Brasil*.²³¹

Para alguns forasteiros, subir cabeceiras de rios, vencer serras, abrir estradas, conhecer lugares paradisíacos são novidades, causas de deslumbre e sensação de *misteriosa aventura*. Porém, esse olhar admirado raramente recai sobre o trabalhador africano escravizado, trabalhando quase incessantemente à sombra do seu explorador, o único que posa para a foto do álbum da história. O cativo vivia permanentemente com o corpo encurvado pelo peso das cargas às costas, cuidando enquanto caminhava das pedras e espinhos, a fim de evitar mais feridas nos pés descalços. E não raro, vivia atento para o momento certo para se embrenhar na mata fugindo dos algozes.

²²⁹ RICARDO. *Marcha para o [...]*. Ob. Cit. p. 287.

²³⁰ VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 73.

²³¹ QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. 2 ed. Recife: Massangana, 1988. pp. 32; 122-23.

Porcos, galinhas, bois e cavalos

Após o trabalho extenuante nos longos trajetos a pé, quando chegava o momento do descanso, outras atividades esperavam o trabalhador escravizado: plantar roças improvisadas, fazer a colheita, debulhar e pilar o milho. Como já citamos, em 1719, Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro em barrancos cuiabanos. Após longos trabalhos nas escavações, “trataram logo de fabricar casas e lavouras de mantimentos pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó”.²³² Cassiano Ricardo relacionou outros trabalhos que os cativos eram obrigados a fazer. Expôs que, em 1719, Fernão Dias Falcão, “partia de Sorocaba com 40 africanos entre os quais, ferreiros, carpinteiros e alfaiates, pra juntar essa gente toda ao reduto do famoso descobridor das minas de Cuiabá”.²³³

Em *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda escreveu que as expedições transportavam até porcos, galinhas, bois e cavalos. Em período anterior a 1723, “já no sítio de Domingos Gomes Beliago, à margem direita do Taquari, caminho das minas do Cuiabá, levados, parte ‘de povoado’, isto é, do planalto paulista, em canoas ‘com grande trabalho e despesa’, e parte por terra”. Explicou Holanda que o meio de se transportar o gado era “em pé nas canoas, através de um sem-número de cachoeiras, desde Ararituaba até àquelas minas”.²³⁴

É possível imaginar o esforço dos cativos para manterem esses animais sobre as precárias embarcações da época, subindo e descendo cachoeiras grudados a esses bichos, pois disso dependia sua sobrevivência e a perda de alguns, certamente lhes rendiam açoites.

Capistrano de Abreu descreveu algumas outras cargas transportadas pelos trabalhadores escravizados: “Escravos serviam de carregadores. Compunha-se a carga de pólvora, bala, machados e outras ferramentas, cordas para amarrar os cativos, às vezes sementes, às vezes sal e mantimentos. Poucos mantimentos.”²³⁵ Os viajantes costumavam partir de madrugada e pousavam antes de entardecer, e nessas paragens, o cativo gastava o resto do dia caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraíndo palmito, colhendo frutos. “[...] as pobres roças dos índios forneciam-lhes os

²³² SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: EdUMT, 1975. p. 11.

²³³ RICARDO. *Marcha para o [...]*. Ob. Cit. p. 305.

²³⁴ HOLANDA. *Monções [...]*. Ob. Cit. p. 50.

²³⁵ ABREU. *Capítulos [...]*. Ob. Cit. p. 122.

suplementos necessários, e destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos”.²³⁶

Mineradores cativos

Com a descoberta das *minas gerais do ouro*, a partir do início do século 18, a febre do mineral precioso tomou conta do Brasil, por isso, as regiões mineiras receberam um grande contingente populacional, provocando dentre outras dificuldades, a escassez de alimentos e, ainda, os poucos víveres que chegavam à região, tinham preços exorbitantes. Em *Relatos sertanistas*, Afonso de Taunay contou que, em 1703, o capitão Salvador Fernandes Furtado Mendonça mandou seu filho, Bento Fernandes, a bandeirar para a parte do sul, do Ribeirão do Carmo, pelo “sertão incógnito que se achava entre o Ribeirão e Guarapiranga, e gastando meses nesta diligência, descobriu várias faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapitinga, e voltando com soldados, e **escravos** picados de cobras e bichos venenosos, com muito trabalho, fomes e riscos de vida [...]”.²³⁷

A respeito deste mesmo Ribeirão do Carmo e ainda nos *Relatos sertanistas*, Taunay destacou que um membro da tropa de Antônio Rodriguez de Souza escreveu que, devido à falta de alimentos, se vendia no Ribeirão um alqueire de milho, por 20 oitavas, farinha, por 32, um prato de estanho cheio de sal por 8. “[...] por fome morreu muito gentio, tapanhunos [cativos africanos] e carijós, por comerem bichos de taquara que para comer é necessário estar um tacho no fogo bem quente e aliás vão botando os que estão vivos logo bolem com a quentura que são os bons e se come algum que esteja morto é veneno refinado”.²³⁸

Fome e frio nas minas de ouro

Um dos relatos de Taunay, registrando o ano de 1701, conta que nos ribeiros de Vila Rica, os mineradores escravizados, “com o seu custoso e penoso trabalho entregues à fome e ao rigor dos mais penetrantes frios, que padeciam no insuportável frigidíssimo regelo da constituição de que eram as águas do Carmelitano Rio”. Segundo o relato, tão

²³⁶ Id., ib.

²³⁷ TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981. p. 41. [Destacamos].

²³⁸ Id., ib., p. 76.

forte, e insuportável era o frio das águas do ribeirão que era preciso entrar nele pelas dez horas da manhã, e sair dele pelas três da tarde; “e nestas horas, que gastavam neste exercício, mergulhados tirando cascalho, e lavando, faziam os escravos para seus senhores, três e quatro oitava de ouro, de jornal, fora o que para si reservavam para comer e beber, de que muito careciam [...]”.²³⁹ Em *Fronteira negra*, Maria do Carmo Brazil destacou: “[...] no contexto de um sistema de produção comprometido com a geração constante de excedentes, os negros escravizados viviam em uma situação de miséria, apinhados, conhecendo a fome, o frio e a falta de cuidados nas doenças”.²⁴⁰

Sérgio Buarque de Holanda interpretou que nos primeiros anos da descoberta das minas de Cuiabá, um dos “obstáculos” foi o reduzido número de “braços e com a inexistência de animais de tiro e carga, pois nas lavras o transporte de água ou terra deveria [sic] ser feito unicamente por escravos. E estes não podiam conduzir, cada um e de cada vez, mais de uma arroba de terra, ao passo que um boi conduz sem dificuldade oito e até dez arrobas”.²⁴¹

Em *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*, do cronista Joseph Barbosa de Sá, lemos um texto bastante informativo sobre a história das minas de Cuiabá e região. Como testemunha ocular, o autor escreveu a sucessão de achados de minas e outros fatos, em várias outras regiões, concluindo sua crônica em 1769. Escreveu Joseph de Sá que, na manhã seguinte à descoberta das minas em Cuiabá, em 1722, Miguel Sutil dirigiu-se àquele local, acompanhado por “camarada e mais comitiva de escravos ao lugar onde se acharam o ouro [às margens do Ribeirão Prainha]”.²⁴² Mesmo antes desse período, em 1718, segundo Lúcia Helena Gaeta Aleixo, a ordem metropolitana impunha seus valores, “dando a seus descobridores patentes que lhes conferiam poder e prestígio, tornando-os deste modo, guardiões dos interesses reais. De pronto, o Estado impõe medidas disciplinares, dentre elas a cobrança de impostos, arrecadação dos quintos de ouro e dos dízimos, quer exigidos das fazendas, em particular, quer dos escravos que adentrassem as minas”.²⁴³

O trabalho na mineração era penoso, atividades como desviar curso de rios, abrir galerias, trabalhar peneirando a lama dentro da água, semi-vestidos, com frio, eram

²³⁹ Id., ib., p. 38.

²⁴⁰ BRAZIL. *Fronteira* [...]. Ob. Cit. p. 64.

²⁴¹ HOLANDA. *Monções* [...]. Ob. Cit. p. 54.

²⁴² SÁ. *Relação das povoações* [...]. Ob. Cit. p. 14.

²⁴³ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Vozes no silêncio*. Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso – 1888-1930. Cuiabá: EdUMT, 1995. p. 91

umas das atividades dos cativos. Sobre tal matéria, Cassiano Ricardo escreveu que, em 1727, já havia em Cuiabá 2.607 trabalhadores escravizados em grandes covas quadradas, “encorvando os músculos cavavam esses africanos a terra até encontrar o cascalho, assentando na piçarra para o desmancharem com a alavanca; outros com almocafre punham o cascalho desfeito, na bateia; os córregos e lagos coalhavam-se de negros, curvados a moverem circularmente na bateia para o marisco do ouro”.²⁴⁴

Um cativo por um peixe

Em 1769, escrevendo sobre a escassez de alimentos na região cuiabana, Joseph de Sá destacou que, em 1721 os aventureiros que haviam saído no ano anterior, em busca de ouro, haviam retornado e escapado da morte; “outros que neste mesmo ano participaram e com os primeiros se foram juntando, e juntos, chegaram os de mais nomes: o capitão José de Sá de Arruda com perca de muita escravatura e camaradas. O capitão José Pires de Almeida que morrendo os escravos e perdendo tudo o mais que trazia, chegou a dar um mulatinho que tinha em conta de um filho, por um peixe pacú [...]”.²⁴⁵

Sérgio Buarque de Holanda citou que, em início do século 18, a lavoura ficou prejudicada por causa da estiagem prolongada e do ritmo dos trabalhos da mineração: “Alguns meses de seca eram o bastante para deixar inteiramente desamparada a população, e muitos já pensavam, então, em largar esses sertões. Até então, toda a lavoura local resumia-se em algumas roças de milho, feijão, abóbora, banana e talvez mandioca”.²⁴⁶ Por sua vez, Joseph de Sá revelou que nas novas minas de Cuiabá, “morreu muita gente pelo caminho de fome e doenças; faltou milho em toda esta povoação, viviam as gentes de montaria, não faltava quem desse um negro por quatro alqueires de milho por remir a vida [...]”.²⁴⁷

Em 1723, o padecimento por causa da fome era geral, ainda que, certamente, profundamente desigual. A ganância pelo ouro era muita, e por isso, o descuido com o plantio da lavoura, imenso. Com os trabalhadores escravizados sendo obrigados a dedicarem todo tempo ao trabalho da mineração, faltavam os alimentos. Joseph de Sá descreveu o caso de um indivíduo que comprou uma abóbora por quatro oitavas de

²⁴⁴ RICARDO. *Marcha para o [...]*. Ob. Cit p. 312.

²⁴⁵ SÁ. *Relação das povoações [...]*. Ob. Cit. p. 13.

²⁴⁶ HOLANDA. *Monções [...]*. Ob. Cit. pp. 49 -51.

²⁴⁷ SÁ. *Relação das povoações [...]*. Ob. Cit. p. 16.

ouro, cozinhou em um tacho, fez uma papa e repartiu em pratos e “foi vendendo aos negros, fez quinze oitavas de ouro [...]”.²⁴⁸

Em um momento de tão grande padecimento por causa da fome, os que mais trabalhavam eram os que menos se alimentavam. A fome que sofria o cativo parecia ser uma realidade também de outros anos e outras paragens, pois, ainda em 1710, o padre italiano João Antonil escreveu: “Porque como os negros e os índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia tiram ouro para si, maior parte deste ouro se gasta em comer e beber [...]”.²⁴⁹

Trabalhadores escravizados: soldados em guerras alheias

Enquanto submetidos pelos luso-brasileiros, os trabalhadores escravizados foram usados em diversos combates, em guerras que não eram suas. Contra os nativos que às vezes eram aliados e outras, inimigos; contra os espanhóis, emboabas e holandeses. Em *Costumes africanos no Brasil*, o pensador negro Manuel Querino expôs que: “Em 1625, tendo o governador, dom Francisco Rolim de Moura informado a el-rei, Felipe III, do serviço que havia aqui prestado à coroa um africano, o qual durante a guerra dos holandeses, numa ocasião, trepado em um jenipapeiro com um saco de pedras, matava quantos holandeses podia alcançar [...]”.²⁵⁰ Manuel Querino prossegue citando Rocha Pombo: “Quando começaram a entrar os africanos, a sua função principal foi a das armas, na repulsa às temerosas agressões das hordas indígenas [sic].”²⁵¹

Em *Evolução do povo brasileiro*, Oliveira Vianna deu a entender que os trabalhadores escravizados, além das muitas outras atividades que desenvolviam, eram incluídos no rol dos soldados. Escreveu ele que o número de soldados, que os grandes escravistas rurais conseguiam concentrar dentro de seus domínios, era “extremamente vultoso, no Sul principalmente: não se conta por dezenas, mas por centenas e milhares. O paulista Manoel Preto, grande preador do gentio e um dos principais autores da destruição de La Guáira, tem por exemplo, cerca de 1.000 flecheiros, não incluindo os seus escravos, negros e mestiços”.²⁵²

²⁴⁸ Loc., cit.

²⁴⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967. p. 271.

²⁵⁰ QUERINO. *Costumes africanos* [...]. Ob. Cit. p. 32.

²⁵¹ Id., ib., p. 33

²⁵² VIANNA. *Evolução* [...]. Ob. Cit p. 69.

Em *História das bandeiras paulistas*, Afonso de Taunay relatou sobre os irmãos João e Lourenço Leme, que, em 1723, fugindo de um conflito, marchavam a pé, com o rumo de Ararituaba, “onde chegaram ao romper do dia, vencendo uma marcha de cinco léguas. Sanguinolento desfecho tivera o conflito: Ficaram mortos cinco de seus **escravos** e prisioneiros sete, e por despojos todas as armas, móveis e alfaias da casa”.²⁵³

Dada a sua situação de “escravo”, o trabalhador escravizado tinha que se submeter ao universo da escravidão, *obedecendo*. Assim, teve que participar de brigas alheias; com muita frequência, servia como *bucha de canhão* do sistema.

Conflitos e mais conflitos entre paulistas e portugueses culminaram na Guerra dos Emboabas. A luta era pelo domínio das minas de ouro. Resultado: morreram centenas, entre eles os cativos de um e de outro lado.²⁵⁴

Na medida em que a região de Mato Grosso desenvolvia-se econômica e politicamente, a Capitania e os donos de minas resolveram *proteger* a região. Assim, quando de confrontos e guerras, tiravam os trabalhadores escravizados das minas e lavouras e os encaminhavam para morte mais rápida nos embates pela liderança do poder local. Em 1751, Antônio Rolim de Moura, recém-chegado governador da Capitania de Mato Grosso, referiu-se a uma das várias demandas que instituiu: “Mandei alistar a gente toda, assim brancos, como mulatos, e pretos forros; dos primeiros está formada uma companhia de ordenança com os seus oficiais, e além disso, nomeei Capitão-mor, Sargento-mor, e ajudante [...]. Dos segundo estou para formar duas ficando os mulatos à parte dos pretos forros.”²⁵⁵

Como veremos no capítulo oitavo, é importante registrar que esses trabalhadores, em vários momentos, contrariaram o sistema de dominação e rebelaram-se abertamente. Enfatizamos que a rebelião contra o regime escravista foi quase permanente, ainda que em alguns momentos, surda e passiva.

Em *Homens livres na ordem escravocrata*, de 1997, a historiadora Maria Sylvia de Carvalho Franco explicou que o primeiro desbravador não contou com coisa alguma senão puras virtualidades: “[...] a riqueza que pretendeu, precisou criar. E esse objetivo de ganhar produzindo, ele o realizou estabelecendo seu ‘engenho e arte’. Dessa maneira integrou-se, na própria gênese da figura do colonizador, o trabalho como prática regular.

²⁵³ TAUNAY, Afonso de E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramento [s.d.], p. 44. [Grifamos].

²⁵⁴ ABREU. *Capítulos* [...]. Ob. Cit. pp. 98-118.

²⁵⁵ MOURA, Antônio Rolim de. *Correspondências*. Cuiabá: Imprensa Universitária: 1982. V. I, p. 99.

Entretanto, a riqueza que buscava teve necessariamente [sic] por meio a grande empresa trabalhada por escravos [...].”²⁵⁶

Indefinições: entradas e bandeiras

Embora as *entradas*, *bandeiras* e *monções* sejam temas amplamente discutidos e pesquisados, quero aqui, brevemente, lembrar as definições historicamente conhecidas. As *entradas* e *bandeiras*, características do século 17, seriam compostas de homens, que saindo de São Paulo e São Vicente, dirigiam-se para o interior do Brasil, caminhando através de florestas e também seguindo caminho por rios. Conforme o Mapa 2, o rio Tietê foi um dos principais meios de acesso para o interior de São Paulo.

Enquanto as entradas seriam expedições oficiais organizadas pelo governo, as bandeiras eram financiadas por particulares (senhores de engenho, donos de minas, comerciantes). Essas expedições tinham como objetivo predominante capturar os nativos e procurar por pedras e metais preciosos. Contudo, esses homens ficaram historicamente conhecidos como os responsáveis pela conquista de grande parte do território brasileiro e até fora dele, em locais como a Bolívia e o Uruguai.

Sobre tais versões, o advogado e diplomata Synésio Sampaio Góes Filho, em *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, de 1999, entende que tais explicações não deveriam ser mais aceitas, “depois que ficou provado que, em muitos casos, se confundem a participação do poder público com a da iniciativa privada”. Principalmente depois que propôs Alfredo Ellis Junior, “não encontra mais aceitação geral que fossem consideradas *entradas* os pequenos grupos que percorriam os sertões à procura de pedras e metais preciosos e *bandeiras* os grandes corpos que guerreavam e escravizavam os índios”.²⁵⁷ Como o movimento de penetração territorial apresentava aspectos diferentes em lugares e tempos diversos, para Synésio Sampaio, a definição do tema é bastante complexa e difícil. Para tanto, citou minuciosamente em seu trabalho várias pesquisas, conceitos e estudos sobre essas expedições.

O mesmo autor explicou sobre a *expansão* das bandeiras em terras castelhanas: “É certo que se pode ver uma ilha Brasil em vários mapas antigos; é certo que o Governo português procurou ocupá-la com ações diretas, no Prata e no Amazonas e, em

²⁵⁶ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997. p. 213.

²⁵⁷ FILHO, Synésio Sampaio Góes. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 90.

alguns períodos, apoiou os bandeirantes no oeste (como em Mato Grosso na década de 1720)”. Entretanto, para o autor, não está provado, que “as bandeiras paulistas, ou mesmo algumas delas, tiveram, além de suas finalidades reconhecidas de caça ao índio e da procura de metais preciosos, o objetivo de conquistar territórios para Portugal. Motivação política, portanto, não; o que não quer dizer que as bandeiras não tenham tido imensas conseqüência políticas.”²⁵⁸

Monções

Já as *monções* seriam as expedições características do século 18, assim chamadas, por se submeterem ao regime dos rios, partindo sempre na época das cheias (março e abril), quando os rios eram facilmente navegáveis, tornando a viagem menos difícil e arriscada. No início, as monções transportavam paulistas para as minas cuiabanas, mas, logo, tornaram-se tropas de abastecimento, isto é, de comércio, levando *mercadorias* de todo tipo para as zonas mineradoras, inclusive, trabalhadores africanos escravizados para serem vendidos. A população das minas necessitava adquirir tudo que precisava, pois só estava interessada em achar ouro e enriquecer rapidamente.

Diferentes das bandeiras, as monções seguiam roteiros fixos, passando por lugares conhecidos, “onde com o tempo se formavam arraiais; e tinham um único objetivo, chegar às minas de ouro dos rios Cuiabá e Guaporé”. Synésio apresentou algumas características das sociedades dos *bandeirantes e monçoeiros*, destacando que a primeira, própria dos seiscentos, favorecia a existência do tipo individualista e aventureiro, característico da época das bandeiras; a sociedade dos monçoeiros, por outro lado, já “produzia padres, militares, artesãos, e principalmente mercadores”.

Synésio acrescentou ainda alguns pontos comuns entre as duas expedições: bandeiras e monções “são basicamente movimentos de expansão territorial: as primeiras levaram ao conhecimento da terra em várias regiões do Brasil, as segundas garantiam o povoamento do centro do continente”.²⁵⁹ Porém, Sérgio Buarque de Holanda conceituou, tanto as bandeiras como as monções, como sociedades comerciais: “[...] a tendência ainda hoje comum entre historiadores para conceituar a bandeira como instituição de cunho principalmente militar, envolvendo mesmo tropas dispostas em companhias, com batalhões, estandartes e tambores, tem feito desdenhar o traço

²⁵⁸ Id., ib., pp. 121-2.

²⁵⁹ Id., ib., pp. 145-6.

dominante dessas expedições que, surgidas para atender antes de tudo a necessidades comezinhas dos habitantes, se convertem em atividade altamente lucrativa com os característicos, não raro, de empresa comercial.”²⁶⁰

Caminhos e rios às minas auríferas

Conforme o Mapa 2, a rota utilizada tinha como ponto de partida Porto Feliz – a antiga Ararituaba –, sobre o rio Tietê, em São Paulo. De Ararituaba à Cuiabá, as monções gastavam de três a cinco meses.²⁶¹ Portanto, nesse período, o avanço das expedições monçoeiras em território sul-mato-grossense deu, sobretudo, por meio dos rios.

²⁶⁰ HOLANDA. *Monções* [...]. Ob. Cit. p. 183.

²⁶¹ TAUNAY. Afonso de E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1953. p.49.

Para transposição dos rios, os sertanistas utilizavam canoas e canoões, construídos à maneira dos nativos, cavados em um só tronco e muito rasos. Sérgio Buarque de Holanda recorda que durante a viagem o piloto ia ao bico da proa. “[...] nas descidas de cachoeira, era obrigado a manobrar a canoa com extrema rapidez, era incomparavelmente quem mais se arriscava”. Em certos casos, “fazia-se necessário passar por terra, arrastando as canoas ou guindando-as em cordas, no que se gastava muito tempo e trabalho. Nos saltos medianos, os barcos não precisavam sair do rio, conquanto fossem previamente aliviados da carga e dos passageiros”.²⁶³

A viagem era muito difícil devido às inúmeras corredeiras, saltos, cachoeiras, pedras e obstáculos, além de febres, insetos venenosos, altas e baixas temperaturas, etc.

Para descrever a rota monçoeira, utilizo o relato de Afonso de Taunay sobre a viagem realizada em 1788 por Francisco José Lacerda e Almeida, paulista, matemático, que percorreu as estradas fluviais de importância para a comunicação do Brasil daquele período: a ligação entre Belém e São Paulo. Recebeu a incumbência de demarcar os limites fronteiriços com as colônias castelhanas. A missão demarcadora era um desdobramento do Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777.

Segundo os cálculos de Francisco José de Lacerda e Almeida, as distâncias fluviais sulcadas pelas monções, partindo de São Paulo para chegar às minas de Cuiabá, atingiam 531 léguas, ou seja, 3.504 quilômetros, percorridos pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e rio Cuiabá.²⁶⁴ A esse enorme percurso fluvial, era preciso adicionar os quatorze quilômetros do varadouro de Camapuã e os 155 quilômetros que medeiam de São Paulo a Ararituaba. O total da jornada de São Paulo às minas cuiabanas vinha a ser, pois, de 3.664 quilômetros. De Cuiabá às minas, mais noventa e três léguas a caminhar! “Cento e treze eram os saltos, cachoeiras e corredeiras a vencer: 55 no Tietê, 33 no Pardo, 24 no Coxim, uma no Taquarí. No rio Pardo era muito freqüente verificar-se espedaçamentos de canoas.”²⁶⁵

Na opinião de Lacerda e Almeida, o mais penoso trecho da viagem monçoeira era a navegação do rio Coxim: “[...] tremendo este trecho [...]. Sinistro aspecto do desfiladeiro, que o Coxim corta, em corredeira entre paredões muito altos de notável cañon [sic]. E o rio

²⁶³ HOLANDA. *Monções* [...]. Ob. Cit. p. 76.

²⁶⁴ TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...] ob. Cit. p. 51.

²⁶⁵ Loc., cit.

era sujeito a enormes empolamentos torrenciais súbitos às vezes de cinqüenta palmos. ‘Rio melancólico e fúnebre mas de águas claras e saborosas [...]’.”²⁶⁶

Em 1786, o rio Paraguai cresceu tanto que Lacerda, navegando no Xaraes, passou sete dias sem encontrar terra onde pudesse desembarcar. “O rio Taquari, com a profundidade média de 3,40 metros subia de doze palmos (2,64 m) acima da enorme planície a que rega. Ponto singular da longa travessia era o chamado Pouso Alegre, no rio Taquari. Lá se encontravam canoas que de Ararituaba subiam com as que do Cuiabá desciam para o rio de Povoado.”²⁶⁷

Povoação em pleno sertão

José de Lacerda e Almeida descreveu a fazenda Camapuã, no sul de Mato Grosso: “Esta povoação fundada no centro deste sertão somente com o fim de ter carros prontos para a varação das canoas e cargas de um para o outro rio, o que teve princípio em 1720, e onde todos se provêm de mantimentos”. Segundo Lacerda e Almeida: “[...] esta fazenda é infestada [sic] pelo gentio caiapó, nação robusta que usa de bordão e flecha armada na sua extremidade de um espontão de rijo pau cheio de farpas desencontradas pelo seu comprimento de dois palmos ou também de ossos, e é tão numerosa, que só por si faz um grande império”.²⁶⁸

Os embates com os nativos caiapós eram constantes. Almeida relatou que havia quatro anos que aqueles nativos “havia atacado” uns comerciantes próximos ao rio Coxim, que navegavam para Cuiabá. O administrador da fazenda Camapuã, para os intimidar mandou um destacamento composto de alguns mulatos libertos e de “outros escravos da fazenda, homens na verdade capazes de se lhes confiar qualquer empresa, em que se deva ter valor e intrepidez, os quais no fim de alguns dias os encontraram, [e talvez aos inocentes] e fizeram uma boa presa de rapazes e de mulheres de toda idade, e os conduziram à fazenda, onde os vi falando português, alegres e pacíficos, **depois de terem tentado a fuga por duas vezes** inutilmente, pois foram seguidos pelo rastro e apanhados”.²⁶⁹

²⁶⁶ TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...] ob. Cit p. 51.

²⁶⁷ Loc., cit.

²⁶⁸ Loc., cit.

²⁶⁹ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. pp. 75; 81-2. [Grafamos].

Primeiras narrativas

Em *A linguagem escravizada*, 2003, a lingüista italiana Florence Carboni e o historiador rio-grandense Mario Maestri interpretam que: “A linguagem é profundamente determinada pelo momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos – de classe, de gerações, de gênero, de grupos étnicos etc. Ela é produto inconsciente, semiconsciente e consciente dessas contradições. Sua função comunicativa possui também uma importante instância de integração e de ocultação das contradições sociais.”²⁷⁰

Como não temos relatos ou documentos escritos pelos cativos, utilizamos crônicas e textos da classe dominante, apresentados a partir de sua linguagem e visão coloniais. Geralmente, os cativos *anônimos* são citados, sem destaque, na execução de seus trabalhos ou, em forma mais enfática, de seus gestos de protestos: fugas e revoltas. Nem por isso a história dos trabalhadores escravizados deixará de ser contada. Mesmo a partir da documentação da classe dominante é possível reconstituí-la, revelar a vida, o trabalho e as lutas dos cativos dos primeiros tempos da ocupação do território sul mato-grossense.

Descoberto o ouro cuiabano, fundado o arraial e a vila real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, começaram a surgir textos narrativos dessas viagens. As narrativas, crônicas, etc., daquele período têm importância pelas informações históricas que aludem sobre as práticas e costumes praticados por aqueles homens em suas expedições, sejam eles livres, forros ou escravizados. Não pretendo me deter na rota em si, mas apenas apresentar características da dominação escravista nessas viagens. Vale lembrar que, no século 18, foram muitas as monções que saíram em canoas e canoões, sulcaram os rios Tietê, Paraná e rios mato-grossenses, em expedições que ficaram na história.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a diferença entre as primeiras expedições e as monções não se resumem apenas ao emprego de meios de locomoção, ou seja, as embarcações, mas “principalmente, o complexo de atitudes e comportamentos, determinados por causa desses meios, o que fará compreender a distinção essencial entre a primitiva bandeira e a monção de povoado”. Continua Holanda: “Naquela, os rios constituem, efetivamente, obstáculos à marcha, e as embarcações são apenas o recurso ocasional do sertanista, utilizável onde a marcha se tornou impossível. Nas monções, ao

²⁷⁰ CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada*. Língua, história, poder e luta de classes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 59-60.

contrário, a navegação, disciplinadora e cerceadora dos movimentos, é que se torna regra geral, e a marcha a pé, ou a cavalo, constitui exceção a essa regra.”²⁷¹

Viagens malditas

Como já vimos, muitos trabalhadores africanos e afro-descendentes escravizados foram levados nessas expedições. Ao longo dessas viagens até destinos ditados pelos escravistas, os cativos exerciam todo o tipo de trabalho. Fato comprovado no relato de Gervásio Leite Rebello que, em 1726, fazia parte da expedição de Rodrigo César de Menezes, então governador da Capitania de São Paulo, que recebeu a incumbência da Coroa portuguesa de instituir a vila real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Quando no rio Tietê, queixou-se de sua travessia, com muitas cachoeiras, “com grande trabalho e risco, e não menos sustos pela violência das águas e pelas muitas pedras, cachoeiras, sirga [sic], itaipavas [sic], contra-assaltos, despenhadeiros em que se descarregam as canoas e se arrastam por terra, e lançando-se depois ao rio, conduzidas as cargas às costas dos negros, sem que aproveite a vigilância a evitar o muito que se perde e se furta”²⁷².

Rebello explicou que, em cada uma dessas passagens do trajeto, era evidente o perigo de vida. “E neste ano pereceram das tropas que passaram o Cuiabá em Pirapora o piloto e na outra cachoeira que se lhe segue na do Pau Santo, três negros e uma negra do alferes Duarte [...]”. Navegando pelo Rio Pardo, região sul-mato-grossense, prosseguiu seu relato: “[...] passamos neste dia dois varadouros descarregando neles as canoas e passando as cargas às costas dos negros com bastante perigo e trabalho pela má arrumação, que fazem já aqui as voltas deste rio [...]. Enfim, chegamos ao Varadouro de Camapoão e largamos o rio Pardo por não poderem nadar nele as canoas.”²⁷³

De acordo com Gervásio Leite Rebello, no vilarejo de Camapuã, houve muito consumo de mantimentos e “se dilatou a tropa onze dias assim para se descarregarem as canoas, distância de 2 léguas, em que desce uma chapada, as cargas e mantimentos, como também em se levar em umas pequenas carretas as canoas puxando elas mais de 20 a 30 negros, em cuja condução se experimentam vários descômodos, não só em cargas que

²⁷¹ HOLANDA. *Monções* [...]. Ob. Cit. p. 72.

²⁷² TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...]. Ob. cit. p. 102.

²⁷³ Id., ib., p. 106.

arrombam e furtam, como nos mantimentos que se perdem; que nesta altura é a perda mais sensível”.²⁷⁴

Carregadores por terras, matas fechadas, trilhas íngremes e pedregosas, sujeitos às picadas de muitos insetos, muita fome, sede, dor e cansaços, nos quais podia-se perder alguns bens, e não outros, segundo Gervásio, que relatava sem *pudor cristão*: “[...] e tanto mais se quer antes perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de mantimento, feijão ou farinha [...]”.²⁷⁵

Na situação de *propriedade* de outro ser humano, o cativo estava sujeito à vontade de seu explorador, assim, como ele se vestia e o momento e como se alimentava, trabalhava e descansava, era decisão que cabia exclusivamente ao escravizador, que explorava ao máximo a força do trabalho cativo. No entanto, como assinalado, mesmo sob constante vigilância, os cativos arrombaram os fardos de mantimentos que carregavam para matar a fome acrescida pelos duros trabalhos.

Quanto à carência de mantimentos, contou ainda Gervásio Rebello: “[...] se expedia um próprio de Aricá a comprar milhos e nos dias seguintes se continuou a viagem sem mantimentos e só com a esperança de chegar a ele: no último dia se chegou à roça de Felipe de Campos, onde se acharam cem mãos de mantimentos a duas oitavas a mão, que S. Exc.^a mandou logo repartir por toda a tropa pela livrar de padecer de tão extrema necessidade, pois se achavam já brancos e negros muito debilitados e fracos”.²⁷⁶

Chegando em Cuiabá, o secretário do governador da Capitania de São Paulo sentiu que ali também os mantimentos eram poucos, faltando o milho, “que é o sustento de brancos e negros porque secaram as roças e plantas e foi necessário replantá-las [...]”. Os poucos alimentos que encontraram tinham que pagar altos preços: “[...] achamos o alqueire mantimento a 14 oitavas de ouro, o feijão a 20, a farinha e mantimento a 20, as galinhas a 3, a libra de carne de porco fresca a 1, a salgada a 2, a dúzia de ovos a oitava e oitava e meia e tudo mais a esta proporção.”²⁷⁷

Para a historiadora Maria do Carmo Brazil, aquele era um momento de penúria, por toda a região mato-grossense. A *febre* mineradora, problemas de ordem produtiva e ambiental, dificuldades de comunicação e transporte, a violenta carga tributária e outros aspectos determinavam a carência e a carestia de mercadorias na região das minas. Os altos

²⁷⁴ Loc., cit.

²⁷⁵ Id., ib., p. 107.

²⁷⁶ TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...]. Ob. Cit. p. 111.

²⁷⁷ Loc., cit.

preços pagos pelos bens de subsistência nos núcleos desequilibravam sensivelmente a realidade social.²⁷⁸

Em 1727, o capitão João Antônio Cabral Camello narrou a viagem que fez às minas de Cuiabá. Descreveu os infortúnios a que estavam expostos nas passagens dos rios Tietê, Pardo, Paraguai e varadouros: “[...] antes do varadouro quatro ou cinco dias entra no rio Pardo são tantas e tão pequenas as voltas, que as canoas maiores vão pegando a cada instante com a proa em um barranco, e com a popa em outro sendo preciso cortar muitas vezes paus e cavar os mesmos barrancos para poderem passar e navegar adiante [...]”.²⁷⁹ Mesmo que seja noventa e seis anos após o período que ora analisamos, vale registrar o texto do viajante e naturalista francês Saint-Hilaire que viajou em uma pequena canoa, conduzida por remadores cativos: “[...] remavam com uma notável disciplina de conjunto, e, durante as poucas horas de travessia, não fizeram uso do leme”.²⁸⁰

Nas terras dos paiaguás

Após três anos de *caça ao ouro* nas minas de Cuiabá, o capitão João Antônio Cabral Camello retornou para São Paulo com o ouvidor Antônio Alvares Lanhas, relatando igualmente a viagem. Em uma terça-feira, 6 de junho de 1730, seguiam pelo rio Paraguai abaixo, quando ouviram um grande grito pela parte direita do rio. De um sangradouro, escondidos com ramos, surgiram nativos paiaguás com aproximadamente cinquenta canoas, todas bem armadas. Vinham dez a doze nativos de agigantada estatura, todos pintados e emplumados: “E o mesmo foi chegar a tiro que cobriu-nos de uma tão espessa nuvem de flechas, que escureceu o sol”. E os trabalhadores africanos escravizados que remavam, temendo o ataque, saltaram na água deixando as canoas sem direção: “[...] e nisto estava toda a nossa desgraça: porque um, ou dois brancos, que ficaram nelas, nem podiam tomar a terra, nem remos, ou governar a canoa, e defender-se”. Aproveitando essa desordem momentânea os paiaguás foram sobre eles com flechadas, lançadas e porretes. Com isso, alguns *brancos* se entregaram, mas segundo Cabral, nem por isso livraram suas vidas.²⁸¹

O ouvidor Lanhas ficou só na sua canoa com apenas um outro homem que estava doente, disparou quatro armas e, por falta de “quem lhes carregasse, pegou um estoque, e se

²⁷⁸ BRAZIL. *Fronteira* [...]. Ob. Cit. p. 63.

²⁷⁹ TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...]. Ob. Cit. p. 117.

²⁸⁰ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975. p. 18; KIDDER E FLETCHER. *O Brasil e os brasileiros*. Esboço histórico e descritivo. São Paulo: Nacional, 1941. V. II, p. 176.

²⁸¹ TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...]. Ob. Cit. p. 128.

defendeu com ele chamando por mim, que o socorresse: mas foi lástima que ao mesmo tempo, que eu já ia defendê-lo, me atravessou diante uma canoa, das que já andavam sem gente e me fez rolar pelo [rio] Paraguai abaixo”. Voltando Cabral Camello ao lugar onde havia visto o ouvidor, não o encontrou, “mas sim a multidão de gentio [sic] que me carregava: quiseram os meus **negros** saltarem também na água: mas indo sobre eles, recomendei a três brancos, que trazia, que primeiro os matassem, que os deixassem fugir [...]”. Vimos portanto que, mesmo diante do perigo iminente, os cativos eram vigiados. Como os cativos não fugiram, “remamos com força para terra. Chegamos a uns ramos, e segura neles a canoa, pudemos pelejar todos [...]”.²⁸²

Camello deixou dois *brancos* a vigiar os cativos e foi socorrer alguns outros que ouvira atirar pouco acima de onde se encontravam. No entanto, estava tudo alagado e ele voltou para sua canoa. Ao entrar nela, chegaram mais seis canoas que, segundo ele, “acudiram, como eu, a tempo aos seus **negros** para lhes não saltarem à água: unidos nos tornou a investir o gentio. Recebemo-los com treze armas, que tínhamos, e dando fogo neles com ânsia, e desesperação das vidas, os fizemos retirar [...]”.²⁸³

Entretanto, um camarada de sua tropa, ao atirar, queimou a cabeça, braço e perna com uma faísca que caiu sobre a pólvora que tinha em um chapéu junto a si, causando grande alvoroço. Nisso, os paiaguás, percebendo que as armas haviam sofrido grandes danos, recolheram dezesseis canoas que só levaram delas o ouro, que “seriam dez, ou onze arrobas; as armas e toda roupa; e escolhendo dos negros os que lhes pareceram melhor, mataram todos os mais junto com alguns brancos, que cativaram: levaram porém consigo uma branca filha de Lisboa, a quem mataram nesta ocasião o marido”. A tropa fez inspeção geral e constataram que sobravam muito poucas armas e pólvoras. Por isso, com medo do retorno dos paiaguás, os viajantes decidiram não continuar viagem e retornar à Camapuã. Nas proximidades, “mandou a espiar o gentio, e a ver se juntamente descobriam de como alguns dos nossos, que tivessem escapado da batalha: acharam-se muitos destes, mas todos mortos, entre eles estava o dr. Lanhas, que trouxeram na canoa, e se lhe deu sepultura no Tojucal [...]”.²⁸⁴

²⁸² Loc., cit. [Grafamos].

²⁸³ Loc., cit. [Grafamos].

²⁸⁴ Id., ib., pp. 129-30.

Controle e vigilância

Cabral Camello registrou o comportamento tradicional de um escravista: o medo de perder o capital investido na compra do trabalhador escravizado. Percebe-se que, mesmo em um momento de risco, até da própria vida, ele não dava descanso aos cativos. Para o historiador Mário Maestri, em artigo sobre a fuga do cativo, de 2005, a própria possibilidade de fuga determinava que o escravizador investisse em repressão e constante vigilância do cativo. Mesmo assim, vários trabalhadores fugiam ao mesmo tempo ou sucessivamente, em geral, “devido às excepcionalmente duras condições de vida e trabalho”.²⁸⁵

No mesmo relato, os sobreviventes do conflito, chegando em Nhandui-mirim, viram despovoadas as roças, “e mortos pelo Caiapó os moradores [...]. A roça de baixo, onde pousaram os que vieram por terra, ainda se achava com bastante gente, não obstante estarem as casas já queimadas [...]”. Após pernoitarem, Cabral Camello e o dono das roças com seus cativos, seguiram para Camapuã.²⁸⁶

A tropa de Camello tornou a embarcar no Nhandui e, ao chegar em uma outra roça, a realidade era igual a que acabara de encontrar. Esse relato valoriza-se pela clara consciência da oposição dos escravizadores aos seus inimigos *externos* e *internos*: “[...] as achamos despovoadas, como, também a primeira do Rio Grande: na 2ª assistia um pobre homem, que tinha fugido do Cuiabá por uma morte, mas depois de eu estar em São Paulo me disseram, que também o matara o gentio, se é que não foram os seus próprios **negros**”.²⁸⁷ A opressão do sistema escravista ao produtor direto tornava, portanto, quase natural que a morte desconhecida de um escravizador fosse imputada aos seus cativos.

Em todas as narrativas monçoeiras, percebem-se as constantes investidas dos nativos contra os invasores e depredadores do seu espaço geográfico e social, algumas delas verdadeiras operações guerreiras, de grande envergadura, como a que acabamos de registrar. Em *A questão indígena na Província de Mato Grosso*, o historiador Cláudio Alves de Vasconcelos lembrou que a ocupação do espaço nativo foi motivada pela Coroa portuguesa: “Além de fomentar a guerra contra os índios, a carta régia estimulava a população a ocupar todas as terras indígenas [...]”.²⁸⁸ Para tal, comunidades nativas inteiras foram escravizadas e exterminadas.

²⁸⁵ MAESTRI, Mário. “Catando cipó. O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações”. Passo Fundo. Artigo, 2005. p. 3.

²⁸⁶ TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...]. Ob. Cit. p. 132.

²⁸⁷ Id., ib. [Grafamos].

²⁸⁸ VASCONCELOS. *A questão indígena* [...]. Ob. Cit. p. 38.

Os relatos dos anos 1730 demonstraram que, mesmo quando o interior do sul de Mato Grosso luso-brasileiro estava se formando, o trabalhador escravizado já era uma fundamental base produtiva da comunidade em constituição.

Resistir para sobreviver

O capitão Domingos Lourenço de Araújo, membro da tropa em que viajou Cabral Camello, melhor detalhou o conflito com os paiaguás, causador da morte de Lanhas, que retornando a São Paulo, chegou com a sua tropa ao Rio Paraguai: “[...] topou nele o gentio Paiaguá, que o investiu de repente com seu urro de vozes em oitenta, ou cem canoas todas armadas: Não puderam os nossos tomar terra, por se lançarem à água os nossos negros, temerosos das lanças inimigas; depois de larga peleja, renderam 16 ou 17 canoas, em que acabaram 108 pessoas, 28 brancos, e os mais negros: entre eles foram os principais o dr. Lanhas [...].”²⁸⁹

Mesmo com a morte dos seus parceiros, o capitão Lourenço não deixou de admirar a força dos paiaguás, pois não cessavam de admirar a destreza, o valor, o ânimo, e ainda a desesperação do inimigo; porque sem temerem a morte, “se metiam nas bocas das nossas armas, desprezando a própria vida, a tempo, que viam outros perdê-la; traziam as caras, e corpos todos pintados, ornavam com variedade de penas as cabeças, e meneavam com tal destreza as lanças, e os porretes, que em quanto os nossos davam um tiro, faziam dois, ou três eles”. O que lhe causou mais admiração “foi o ver, o sossego, o descanso, com que no maior calor do combate, tomavam o pulso dos **negros**, que rendiam, reservando os mais valentes, e tirando a vida aos mais fracos: se se viam acossados de alguma canoa nossa, lançavam-se à água, em que nadam como peixes, e a viravam, e desta sorte nos perderam naquele dia, e acabaram”.²⁹⁰

Passados três meses, os paiaguás foram vender seus *prisioneiros*. Em viagem da cidade do Paraguai à colônia de Sacramento, o filho do antigo governador de Assunção, dom Carlos de Los Rios Valmaceda, relatou que, em 15 de setembro de 1730, dia em que começava a novena de Nossa Senhora das Mercedes, na outra margem do rio da cidade, apareceram sessenta canoas de nativos paiaguás. Encostaram uma canoa em terra, com quatro homens, com os rostos pintados e muito emplumados, armados com flechas, lanças, com vestes de couro de tigre, que se dirigiram ao dom Governador e informaram que

²⁸⁹ TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...]. Ob. Cit. p. 134.

²⁹⁰ Loc., cit. [Destacamos].

traziam uns cativos e portugueses, que pretendiam vender aos espanhóis. No entanto, vinham antes oferecê-los à cidade, que deviam informar o que lhes haviam de dar por eles.²⁹¹ Segundo dom Carlos, os nativos colocaram excessivo preço a uma senhora portuguesa e a dois mancebos, fora outros mulatos: “[...] y corriendo esta noticia, pela ciudad, salio luego al punto el P. Comendador de La Merced acompañado de un Alcalde a pedir limosna para su rescate, y pasando el P. Comendador con toda su Comunidad a casa de su señoría a manifestar a los indios lo que les havia de dar, poniendo mucha plata labrada de la del ornamento de su Iglesia, a lo que concurrió también su señoría, y con mas empeño D. Santiago Gallo, quien es que puso quanto falto de plata, y otras cosas de la apetencia de los indios.”²⁹²

Entretanto, era preciso mais, pois o cacique e os paiaguás não estavam contentes com o arrecadado. Então o comendador e Santiago Gallo voltaram oferecendo mais *prata* para o resgate. Após mostrar pela segunda vez o que mais havia juntado, os nativos paiaguás trouxeram a dita senhora, dois mancebos, duas meninas, quatro negras, trinta negros e mulatos, que foram resgatados e recebidos com “geral compaixão” de todo o povo de vê-los no miserável estado em que os traziam, em especial a senhora, a quem haviam raspado as sobrancelhas, pestanas e cabeça, sem muito vestuário, apenas com umas roupas velhas, feitas de pedaços, “com que cobria suas vergonhas; os outros, os traziam nus de tudo, e raspados da mesma forma”.²⁹³ Segundo Mário Maestri, os nativos “raspavam os pelos do corpo, inclusive a barba, os cílios e as sobrancelhas, medida profiláticas contra a proliferação de parasitas e contra a atração de mosquitinhos e abelhas que incomodavam os olhos”.²⁹⁴

Na história do Brasil, em alguns momentos, os nativos aliaram-se aos trabalhadores escravizados, recebendo-os em suas aldeias, ou homiziando-se nos quilombos, quando fugiam.²⁹⁵ Em outros, foram seus inimigos. Pelo visto, os paiaguás não tinham interesses no grande número de trabalhadores escravizados que haviam capturado, já que os incluíram como meio de barganha, como igualmente faziam com os *brancos*.

²⁹¹ Loc., cit.

²⁹² Id., ib., p. 138.

²⁹³ Id., ib., pp. 138-140.

²⁹⁴ MAESTRI, Mário. *Senhores do [...]*. Ob. Cit. p. 54.

²⁹⁵ FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão*. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 – 2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p p. 118; 367.

“[...] os negros uns doentes, outros caindo [...]”

Foram tantos os *aventureiros* em busca das minas de Cuiabá que, nos *Relatos monçoeiros* de Afonso de Taunay, alguns ficaram sem identificação. Assim, o registro da *Notícia oitava prática* foi carta escrita, de Cuiabá aos novos pretendentes daquelas Minas, por autor desconhecido. O relator *sem nome* advertia em sua missiva que dado aos perigos nas travessias dos rios, sua embarcação virou, molhou mantimentos e tecidos; quis parar para enxugar mas a tropa não quis; “os negros tanto remam para diante como para trás, se ilha, dava, não os tenha para remarem ou bem ou mal acima”. O narrador continuando com suas lamúrias: “[...] tive tantos dias de chuva: as estalagens e ranchos destruídos, enfim, vim a tombos por esse rio abaixo com a morte sempre diante dos olhos sobre o não poder dormir de noite com o modo do dia: o trabalho dos varadouros me afligia e os negros, quando varavam as cargas, metiam-se em matos e consumiam-nas [...]”.²⁹⁶

Com o excesso de trabalho e a fome vieram as doenças. No rio Pardo, o relator anônimo lamentou-se das “misérias que nesse rio passei, são cem números, aí vem o que aqui chegou, sabe Deus como: os negros, uns doentes, outros caindo [...]”. Os trabalhadores escravizados labutavam, mesmo doentes, maltrapilhos e famintos, enquanto o escravizador descansava por alguns dias: “[...] o trabalho não é muito, o varadouro não tem mais de duas léguas e, enquanto descansai, sabei: que, postas as cargas em terra, saireis de levar a umas carretas baixas com as canoas de que puxaram 25 ou 30 negros dos melhores, senão, levai só nas carretas as canoas, passando as cargas às cabeças dos mesmos negros, advertindo que nunca os largueis que, se os deixares sós, desviam-se no caminho ou dormem quando querem, ou consomem, e furtam o que levam”.²⁹⁷ Destaque-se o grande número de trabalhadores escravizados necessários às operações exigidas nessas viagens.

Certamente que para o escravizador, carregar caixas, sacos, fardos nas costas, a pé, por caminhos descritos por ele mesmo como cheios de cipós, paus, pedras e tortuosos, *não seria muito*, pois era necessário arrancar o máximo de trabalho do cativo já doente. Duas léguas significam treze quilômetros. E esse deveria ser realizado sob total acompanhamento e vigilância. Com sorte, os cativos alimentavam-se ao menos uma vez ao dia. Como era possível suportarem tanto esforço, tanta fome? Boicotando a viagem, derrubando cargas nos rios, furtando alimentos para sua sobrevivência.

²⁹⁶ Id., ib., p. 171.

²⁹⁷ Id., ib., p. 174.

Cargas de uma viagem

Em 1751, em sua viagem à Cuiabá, Antônio Rolim de Moura também descreveu os perigos da região e a lotação de suas canoas. Ao falar sobre esta última, disse sintomaticamente que, na primeira, havia embarcado só. Na segunda, dois missionários, na terceira, os oficiais de sala com o secretário, na quarta, o capitão com metade da companhia. Entre aquela e a do tenente, que *marchava* na retaguarda com o restante da tropa, iam as canoas com as cargas, que eram dezesseis, pertencentes à Coroa portuguesa e quatro canoas de sua propriedade.

Mesmo assim, com tantas canoas, não conseguiram acomodar todo o mantimento necessário, por isso, emprestaram mais uma. “[...] porém não somente estas chamadas de cargas a levavam, mas em todas se meteu o que podiam acomodar. Nas dos soldados, sem embargo de levar cada uma vinte e tantos homens, fora remeiros, e pilotos, se meteram os cunhetes de bala e pederneira, e a roupa precisa para o caminho, rede e mosquiteiro de cada soldado, sem cujo traste se não pode fazer esta jornada”.²⁹⁸

Rolim de Moura contou que tinha canoas que chegavam a levar noventa sacos de mantimentos e trinta e tantas cargas de barris e frasqueiras, e ainda assim, o futuro Conde de Azambuja havia deixado para vir de aluguel, com outras tropas, a maior parte das cargas. “[...] sempre vos há de fazer dificuldade que em tão pouco se acomodasse o mantimento que haviam gastar 190 homens em 5 meses; o que procede constar esta de feijão, farinha e toucinho, e algumas galinhas só para os doentes de maior perigo. Ainda que, para minha mesa, este era o fundamento, porque o mais que levava de paios, presuntos, biscoitos e carne de vinha d’álhos, era à proporção do que as canoas podiam, e não do que era preciso”.²⁹⁹ Portanto, para tanta carga, muita mão-de-obra cativa.

Trabalhadores submetidos: africanos e paiaguás

Rolim de Moura ao chegar ao sítio Camapuã descreveu: “Fica o dito sítio de Camapuan à borda de um pequeno rio, do qual toma o nome; como ali não há outro morador, tem ele toda a largura que querem seus donos, que são quatro, em uma sociedade para se utilizarem dos lucros, que são grandes, nas carregações das canoas, fazendas e mantimentos, que vendem aos passageiros”. Já instalado no sítio, pôde observar o que

²⁹⁸ Id., ib., pp. 185-6.

²⁹⁹ Id., ib., p. 186.

tinham para vender: abundância de milho e de farinha de milho; feijão, arroz, porcos e vacas.³⁰⁰

Segundo Rolim de Moura, o sítio tinha casas de sobrado que eram suficientes para acomodarem todos oficiais e famílias que estavam em sua frota. Entretanto, mais minucioso em descrição foi o viajante francês Hércules Florence, que visitou o Brasil e a região mineira, nos anos de 1825 a 1829. Da fazenda Camapuã também registrou que além do sobrado, tinha “outra fronteira, separada por vasto pátio, que tem um engenho de moer cana tocado por bois. O pátio é fechado pela **senzala dos escravos**, toda ela baixa e coberta de sapé. À noite eles são metidos de baixo de chave”.³⁰¹

Ainda em 1751, dom Diogo de Toledo Lara e Ordonhes foi indicado para juiz-de-fora de Cuiabá. Sobre sua viagem, escreveu a um amigo contando que ficou muito *sensibilizado* com a situação dos nativos em cativeiros. Admirou-se principalmente com as nativas, que à época, faziam três anos de suas capturas, já se mostravam, segundo ele, “muito contentes, alegres, já cheias de pejo, com uma grande agilidade para tudo e grande para o trabalho”. Por isso, deu parte ao general de sua expedição para ver o que deveria ser “feito daquela gente que de toda a forma se deve evitar-lhes o cativeiro, ou espécie dele em que estão. Suponho que o Fazendeiro as trate bem; mas elas parecem que julgam lograr a melhor fortuna do mundo, e já queriam casar-se ainda que fosse com pretos, e por isso nem queriam sair dali”.³⁰²

De acordo com Diogo de Toledo, os caiapós fizeram “vários danos” nas roças e gados, além de matarem algumas pessoas da fazenda Camapuã. Por isso, os proprietários mandaram uma escolta de pessoas armadas que, após andarem quatro dias, encontraram uma aldeia, que ficava distante seis ou oito léguas da mesma fazenda, e “deram-lhe uma investida, uma madrugada, de sorte que só de uma grande casa trouxeram umas oitentas pessoas, mulheres, crianças e rapazes de pouca idade porque mais tudo fugiu, trouxeram muita cousa, pedaços de ferro, facas, tesouras, etc., cousas que eles noutros tempos tinham furtado”.³⁰³

Destaque-se que não havia sequer certeza de que os nativos assaltados eram os atacantes das fazendas, já que os objetos apreendidos eram tradicionalmente escambados entre as comunidades nativas ou entre elas e os luso-brasileiros. A resistência dos senhores

³⁰⁰ Id., ib., p. 191.

³⁰¹ FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825-1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 50. [Destacamos].

³⁰² TAUNAY. *Relatos monçoeiros* [...]. Ob. Cit. pp. 211-12.

³⁰³ Id., ib., p. 191.

dessas terras não deteve o avanço do conquistador. Entretanto, eles lutaram e seus descendentes continuam lutando para preservarem suas vidas, seus territórios e suas culturas.

Longe de casa

Ao percorrermos rapidamente as narrações dos exploradores e comerciantes, rumo ao oeste brasileiro e mais especificamente às minas de Cuiabá, em que toda a atenção historiográfica desenvolveu-se a partir do homem “branco”, tentamos, em contrapartida, destacar os feitos dos outros personagens desta mesma história, os africanos escravizados.

Em rios tão tortuosos, quanta força não foi gasta para que as canoas se movimentassem para cima, para baixo, prá frente, prá trás. Por terra, canoas e canoões e todo tipo de mercadoria sobre as costas. Sob o olhar vigilante do escravizador, o movimento tinha que ser perfeito para que não se perdessem as cargas. O trabalhador escravizado foi explorado até o limite de suas forças. Quantos africanos não pereceram nessas entradas em paragens hostis e estranhas as suas terras natais, num continente crescentemente perdido até mesmo para a memória? O trabalho e as mortes, em maioria, foi a do cativo, mas as vidas que importaram foram as dos escravistas.

Como vimos, no período inicial da formação e povoamento do Brasil, e aqui de um modo especial, a região sul-mato-grossense, matas foram derrubadas, sementes plantadas, engenhos e habitações construídos visando o desenvolvimento do capital dos mandatários da sociedade escravista, tudo isso feito, sobretudo às custas dos braços dos trabalhadores afro-descendentes escravizados.

AFRICANOS LIVRES

Comércio de africanos

No dia 7 de novembro de 1831, sete meses após a abdicação de dom Pedro I e de seu retorno a Portugal, a Regência Trina assinou decreto proibindo o comércio de africanos escravizados, trazidos da África para o Brasil. Isso significava que nenhum “escravo” poderia entrar no Brasil a partir daquela data. Em teoria, os africanos que entrassem no Brasil depois de 1831, seriam livres e passariam a ser chamados de “Africanos Livres”. E, de acordo com a lei, deveriam ser reenviados imediatamente para a África. A lei jamais foi revogada e simplesmente nunca foi cumprida.³⁰⁴

O Governo Imperial fez vistas largas a esse decreto e os escravistas continuaram a importar grande número de trabalhadores africanos para trabalharem forçadamente em terras brasileiras. Em *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Robert Conrad registrou que “entre 1800 e 1850 foram importados aproximadamente 1.600.000 escravos”.³⁰⁵ Grande número desses cativos foi trazido para o país ilegalmente, após 7 de novembro de 1831.

Legalmente, esses africanos eram livres, conforme a própria nomenclatura usada indicava, mas pouco ou nada se fazia para garantir-lhes a liberdade legal. Tanto o governo como os escravistas não tinham nenhum interesse em colocar em prática aquela lei. Robert Conrad afirmou que, em 1862, o número dos *africanos livres* escravizados ilegalmente era de quase meio milhão.³⁰⁶ Além disso, até 1872, o governo não era rigoroso na exigência de registrar os africanos escravizados e os proprietários não tinham recibos dos cativos importados ilegalmente. Para Robert Conrad, os *africanos livres* eram tratados com a mesma violência que os trabalhadores escravizados *legalmente*.³⁰⁷

³⁰⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 31.

³⁰⁵ Id., ib., p. 37.

³⁰⁶ Id., ib., p. 55.

³⁰⁷ CONRAD, Roberto. *Tumbeiros o tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 186.

Em 2005, em sua dissertação de Mestrado, “Liberdade tutelada”, a historiadora Alinnie Silvestre Moreira definiu a categoria dos “africanos livres”. A formação de tal categoria teria tido início nas resoluções da convenção de 1817 e em outras prescrições legais que determinavam que os africanos comercializados ilegalmente no Atlântico seriam libertados e reenviados à África. “Porém, até que isso acontecesse, deveriam prestar serviços no país que os capturou, pelo tempo de 14 anos” e deveriam ficar sob a guarda do governo e colocados em tutela.³⁰⁸ Alinnie Silvestre Moreira explicou que, na imensa maioria das vezes, os *africanos livres* tiveram os próprios direitos reconhecidos pela legislação oficial negados e ignorados pelo Estado, “que em tese, deveria protegê-los contra a reescravização”. Segundo a autora, cerca de setecentos mil *africanos livres* foram escravizados.³⁰⁹

Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso

Nos registros oficiais que pesquisei em Cuiabá, que compreendiam os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apareceu pela primeira vez a denominação “africanos livres”, nos mapas de 1853 da “Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso”, que atuava em dois locais de trabalho, aparentemente com os mesmos trabalhadores *africanos livres*: Santana – em Diamantino – e no Paraguai. Esta última localidade refere-se provavelmente a um lugar em território brasileiro conforme se observa no ofício Anexo 1.³¹⁰ Em 1852, o presidente da Província de Mato Grosso dava notícia sobre a criação dessa Companhia: “Já que tive ocasião de falar em indústria mineira, digo que é também de esperar que este definhado ramo de riqueza da Província tome vigor com os trabalhos de uma Companhia de Mineração que se organizou na Corte com a autorização do Governo Imperial, e cujos agentes devem estar em caminho para esta capital.”³¹¹ De 1853 até 1856, nas correspondências do Mato Grosso, os ofícios referiam-se à empresa como “Sociedade” e, a partir de 1857, denominam-na de “Companhia”, sem no entanto fazer qualquer referência à mudança de estatuto.

³⁰⁸ MOREIRA, Alinnie Silvestre. “Liberdade tutelada. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)”. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UEC, 2005. pp. 22;29-30.

³⁰⁹ Id. Ib.

³¹⁰ Ofício de Lucas Memovia Egas Moniz, guarda dos Africanos Livres, encaminhando mapas mensais dos africanos livres ao presidente da Província, Augusto Leverger. Lata 1853-A. p.1. APMT

³¹¹ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1853. pp. 3-4.

Em 1854, o mesmo governador da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, relatou as atividades desenvolvidas pela Sociedade: “A Sociedade de Mineração desta Província, que, como já me referi, assentou os seus trabalhos no Município do Diamantino, empreendeu desviar, em parte do seu curso, o ribeirão de Santa Anna, a fim de aproveitar-se da abundância de diamantes, que se supõe haver no álveo do dito rio, junto à ilha do mesmo nome”. Augusto Leverger comunicou ainda que a dita Sociedade encontrou obstáculos na abertura do canal e “teve de desistir desta empresa, e foi estabelecer-se na margem do Paraguai abaixo do Arraial do Buritisal. Não consta que por ora a dita sociedade tenha tirado valores, que cubram as suas despesas; mas espera-se que sejam bem sucedidos os seus esforços, se continuar as suas explorações nas várzeas e tabuleiros do Paraguai”.³¹²

Os africanos *legalmente* livres, e assim denominados oficialmente nos documentos, relatórios e mapas, na prática, eram trabalhadores escravizados, sob a tutela do Governo Imperial, cedidos à Companhia de Mineração. Todos os mapas trazem a assinatura do “guarda dos africanos livres”, um representante do Governo Imperial que fiscalizava e elaborava os relatórios. Esses relatórios chamados de “mapas” eram feitos mensalmente em um formulário sempre igual que traziam dados como o nome do lugar onde se achavam os africanos trabalhando, número de homens e de mulheres e o número de doentes. Quando constavam doentes, em uma observação, o guarda dos africanos livres sempre escrevia que “tais doentes não se achavam em perigo”. Registrava também os mortos e os recém-nascidos, indicando o *número de matrícula* que os últimos recebiam. Na prática, o filho de *africano livre* recebia o tratamento de filho do trabalhador escravizado. Quando não se tinha nada a observar, o relator escrevia “no decorrido mês não houve alteração alguma”.

Desvios de estradas e de rios

Igual ao Quadro 2, os relatórios sobre os *africanos livres* encontrados nos arquivos históricos do Arquivo Público de Mato Grosso/Cuiabá deveriam ser mensais. O primeiro mapa da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso relacionando trabalhadores *africanos livres*, traz a data de 31 de janeiro de 1853. O mapa registrava que 97 *africanos livres*, sendo 77 homens e 20 mulheres haviam sido cedidos pelo governo Imperial à Sociedade. Nesse ano, não constou no mapa nascimento de crianças. Percebe-se pelo

³¹² Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854. pp. 11-13.

Quadro 2, de Santana, que a maior concentração de trabalho dos *africanos livres* era nos desvios de estradas e rios. A dureza desse trabalho era tanta que havia risco de morte, como assinalou Medardo Rivani, agente da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso: “[...] no dia 8 do presente mês, tivemos que lamentar a morte do crioulo Bernardino que faleceu de uma febre catarral por causa de alguns inconvenientes e grandes dificuldades encontradas na abertura do desvio do rio Santa Anna”.³¹³ Trabalhavam nessas atividades mulheres e homens. Ressalto que quando o guarda fazia a observação sobre os sintomas das doenças, citava apenas as dos doentes homens e não mencionava as das mulheres.

Quadro 2

Mapa dos Africanos Livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso – 31 de janeiro de 1853.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		Homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						Homens	Mulheres	Homens	mulheres
Santa Anna	Em mineração: 7 Em roça: 8 No desvio: 57	Promptos	72	--	72	--	--	--	--
		Doentes	5	--	5	--	--	--	--
Santa Anna	No desvio: 12 Em serviço de casa: 7	Promptos	--	19	19	--	--	--	--
		Doentes	--	1	1	--	--	--	--
Soma			77	20	97	--	--	--	--

Observações: No decorrido mês uma febre forte ocorreu entre todos os africanos, mas felizmente, nenhum tem perigo. Os cinco doentes que a cima ficam ditos são três de feridas e dois de febre e nada mais há relativo aos africanos. Antônio Dias Lemes – 2º sargto guarda dos africanos.

FONTE: Mapas dos Africanos Livres. Lata 1853-A. p.2. APMT.

Mineração, carpintaria e roças

Observa-se em todos os mapas analisados que, de janeiro a setembro de 1853, os trabalhadores *africanos livres* desenvolveram atividades em Santana e, a partir de outubro, conforme o Quadro 3, foram desviados para outro local de trabalho, ou seja, para o referido “Paraguai”. Majoritariamente, os *africanos livres* desempenhavam suas atividades em serviços de mineração, de casa, de carpintaria e roças. Mais uma vez ressalta-se a presença

³¹³Ofício de Medardo Rivani – agente da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso, comunicando ao governador Augusto Leverger, que tirara os trabalhadores escravizados dos desvios dos rios para mineração. Santa Anna, 31 de agosto de 1853. Lata 1853-A. APMT.

das africanas desempenhando os mesmos trabalhos dos africanos. Para maior aprofundamento e análise, anexei os mapas mensais de 1853, até o mês de setembro.³¹⁴

Quadro 3

Mapa dos Africanos Livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		Homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						Homens	Mulheres	Homens	mulheres
Paraguai	Em mineração: 54 Em roça: 17 Carpintaria: 1	Promptos	72	--	72	--	--	--	--
		Doentes	5	--	5	--	--	--	--
Paraguai	Mineração: 5 Roça: 5 Em serviço de casa: 9	Promptos	--	19	19	--	--	--	--
		Doentes	--	1	1	--	--	--	--
Soma			77	20	97	--	--	--	--

Observações: Entre os doentes não há presentemente algum em perigo. Paraguay, 31 de outubro de 1853. Lucas Memovia Egas Moniz – guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapas dos Africanos Livres. Lata 1853-A. p.8. APMT

Nos relatórios dos mapas do ano de 1855, começaram a aparecer informações sobre os filhos dos *africanos livres*. Nesses mapas, os *africanos livres* estão relacionados na face folha de papel e, no verso da mesma, encontram-se os “mapas dos filhos dos africanos livres que se encontram na mesma sociedade”. No Quadro 4, de novembro de 1855, observa-se de um lado, 75 “africanos livres” e 19 “africanas livres”, e do outro lado, no Quadro 5, no mapa dos “filhos de africanos livres”, nove crianças. Todos os mapas não relataram maiores detalhes. Geralmente, eles registravam observações sobre a saúde, morte, transferência de local de trabalho ou fuga dos trabalhadores *africanos livres* conforme pode ser observado nos Anexos do 7 ao 22.

³¹⁴ Cf. Anexos do 2 a 6.

Quadro 4

Mapa dos Africanos Livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		Homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						Homens	Mulheres	Homens	mulheres
Paraguai	Em mineração	Promptos	57	12	69	--	--	--	--
		Doentes	5	4	9	--	--	--	--
Santa Ana	Roça	Promptos	13	3	16	--	--	--	--
		Doentes	--	--	--	--	--	--	--
Soma			75	19	94	--	--	--	--

Observações: Paraguai, 30 de novembro de 1855 – João d'Almeida Lara - guarda dos africanos interino

FONTE: Mapas dos Africanos Livres. Lata 1855. p.17. APMT.

Quadro 5

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		Homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						Homens	Mulheres	Homens	mulheres
Santa Anna	Não prestam serviço algum por causa da sua tenra idade	Promptos	1	--	1	--	1	--	--
		Doentes	2	--	2	--	--	--	--
		Promptos	--	6	6	--	--	--	--
		Doentes	--	--	--	--	--	--	--
Soma			3	6	9	--	1	--	--

Observações: Os doentes não se acham em perigo. Sant' Anna, 31 de novembro de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres. Lata 1855. p.18. APMT.

“Africanos livres” escravizados

Os mapas de 1859 foram mais detalhados. Em um ofício, Anexo 23, Tibério Fidélis Moniz, guarda dos *africanos livres*, comunicava ao governador Joaquim Raimundo de Lamare o nascimento de uma menina, “de cor preta a qual dei o nº 128 e lavrei o auto de nascimento”. Continuando o ofício, noticiou o falecimento de um africano, de 37 anos, de nome Pedro, de nação Congo, e ainda, o batizado de três crianças.³¹⁵ O guarda anexou dois mapas, um dos “africanos livres” (Quadro 6) e o outro dos “filhos dos africanos livres”

³¹⁵ Ofício de Tibério Fidélis Moniz – guarda dos africanos livres ao governador da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguai, 31 dezembro de 1858. Lata 1859-A. p. 1. APMT.

(Quadro 7). Mais uma vez se nota que os filhos dos *africanos livres* e os próprios trabalhadores denominados pela lei como “livres” recebiam um “número de matrícula” para *controle*, o que comprovava a condição de fato de trabalhador escravizado. Novidade que se apresenta no Quadro 7 é que, além dos dados costumeiros, já citados, os mapas passaram a registrar o número de crianças *batizadas* e, nas observações, a morte de um menino. No Quadro 6, constata-se que os trabalhadores *africanos livres* eram utilizados como mão-de-obra escravizada em construções de estradas, tanto em Santana como no Paraguai. Eles podiam igualmente ser encaminhados para trabalhar em residências de particulares, como foi o caso da africana Violante.

Quadro 6

Mapa dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso – 31 de março de 1859.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		Homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						Homens	Mulheres	Homens	mulheres
Santa Anna	Roça	Promptos	11	4	15	--	--	10	01
		Doentes	--	--	--	--	--	01	--
Paraguai	Mineração	Promptos	48	12	60	--	--	02	--
		Doentes	02	01	03	01	01	--	--
Soma			61	17	78	01	01	13	01
Observações: Foram para fazer estrada para a socavação no lugar denominado Afonso, 12 africanos, a saber: 2 do Paraguai e 10 de Santa Anna; também foi para o sítio do tenente José Marcelino, a africana nº 7 de nome Violante. Paraguay 31 de março de 1859 – Tibério Fidélis Moniz – guarda dos africanos livres									

FONTE: Mapas dos Africanos Livres. Lata 1859-A. p.2. APMT.

Quadro 7

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia – Paraguai, 31 de março de 1859.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados	meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Paraguai	Batizados	9	5	14	--	--	--	--
	Por batizar	--	--	--	--	--	--	--
Santa Anna	Batizados	--	3	3	--	--	--	1
	Por batizar	--	--	--	--	--	--	--
Soma		9	8	17	--	-	--	1

Observações: O menino de nº 123 de nome Sabino filho da africana Francisca Benguela, que se achava em Santa Anna, aqui chegou dia 20 de março e morreu dia 25 do mesmo. Paraguai, 31 de março de 1859 – Tibério Fidélis Moniz – guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres, entregue a mesma Companhia. Lata 1859-A. p. 3. APMT.

Vigilância

Em junho de 1859, o guarda Tibério Fidélis encaminhou ofício do respectivo mês com os mapas dos *africanos livres* e seus filhos ao presidente da Província.³¹⁶ No ofício, relatou algumas atividades desenvolvidas pelos *africanos livres* que registram que recebiam o mesmo tratamento dedicado aos trabalhadores escravizados, sobretudo no que se refere à vigilância: “[...] descoberto lavras de diamantes, de mui boas provas, não só aqui como nos Areias, para onde marcharam 35 africanos acompanhados de **dois feitores**”.³¹⁷ E ainda, em 1860, ao referir-se aos “africanos livres”, o guarda, escreveu sua real condição: “Neste mapa demonstra que foram para o serviço da roça mais 10 homens e foram supridas 2 mulheres; foram 2 **escravas** da mesma Companhia e também vieram as duas africanas que se achavam em curativos no sítio do tenente J. Marcellino da S^a Prado [...]”.³¹⁸

É fato conhecido na história da escravidão brasileira que os trabalhadores escravizados, africanos e crioulos, fugiam comumente, mesmo sob constante vigilância.³¹⁹ E os *africanos livres*, como viviam em situação e tratamento igual dado aos cativos, também o fizeram. Assim, o guarda dos *africanos livres* comunicou: “Cumpre-me mais fazer ciente a V. Ex^a que na viagem do Paraguai para este lugar, desapareceu um africano de nº 219, e

³¹⁶ Cf. Anexos 24-6.

³¹⁷ Ofício de Tibério Fidélis Moniz – guarda dos africanos livres ao presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare. Lata 1859-A. 1º de junho de 1859. p. 1. APMT. [Destacamos]

³¹⁸ Cf. Anexo 46. [Destacamos].

³¹⁹ MAESTRI, Mário. “‘Catando cipó’. O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações”. Revista História & Luta de Classes, n. 3, Rio de Janeiro, novembro de 2006. pp. 33-42.

tendo-se feito todo o possível para a captura dele, baldaram-se às esperanças pois ainda não apareceu.”³²⁰

Em todos os quadros analisados, apareceu o nome do “guarda dos africanos livres”, isto é, o nome da pessoa que elaborou os relatórios. No elenco dos quadros que estudamos, apareceram quatro “relatores” ou “guarda dos africanos livres”. O primeiro foi Antônio Dias Lemes, a partir de janeiro de 1853 (Quadro 2); o segundo foi Lucas Memovia Egas Moniz, de outubro e novembro. Já em 1850 e 1860, Tibério Fidélis Moniz produziu relatórios, com frequência sistemática, mais elaborados, além de cartas (paralelas) de comunicação às autoridades de Cuiabá, das diversas situações em que se encontravam os “escravos africanos livres”, na Companhia de Mineração.

As “africanas livres” e seus filhos

Em 1860, a Companhia de Mineração apresentou 22 mapas.³²¹ Foram elaborados dois mapas por mês, um de adultos e outro de seus filhos. Um dos meses não teve mapa, daí serem 22 e não 24 mapas. O primeiro mapa, de janeiro de 1860, apresentou 72 homens e dezoito mulheres trabalhando na mineração e nas roças de Santana. Prestaram serviços ainda em outro lugar de nome Conceição.³²² Por sua vez, o último mapa do ano, que traz a data de 1º de dezembro de 1860, apresentou os seguintes dados: setenta “africanos livres” e dezoito “africanas livres”. A diferença deu-se porque ao longo do citado ano faleceram dois trabalhadores.³²³ O mapa dos filhos apresentou uma surpreendente modificação: doze meninos e dez meninas: um aumento de treze filhos entre 1854 e 1860.³²⁴

No entanto, os dados do Quadro 8, mapa dos nascimentos e batizados, apresentaram um número maior: 24 filhos de “africanas livres”. As mães desses recém-nascidos trabalhavam na Sociedade de Mineração Província de Mato Grosso. Acompanhavam os nomes das crianças, o de suas mães e a procedência da nação africana. Conforme os dados coletados, registrei na coluna de observações, quando a mãe já tinha outros filhos. Os relatórios não apresentavam os nomes dos pais, apenas os das mães.

³²⁰ Ofício de Tibério Fidélis Moniz – guarda dos africanos livres ao presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare. Lata 1859-A. 1º de junho de 1859. p. 1. APMT.

³²¹ Cf. Anexos com ofícios: 27 ao 59.

³²² Mapa dos africanos livres. Lata 1860. pp. 4;26; 32;35. APMT.

³²³ Id., ib., pp. 5; 21;36.

³²⁴ APMT – lata 1855. p. 11; APMT lata 1859. p.2; APMT lata 1860. p. 36

Quadro 8

Nascimento e batismo de filhos de *africanas livres* que trabalhavam na Sociedade de Mineração do Paraguai da Província de Mato Grosso.

Ano	crianças nascidas	mãe	nação da mãe	observações
1853	Nicolau	Catharina	Benguela	-----
1853	Guilherme	Rita	Cabinda	-----
1853	Delfina	Carlota	Congo	-----
1854	Elena	Luiza	Cabinda	-----
1854	Luiz	Florinda	Benguela	-----
1854	Maria	Marianna	Moçambique	-----
1854	Luiz	Carolina	Benguela	-----
1856	Ignéz	Luisa	Cabinda	A mesma mãe de Elena em 1854
1856	Ignácio	Leocárdia	Benguela	-----
1857	João	Catarina	Benguela	-----
1857	Anna	Florinda	Benguela	A mesma mãe de Luiz e uma criança falecida
1857	Josefa	Carolina	Benguela	-----
1858	Prudêncio	Leocádia	Benguela	-----
1858	Miguel	Marianna	Moçambique	-----
1858	José	Rita	Cabinda	A mesma mãe de Guilherme e da falecida Edwirges
1858	Sebastiana	Tereza	Congo	-----
1859	Cepriano	Carolina	Benguela	A mesma mãe de Luiz e Josefa
1860	João	Francisca	Benguela	A mesma mãe de 2 crianças falecidas
1860	Maria	Francisca	Benguela	-----
1860	Manoel	Leocadia	Benguela	-----
1860	Emília	Marianna	Moçambique	A mesma mãe de Maria e Miguel
1861	Pedro	Tereza	Congo	A mesma mãe de Rosalia, Sebastiana, Pedro e uma criança falecida.
1863	1 menino	Francisca	Benguela	É a mesma mãe de João em 1860
1863	Izabel	Leocádia	Benguela	A mesma mãe de Ignácio, Prudêncio e Manoel .

FONTE: Registro da Sociedade de Mineração da Província. Auto de nº 03 a 134, pp. 5-133. Livro de Registro nº 162 – ano 1855 – 1864. Arquivo Público de Mato Grosso.

Nos arquivos do Mato Grosso, infelizmente não encontramos mais documentos e informações sobre essa categoria de trabalhadores, que embora nominados de “africanos livres”, conheceram na prática a existência de trabalhadores cativos. Não foi possível responder questões sobre o seu cotidiano; sobre a relação com seus filhos; como de uma hora para outra estavam em um local e depois em outro. É de supor que os filhos dos “africanos livres” não morassem ou convivessem com seus pais, embora sempre que relacionassem os “africanos livres” apensassem mapas dos filhos. A “observação” do Quadro 7 não nos deixa dúvidas com relação a isso, pois o filho Sabino, de 2 anos, da africana Francisca Benguela, foi trazido de outro lugar para junto de sua mãe, onde veio a falecer 5 dias depois. “O menino de nº 123, de nome Sabino, filho da africana Francisca

Benguela, que se achava em Santa Anna, aqui chegou dia 20 de março e morreu dia 25 do mesmo.”³²⁵

A africana Francisca Benguela tivera Sabino em 1857 e o mesmo faleceu em 1859, segundo o guarda dos africanos livres, com “febre catarral”.³²⁶ A mão que escreveu o registro tanto do nascimento como da morte não registrou o sofrimento dessa mãe, tanto no primeiro momento como no segundo, pois ao nascer (no Paraguai onde estava a mãe) esta criança já lhe fora arrancada e desenvolvida até aos dois anos sabe-se lá às custas de quais cuidados em Santana/Diamantino. Teria destino diferente junto à mãe? A certeza que tenho é que essas crianças atingindo uma idade de trabalho, passariam para a mesma situação dos pais, de cativos.

Os trabalhos e serviços

Conforme as informações constantes dos quadros e anexos já citados, em 1853, as diversas frentes de trabalhos tinham 97 *africanos livres*, sendo 77 homens e vinte mulheres; oito anos depois, em dezembro de 1860, havia 88 *africanos livres*, sendo 70 homens e dezoito mulheres. Durante esses oito anos, foram sete homens e duas mulheres a menos. A maior diferença foi na distribuição dos serviços. Em 1853, havia cinco frentes de trabalho: mineração, roça, desvio do rio e serviço de casa, enquanto em 1860, os trabalhos foram concentrados em duas frentes: mineração e roça. Foi registrado ainda, embora sem destaques, o serviço de “criação”, onde os cativos também eram os responsáveis por este trabalho: “Ficaram no arranchamento do Paraguai os africanos, Gil e Florinda para tratar das criações a saber, esta última com dois filhos [...]”³²⁷

Durante todos esses anos, sempre houve os trabalhos de mineração e roça: sendo a mineração a atividade principal e a roça, indispensável para o auto-sustento. Por alguns anos, o registro do serviço de casa apareceu como feito exclusivamente por mulheres, mas nos últimos tempos, esse trabalho foi eliminado dos relatórios, enquanto aumentava o número de mulheres na garimpagem, dando a entender que elas foram transferidas do serviço doméstico para a mineração.

³²⁵ Mapa dos filhos dos africanos livres, entregues a mesma Companhia. Lata 1859-A. p. 3. APMT.

³²⁶ Registro da Sociedade de Mineração da Província. Auto nº 123, p. 122. Paraguai, 25 de março de 1859 – Tibério Fidélis Moniz – guarda dos africanos livres. Livro de Registro nº 162 – anos 1855-1864. Arquivo Público de Mato Grosso.

³²⁷ Cf. Anexo 25.

Os duros trabalhos de desvio do rio ocuparam apenas quatro meses. Em fevereiro de 1853, trabalhavam nessa frente 55 homens e doze mulheres e, no último mês, em maio, eram 52 homens e treze mulheres. Apareceram também duas outras frentes de trabalho por um tempo relativamente curto. Por três meses, de maio a junho de 1855, utilizaram a mão-de-obra de vinte *africanos livres* e em julho, 24 homens trabalharam na “exploração” – os relatórios não explicaram que atividade era essa. No mês de julho do mesmo ano, aconteceu o trabalho de “preparativo da ilha” – que também não sabemos que atividade era – envolveu 27 homens.

Já no mês seguinte, intensificou-se o trabalho de mineração, que tinha sido interrompido em abril de 1855. Essa intensificação foi aumentando até ao máximo de trabalhadores em setembro de 1860, com 68 homens e dezoito mulheres, num total de 86 mineradores.

No ano de 1860, os trabalhos foram mantidos em duas frentes: a mineração e a roça, numa média de 84 trabalhadores, sendo 82% homens e 18% mulheres. Um número bastante elevado, se considerarmos que em fevereiro de 1853 trabalhavam na mineração apenas onze homens e nenhuma mulher.

Houve também outros trabalhos temporários, que envolveram poucas pessoas e foram interrompidos depois de algum tempo. É o caso da carpintaria que, em 1853, tinha um homem, em 1854, dois e, em 1855, até o mês de maio, funcionou com três homens. E depois desapareceu completamente como frente de trabalho. A oficina funcionou de maio de 1854 com quatro homens e terminou em outubro do mesmo ano com dois homens.

Doentes e enfermidades

As enfermidades registradas foram: ataques epiléticos, feridas, febres, pleuras, moléstias gálicas, gastrites, póstemas. Observou-se que as enfermidades eram resultantes dos trabalhos desenvolvidos pelos *africanos livres*. Na maioria das vezes, as febres e as feridas destacavam-se nos registros, assim como sintomas relacionados a inflamações dos pulmões, levando inclusive ao falecimento de um trabalhador africano.³²⁸

Os registros relativos às doenças, também não são detalhados, mas podemos observar que o número de trabalhadores doentes nos anos de 1853 a 1860 foi em uma média de quatro por mês, sendo três homens e uma mulher, numa média de 87 trabalhadores/mês.

³²⁸ Cf. Anexo 23.

Se considerarmos que a média de trabalhadores nesses oito anos foi de 87, sendo 80% homens (70) e 20% mulheres (18), os doentes atingiram o percentual de 4,4% ao mês.

O ano em que houve mais doentes foi o de 1853, com uma média de seis doentes cada mês (6,25% dos trabalhadores naquele ano). No último ano, 1860, houve menos doentes: uma média de três doentes ao mês (3,5% do total dos *africanos livres* naquele ano). No entanto, examinando o período de fevereiro a junho do mesmo, notamos que havia cinco doentes em cada um destes cinco meses, diminuindo a dois por mês nos meses seguintes.

Observamos que o africano trabalhava meses e meses enfermo, sendo *retirado* do serviço apenas quando a enfermidade se agravava ou era um *risco* para os outros trabalhadores. Foi o caso do trabalhador Thomaz Congo, que em 1858, o guarda dos *africanos livres* comunicava às autoridades: “Levo ao conhecimento de V. Exa. que o africano nº 95 de nome Thomaz nação Congo, **que há bastante tempo padece** de moléstias gálicas [sífilis], está hoje fortemente atacado, que dizem os experientes ser mórfea [sic], por isso que achava prudente V. Exa. ordenar que mandem recolher no hospital dos Lázaros para evitar o contágio desta moléstia, que para o futuro, ameaça de grande ruína a esta Companhia, por estar o dito africano em contato com os outros.”³²⁹ Como vimos, em dezembro de 1858, o trabalhador já fazia tempo que padecia. Somente cinco meses depois é que viemos ter notícias do Thomaz Congo, em 31 de maio de 1859, onde se encontrava num rancho, já sem poder andar.³³⁰ Depois disso, não há nenhuma outra referência sobre este trabalhador.

Evolução da população escravizada

A evolução geral da população dos africanos livres da Companhia de Mineração deu-se principalmente pelo nascimento de crianças. A população adulta variou para menos, por morte e fuga, enquanto o número de crianças aumentou. Em dezembro de 1860, havia 88 adultos, dos quais 70 eram homens e dezoito mulheres, enquanto em fevereiro de 1853, quando iniciaram os trabalhos de mineração, eram 77 homens e 20 mulheres. Uma diferença de sete homens e duas mulheres a menos. Examinando os mapas, verificamos quatro justificativas para esta diminuição da população adulta, entre 1853 e 1860. No dia 19 de novembro de 1858, faleceu Pedro da Nação Congo, na frente de trabalho Paraguai.³³¹

³²⁹ Cf. Anexo 23. [Destacamos].

³³⁰ Cf. Anexo 25.

³³¹ Cf. Anexo 23.

No mês de maio de 1859, durante a viagem de retorno dos cativos da mineração Paraguai para a de Santana, porque ali se tinham descobertos lavras de diamante, o africano Jacinto Cabinda, que estava doente há muito tempo, desapareceu, conforme já mencionamos.³³² No dia 31 de janeiro de 1860, faleceu Floriano da Nação Cabinda.³³³ E no dia 8 de julho de 1860, faleceu o africano André.³³⁴

A primeira alteração dos números de cativos nos mapas deu-se em março de 1855, antes dos quatro relatos acima, tendo um homem e uma mulher a menos, sem explicação.³³⁵ Em setembro de 1855, constata-se ainda um outro africano a menos, passando do início da mineração em 1853, de 77 homens e 20 mulheres, para 75 homens e dezenove mulheres.³³⁶

Considerando essas três diminuições sem explicações e as quatro diminuições explicadas, fica ainda inexplicada a diminuição de um homem e duas mulheres. Existem as possibilidades de que ou tenham falecido e não terem sido registrados ou tenham fugido.

Quanto às crianças, houve um crescimento da população que foi bem acompanhado e registrado, entre os anos de 1853 e 1863. Conforme o Quadro 8, nesse período, nasceram 24 crianças, quatorze meninos e dez meninas. Já nos mapas dos filhos das *africanas livres*, se vê que, em 1854, havia oito crianças, sendo quatro meninos e quatro meninas e nove anos depois, eram quatorze meninos e dez meninas, totalizando 24 crianças. Entre o Quadro 8 e os mapas, há uma diferença de dois meninos.

Nos primeiros anos, são poucos os detalhes sobre os nascimentos, mas a partir dos mapas elaborados pelo novo guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz, os registros foram melhor detalhados. Nesses detalhes, apareceram a data, o nome da mãe, o número da matrícula, a sua ascendência africana, mas a criança só recebia um número, sem nome. Posteriormente, recebia o nome quando batizada.

Da mesma forma que se iniciam as informações sobre os “africanos livres”, também cessam, sem explicação ou dados sobre o destino desses trabalhadores que foram denominados de “livres”, mas que na prática foram como tantos outros africanos, escravizados. Este seria um importante tema para estudos e pesquisas aprofundados.

³³² Cf. Anexo 24.

³³³ Cf. Anexo 30.

³³⁴ Cf. Anexo 45.

³³⁵ Cf. Anexo 13.

³³⁶ Cf. Anexo 20.

Idades e origens dos “africanos livres”

No Quadro 9, identificamos alguns trabalhadores *africanos livres* da Companhia de Mineração de Mato Grosso. Cabe informar que os dados desse quadro foram compilados de relatórios dos guardas dos *africanos livres*, intitulados como “autos”, assim sendo, as informações que enviavam para os presidentes da Província de Mato Grosso durante os anos de 1855 a 1864, continham “ocorrências” praticadas pelos africanos, como a fuga, ou ainda, nascimentos, batizados e mortes. Ao registrar o acontecimento sendo ele uma fuga, um batizado, ou doenças, o relator muitas vezes escrevia o nome do africano, a idade e a procedência desse trabalhador. Não foram localizados nos documentos uma relação dos nomes dos 97 trabalhadores *africanos livres*. No entanto, conseguimos identificar alguns através dos documentos citados.

Idades

A informação mais reveladora do Quadro 9 foi a idade dos trabalhadores. Nos “autos” foram registrados 27 nomes constando a idade, 25 homens/crianças e duas mulheres, exatamente as duas de maior idade: Luísa de “35 anos, Benguela, cabeça regular, nariz rombo, lábios grossos, ficou defeituosa de um dedo por causa de uma enfermidade” e Francisca, de “30 anos, Benguela, alta e gorda”.

O homem de maior idade era Frimino, 36 anos, Benguela. Os outros trabalhadores eram bastante jovens e até crianças: três adultos, de 21 a 24 anos; oito jovens de 16 a 20 anos; sete adolescentes de 13 a 15 anos e cinco crianças de 10 a 12 anos. Essas crianças eram Pedro, da nação Congo, com 11 anos, Torquato, da nação Congo, com 10 anos, Sinfrônio da nação Monjolo, com 10 anos, Macário, da nação Monjolo, com 11 anos e Luíz, da nação Moçambique, com 12 anos.

Como vimos, dos 25 “homens”, 52% tinham a idade entre 10 e 15 anos e 32% entre 16 e 20 anos. Isso significa que 84% tinham menos de 20 anos e que a força do trabalho era explorada desde a tenra idade dos 10 anos. Quanto à idade das mulheres, pouco se pode dizer, por não constarem nos relatórios, assim como outros dados. Provavelmente, havia também meninas e adolescentes.

Essas crianças já eram trabalhadoras, pois foram arroladas junto com os demais trabalhadores adultos e não na relação “dos filhos das africanas livres”, como já vimos nos quadros e anexos citados. Como os demais trabalhadores escravizados, as crianças

trabalhadoras também tentavam a fuga: “Luiz Moçambique, idade 12 anos, magro, alto, nº 189, sinais característicos: cabeça comprida, testa saltada, orelha regular, olhos regular, nariz regular, beijos finos, evadiu do estabelecimento do Paraguai na noite de 12 de outubro de 1856”, ou ainda, “Macário Monjolo, idade 11 anos, magro, alto, nº 131, sinais característicos: cabeça comprida, cara riscada, olhos regular, orelhas pequenas, beijos finos, evadiu do estabelecimento do Paraguai [...]”.³³⁷

Origens

Conforme o Quadro 9, relativo às origens dos *africanos livres*, identificamos 38 deles (40%), sendo 24 homens e 14 mulheres.

As informações registradas sobre os homens/meninos fornecem o nome, a idade, a nação e sinais característicos como altura e formato da cabeça, lábios, orelhas, olhos e marcas que se destacam pelo corpo, enquanto as mulheres/meninas trazem somente o nome e a nação, com apenas duas exceções, como já constatamos.

Importante notar que sempre acompanhava o nome do *africano livre*, fosse homem ou mulher, a nação africana de origem. Após o nome, sempre vinha descrito este detalhe.

O maior número era do Congo (16), sendo treze homens e três mulheres. O segundo grupo mais numeroso era os cabindas (9), sendo cinco homens e quatro mulheres. E o terceiro grupo era os benguelas, um homem e seis mulheres. De Moçambique eram três, sendo dois homens e uma mulher. Havia ainda dois monjolos e um nagô.

³³⁷ Registro da Sociedade de Mineração da Província. Autos nºs 22 e 23. Livro de Registro nº 162. Ano 1860. pp. 24-25. APMT

Quadro 9

Nomes, origens e idades (identificados) dos trabalhadores *africanos livres* empregados na Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso.

Nome	Idade	Origem	Sinais característicos
Alexandre	13 anos	Cabinda	Alto, magro, cabeça redonda, orelhas pequenas, cara comprida.
Anacleto	18 anos	Nagô	Cabeça redonda, orelhas e olhos pequenos, nariz rambo, lábios finos, dentes abertos, sinais pelo peito.
André	15 anos	Congo	Cabeça, olhos e orelhas regular, tem um só escroto.
Antônio	20 anos	Congo	Orelhas e olhos pequenos, lábios regular, várias marcas no peito.
Carlota	---	Congo	
Carolina	---	Cabinda	
Carolina	---	Benguela	
Catharina	---	Benguela	
Cazemiro	24 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, cara comprida com riscos dos lados
Domingos	14 anos	Congo	Cabeça regular, boca grande, dentes abertos.
Eulália	---	Congo	
Floriano	13 anos	Cabinda	Cabeça redonda, orelhas grandes, pernas palhetas.
Florinda	---	Benguela	
Francisca	30 anos	Benguela	Alta e gorda
Francisco	14 anos	Congo	Cara comprida, olho grande, nariz chato, orelha furada.
Frimino	36 anos	Benguela	Alto, magro, nariz rombo, lábios finos.
Gustavo	18 anos	Congo	Cabeça regular, orelhas pequenas, lábios grossos.
Jacinto	14 anos	Cabinda	Orelhas pequenas, nariz chato, lábios grossos
Januário	17 anos	Congo	Cabeça, nariz e orelhas pequenos, lábios finos, dentes abertos.
Julião	21 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas e olhos pequenos, lábios grossos.
Leocádia	---	Benguela	
Luisa	35 anos	Benguela	Cabeça regular, nariz rombo, lábios grossos, ficou defeituosa de um dedo por causa de uma enfermidade.
Luisa	---	Cabinda	
Luiz	12 anos	Moçambique	Alto, magro, cabeça comprida, testa saltada.
Macário	11 anos	Monjolo	Cabeça comprida e riscada.
Manuel	18 anos	Cabinda	Cabeça chata, cara com sinais, lábios finos, dentes abertos.
Mariana	---	Moçambique	
Miguel	18 anos	Cabinda	Cara redonda, olhos grandes.
Pantaleão	20 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, dentes abertos.
Pedro	11 anos	Congo	Olhos pequenos, nariz grande, lábios regular, cara comprida
Policárpio	22 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, olhos grandes; tem um dedo do pé direito remontado sobre os outros.
Procópio	15 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, lábios finos.
Rita	---	Cabinda	
Rosária	---	Cabinda	---
Sinfrônio	10 anos	Monjolo	Cara comprida, nariz pequeno, cara riscada.
Thereza	---	Congo	
Torquato	10 anos	Congo	Cabeça comprida, orelhas grandes com uma berruga do lado direito.
Vicente	19 anos	Moçambique	Cabeça redonda, olhos pequenos, dentes abertos.

FONTE: Registro da Sociedade de Mineração da Província. Autos n°s 03 ao 163. Livro de Registro n° 162. Anos 1855-1864. APMT.

De onde foram trazidos os africanos escravizados?

Como já vimos no capítulo três, os primeiros trabalhadores africanos escravizados que tivemos notícias em região mato-grossense foram trazidos, primeiro pelos bandeirantes

e, depois, por expedições e monções comerciais. Após 1719, com os primeiros achados de ouro, o contingente populacional de Mato Grosso cresceu muito e, conseqüentemente, as expedições monçoeiras passaram a abastecer as regiões auríferas com produtos, sobretudo a cidade de Cuiabá e proximidades. Uma das “mercadorias” vendidas pelos comerciantes e monçoeiros era o africano. Já durante a longa viagem, as expedições utilizavam a mão-de-obra escravizada. Quando chegavam aos arraiais e minas, vendiam os trabalhadores que por ventura tivessem sobrevivido a tanto trabalho, fadiga e fome.

Para o historiador cuiabano Edvaldo de Assis, “provavelmente, os primeiros africanos que chegaram às minas do Cuiabá, foram provenientes de outras regiões da Colônia (e não apenas do Planalto de Piratininga), porém foram trazidos pelo mesmo itinerário dos paulistas”.³³⁸ A partir da descoberta das lavras auríferas, várias expedições partiram de São Paulo para Mato Grosso, saindo do porto de Ararituaba (Porto Feliz), utilizando o trajeto que incluía o rio Grande, Anhanduí, Pardo, passando pelos campos de vacaria, usando o rio Miranda e daí para o Paraguai, São Lourenço e o Cuiabá. Em 1725, foi abandonado o trajeto pelos campos de vacaria, dando início à rota pelo varadouro de Camapuã. O novo roteiro incluía a saída pelo rio Tietê, rio Grande, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e rio Cuiabá. Em 1736, os africanos eram trazidos também, pelo caminho terrestre que ligava Cuiabá a Goiás. Posteriormente, foram trazidos, ainda, do Grão-Pará, vendidos pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

São vários os relatos, cartas, relatórios, sobre o comércio e utilização da mão-de-obra cativa em Mato Grosso. Cito um desses registros. Entre 1825 e 1829, em viagens pelo interior do Brasil, o francês Hércules Florence registrou que, nas terras de Mato Grosso, “um homem que conduzia seis ou sete escravos recém-chegados da África, meio nus e cobertos ainda da sarna que esses desgraçados apanham na viagem marítima [...]. Perdeu-se e achou-se no meio dos campos, sem saber onde estava. Os negros passaram a noite tolhidos de frio”. Os africanos foram abandonados à sua própria sorte, pois o comerciante, a cavalo, saiu em busca de abrigo e comida. No dia seguinte, à tarde, retornou no local onde havia deixado os cativos, encontrando-os mortos.³³⁹

A partir de 1830, já com a diminuição bastante acentuada da produção de diamantes como também do ouro em Mato Grosso: “[...] vários elementos da classe dominante, deixaram Cuiabá e Diamantino, indo se estabelecer em outras partes de Mato Grosso, ou

³³⁸ ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT/PROED, 1988. p. 23.

³³⁹ FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1941. pp. 113-14.

mesmo fora da Província, o que veio a modificar a relação de produção, principalmente em Diamantino onde a grande população escrava vivia de garimpagem”.³⁴⁰ Em 1852, o presidente da Província, desejando recuperar a economia diamantina, criou a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, estabelecida na cidade de Diamantino. Para tal Sociedade, empregou 97 “africanos livres”. De onde eram deslocados para outras áreas de trabalho a serviço do governo provincial.

³⁴⁰ ASSIS. *Contribuição para o [...]*. Ob. Cit. pp.26-7.

CATIVOS DOS PANTANAIS

Cativos roceiros

A escravidão foi uma instituição diretamente relacionada com o sistema colonial. Escravizar o africano e seu descendente foi a fórmula encontrada pelos colonos para explorar as terras apoderadas. Foram mais de três séculos de uso do trabalho cativo com maior ou menor intensidade. Conforme já observamos, quando não escravizavam africanos e afro-descendentes, escravizavam os nativos. Em várias regiões, nas zonas de mineração, nas plantações, nos portos, o trabalhador escravizado representou a principal força de trabalho.³⁴¹

Nas terras do Mato Grosso, como já assinalamos, desde o início do século 18, foi utilizada a mão-de-obra escravizada. Com a diminuição das lavras de mineração da região, restaram poucas alternativas econômicas. A partir daí, parte da população dedicou-se mais intensamente a trabalhos relativos à agricultura, pecuária, etc. A exemplo de Cuiabá, outros núcleos populacionais foram sendo construídos rio abaixo até os pantanaís da região sul mato-grossense.

Após o devaneio do sonho dourado, alguns colonos foram se fixando onde a inundação não os atingia, sobretudo às margens ribeirinhas, tanto dos rios da região norte como do sul de Mato Grosso. Glebas, núcleos urbanos, fazendas, sítios surgiram em torno das principais vilas.

O historiador Virgílio Corrêa Filho lembra: “A pouco e pouco, experimentaram as terras marginaís do Cuiabá, pelas quais foram espraiando [...]. Dilatou-se a ocupação, incrementada pela navegação do rio Paraguai, em cujo vale se estabeleceram [...]. E se ampliou o influxo, irradiante de Cuiabá, até Miranda, Aquidauana e Porto Murtinho [...]”³⁴²

³⁴¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 17.

³⁴² FILHO, Virgílio Corrêa Filho. *Pantanaís Mato-grossenses* (devassamento e ocupação). Rio de Janeiro: IBGE, 1946. pp. 160- 61.

Assim, os documentos vão contando a história da “epopéia dos pioneiros” e, nas entrelinhas, lê-se o desenvolvimento da região mato-grossense alicerçado no duro trabalho da mão-de-obra servil, mantida sempre à margem do gozo substancial dos frutos que produzia.

As primeiras notícias sobre roças e plantações das quais tive acesso datam de 1726, quando o então governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, viajou para Mato Grosso. Em passagem pelas terras do sul de Mato Grosso, precisamente em áreas próximas ao rio Pardo, observou que naquele período já existiam ranchos, roças, fazendas e, por vezes, fez descrição das plantações: “[...] na terça-feira, 20 do dito mês, chegamos às primeiras roças, que de novo se fizeram neste rio, e no de Camapuã”.³⁴³ Prosseguindo seu relato: “[...] na quinta-feira, 22 do dito mês, se seguiu viagem pelo sertão de Vacaria, passamos também outros ranchos que entram neste mesmo Pardo e em 29, chegamos às segundas roças do Cajurú”.³⁴⁴

Rodrigo César de Menezes descreveu todas as dificuldades ao longo de sua viagem. No entanto, quero sublinhar apenas os lugares onde relatou encontrar roças, sítios, fazendas. “Chegamos pelo meio dia ao rio Nhandu-mirim, que fica da parte esquerda onde está a roça de Bartolomeu Fernandes dos Rios. Aqui se aposentou a tropa e se comprou mantimentos de feijão, dúzia de abóboras.”³⁴⁵ Já às margens do rio Taquari-mirim, anotou que “se chegou à noite a roça de João de Araújo”.³⁴⁶

Não são poucas as descrições do período sobre as precárias plantações de então. No entanto, pelo que se observa dos relatos, elas prosperam rapidamente. Sobretudo quando se tem mãos cativas para prepararem a terra.

Em seu retorno das minas de Cuiabá, em 1730, em terras sul mato-grossense, próximo ao rio Pardo, o capitão Antônio João Cabral Camello observou que algumas roças que ele tinha visto antes (1727), estavam despovoadas por causa dos constantes “ataques dos nativos da região”. Mesmo assim, pernoitaram em uma propriedade daquele local. No entanto, “no dia em que deixamos a roça a deixou também o roceiro, com os camaradas e **negros** e se foi por terra para Camapuã”.³⁴⁷

³⁴³ TAUNAY. *Relatos* [...]. Ob. Cit. p.104.

³⁴⁴ Id., ib.

³⁴⁵ Id., ib., p. 105.

³⁴⁶ Id., ib., p. 108.

³⁴⁷ Id., ib., p. 132. [Destacamos].

Lavouras de subsistências

As *fazendas emergentes* e outras propriedades, principalmente as mais próximas dos núcleos urbanos garantiam uma produção de gêneros alimentícios com fins de abastecimento local. Sobre esse tema, a historiadora sul mato-grossense Lúcia Salsa Corrêa, em “Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso”, explicou que: “Paralelamente (à mineração), surgiram atividades subsidiárias como prolongamento dessa mesma economia fundamentada numa agroindústria de base tradicional escravocrata, como a lavoura canavieira, a criação de gado e uma diminuta lavoura de subsistência que abasteciam precariamente as zonas mineiras e que não tiveram condições de assumir a posição da mineração após a sua decadência econômica.”³⁴⁸

Nos primeiros tempos, a abóbora, a banana, o feijão, a mandioca, o milho, constituíam os produtos básicos da economia daquelas paragens. Em 1751, quando viajou para o Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura teve ocasião de observar que próximo ao rio Anhanduí, em lugar chamado de Vacaria, os sertanistas possuíam “infinitos gados” e os donos da fazenda Camapuã estariam ganhando com a produção de “grande abundância de milho, de farinha, feijão, arroz, porcos e vacas, das quais se não sabe já o número pela largueza dos pastos”.³⁴⁹

Em 1772, o então capitão Luiz de Albuquerque assumiu a direção da Capitania de Mato Grosso e incumbiu dois astrônomos, dois engenheiros, dois capitães de infantaria de “conhecer o território sob sua jurisdição, especialmente na região fronteiriça”. Em *Pantanais matogrossenses*, Virgílio Corrêa Filho contou que, no caminho, aqueles *emissários* examinaram as lagoas, as morrarias, os sangradouros e baías, o “Paraguai-mirim, o maciço de Albuquerque, onde já viçava núcleo povoador predestinado a transformar-se na moderna Corumbá”.³⁵⁰

Virgílio Corrêa transcreveu a descrição desse estabelecimento, realizada pelo capitão de infantaria Ricardo Franco, que dizia que a então vila de Corumbá, situada em região sul-mato-grossense, tinha um grande pátio fechado e retangular com casas em roda e um portão na frente, constando de 75 passos de comprimento e 50 de largura, “sendo a sua população de

³⁴⁸ CORRÊA, Lúcia Salsa. “Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso – 1870-1920”. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1980. p. 33; LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na Frente Oeste de colonização*. Cuiabá: PROEDI, 1982. p. 74.

³⁴⁹ Id., ib., pp. 190-91.

³⁵⁰ CORRÊA FILHO, Vergílio. *Pantanais mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 61.

200 pessoas que aqui plantam já muito milho e feijão que é muito superabundante ao anual consumo, também há muito algodão”.³⁵¹

Já no ano de 1788, Francisco José Lacerda e Almeida destacou que a Fazenda Camapuã abastecia todos os viajantes que por ali passavam com açúcar, aguardente, tabaco de rolo: “[...] os sócios desta Fazenda devem fazer bom negócio, pois além das carnes e mais gêneros que vendem pelo preço que correm em Cuiabá sem falar que cobram pelos transportes”.³⁵²

Uma vez assegurada a permanência dos pioneiros nas glebas de sua escolha, a montante do Forte de Coimbra, “dilataram-se pelos pantanais os estabelecimentos agro-pastoris, consoante permitia a diminuta população de Mato Grosso. [...] irradiou a ação povoadora, vagarosa mas progressivamente, à medida que decrescia a estonteante opulência das lavras conhecidas”.³⁵³

Pouca gente

As primeiras regiões ocupadas eram de pequena densidade demográfica. Para Virgílio Corrêa Filho, os primeiros fazendeiros traziam para a região apenas os parentes mais próximos, alguns agregados e poucos trabalhadores escravizados.³⁵⁴

As roças eram de pequena extensão, porém de difícil lida. Francisco José Lacerda e Almeida descreveu a realidade daquelas terras: “[...] que tinha perdido vivendo por oito anos em um sertão (assim o posso dizer) cheio de matos altíssimos, ásperos, e de algum campo pela maior parte inundado e pestífero”.³⁵⁵

Era nessa realidade de clima, por vezes excessivamente quente ou frio, de terras úmidas ou secas, que o trabalhador cativo começava sua lida. Como já constatamos, os cativos era mineiros, roceiros, derrubadores de matas e construtores de casas, vaqueiros, plantadores e moedores de cana.

³⁵¹ Id., ib.

³⁵² ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de Viagem*. Rio de Janeiro: IN, 1944. p. 81.

³⁵³ CORRÊA FILHO. *Pantanais* [...]. Ob. Cit. p. 61.

³⁵⁴ Id., ib., p. 102.

³⁵⁵ Id., ib., p. 80.

A vida feitorizada nos engenhos

No início do século 18, mesmo para os proprietários não tão *opulentos*, o açúcar representava uma boa forma de enriquecimento. E a partir desse período, não apenas no nordeste brasileiro, surgiram muitos engenhos e engenhocas. Segundo o historiador Lenine Póvoas, no Mato Grosso, esses empreendimentos, de grande ou menor porte, espalharam-se pelas margens do rio Cuiabá, no trecho que ia da capital da Província, para baixo, no sentido das águas, até o início do chamado “Uacurutuba” desde 1750.³⁵⁶

Geralmente essas propriedades não se destinavam apenas para o cultivo da cana e a produção do açúcar. Uma vez assegurada a permanência em determinada sesmaria, o proprietário ia requerendo mais e mais terras, principalmente as terras contíguas às que já possuía.³⁵⁷ Tais terras destinavam-se também ao plantio de cereais e lidas com o gado. Segundo o historiador Antônio Barros de Castro, as propriedades inicialmente constituídas recebiam melhorias, enquanto surgiam novas explorações: “[...] a região como um todo cresce absorvendo mais e mais escravos, e ocupando mais e mais terra”.³⁵⁸

Prefaciando o livro de Lenine C. Póvoas *O ciclo do açúcar*, o historiador Paulo Freire escreveu que, “em 1750 já se calculava, no distrito de Cuiabá, a existência de dezesseis engenhocas fabricando aguardente e açúcar, nas quais eram empregados cerca de 3.000 negros da Guiné”.³⁵⁹ Entretanto, 188 cativos por *engenhoca* parece ser uma clara supervalorização.

Em 1711, o jesuíta italiano João Antônio Andreoni (Antonil) escreveu *Cultura e opulência do Brasil*, onde tratou, sobretudo, as relações de trabalho nos engenhos de açúcar no Brasil do período. Aos olhos de Andreoni, os engenhos começaram a surgir, rápida e intensamente, tanto que muitos proprietários empenhavam-se em construí-los, para manufatura do açúcar, e mesmo tendo poucos cativos e com diminuto recurso, se arriscavam fazendo empréstimos.³⁶⁰

Mergulhado nas crenças e práticas do seu tempo, Andreoni expressou significativamente as lides para o funcionamento dos engenhos e suas relações sociais e produtivas, pecuária, mineração, produtos de exportação, etc.

³⁵⁶ PÓVOAS, Lenine C. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 1983. p. 17.

³⁵⁷ CORRÊA FILHO. *Pantanaís* [...]. Ob. Cit. p. 67.

³⁵⁸ CASTRO, Antônio Barros de. “As mãos e os pés do senhor de engenho dinâmica do escravismo colonial”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 55.

³⁵⁹ PÓVOAS. *O ciclo do* [...]. Ob. Cit. p. 5.

³⁶⁰ ANDREONI, João Antônio. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: CIA Nacional, 1967. p. 141.

O engenho

O *engenho de açúcar* era o nome dado às propriedades agrícolas destinadas à produção do açúcar. Os proprietários dos engenhos foram imortalizados pela historiografia brasileira como *senhores de engenho*, ocupando o topo social daquela sociedade escravista. Seguindo o olhar de Andreoni, tudo era de propriedade do *senhor de engenho*, inclusive o trabalhador escravizado, por isso, ele deveria ser “obedecido e respeitado de muitos”.³⁶¹

As relações de trabalho, além dos lucros, deveriam demonstrar a *glória* do *senhor de engenho*, e foi apresentado por Andreoni como homem de prestígio, digno e com capacidade de administrar. Além do dinheiro, o *senhor de engenho* deveria possuir ou ostentar “capacidade, modo e agência na boa disposição e governo de tudo nas eleições dos feitores, lavradores, no trato da gente sujeita [...]”. Mais do que isso, deveria zelar pelos compromissos com “mercadores da praça donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito”.³⁶²

A Casa-grande e as senzalas

A *Casa-grande* era a residência do *senhor de engenho* e de sua família, agregados, capatazes e cativos domésticos. Em 1848, o francês Castelnau descreveu o engenho do Buriti, próximo ao rio São Lourenço: “[...] de longe, seu aspecto é agradável, vendo-se a rua formada pelas casas dos escravos, e os dois edifícios principais, um dos quais constitui o engenho propriamente dito, e o outro a residência dos proprietários”.³⁶³ A *casa grande* era a central de comando da vida social e econômica do engenho. As *senzalas* eram instalações de moradia para os trabalhadores escravizados, habitações bastante rústicas e pobres, onde os cativos eram amontoados em compartimentos, grande e miserável, segundo o sexo, ou em pequenas células individuais. Havia também propriedades com *senzalas* unifamiliares.

Embaixo da *pirâmide social* estavam os trabalhadores escravizados. Conforme Andreoni, a utilização de mão-de-obra cativa dominava completamente o regime de trabalho nos engenhos de açúcar: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho [...]”.³⁶⁴ Padre Andreoni concordava com o sistema escravista, desse modo, escreveu vários

³⁶¹ Id., ib., pp. 139; 182.

³⁶² Id., ib., p. 142.

³⁶³ CASTELNAU, Francis de La Porte. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949. p. 152.

³⁶⁴ Id., ib., p. 159.

conselhos morais para que os senhores de engenho evitassem o excesso de castigos, evitando assim a perda de tão *valiosos bens*.³⁶⁵

A *casa do engenho* abrangia todas as instalações destinadas ao preparo do açúcar. Na *moenda*, moia a cana para a extração do caldo; nas *fornalhas*, o caldo da cana era fervido e purificado em grandes tachos de cobre; na *casa de purgar*, o açúcar era branqueado; nos *galpões*, os blocos de açúcar eram quebrados em várias partes e reduzidos a pó.³⁶⁶

Nos engenhos não se produzia apenas o açúcar. Conforme escreveu, em 1869, o comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, em *Notícia sobre a Província de Mato Grosso*, o Engenho das Palmeiras, pertencente a José Leite Pereira Gomes, era um dos melhores estabelecimentos agrícolas da Província. Lamentava apenas que ali não houvesse máquinas “modernas” e que todo o serviço fosse realizado *a braços* de cativos e camaradas. Informou ainda que a plantação do sítio das Palmeiras consistia em feijão, cana, arroz e milho. “Mas o rendimento maior é o produzido pela venda de aguardente que tem seu consumo extraordinário na província. O açúcar também que ali se fabrica, é de boa qualidade. As moendas que servem para a moagem da cana são, na maior parte dos sítios, feitos de madeira, com dois varões puchados por mulas ou bois [...]”³⁶⁷

Escravos, covas e inferno nos engenhos

Laurinda, de um nome só, era mais uma cativa nas terras de Joaquim José Gomes Silva – o barão de Vila Maria.³⁶⁸ O barão, em 1847, vindo de uma grande fazenda de nome Jacobina no município de Cáceres, fundou a fazenda Firme, à margem do rio Taquari, e a fazenda Piraputangas, nas proximidades de Corumbá, além de outras.

No livro de classificação de trabalhadores escravizados arquivados no Arquivo da Câmara Municipal da cidade de Corumbá, Laurinda tinha número de matrícula e estava registrada como *roceira*.³⁶⁹

Laurinda, Germano, Manoel e muitos outros cativos da fazenda Piraputangas não exerciam apenas uma função. As lidas eram muitas. O trabalho era forçado. Às quatro da madrugada, rumavam para a roça. Escolhida a terra para a cana, roçavam, queimavam e limpavam, tirando toda a sujeira.

³⁶⁵ Id., ib., p. 152-53.

³⁶⁶ ANDREONI. *Cultura* [...]. Ob. Cit. pp. 182-95.

³⁶⁷ MOUTINHO. *Notícia sobre a* [...]. Ob. Cit. pp. 13-14.

³⁶⁸ Cartório do 2º ofício de Corumbá. Livro para notas nº 5 – Doc: 01, ano 1879. pp. 10-11.

³⁶⁹ Câmara Municipal de Corumbá. Livro de Classificação de Escravos. Ano 1977. p. 3.

A cana, em pequenas mudas, era plantada em covas feitas com a enxada, à pequena distância uma da outra; buracos eram fechados com pés descalços. Por dia, esses trabalhadores, plantavam toneladas de mudas.

Após dezoito meses, e muitos trabalhos de conservação, retornava o cativo às plantações, com a foice para o corte da cana crescida. Enquanto uns cortavam, outros iam fazendo feixes para transportar para a moenda. Conforme Andreoni, “assim como os escravos, as escravas se ocupam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram em feixes”. As primitivas engenhocas usavam moendas de madeira, acionadas por cativos.³⁷⁰ Sobre isso, o francês e geólogo Francis de La Porte Castelnau, em seu relato de 1848, escreveu: “Dão aqui [em Mato Grosso] o nome pomposo de engenho a um miserável telheiro aberto aos quatro vento, onde os escravos fabricam rapadura.”³⁷¹

Nos engenhos pequenos ou grandes, o ritmo do trabalho era estafante. Dos decantadores naturais, o caldo da cana passava para um processo de fervura, à alta temperatura, com a intenção de eliminar as impurezas. Segundo o padre Andreoni, era necessário muita perícia e habilidade para não perder o ponto para o açúcar. Numa disciplina rítmica à boca da *fornalha do inferno*, o trabalhador escravizado, com corrimentos e ferimentos por causa da intensidade do calor, sucumbia para o enriquecimento do *senhor de engenho*, às custas de mão-de-obra escravizada.³⁷²

A existência de relatos sobre engenhos na região mato-grossense (norte e sul) também é detectada nas relações de bens de heranças. No inventário dos bens de João Leite de Barros, percebemos não apenas a existência de engenhos, como também de senzalas: “[...] casas de vivendas, cobertas de telhas, senzalas, no lugar denominado de Furado no distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo, compreendendo engenho de moer canas, casas, formas de rapadura, um canavial com meia légua, um roçado de milho e mandioca [...]”.³⁷³

Mesmo no final do século 19, encontramos registros de engenhos nas terras do Pantanal sul. Em um processo do fórum da comarca de Corumbá, em 1882, a viúva Cândida Alves Fleury herdou de seu falecido marido, Pedro José Machado Fleury, a fazenda Tapera,

³⁷⁰ ANDREONI. *Cultura e [...]*. Ob. Cit. p. 180.

³⁷¹ CASTEULNAU, Francis de La Porte. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949. p. 172.

³⁷² ANDREONI. *Cultura e [...]*. Ob. Cit. p. 194.

³⁷³ Inventário dos bens de João Leite de Barros. Maço 32, processo 721, ano 1861. Cartório de Órfãos e Sucessões, 5º Ofício, Cuiabá, p. 15. Arquivo do Fórum de Corumbá.

contendo campos para trezentas cabeças de gado vacum; oito bois e carros-de-bois; dois cavalos; canas, engenhos de açúcar e “escravos”.³⁷⁴

Pioneiros e cativos campeiros?

Alguns historiadores propõem que, quando das missões do Itatim, no sul de Mato Grosso, os espanhóis introduziram o gado na região. A criação do gado era solta nos campos, mais aos cuidados dos agentes naturais. Quando os missionários foram expulsos da região, deixaram grande quantidade de bovinos espalhados pelos campos. Para o historiador Paulo Esselin, quando “principiou o século XVIII, os campos da Vacaria estavam a abrigar milhares de cabeça de gado vacum e cavalos”.³⁷⁵

Muito rapidamente surgiram novos povoadores e empreendedores que trataram de tirar proveito dessas novas oportunidades para a agricultura e sobretudo para o criatório do bovino e eqüino.

O historiador Valmir Batista Corrêa, explicou que, em 1834, ocorreu a *Rusga*, uma *Rebelião cuiabana*, onde os *nativistas* lutaram e conseguiram tomar o poder e desarticular as forças tradicionais de controle político e econômico da região de Cuiabá. Seriam muitos os participantes da rebelião. A vitória *nativista*, segundo Valmir Batista, resultou na fuga de portugueses, saques de suas casas comerciais e mortes.³⁷⁶ Por causa disso, segundo Paulo Esselin, os portugueses deslocaram-se com suas famílias, em busca de novas terras para o desenvolvimento da atividade criatórias ou “para se livrarem dos inconvenientes da justiça, que chegaram ao Pantanal sul da Província de Mato Grosso”.³⁷⁷

Assim, em meados do século XVIII, João Leme do Prado já havia se instalado com irmãos e filhos às margens do rio Miranda, no morro do Azeite. O major João José Gomes, comandante do forte de Miranda, com o auxílio dos nativos laianas, fundou, em 1834, a fazenda Forquilha, no pontal dos rios Nioaque e Miranda. Próximo da mesma região, afazendaram-se João de Faria Velho; Maria Domingos de Faria, seu filho João Mamede e João Canuto Cordeiro de Faria - aos quais se juntou o primo Luís Generoso de Albuquerque.

³⁷⁴ Juízo de Órfãos da cidade de Corumbá. Inventário de Pedro José Machado Fleury. Cx. 220, 1882. pp. 1-12. Arquivo do Fórum de Corumbá.

³⁷⁵ ESSELIN, Paulo Marcos. “A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)”. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003. p. 87.

³⁷⁶ CORRÊA, Valmir Batista. *História e violência em Mato Grosso - 1817-1840*. Campo Grande: EdUFMS, 2002. pp. 68-75.

³⁷⁷ ESSELIN. *A pecuária* [...]. Ob. Cit. p. 166.

“Anos depois, D^a. Maria Domingos fundou, à margem do rio Aquidauana, fazenda onde estabeleceu um porto fluvial.”³⁷⁸

Próximo ao forte de Miranda, em 1836, estabeleceu-se Salvador Luiz dos Santos, “um dos insurretos da Rusga que, além da criação do gado bovino, eqüino e outros menores, mantinha lavouras e fundou uma salina rudimentar onde apurava o sal para vendê-lo na região circunvizinha”.³⁷⁹

No rio Negro, em 1838, fixou-se João Pereira do Amaral; às ribeiras do Aquidauana, instalaram-se Valério de Arruda Botelho, Nicolau Tolentino dos Santos, André José dos Santos e Agostinho Joaquim Coelho. “Em 1846, no vale setentrional do Miranda, Benedito Pedro Duarte fundou a fazenda Curral da Taquara, e em 1847, José Alves de Arruda, a São José Jatobá”. Observou Paulo Esselin que, em 1844, Luís Pedroso adquiriu a fazenda Forquilha do major João José Gomes. Por sua vez, o major havia fundado em zona diversa a fazenda Rodrigo, enquanto José Francisco Lopes abriu uma fazenda em Jardim, nas proximidades das nascentes do Miranda.³⁸⁰

Tomando posse

Para Esselin, em 1834, devido a sua participação na Rusga, Braz Pereira Mendes descera para o sul, certamente fugindo da Justiça e de adversários políticos e, por isso, foi um dos *pioneiros* do desbravamento das terras sulinas do baixo Paraguai onde se fixou nas cabeceiras do rio Negro. “A exemplo de Bráz Pereira Mendes, José Alves Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Cuiabá em 1833 e um dos líderes do movimento ‘Rusga’, em função da repressão governamental, embrenhou-se pelo Pantanal com parentes e amigos, estabelecendo-se à direita do rio Negro, fundando a fazenda Potreiro, onde ficou Antônio Alves Ribeiro”.³⁸¹ Da mesma família, o major João Alves Ribeiro e Generoso Alves Ribeiro fundaram a fazenda Taboco.

Segundo Esselin, mais tarde, José Alves Ribeiro, o Juca Costa comprou a Fazenda Forquilha, às margens dos rios Miranda e Nioaque. “Os Fialho se instalaram entre o rio Aquidauana e o Taboco. Os Paes de Barros, às margens do Aquidauana, fundaram a Boa Vista, uma fazenda grande, que tinha até um engenho de porte médio para a fabricação de

³⁷⁸ Id., ib., p. 164.

³⁷⁹ Id., ib., p. 165.

³⁸⁰ Id. Ib.

³⁸¹ Id., ib., p. 165.

açúcar e cachaça. Os Mascarenhas fundaram a Fazenda Correntes. Os Pereira Mendes, a Aline.”³⁸²

Lentamente, novos colonos ocuparam glebas nos vales do Aquidauana e Miranda “efetivando-se assim a ocupação territorial na região impropriamente chamada de Baixo Paraguai”.³⁸³

Citando Augusto César Proença, Paulo Esselin escreveu que o já citado barão de vila Maria, Joaquim Gomes da Silva, em 1847, além das fazendas que já foram nominadas, também era proprietário das fazendas Barranco Branco e Palmeiras. Com tantas terras, não era diferente dos demais escravistas do Brasil. Buscou agregar novas terras às que já possuía, empregando os trabalhadores escravizados em atividades agrícolas e pecuárias. Paulo Esselin assinalou que o extenso latifúndio do barão estendia-se desde as montanhas de minérios do Urucum até os pantanais do Taquari, Paraguai, Jacadigo, Aquidauana e outros. Fundou a fazenda das Piraputangas, onde fez sua morada, a poucos quilômetros de Albuquerque, que “passou a ser o núcleo de onde a prosperidade se irradiava para toda a região e onde se abasteciam a Vila de Corumbá e arredores”.³⁸⁴

Paulo Esselin concluiu que as famílias que deixaram o norte de Mato Grosso eram grupos sociais numerosos, com os membros da família restrita, parentes, amigos, compadres, agregados e alguns cativos; e que naquele período “os que vinham tomar posses das terras não eram pessoas miseráveis, mas reuniam condições que lhes permitiam a fundação de fazendas”. Acrescentou ainda que essas famílias escolhiam “as terras que se queria para tomar posse, geralmente nas proximidades dos fortes, onde se poderia encontrar auxílio em caso de necessidade e proteção contra os naturais”.³⁸⁵

Em *Santana do Paranaíba*, o historiador catarinense Hildebrando Campestrini, residente em Mato Grosso do Sul, registrou que às margens do rio Santana, por volta de 1831, alojaram-se os *Garcia*: José, Januário e Joaquim Garcia Leal. Tamanho foi o poder da família Garcia que a região ficou conhecida como *Sertão dos Garcia*.³⁸⁶

Mesmo fugindo do meu foco principal que é o trabalhador escravizado, quis registrar alguns atos e nomes dos *pioneiros* da região sul mato-grossense, sobretudo porque a historiografia local dá bastante destaque como sendo os primeiros a trabalharem, com *esforço* e *bravura*, sobretudo, com o gado que já *pastava* na região pantaneira. Rara é a

³⁸² Id., ib., p. 166.

³⁸³ Id. Ib.

³⁸⁴ Id. Ib.

³⁸⁵ Id., ib., p. 168.

³⁸⁶ CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba*. De 1700 a 2002. 3 ed. Campo Grande: IHGMS, 2002. pp. 34-7.

referência ao trabalhador escravizado, a mão-de-obra empregada nas roças, nos engenhos, nos serviços domésticos, nos campos de vacaria como “escravo” “campeiro”, “peoneiro” e “vaqueiro”.

Cativos vaqueiros

Em seu excelente trabalho *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre*, a historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo propõe que o trabalho de criação de gado era destinado a trabalhadores livres.³⁸⁷ Porém, como assinalado, nos livros de registros e em outros documentos, foram localizados habitualmente cativos responsáveis pelo cuidado e manejo do gado. Pelo que se observa, eram em pequeno número, como os vaqueiros livres, mas existiam. Afinal, o pastoreio extensivo do gado sempre requereu relativamente poucos peões ou vaqueiros, como se pode verificar ainda hoje.

No livro de registro de 1877, “Classificação dos escravos a serem libertos”, arquivado na Câmara Municipal de Corumbá, consta uma lista com nomes e profissões dos trabalhadores escravizados da região e proximidades, com os respectivos nomes dos escravizadores.

O trabalhador escravizado Thomas, cor preta, de 39 anos, era “vaqueiro”, trabalhava em Coxim, na fazenda do escravista Carlos Antunes d’ Almeida. Já o cativo Estevão, de 33 anos, foi registrado como “peoneiro”, e fazia parte dos trabalhadores escravizados por Miguel Paes de Barros. Da mesma forma era o trabalhador Manoel, de 26 anos, registrado também como “peoneiro”, cativo na fazenda de João Paupino Caldas.³⁸⁸ Cabe aqui lembrar que, o peoneiro era o responsável pelo serviço de campo, amansador de animais e auxiliar de boiadeiro.

No Arquivo Público de Mato Grosso, encontramos o documento de 1874, “Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de Sant’ Anna do Paranyba”. Observa-se que os trabalhadores escravizados foram relacionados da mesma forma que em Corumbá. Os cativos João, pardo, 12 anos, e Elias, pardo de 9 anos, foram registrados como “campeiros”; o primeiro estava dentre os trabalhadores escravizados

³⁸⁷ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre* - (1850-1888). Brasília: Ministério da Fazenda, 1984. p. 37.

³⁸⁸ Livro de Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. Corumbá: 1877. pp. 6-8.

por Firmino Soares de Freitas, e o segundo, na fazenda de José Vital de Oliveira.³⁸⁹ Surpreende a tenra idade das crianças trabalhadoras nas lides de criação de animais.

Lidas com o gado

Segundo Virgílio Corrêa Filho em *Fazendas de gado no Pantanal*, a intervenção do fazendeiro junto à criação do gado era mínima, pois eram criados ao *léu*. No entanto, no período certo, era necessário *marcar* as crias novas com um corte na orelha e, na paleta, com um ferro quente, deixava gravado o símbolo da fazenda; havia, além disso, a castração dos novilhos não domesticados e dos tourinhos destinados à invernada.³⁹⁰

Em 1820, o naturalista francês Saint-Hilaire, referindo-se ao Rio Grande do Sul, registrou as técnicas extensiva utilizadas com a criação do gado naquela região: “O gado é deixado, à lei da natureza, nos pastos. O único cuidado é acostumar os animais a ver homens e a entender seus gritos, a fim de que deixem-se marcar e possam ser laçados os que se destinarem ao corte e à castração. Para tal fim o gado é reunido, de tempos em tempos, em determinado local, onde fica durante alguns dias.”³⁹¹

Em *Tropas da moderação*, Alcir Lenharo informou que além da mão-de-obra livre, os proprietários de gado utilizavam os cativos no manejo do gado e nas tropas. O trabalho era com vacum, cavalari e suíno.³⁹²

Como vimos, o cativo também era designado ao campeio, sobretudo nas fazendas mais extensas. Para o historiador rio-grandense Mário Maestri, nesses casos, suas condições de existência e trabalho *melhoravam*, se comparada aos dos trabalhadores assenzalados das atividades agrícolas e mineradoras mercantis.³⁹³

Em *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, o historiador cuiabano Edvaldo de Assis explicou que o cativo participou nas atividades pecuárias como “vaqueiro”, nos criatórios de suínos e como curtidor de couro. E, na qualidade de *vaqueiro*,

³⁸⁹ Livro de Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. Santa Anna de Paranaíba: 1865. p. 5.

³⁹⁰ CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense*. Rio de Janeiro: SAI, 1955. p.31.

³⁹¹ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao RS:1820-21*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974. p. 28.

³⁹² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 96.

³⁹³ MAESTRI, Mario. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do sul. Passo Fundo: Coleção Malungo; EdUPF, 2002. p. 106.

“sua presença estava condicionada ao tamanho do criatório e ao controle do *senhor*, participando também de serviço infra-estrutural do criatório, como cercamento e outros”.³⁹⁴

Para a historiadora Maria do Carmo Brazil, em *Fronteira Negra*, a mão-de-obra escravizada, utilizada na criação do gado, não estava condicionada à extensão das propriedades. Segundo ela, havia absorção do cativo em atividades tanto extrativas como criatórias, e essas atividades resumiam-se em campeio do gado, marcação, castração e a condução de boiadas para a comercialização. Afirmou, porém: “Como era difícil controlar o cativo nessas atividades (tropa), contratava-se com frequência, camaradas para elas.”³⁹⁵

Os cativos do barão

Conforme o livro de registros de 1877, “Classificação dos escravos a serem libertos da Junta de Corumbá”, constata-se que, mesmo após a morte do barão de Vila Maria e suas terras serem saqueadas, quando da Guerra contra o Paraguai, o número de trabalhadores escravizados contabilizava 41. É provável que o total fosse bem superior, tendo em vista que, ainda em 1879, a viúva, baronesa de Vila Maria possuísse cativos para hipotecar como forma de pagamento por dívidas: “A baronesa de Vila Maria entregará ao credor cessionário Antônio Joaquim Malheiros, o número de escravos hipotecados que for necessário para seu completo pagamento, e pelo preço que for arbitrado para cada um deles; esses escravos serão recebidos à escolha do credor cessionário [...]”.³⁹⁶

Em 1862, o comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, hospedado na fazenda de Piraputangas, testemunhou a presença de trabalhadores escravizados em várias áreas de produção. Admirado com a grandeza das plantações, registrou que da fazenda saía grande parte de mantimentos para Corumbá; acrescentou que a maior parte do gado que ali se consumia era tirado das fazendas do barão de Vila Maria. Com ênfase, explicou que, próximo do engenho, estava a riquíssima casa, perto da fábrica movida por água, “entre ricos pomares e belas e abundantes plantações”.³⁹⁷

A história do barão de Vila Maria é bastante enfatizada por alguns escritores da historiografia sul mato-grossense. Reconhecido como *mito e pioneiro* da região do Mato

³⁹⁴ ASSIS. *Contribuição para o [...]*. Ob. Cit. p. 31.

³⁹⁵ BRAZIL. *Fronteira [...]*. Ob. Cit. p. 82.

³⁹⁶ Cartório do 2º Ofício de Corumbá. Livro para nota nº 5. doc. 01, ano 1879. pp. 10-11.

³⁹⁷ MOUTINHO. *Viagem de Cuyabá [...]*. Ob. Cit. pp. 245-246.

Grosso do Sul, é com frequência lembrado como um homem de grande “tino comercial, vontade de vencer e capacidade para o trabalho”.³⁹⁸

No Anexo 60, além dos trabalhadores escravizados pelo barão de Vila Maria e seus descendentes, observam-se outros *proprietários* de trabalhadores da Vila de Corumbá, Ladário, Coxim, Taquary e Herculânea. Importante ressaltar que na relação original constava ainda o número de matrícula de cada cativo e algumas outras observações; os nomes dos proprietários foram relacionados por ordem alfabética para facilitar a leitura. Os dados foram analisados no livro de “Classificação” dos trabalhadores escravizados, arquivado na Câmara Municipal de Corumbá.³⁹⁹

Olhemos mais detalhadamente a “Classificação de escravos do Município de Corumbá”, que traz a data de 1877. É uma lista de 201 cativos, sendo 82 homens (40,5%), 108 mulheres (54%) e onze crianças (5,5%). Quarenta por cento dos trabalhadores escravizados trabalhavam na agricultura, sendo classificados como roceiros 30%, (27 homens e 31 mulheres) e como lavradores 10% (21 homens, não havendo nenhuma mulher nessa categoria).

Outros quarenta por cento eram classificados entre domésticas (30%) e cozinheiras (10%). As profissões menos representadas eram costureiras (2), lavadeiras (2), oleiros (2), jornaleiros (3), pedreiros (2), carpinteiro (1), ferreiro (1), sapateiro (1), engomadeira (1), peoneiros e vaqueiros (4), formando um total de 13,5% dos cativos. Além disso, 2,5% tinham como profissão: “Todo Serviço” – um tipo de mão-de-obra disponível para qualquer trabalho que viesse pela frente – e ainda outros não traziam profissão alguma. Em alguns registros das onze crianças escravizada vinham assinaladas as profissões.

Na lista constam 54 cativos casados (38%), sendo que os restantes (62%) eram solteiros. Lembre-se que a Lei de 1871 privilegiava a emancipação de cativos casados. Eram 27 mães solteiras com um total de 56 filhos – 2,1 filhos por mãe –, dos quais dezenove com seus nomes e idade, acompanhando a observação, “filho livre em virtude da lei”. Além desses, aparecem Salvate e Maria Thereza, filhos de Lucinda, a mãe com 22 anos, o filho com 18 meses e a filha com 5 anos, classificados como “filhos livres em virtude da lei”. Duas crianças foram classificadas como “filhos livres em virtude da lei”, tinham 6 e 7 anos. Foram incluídas na lei, embora tenham nascido pouco antes da promulgação. A essas crianças *livres*, se acrescentam as outras onze, com idade até 10 anos, que constam na lista

³⁹⁸ PROENÇA, Augusto César. *Pantanal*. Campo Grande: Edição do autor, 1992. p. 7.

³⁹⁹ Livro de Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. Corumbá: 1877. p.p. 1-23. (Anexo 60).

de “escravos” a serem emancipados. Entre elas, constam Manuel, 4 anos, Leoforme, 4 anos, mas listados como os outros cativos, sem a observação de “livre em virtude da lei”, embora tenham nascido após a promulgação da lei.

Esse termo, “livre em virtude da lei”, referia-se à Lei do Ventre Livre, decretada cinco anos antes. No dia 28 de setembro de 1871, entrou em vigor a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que decretava todo filho de mulher escravizada, nascido a partir daquela data, seria considerado livre. O escravizador da mãe deveria criá-lo até aos 8 anos, recebendo, então, uma indenização de 6000\$000, ou podendo explorar o trabalho do ingênuo, sem remuneração, em igual condição de cativo, até aos 21 anos.

Era lei que procurava compromisso com os interesses escravistas, pois, enquanto decretava que o filho de cativa seria livre, mas, na realidade, caso o *proprietário* de sua mãe assim o quisesse, como em geral quiseram, continuava a viver e trabalhar como cativo até os 21 anos. Seria mais justo que o ingênuo recebesse uma indenização, aos 21 anos, pelo trabalho realizado, desde os oito, descontado que fosse a alimentação e o alojamento. Em verdade, aprovada em 1871, a Lei do Ventre Livre não libertou, nos fatos, sequer um ingênuo, porque começaria a ter efeito apenas em 1891! Serviu, apenas, para desarmar o movimento contra a escravidão, muito forte em inícios dos anos 1870.⁴⁰⁰

Análise do anexo 60

Continuemos a análise do Anexo 60. Ao todo eram 63 “proprietários” desses 201 trabalhadores escravizados, sendo que 41 tinham um ou dois cativos, poucos *possuíam* de três a oito trabalhadores e três tinham de nove a onze. Mas é importante notar que um só escravocrata dominava 20,5% dessa lista de cativos, o barão de Vila Maria, nas fazendas em Corumbá.

Sessenta e seis por cento desses cativos (do barão) trabalhavam na roça e 30% eram domésticos, entre os 19 homens e 22 mulheres. Embora nessa relação de 201 trabalhadores escravizados, apareçam cinco casais, o barão não tinha nenhum cativo nominado como “casado”, mas tinha três crianças com menos de 10 anos, cinco adolescentes entre 11 e 15 anos e seis jovens entre 16 e 20 anos. A idade média dos 41 cativos era de 28 anos. Nesses

⁴⁰⁰ CONRAD. *Os últimos anos* [...]. Ob. Cit. p. 144.

detalhes, percebe-se o *tino administrativo* do barão em seus “investimentos humanos” e visão de rentabilidade, às custas do trabalho forçado.

No Anexo 60, destacamos exploradores de trabalhadores escravizados: Francisco de Lara Falcão, que feitorizava nove trabalhadores, sendo um casal com três crianças entre 6 e 10 anos e quatro solteiros, todos classificados como roceiros; Luísa Leite de Mesquita, que tinha dez cativos, sendo que dois desses tinham idade bastante avançada, 70 e 66 anos, três jovens e cinco adultos, todos empenhados na roça. É de se notar o *proprietário* José Francisco Alves, que feitorizava sete trabalhadores, sendo que não havia nenhum casal, no entanto tinha duas crianças, três adolescentes, além de dois adultos.

Nessa Classificação dos trabalhadores escravizados de Corumbá, aparecem duas cativas com “pecúlio”. Na mesma Lei Rio Branco, n.º 2040, que *libertava* os filhos de mulheres escravizadas nascidas a partir de 1871, sob o Art. 4º se lê: “É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legado e herança, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.”⁴⁰¹

A cativa Vicencia de 44 anos, solteira, serviço doméstico, cuja *proprietária* era Anna Rosa da Cunha, morava em Corumbá, tinha em mão da sua feitora, 360\$000 para sua liberdade. A cativa Josephina, de 24 anos, solteira, serviço doméstico, escravizada por Antônio Antunes Galvão Sobrinho, tinha o pecúlio de 50\$000.

Cativos jornaleiros e negras de tabuleiros

Muitos escravistas empregavam os cativos a custa de *jornal* diário ou mensal, ou seja, o trabalhador escravizado tinha que prestar serviço a outras pessoas e trazer para o escravizador o valor que lhe fora estipulado. Estevão, de 33 anos, pedreiro, escravizado por Miguel Paes de Barros, trabalhou 31 dias entre os meses de fevereiro e março de 1878. No final, rendeu para o seu *dono* 93 mil réis. O trabalho que desempenhou foi de oficial de pedreiro nos serviços de consertos da ladeira da rua São Gabriel, que ia até à alfândega do porto de Corumbá.⁴⁰² Se Estevão era “oficial de pedreiro”, significa que era um profissional competente e especializado.

⁴⁰¹ Revista do Arquivo Publico de Mato Grosso. Cuiabá, V. 1, n.º 4, set/87 – mar./88 – Lei n.º 2040 de 28 de setembro de 1871. p. 64.

⁴⁰² Determinação do Secretário da Secretaria da Câmara Municipal da Vila de Corumbá para efetuar o pagamento de serviços prestados, 6 de abril de 1878. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

A prática do aluguel era forma que rendia muito ao explorador do cativo pois se percebe, sobretudo nos periódicos da época, anúncios sobre vendas e aluguel de operários feitorizados. O genro do falecido Firmiano Ferreira Nobre, Joaquim Ferreira Nobre, em 1878, mandou publicar no jornal “A Opinião” o seguinte: “Tenho para alugar escravas cozinheiras e lavadeiras a preço cômodo. Para tratar, no largo de Santa Thereza, sobrado, à rua Delamare.”⁴⁰³

Observa-se também que, mesmo constando nas tabelas um determinado “ofício”, o cativo não desempenhava apenas aquela função: em geral, a mão-de-obra escravizada era utilizada em diversas atividades.

Um “ofício” que não consta nos registros das tabelas e anexos analisados é o do comércio ambulante, geralmente desempenhado pelas mulheres cativas, “as negras de tabuleiros”. A historiadora Maria do Carmo Brazil citou a observação do viajante Herbert Smith que visitou Cuiabá: “Mulheres escravas vestidas de cores berrantes, oferecendo peixes, frutas, rapaduras, doce primitivo do tamanho de um tijolo, cigarros escuros, embrulhados em palha de milho, refresco em garrafas de vinho ou cerveja, todas balançando os braços pendentes, trazendo mercadorias sobre a cabeça, ainda que fosse um único limão [...]”⁴⁰⁴

O historiador mineiro Carlos Magno Guimarães, no artigo “Cada venda é um quilombo (século 18)”, escreveu que as ‘negras de tabuleiros’, “abarcavam grande número de mulheres escravas, forras e livres que praticavam um comércio ambulante vendendo comestíveis e bebidas [...]”⁴⁰⁵

Diante do documento “Balancete da receita da Câmara Municipal de Corumbá”, no item “Taxa de mil réis mensais sobre cada tabuleiro de comestíveis ou pote com leite”, deduzo que também esse serviço era realizado por trabalhadores escravizados. O registro desse balancete era mensal e exigido por lei que se intitulava “Lei do Orçamento”, atendendo à Provincial nº 529. Os documentos localizados foram um balancete do mês de abril de 1877; um balancete do mês de agosto de 1878; os balancetes referentes aos meses de junho a dezembro de 1879; balancetes referentes aos meses de abril a dezembro de 1882; balancetes dos meses de junho a dezembro de 1883.

Na Tabela 2, relaciono apenas os valores arrecadados referentes aos “tabuleiros” e, ainda, a soma total da arrecadação mensal da Câmara. Não vem ao caso analisar esses

⁴⁰³ Jornal *A Opinião*. Ano I, maio de 1878. APMT.

⁴⁰⁴ BRAZIL. *Fronteira* [...]. Ob. Cit. p.82.

⁴⁰⁵ GUIMARÃES, Carlos Magno. “Cada venda é um quilombo: Escravidão e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (século 18)”. Anais da V Jornada Setecentista. Curitiba, 2003. p. 5.

balancetes, o que quero é destacar os movimentos de comércio, sobretudo, os tabuleiros que eram realizados por cativas e cativos, não para ganhos próprios, mas para lucro dos exploradores de seu trabalho.

Na relação de cobranças de taxas dos balancetes, além do item “tabuleiros”, figuravam outros, como taxas de licença para taverna, açougues, bailes públicos, couros exportados, embarcação, carros empregados em serviços de transporte no rio ou qualquer trânsito de carroças pela cidade, formas de fabricar cal, reses mortas para consumo, infração de posturas, canoas e botes, mascates, ferreiros, padarias, olarias, casas de postos e leilões, etc. De todos esses itens, a maior arrecadação, todos os meses, ficava por conta das exportações de couro que somavam em média, 400 mil-réis mensais, chegando o maior valor arrecado a 1\$668:600. Isso mostra como era florescente a lida com gado e sobretudo o trabalho para limpeza, secagem e manuseio do “couro para exportação”, uma atividade desempenhada também por cativos. Na Tabela 2, registrei somente as taxas cobradas dos *tabuleiros*, deixando de registrar os outros itens.

Tabela 2

Balancete da receita da Câmara Municipal de Corumbá – 1877-1883.

	Valor/ réis	Mês/ano	Receita da Câmara Municipal de Corumbá – arrecadação mensal
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	18:000	Abril/1877	426\$000
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	9:000	Agosto/1878	562:960
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	16:000	Junho/1879	476\$300
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	41:000	Julho/1879	659\$300
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	9:000	Agosto/1879	562\$960
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	6:000	Setembro/1879	421\$500
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	6:000	Outubro/1879	446\$500
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	4:000	Novembro/1879	449\$700
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	4:000	Dezembro/1879	407\$940
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	1:000	Abril/1882	966\$760
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	22:000	Maiio/1882	643\$100
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	7:000	Junho/1882	765\$580
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	38:000	Julho/1882	639\$280
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	1:000	Agosto/1882	2\$357\$370
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	1:000	Setembro/1882	835\$430
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	9:000	Outubro/1882	854\$630
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	9:000	Novembro/1882	618\$000
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	4:000	Dezembro/1882	976\$600
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	---	Junho/1883	966\$970
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	68:000	Julho/1883	1\$045\$000
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	11:000	Agosto/ 1883	1\$126\$490
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	4:000	Setembro/1183	303\$000
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	6:000	Outubro/ 1883	1\$629\$415
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	4:000	Novembro/1883	553\$700
Tabuleiros com comestíveis e pote de leite	4:000	Dezembro/1883	1\$053\$730

FONTE: Balancetes das receitas da Câmara Municipal de Corumbá, 1877, 1878, 1879, 1882, 1883 - Arquivo Público da Câmara Municipal de Corumbá, docs avulsos.

Firmiano Firmino Ferreira Cândido: A herança de um escravista

Em 22 de julho de 1878, Joaquim Ferreira Nobre, genro e inventariante da herança de Firmiano Firmino Ferreira Cândido, fez uma declaração de averbação dos cativos (do falecido) junto à alfândega de Corumbá (Tabela 3). Eram 21 cativos entre as idades de 14 e 54 anos, além de três crianças, formando um total de 24 trabalhadores escravizados. Uma das crianças, Frederico, era filho de um casal, enquanto as duas outras eram filhas de mães solteiras: Gertrudes era filha da mãe solteira Anna, de 30 anos, cozinheira, e Guilhermino, filho de Laurinda mãe solteira de 25 anos, doméstica.

Quanto à profissão, todos trabalhavam na lavoura, menos as duas mães solteiras – a Anna era cozinheira, e a Laurinda, doméstica –, além de Francisco que também era doméstico, este último tendo um pecúlio de 134 mil-réis.

Na Tabela 3, na coluna “Observações”, encontram-se duas informações interessantes. A primeira, indicava três dos cativos “pronunciados em crime”, não especificando a que crimes eram imputados, Adão de 45 anos, Benedicto de 45 anos e José de 40 anos. A outra observação indicava os trabalhadores “fugidos”, em número de sete, José (24 anos), Vicente (26 anos), Antônio (27 anos), Moysés (27 anos), Raymundo (34 anos), Julião (30 anos) e Benedicto (45 anos), este último de cor preta, enquanto o outro Benedicto, “pronunciado em crime”, tinha a cor parda. Observa-se que o total de trabalhadores escravizados “pronunciados em crimes e fugidos” eram dez. Os cativos tinham matado Firmiano Firmino Ferreira Cândido. Abordarei detalhadamente esse crime e revolta no capítulo oitavo.

Tabela 3

“Declaração de averbação de escravos de Firmiano Firmino Ferreira Cândido”.

nome	cor	idade	estado	aptidão p/ trabalho	profissão	observações
1. Adão	preta	45	solteiro	boa	lavoura	Pronunciado em crime
2. Anna	parda	30	solteira	boa	cozinheira	Tem filha Gertrudes
3. Antônio	preta	27	solteiro	boa	lavoura	Fugido
4. Benedicto	parda	45	solteiro	boa	lavoura	Pronunciado em crime
5. Benedicto	preto	45	solteiro	boa	lavoura	Fugido
6. Felicidade	preta	18	solteira	boa	lavoura	
7. Francisca	preta	40	casada	boa	lavoura	
8. Francisco	preta	23	solteiro	boa	doméstico	Tem 134\$000 pecúlio
9. Germana	preta	41	casada	boa	lavoura	Tem filho Frederico
10. Geronymo	preta	29	solteiro	boa	lavoura	
11. Joana	preta	27	solteira	boa	lavoura	
12. José	preta	40	casado	boa	lavoura	Pronunciado em crime
13. José	mulato	24	solteiro	boa	lavoura	Fugido
14. José Crioulo	crioulo	14	solteiro	boa	lavoura	
15. Julião	preta	30	solteiro	boa	lavoura	Fugido
16. Laurinda	cabra	25	solteira	boa	doméstica	Tem filho Guilhermino
17. Laurindo	crioulo	26	solteiro	boa	lavoura	
18. Modesto	cabra	54	solteiro	boa	lavoura	
19. Moysés	preta	27	solteiro	boa	lavoura	Fugido
20. Raymundo	fula	34	solteiro	boa	lavoura	Fugido
21. Vicente	cabra	26	solteiro	boa	lavoura	Fugido

FONTE: Doc. Nº 20. Averbação no livro sob nºs 166-186. Alfândega de Corumbá, 22 de Julho de 1878. Arquivo do Fórum de Corumbá.

Totalizando a população escravizada em Corumbá

Mesmo sendo rara a historiografia sobre a escravidão negra na região do sul de Mato Grosso, ainda assim, os historiadores que a estudaram são unânimes em afirmar que o número de trabalhadores escravizados era diminuto. Afirmam ainda que eram poucas as pessoas que tinham condições de obter tal *posse*. Observando os documentos, concluí que, para Corumbá e regiões circunscritas, nem sempre o número de trabalhadores escravizados foram proporcionalmente muito distante dos não-cativos e que muitos proprietários chegaram de Cuiabá com algum poder de posse, como visto.

Cabe ressaltar que, em 1862, o bispo diocesano, responsável pelas freguesias de Corumbá, encaminhou relação da população ao presidente da Província onde constava um contingente livre de 1.100 indivíduos; e uma população de 500 escravizados. Portanto, os cativos representariam, naquele período, 45% da população geral do município, isto é, quase a metade, um número bastante significativo, próximo ou igual às grandes províncias escravistas.⁴⁰⁶

Vale lembrar que a invasão paraguaia de 1864-1870 provocou a desorganização das vilas de Corumbá, Miranda, Aquidauana, Nioaque, vilas e fazendas de criação de gado que foram saqueadas pelos paraguaios ao se tornarem palco da Guerra.⁴⁰⁷ Além disso, os trabalhadores escravizados foram *alistados* para a Guerra querendo ou não. Um exemplo desse fato foi contado pelo já citado comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, ao informar que o barão de Vila Maria sofrera um grande prejuízo com a “invasão paraguaia” de 1865, pois suas terras, gados e plantações de alimentos haviam sido tomados por soldados de Solano Lopez.⁴⁰⁸

Após a Guerra, Corumbá e as demais regiões fronteiriças foram recuperando seus habitantes e atividades urbanas e, claro, o que restou dos trabalhadores homens escravizados. Talvez por isso que no mapa de classificação de 1877, período de pós-guerra, 54% dos cativos eram mulheres e o número de homens escravizados era menor.

Em 1877 e 1878, como vimos nos documentos analisados, verifica-se que apesar da população cativa ser pequena, a maioria dos escravocratas *possuía* de um a três trabalhadores escravizados.

⁴⁰⁶Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, 3 de maio de 1862. Cuiabá: Mato Grosso, 1864. pp. 33-34.

⁴⁰⁷CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira*. O sul de Mato Grosso – 1870-1920. Campo Grande: EdUCDB, 1999. p. 99.

⁴⁰⁸MOUTINHO. *Viagem de [...]*. Ob. Cit. p. 245.

Trabalhadores escravizados “não matriculados”

Quanto ao número total de cativos, não podemos levá-lo ao *pé-da-letra*, pois sabemos que muitos proprietários deixavam de matricular o trabalhador escravizado para não pagarem as taxas obrigatórias. A junta Municipal de Emancipação responsável pelas diversas relações e controle de cativos matriculados nos municípios, assim decidiu: “Não se achando matriculados e nem averbados neste Município alguns escravos residentes nesta Villa [Corumbá]; segundo as informações obtidas pela Junta, ela resolveu enviar ao Juízo de Órfãos, uma relação de tais escravos, a fim de providenciar o respectivo documento como for de Lei.”⁴⁰⁹

A historiadora Elaine Cancian analisando em sua dissertação de mestrado os mesmos documentos da Junta Municipal de Emancipação das freguesias de Corumbá e região, relacionou, conforme a Tabela 4, sete trabalhadores escravizados residentes em Corumbá, não matriculados nem averbados na Alfândega. Necessário se faz observar que nenhum dos escravistas foram relacionados como *proprietários* de cativos nos anexos anteriormente citados, sendo que nesta tabela, é a primeira vez que aparecem.

Tabela 4

“Relação dos escravos residentes em Corumbá não matriculados nem averbados na Alfândega – 1874”.

Nome	Cor	Idade	Nome do senhor	Observação
Cristina	preta	20	Maria Bernardina de Jesus	A escrava tem um filho de nome Mathias
Márcia	fula	14	Salvador Augusto Moreira	Alega o possuidor que a escrava está matriculada em Cuiabá, mas não apresentou na Junta a relação da matrícula.
Rufino	preta	17	Orlando Francisco da Silva	Declara o possuidor que o escravo foi entregue por Manoel Máximo Souza de Melo
Nicencia	Ignora-se	Ignora-se	Salvador Benedito de (?)	Reside no distrito de Taquary e consta que possui mais anos nestas condições
Candido	Ignora-se	03	O mesmo	Este menor é nascido em abril de 1871 e filho de escrava precedente
Gabriela	fula	25	Miguel Martins	Declara o possuidor que esta escrava foi lhe entregue pó João Augusto
Priscila	preta	35	Balthazar Luis da Fonseca	Declara o possuidor que Boaventura da Matta foi quem alugou esta escrava

FONTE: Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá. Livro nº 28 – Trabalhos da Junta de Classificação dos escravos (1873-1885), 1874. p. 9. In: CANCIAN, Elaine. “A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)”. Dissertação. Dourados: UFMS, 2005. p. 83.

⁴⁰⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá. Livro nº 28 – Trabalhos da Junta de Classificação dos escravos (1873-1885). p. 12.

Com relação a Balthazar Luiz da Fonseca, que declarou ser a cativa Priscila de *propriedade* de Boaventura da Matta, observando o Anexo 60, onde relacionamos os seus cativos, a mesma não se encontra relacionada. Mesmo sendo escravizada por Boaventura, Priscila continuou sem registros. De igual forma são as outras cativas relacionadas na Tabela 5.

A mesma Junta de Classificação das freguesias de Corumbá, em 1875, um ano depois, relacionou os filhos batizados de cativas não matriculadas nem averbadas na Alfândega conforme se vê na Tabela 5.

Tabela 5

“Relação nominal dos filhos de mulheres escravas batizadas desde 13 de julho de 1874 até esta data cujas mães não se acham matriculadas, nem averbadas na Alfândega, conforme foi verificado pela Junta Municipal de Emancipação”.

Nome	Nome do senhor	Observações
Anna	Antônio Henrique Carvalho	Tem 1 filha de nome Eugênia, nascida 17/7/1874
Esmeria	Barão de Villa Maria	Tem 1 filha de nome Julia, nascida 20/05/1874
Ignacia	Antônio Maria Coelho	Tem 1 filho de nome Antônio, nascido 12/07/1874
Maria	D. Josepha	Tem 1 filho de nome Francisco, nascido em 03/05/1874
Silveria	José Caetano Metello	Tem 1 filha de nome Marianna, nascida em 07/05/1874
Antônia	D. Idalina Maria da Cruz	Tem 1 filha de nome Florência, nascida em 07/01/1874.

FONTE: Ofício da Junta Municipal de Emancipação dos escravos do município de Corumbá ao brigadeiro Hermes Ernesto da Fonseca, presidente e comandante das Armas da Província de Mato Grosso. 14 de julho de 1875. Caixa 1875. p. 9. APMT

Escrituras, hipotecas, compras e vendas de cativos

Além dos nomes dos *proprietários*, já relacionados no distrito de Corumbá, devemos considerar mais **nove** trabalhadores escravizados por Carlos Antunes Muñiz, que também não consta como escravista na classificação da Junta de Emancipação. No livro organizado pela professora Yara Penteado, *Como se de ventre livre nascido fosse...*, encontra-se uma escritura de penhor de 1876, onde Carlos Antunes Muniz pagou a dívida de outro, de nome Manoel Pedroso de Barros, que assim escreveu: “[...] transferia com todas as cláusulas estipuladas a dita escritura de dívida e obrigação com penhor de nove escravos que seu constituinte é devedor Manoel Pedroso de Barros, a Pedro Gonçalves Coelho, a quem desde

já entrega a referida escritura com todo domínio, direito, ação e posse [...]”.⁴¹⁰ O sociólogo Paulo Eduardo Cabral, prefaciando o citado livro, fez interessante análise sobre a utilização do cativo como garantia hipotecária, escrevendo que essa prática com “certeza, seja uma das que mais claramente desnuda a reificação do negro, na medida em que não se trata da exploração do seu trabalho, mas do uso que se faz da propriedade escrava em sua essência, ou seja, enquanto expressão de valor econômico”.⁴¹¹

Na Tabela 6, relaciono o já citado Carlos Antunes Muniz como *proprietário* de cativos e os nomes de mais seis escravistas apresentados em documentos de hipotecas, compra e venda de trabalhadores não classificados pela Junta.⁴¹² Acrescento nessa mesma tabela a relação dos dezesseis cativos relacionados nos autos de inventário dos bens de Isabel Nunes da Silva para os herdeiros Joaquim José de Santana e Joaquim José de Santana Filho.

⁴¹⁰ Cartório do 1º Ofício da Vila de Santa Cruz de Corumbá. Livro 04, doc. 01, 1876, pp. 42-3. In: PENTEADO. Yara. (Org.). “*Como se de ventre livre nascido fosse...*”. Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. (1838 a 1888). Campo Grande: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994. pp. 49-51.

⁴¹¹ Id., ib., p. 16.

⁴¹² Cartório do 1º Ofício da Vila de Santa Cruz de Corumbá. Livro de notas 01-05, doc. 01, 1875. pp. 37-8; 1876. pp. 46-7; 1880. p. 110; 1884, livro de notas 07, pp. 83-4; 1885, livro de notas 09, doc. 01, pp. 68-9. In: PENTEADO. (Org.). “*Como se de [...]*. Ob. Cit. pp. 87-105.

Tabela 6

Lista de cativos em documentos de hipotecas, compras, vendas e inventários.

Ano	Escravo	Proprietário do cativo	Local	Avaliação do cativo no inventário
1875	Mariana	Cristina Ferreira Jorge	Corumbá	-----
1876	9 cativos	Carlos Antunes Muniz	Corumbá	-----
1880	Rosalina	Salvador Benedito de Arruda	Corumbá	-----
1881	Luzia	Generoso Nunes Nogueira	Corumbá	-----
1881	Felipe	Salvador Augusto Moreira	Corumbá	-----
1883	Manoel	Joaquim José de Santana e Joaquim José de Santana Filho	Corumbá	600\$000
1883	Jesuino	Idem	Corumbá	600\$000
1883	Braselina	Idem	Corumbá	800\$000
1883	Querino – casado com Luciana com 4 filhos	Idem	Corumbá	2\$000\$000
1883	Joaquim	Idem	Corumbá	800\$000
1883	Luiz	Idem	Corumbá	800\$000
1883	Benedicto	Idem	Corumbá	700\$000
1883	Manoel	Idem	Corumbá	800\$000
1883	Geraldo	Idem	Corumbá	800\$000
1883	Felicianna	Idem	Corumbá	800\$000
1883	Athanásio	Idem	Corumbá	800\$000
1883	Mariano	Idem	Corumbá	500\$000
1883	Macario	Idem	Corumbá	300\$000
1883	Benedicta	Idem	Corumbá	200\$000
1883	Theresa + 4 filhos	Idem	Corumbá	1\$200\$000
1883	Ignacia + 3 filhos	Idem	Corumbá	1\$000\$000
1884	Theresa Valéria	Salvador Augusto Moreira	Corumbá	-----
1884	Maria Benedicta	Joaquim Caetano Vitorio	Corumbá	-----
1885	Sem nome	João Rodrigues de Sampaio	Corumbá	-----

FONTE: Autos de Inventário nº 144 – Juízo Municipal de Corumbá, 12 de abril de 1883. Arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS.

Densidade populacional

Em *A Guerra do Paraguai*, o historiador cuiabano Joaquim Francisco de Mattos fez minucioso estudo e análise do censo de 1872.⁴¹³ Dos dados registrados por ele, refiro-me apenas ao total da população existente naquele período nas vilas do sul de Mato Grosso.

O censo de 1º de agosto de 1872 foi determinado pela Lei 1829 de 9 de setembro de 1870 e realizado a partir do dia 1º/08/1872, registrando uma população no sul de Mato Grosso de 10.447 habitantes, distribuídos nas vilas de Miranda, Corumbá, Santana do Paranaíba, cujo contingente era formado, majoritariamente, por sobreviventes da Guerra do Paraguai. O município de Corumbá tinha o total da população de 3.361, sendo 3.086 livres (91,8%) e 275 escravizados (8,2%).

⁴¹³ MATTOS, Joaquim Francisco de. *A Guerra do Paraguai* (história de Francisco Solano Lopes, o exterminador da nação paraguaia). Brasília: Centro gráfico do senado federal, 1990. pp. 169-90.

A Guerra contra o Paraguai teve um efeito significativo na população livre e escravizada. Lamentável é não termos os mesmos dados para precisarmos a comparação entre os habitantes das mesmas regiões, da população livre e escravizada no período entre 1872, ano do censo, e 1885, último ano da Tabela 6. Mas, temos um dado com o qual podemos fazer, ainda que precariamente, uma comparação. Como vimos, o bispo diocesano de Corumbá tinha encaminhado, em 1862, isto é, antes da Guerra, ao presidente da Província, um levantamento da população de Corumbá onde constavam 1.100 livres e 500 escravizados (45% da população).

No censo de 1872, depois da Guerra, a população tinha atingido 3.361 livres e os escravizados eram apenas 275 registrados. Em dez anos, tendo uma guerra no meio, a população livre cresceu 305%, enquanto a escravizada foi reduzida em 55%. A causa dessa diferença parece ter sido fenômenos ensejados pela guerra. Não podemos, portanto, afirmar que a população de cativos tenha sido pequena e insignificante, considerando apenas o censo pós-guerra de 1872.

Pelos documentos estudados, podemos pelo menos fazer um resumo aproximado dos trabalhadores escravizados cujos nomes foram relacionados em documentos diversos: a “Classificação de escravos a serem libertados – Município de Corumbá – 1877” (Anexo 60), a “Declaração de Averbação de Firminiano Firmino Ferreira Cândido” (Tabela 3), a “Relação de escravos não matriculados na Alfândega de Corumbá” (Tabela 4), a “Relação de filhos de escravas não matriculadas” (Tabela 5), a lista de cativos em documentos de hipoteca, compra, venda e inventário (Tabela 6), soma-se um total de 287 cativos nominados em Corumbá, no período pós-guerra, desconsiderando os trabalhadores escravizados que existiram nessa região, mas que seus nomes nunca apareceram em documento algum, sendo assim privados também da história.

Em todo esse percurso histórico, esteve sempre presente a figura do trabalhador e trabalhadora escravizados, na agricultura de subsistência e nos locais de abastecimento das monções e caravanas a caminho de Cuiabá, como o entreposto de Camapuã; nas muitas fazendas emergentes na região do pantanal e arredores, principalmente a partir da Rebelião Rusga, em Cuiabá, em 1834, de onde se deslocaram inúmeras famílias; no desenvolvimento da região de Paranaíba e Miranda a partir da construção do presídio; no florescimento do maior centro populacional de toda a região do pantanal sul, a Corumbá, favorecida pela sua posição geográfica às margens rio Paraguai.

Seria um engano referir-se à quantidade de trabalhadores escravizados somente ao período pós-guerra e concluir que o número desses no sul de Mato Grosso foi irrisório e sem muita importância econômica e histórica no desenvolvimento da região.

CATIVOS DO SERTÃO

Os cativos do *Sertão Garcia*

O historiador Hildebrando Campestrini escreveu que, em 1836, José Garcia Leal fora nomeado diretor de uma povoação com quarenta famílias, em região próxima dos rios Sucuriú, Paraná e Paranaíba, sendo responsável pela conclusão da estrada que atingiu as barrancas do rio Paranaíba. José Garcia, seus irmãos e, depois, seus descendentes, foram se apossando de muitas terras antes ocupadas pelos nativos caiapós. Tornou-se um grande fazendeiro, possuidor de gado, engenhos e cativos: “No *vácuo*, instalou-se na fazenda Barra, perto de Santana; possuiu as fazendas Córrego Fundo e Bonito, além de outras áreas nos rios Verde e Sucuriú [...]”⁴¹⁴

Pelas relações dos bens que registrou José Garcia Leal em 1850, deduz-se que ali também os trabalhadores escravizados trabalhavam enfiados nos engenhos; socavam pilão; faziam farinhas; cuidavam do gado, das cabras; plantavam e colhiam em um ritmo que transparece na abundância e enriquecimento dos donos daquelas terras. No documento, além de declarar ser católico, batizado, casado na Igreja, ter dez filhos com a então já falecida Ana Angélica de Freitas, José Garcia Leal declarou deixar para os herdeiros e a nova esposa, Maria Umbelina, além de muitos contos de réis, um estabelecimento no lugar denominado Serra, com casa de engenho, paiol, casa de serra, rego-d’água, matos de cultura e campos de criar cabras, gados vacuns, muares, moinho, monjolo e ralador; terras de culturas e campos de criar na fazenda das cabeceiras de Santana.⁴¹⁵

Citando Sá Carvalho, Hildebrando Campestrini escreveu sobre José Garcia Leal: “A tradição noticia que ele foi um líder atuante, enérgico, de iniciativa, humano, zeloso dos bons costumes e do progresso da região [...]”⁴¹⁶ Certamente a região lhe rendeu *muitos bons frutos*, assim como os trabalhadores escravizados, pois em seu testamento, segundo

⁴¹⁴ CAMPESTRINI. *Santana do [...]*. Ob. Cit. pp. 26-7; 118.

⁴¹⁵ Id.,ib. pp. 119-20.

⁴¹⁶ Id.,ib. p. 121.

Hildebrando Campestrini, consta: “[...] possui além do rio Paranaíba uma **fazenda de cultura no porto**, a qual deixava de **esmola aos seus escravos** que as poderão desfrutar na vida dele doador, aqueles que forem ficando forros, e que **por morte do último** desses cônjuges gozarão todos os outros escravos”.⁴¹⁷

Além de todos os bens relacionados, Hildebrando Campestrini citando Justiniano Augusto de Sales Fleury, informou que José Garcia Leal doou, a cada filho, cem reses vacum e dois trabalhadores feitorizados, além de outros recursos, como tear, roca de fiar e casais de porcos, galinhas, cabras, ovelhas. Assim, para o aumento da produção e permanência do *status*, “mandou dois filhos especialmente à Província do Rio de Janeiro para compra de escravos [...]”.⁴¹⁸

Cartas de liberdade

Não deixa de ser curioso e pouco comum, no sistema escravista, um escravizador que incentivava a compra de cativos, como vimos, e, ao mesmo tempo, libertava os que estavam sob sua tutela. Assim parecia ter sido o escravista José Garcia Leal. No Cartório do 1º Ofício da cidade de Santana do Paranaíba, dentre outros documentos averbados pelo citado fazendeiro, localiza-se *carta de liberdade* concedida por ele a vários de seus cativos.

Em 1860, José Garcia Leal concedeu liberdade a diversos trabalhadores escravizados, conforme relaciono na Tabela 7. Eram 21 homens, sendo que seis tinham suas esposas: o casal Antônio Cesário Crioulo e Vitória tinham três filhas e José Carapina e Escolástica tinham um filho. Portanto os *libertos* eram em número de 31. Na “carta de liberdade” não registraram a idade nem profissões desses trabalhadores, destacaram apenas suas origens africanas, ou seja: dez eram “africanos”, sete “crioulos”, três “benguelas”, um “moçambique” e um “mina”.

⁴¹⁷ Id. Ib. [Grifamos].

⁴¹⁸ Id. Ib.

Tabela 7

Relação dos cativos relacionados na “carta de liberdade” concedida por José Garcial Leal – 1860.

Escravo	Esposa escrava	Filhos
Adão Africano		-----
Antônio Africano	Matildes Crioula	-----
Antônio Cesário Crioulo	Vitória	Eva, Theodora, Angélica
Domingos Africano	-----	-----
Francisco Beguela	Maria Benguela	-----
João Grande	-----	-----
Joaquim Crioulo	-----	-----
Joaquim Mina	-----	-----
Joaquim Novo Africano	-----	-----
José Benguela	-----	-----
José Carapina	Escolástica	Um
José Muçambique	-----	-----
José Pequeno	Francisca Crioula	-----
José Velho Africano	-----	-----
Julião Crioulo	-----	-----
Manoel José Crioulo	-----	-----
Mathias Africano	-----	-----
Rita Crioula	-----	-----
Roque Africano	-----	-----
Silvério Africano	-----	-----
Valeriano Africano	Joaquina Africana	-----

FONTE: Cartório do 1º Ofício da cidade de Santana do Paranaíba. Carta de Liberdade. Livro de notas nº 02, 1860. doc. 01, pp. 18-19.

No documento, ao final da relação dos *recém-libertos*, lia-se que José Garcia Leal “os passou livre e desembargados de qualquer penhora, hipoteca ou outro qualquer ônus, e que pela presente escritura confere liberdade aos ditos escravos com a cláusula de lhe servir por dois anos a contar desta data e findo o tempo poderão usar desta alforria, que lhe é conferida gratuitamente, como lhes aprouver”.⁴¹⁹

Os cativos não conheceram porém a desejada liberdade. Em 1861, um ano depois, José Garcia Leal revogou a citada carta de liberdade acrescentando uma condição de que somente após a sua morte é que os citados cativos seriam libertos: “[...] a exceção porém daqueles que tentar contra seus dias, ou concorrerem para isso”.⁴²⁰

De igual forma procederam seus irmãos, Januário Garcia Leal, que revogou a carta de liberdade cedida ao cativo Camilo, e Joaquim Garcia Leal, que revogou as cartas de liberdades cedidas aos cativos Geraldo, Luiza e Laurindo Pardo.⁴²¹

De acordo com as Ordenações Filipinas, livro IV, título LXIII, as “Cartas de Liberdade” podiam ser revogadas pelos escravistas, a qualquer tempo, por vários motivos,

⁴¹⁹ Id. Ib.

⁴²⁰ Cartório do 1º Ofício da cidade de Santana do Paranaíba. Livro de notas nº 02 de 1859 a 1862. Doc: 06, 1861, p. 38. [Documento completo Anexo 61].

⁴²¹ PENTEADO. (Org.). “*Como se de [...].* Ob. Cit. pp. 191-237.

inclusive, por *ingratidão*. Essa determinação foi revogada pelo regulamento da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, que no parágrafo 9º determinava: “Fica derogada a Ord. Livro 4º, título 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão.”⁴²²

Compra e venda de trabalhadores escravizados

No Arquivo Público de Mato Grosso, localizamos o livro de registro da coletoria das rendas provinciais da Vila de Santana de Paranaíba de 1866. Conforme se pode observar na Tabela 8, naquele ano, foi registrada a venda de seis trabalhadores escravizados. Já a Tabela 9, demonstra que, em 1867, na mesma coletoria, foram registradas a compra e venda de vários trabalhadores escravizados. Observa-se nas tabelas que existe a venda do mesmo cativo em decorrer de prazo bastante curto. Não foi dada explicação no documento. Nesses casos, podemos imaginar que o *proprietário* tenha o cativo apenas como forma de lucrar mais em cada venda e, ainda, nota-se que um mesmo cativo pertencia a mais de um *proprietário* e, por isso, aparecia na lista, mais de uma vez. Confirmam isso várias ações de inventário analisadas, a exemplo, o Auto de partilha de 1873, entre os herdeiros da falecida Anna. Os herdeiros: Antônio José Rodrigues, José Martins Rodrigues Junior, Joaquim Martins Rodrigues, João Batista Coimbra, Mariana e Maria Gertrudes, todos tinham uma “parte na escrava de nome Josefa; uma parte no escravo de nome Manoel; uma parte na escrava Genoveva, a metade da escrava Luciana”.⁴²³

Pelos recibos de compras e vendas, registro de classificação e livro da coletoria de rendas da vila de Santana do Paranaíba, comprova-se o elevado movimento de compra e venda de muitos cativos na região e muitas vezes, a compra e venda do mesmo cativo em um curto período de tempo. Por exemplo, Mariana foi vendida por Manoel Alves Taveira e José Francisco a Pedro Rodrigues Brás, em 3/03/1867, que, no dia seguinte, a vendeu a Jerônimo Emiliano de Queiroz.

No Anexo 62, relaciono os 142 cativos classificados pela Junta de Classificação de Santana do Paranaíba para serem libertados.⁴²⁴ Cabe esclarecer que ressalto os trabalhadores escravizados pelos *Garcias* (irmãos, filhos, genros, sobrinhos, parentes dos sobrinhos e

⁴²² Revista do Arquivo Publico de Mato Grosso. – Cuiabá, V-1, nº 4, set/87 – mar./88 – Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. p. 64.

⁴²³ Juízo Municipal de Santana do Paranaíba. Auto de partilha entre os herdeiros da falecida Anna, filha do finado Antônio Martins Rodrigues. 1873. Arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS.

⁴²⁴ Livro de classificação dos escravos da Villa de Santa Anna do Paranahyba. Apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de Julho de 1874. pp. 1-6. Lata 1865-b. APMT.

netos) tendo em vista ser um dos *possuidores* de maior número de cativos naquele período. Relaciono também os nomes de outros escravizadores contidos nos documentos.

Tabela 8

Recibos de compra e venda cativos – Santana do Paranaíba -1866.

DATA	ESCRAVO	COMPRADOR	VENDEDOR
05/02/1866	Rita	Quintino Garcia Leal	Silvério Antonio Tostas
03/1866	Rita	Joaquim Alves Correa	Quintino Garcia Leal
05/1866	Rosa	Joaquim Alves Correa	Jerônimo Emeliano de Queiroz
5/10/1866	Vicencia	Nicésio Ferreira de Mello	João Bernardo de Andrades
01/11/1866	Emerencia	Albino da Silva Latta	Arrematou em praça pública
01/11/1866	Vicencia	Nicésio Ferreira de Mello	João Bernardes de Andrade

FONTE: Livro de Registros da Coletoria das Rendas provinciais da Vila de Santana do Paranaíba; receita de meia sisa de escravos, 1866. pp. 5-8. APMT.

Tabela 9

Recibos de compra e venda de cativos – Santana o Paranaíba – 1867

Data	Comprador	Vendedor	Escravo
02/03/1867	Joaquim Pereira da Silva	Jerônimo Emeliano de Queiroz	Tobias
03/03/1867	Pedro Rodrigues Brás	Manoel Alves Taveira e José Francisco	Mariana
04/03/1867	Jerônimo Emeliano de Queiroz	Pedro Rodrigues Froz	Mariana
19/03/1867	Joaquim Teixeira de Queiroz	Joaquim Alves de Medeiros	José e Norato
21/03/1867	José Joaquim de Moraes	Joaquim Teixeira de Queiroz	Jose
21/05/1867	Alves dos Santos	Joaquim Teixeira de Queiroz	Honorato
12/04/1867	José Joaquim de Moraes	José Ferreira de Moraes	Manoel
22/04/1867	Joaquim Teixeira de Queiroz	João Patrício de Oliveira	Pedro Crioulo
22/04/1867	Joaquim Teixeira de Queiroz	Casemiro Antonio de Paiva	Pedro Crioulo
03/06/1867	Albino da Silva Latta	Orphãos Oteni, Teófilo, José Garcia Leal	Gaspar
11/06/1867	Albino da Silva Latta	Moises Garcia Leal	Gaspar
14/06/1867	João da Cruz Resende	Anna Joaquina	Maria Mulata
14/06/1867	João da Cruz Resende	Belarmino Ribeiro de Oliveira	Maria Mulata
14/06/1867	João da Cruz Resende	Antonio Gomes Ribeiro	Maria Mulata
14/06/1867	Francisco Carvalhais da Silveira	Joaquim Antonio Rodrigues	Macário Crioulo
22/06/1867	Albino José da Silva Latta	José Pedro Garcia Leal	Gaspar
01/07/1867	Martins Gabriel de Melo Taques	Francisco de Carvalho	Antonio / Prudencia
02/07/1867	Leopoldino Itapura Nascimento	Martins Gabriel de Mello Taques	Luzia
04/07/1867	Januario Garcia Leal	Joaquim Alves de Medeiros	Severino Crioulo
05/07/1867	Martim Gabriel Mello Taques	Joaquim Alves de Medeiros	Belisária Crioula
19/10/1867	Joaquim Moraes da Costa	João da Cruz Resende	Maria
11/1867	Januário Jose de Souza	Quintiliano Gomes Pinheiro	Joana
	José Silvestre de Souza	Manoel Anselmo Vieira	Rosa
	Albino José da Silva Lata	Flaniri José Rodrigues de Queiroz	Manoel
12/1867	Diogo José de Souza	Francisco Brigagão	Luiza Crioula
12/1867	Carlos Bernardo Ferreira	Braz José Roiz	Maria
26/11/1867	José de Souza Lima	Raphael Ferreira de Mello	Alexandrina

FONTE: Livro de Registros da Coletoria das Rendas provincial da Vila de Santana do Paranaíba - para receita de meia sisa, das vendas, doações e arrematações de escravos, 1867. pp. 13 –22. APMT.

Analisando o anexo 62

A “Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação do Município de Santana do Paranaíba – 1874” (Anexo 62) traz uma lista de 142 trabalhadores escravizados, com várias informações como o nome, a cor, a idade, o estado civil, a profissão, a aptidão de trabalho, as pessoas da família, a moralidade, o nome do “senhor” e uma coluna para observações. Nesse relatório, não anotaram a origem africana. É uma lista de 65 homens e 77 mulheres. Quanto à idade, seis eram crianças entre seis e dez anos;

quatorze eram adolescentes (10%), sendo dez meninos e quatro meninas; vinte eram jovens entre 16 e 20 anos (20%), sendo 24 moças e cinco moços; 94 adultos (66%) entre homens e mulheres. Na lista, 54 cativos eram casados (27 casais), sendo o motivo de tantas crianças, adolescentes e jovens. Uma prole que sem dúvidas, aumentava o número de trabalhadores escravizados.

Possivelmente os cativos “selecionados” para serem libertos atendiam a exigência da Lei do Ventre Livre que dizia que a prioridade seria dada aos: “ [...] II - cônjuges que tiverem filhos nascidos livres em virtude da lei e menores de oito anos; III- cônjuges que tiverem filhos menores de 21 anos; IV – cônjuges com filhos menores escravos; V- mães com filhos menores escravos; VI – cônjuges sem filhos menores.”⁴²⁵

Quanto à profissão, 42% eram classificados como trabalhadores da “lavoura”, entre homens e mulheres, inclusive crianças; 40% eram classificadas como cozinheiras; 10% tinham a profissão de fiadeiras, inclusive duas meninas de dez anos; havia quatro costureiras e três tecedeiras. Dois eram campeiros sendo um adulto e um menino de nove anos.

Os *proprietários* somavam 58, sendo que 41 possuíam entre um e dois cativos; dezesseis possuíam de três a oito trabalhadores escravizados e um tinha nove. No entanto, a família Garcia Leal, seus parentes e descendentes, como um todo, possuíam 51 cativos, sendo a maioria adulta. É de se notar que havia onze casais com idade entre 18 e 61 anos, apenas uma criança, um adolescente e nove jovens, alguns dentre estes, já casados.

Essa classificação de cativos de Paranaíba para serem libertados não era uma lista exaustiva de todos os cativos do local. Nela, há um item sintomático: “a moralidade do escravo”. Dos 142 cativos classificados, 121 trazem a “moralidade positiva” (tem), enquanto em vinte foi registrado que “não tem”, não explicando em que consistia esse “não tem moralidade”. Em todo caso, uma “moralidade positiva” era certamente uma justificativa para receber a liberdade como um prêmio. O cativo “imoral” necessitava certamente permanecer sob o jugo *disciplinador* de seu *escravizador*.

A trabalhadora escravizada Victoria, cozinheira de 26 anos, solteira, cujo *escravizador* chamava-se Izaias Joaquim de Guimarães, traz na observação: “tem o vício de fugir”. Se o próprio proprietário a classificou como tendo o vício de fugir, significa que ela tinha tentado a fuga várias vezes, sem sucesso. Era uma cativa que não se conformava com a situação, embora exercesse o trabalho de cozinheira, que era motivo de prestígio aos olhos dos cativos de outras áreas de serviço.

⁴²⁵ Coleção de Leis do Brasil, referente ao período de 1850 a 1888. Rio de Janeiro: Nacional, p. 1059.

Os trabalhadores escravizados do padre Fleury

Hildebrando Campestrini registrou que, em 1836, o padre Francisco de Sales Souza Fleury chegou a Santana do Paranaíba, onde passou a ser o capelão.

O já citado livro *Como se de ventre livre nascido fosse*, publicado pela Fundação de Cultura Palmares, em 1994, traz inúmeros documentos (transcrição dos originais) sobre cartas de liberdade, compra e venda de cativos, hipotecas, procurações, notas, etc., das então vilas de Corumbá, Santana do Paranaíba, Miranda, Camapuã e Nioaque.⁴²⁶

Um desses documentos, registrado no livro de notas nº 3 do cartório de Santana do Paranaíba, assinala que, em 1865, 29 anos após sua chegada, o padre Francisco de Sales Souza Fleury libertou os cativos Angelo, de vinte anos, Romana de 18 anos, e Belmiro de 25 anos, todos filho de Joaquina, já há alguns anos liberta. No entanto, à exceção de Joaquina, os cativos teriam que o servir “somente até prefazer cada um a idade de trinta anos, findos os quais entrarão no gozo pleno de sua liberdade, como se nascessem de ventre livre”. Tal liberdade era condicionada: “[...] rogando-lhes todavia não desampararem a sua mãe, e aos seus irmãos até que se case ou fique emancipada a última irmã”.⁴²⁷

No mesmo ano, no único e raro registro localizado com título “Permutação de liberdade”, observa-se uma relação escravista/cativo, no mínimo surpreendente, onde o padre Francisco Sales de Souza Fleury, como já citamos, além de conceder liberdade à Joaquina, ainda o fez para toda a sua prole. No documento, sob a condição de a ex-cativa não prestar serviços a outros mas apenas a ele, Joaquina passaria a ser proprietária da chácara do padre. Além disso, Francisco Fleury pagaria salários retroativos a sete anos e a fez donatária dos bens do padre em caso de morte ou mudança. Isso graças aos “bons serviços que em todo o tempo me tem prestado e fiel companhia que tem feito [...]”.⁴²⁸

Liberdades condicionadas

O livro de Campestrini registra que, pela mediação do citado padre, vários trabalhadores escravizados conseguiram a liberdade, dentre eles, “40 da herança de José Garcia Leal e os de dona Maria Garcia Tosta 20”.⁴²⁹

⁴²⁶ PENTEADO. Yara. (Org.). *Como se de ventre livre nascido fosse...*. Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. (1838 a 1888). Campo Grande: Ministério da Cultura/Fundação de Cultural Palmares, 1994.

⁴²⁷ Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba, livro de notas 03, documento nº 2, 1865. pp. 119-20.

⁴²⁸ PENTEADO. *Como se [...]*. Ob. Cit. pp. 322-323. [Conferir o documento completo no Anexo 63].

⁴²⁹ CAMPESTRINI. *Santana do [...]*. Ob. Cit. p. 38

Como vimos, José Garcia Leal revogou as cartas de liberdade cedidas aos seus cativos. Quanto à Maria Tosta, não localizamos nenhum documento onde ela figurasse como proprietária de trabalhadores escravizados. Se formos considerar esses vinte trabalhadores escravizados, é provável então que os mesmos não foram registrados como tantos outros, inclusive os trabalhadores escravizados pelo padre Francisco de Souza Fleury, que apareceram nos documentos do cartório de Santana do Paranaíba, somente quando receberam a *liberdade*.

Assim, contabilizamos seus cativos na Tabela 10. Diante dessa tabela e tantas outras “cartas de liberdade” analisadas, podemos nos indagar: qual foi na realidade o número de trabalhadores escravizados no município de Santana do Paranaíba? E ainda, que tipo de liberdade foi concedida? Após vinte, trinta anos de trabalho forçado, qual o cativo que poderia usufruir sua liberdade? Claro, se sobrevivessem até uma idade avançada. Do ano da chegada do padre Fleury a Santana do Paranaíba até 1870 se passaram trinta e quatro anos, será que o trabalhador escravizado José Ganguila recebeu sua tardia liberdade?

Tabela 10

Relação de cativos relacionados em carta de liberdade concedida pelo padre Francisco Fleury.

Escravo	Data	Idade	Condição da liberdade
José Ganguila	30/08/1840	14	Somente após a morte do padre e da irmã Ana Maria de São José ou após tiver 34 anos
Ângelo	18/12/1865	20	Até que tenha 30 anos; e não desamparar a mãe Joaquina.
Romana	18/12/1865	18	Até que tenha 30 anos; e não desamparar a mãe Joaquina.
Belmiro	18/12/1865	25	Até que tenha 30 anos; e não desamparar a mãe Joaquina.
Benedito Pardo	12/08/1867	--	A partir daquela data continuar servindo o padre por mais sete 7 anos
Bonifácio e seus filhos: João, Maria, Elizio, Elias Ignácio (recém-nascido)	03/02/ 1870	--	A partir daquela data Bonifácio deveria continuar a servi-lo por mais 5 anos. Após esses, estaria livres ele, e seus filhos: Maria e Ignácio. E os outros três filhos, deveriam servi-lo por mais 10 anos.

FONTE: PENTEADO. (Org.). “*Como se* [...]”. Ob. Cit. pp. 241-267.

Santana do Paranaíba e sua crescente população livre e escravizada

Com relação a Santana do Paranaíba, o bispo diocesano, em 1862, mostrou-se bastante admirado com o crescimento da população que naquele ano eram duas mil pessoas: 1.400 livres e seiscentas escravizadas, representando a população cativa em 30%. O bispo relatou: “O que se pode afirmar por ser visível e incontestável é que a Villa de Sant'Anna do Paranyba, e a Povoação de Albuquerque, hoje mais conhecida pelo nome de Corumbá,

são os lugares da Província que nestes últimos anos mais têm crescido em população e comércio [...].”⁴³⁰

Já no censo oficial do Império, de 1872, dez anos depois e após a guerra contra o Paraguai, havia 3.234 habitantes, sendo 2.880 livres (89%) e 354 cativos (11%). Em 1876, no relatório apresentado pelo presidente de Mato Grosso, Ernesto da Fonseca, apontava um número um pouco maior de trabalhadores feitorizados, era 388 cativos em Santana do Paranaíba.⁴³¹ Há de recordarmos que muitos cativos não eram registrados, podendo esse total ainda ser maior. Nesses números, o que chama mais a atenção é a diminuição de quase a metade dos cativos entre o antes e o depois da Guerra do Paraguai. Podemos afirmar que o número de escravizados diminuiu durante a Guerra e passou a aumentar no pós-guerra.

A última relação de dados foi feita em 1883. A Coletoria de Rendas da Vila de Santana do Paranaíba apresentou os dados que a seguir relaciono na Tabela 11. A relação apresentou nada menos que um total de 413 trabalhadores escravizados.

⁴³⁰ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial de Mato Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Mato Grosso, 1864. pp. 33-4.

⁴³¹ Relatório apresentado pelo presidente de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, abriu a sessão da Assembléia Legislativa provincial no dia 3 de maio de 1876. In. ASSIS.. *Contribuição para o* [...]. Ob. Cit. p. 49.

Tabela 11

“Mapa da população escravizada do município da Vila de Santana do Paranaíba, Província de Mato Grosso. Compreendendo os fatos ocorridos até 30 de junho de 1882, organizado de conformidade com o Juízo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 28 de abril do mesmo ano”.

Matriculados até o encerramento da matrícula: 407	
Entraram:	33
Saíram:	40
Faleceram:	31
Manutenidos	
A título oneroso:	10
A título gratuito:	24
Existentes	
Homens:	174
Mulheres:	161
TOTAL	335
OBSERVAÇÕES: “Pela escrituração do livro são 413 os números das matrículas geral dos escravos; achando-se porém, em branco ou sem nome de escravo algum, a linha pertencente ao nº 21 da mesma matrícula e verificando-se mais, que cinco dos escravos foram duplamente matriculados; tive de omiti-los na confecção deste mapa: no número dos escravos mantenidos estão compreendidos três que foram pelo Fundo de Emancipação, sendo um homem e duas mulheres. Nota-se que na escrituração da matrícula dos escravos e nas respectivas averbações que se deram nos primeiros anos deste trabalho, houve falta de ordem e regularidade e muitas omissões, sendo certo que alguns senhores de escravos têm deixado de cumprir as obrigações que lhes impôs a Lei de apresentar as necessárias declarações para as averbações dos escravos. Vai até mapa tardio pela demora do correio da capital, por quanto só a 31 do passado é que chegaram a esta vila as malas daí expedidas em agosto, setembro e outubro últimos, o que prova que estiveram retardadas em Corumbá e São José de Herculânea por onde passam, pelas quais foi que recebi os officios do Illm ^o Inspector da Tesouraria de Fazenda de 3 a 19 de julho pp exigindo este e outros mapas com toda urgência. Coletoria das Rendas da Vila de Sant’Anna do Paranyha, 22 de janeiro de 1883. O Coletor: J. A. Sauns Flenz – O escrivão: José Joaquim Ramos Costa”.	

FONTE: Relatório da Coletoria das Rendas da Vila de Sant’ Anna do Paranyha, 22 de janeiro de 1883. lata: 1882-A. APMT.

Cativos dos Presídios de Miranda e Nioaque

Em 1797, foi fundado o Presídio Militar de Miranda, por ordem de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que lhe deu o nome. Inicialmente, foi criado como um destacamento de defesa da região. Em 1835, o povoado foi elevado à freguesia e em 1857, à condição de Vila de Miranda. Visando a proteção da vila, o governo imperial determinou, anos depois, a fundação da Colônia Militar de Miranda. A comarca foi instalada em sete de maio de 1878, após a guerra contra o Paraguai (1865-1870), ficando incorporada a Corumbá.

Mas, 21 anos antes da fundação do presídio, por volta de 1776, João Leme do Prado, com irmãos e filhos, já haviam se instalado às margens do rio Miranda, no morro do Azeite. Inclusive seria ele o responsável pela localização do espaço onde foi construído o presídio de Miranda, próximo ao rio Mondego (atual rio Miranda), onde iniciou a povoação e futuramente ergueu o presídio.

Conforme já citamos, na década de 1830, existiam moradores nas regiões de Miranda, Forte Coimbra, Albuquerque, Corumbá, fazenda Camapuã, regiões do Piquiri e em Santana do Paranaíba.

Em 1834, o major João José Gomes, comandante do forte de Miranda, fundou a fazenda Forquilha. Próximo ao forte de Miranda, em 1836, se estabeleceu Salvador Luiz dos Santos. Antônio Gonçalves Barbosa juntamente com seu genro Gabriel Francisco Lopes, apossaram-se de áreas entre os atuais rios Vacaria e Brilhante, fundando aí, em 1839, a fazenda Boa Vista, posteriormente chamada Passatempo. O irmão de Gabriel, José Francisco Lopes, o futuro Guia Lopes, fixou residência à margem direita do rio Miranda.

Gabriel Francisco Lopes e sua esposa Senhorinha, saindo da fazenda Passatempo em busca de novas terras, em 1847, fundaram a fazenda Apa, junto ao ribeirão Munjolo. Desde 1833, José Alves Ribeiro já possuía a fazenda Potreiro, onde se estabeleceu Antônio Alves Ribeiro. Da mesma família, o major João Alves Ribeiro e Generoso Alves Ribeiro fundaram a fazenda Taboco.⁴³²

De acordo com Luiz Alfredo Marques Magalhães, em *Mato Grosso do Sul: Fazendas*, a extensão da fazenda Taboco beirava quatrocentos mil hectares. Era conhecida como uma próspera fazenda de gado, que também foi invadida pelos paraguaios, entre tantas outras. No entanto, o autor expressando opinião de um descendente dos “Alves Ribeiro”, explicou que “foi como se a Taboco houvesse doado mais gado às tropas brasileiras do que propriamente tivesse sido saqueada pelos paraguaios”.⁴³³ Tamanha fazenda requeria diversos trabalhadores para o desenvolvimento dos trabalhos e com certeza muitos teriam sido os cativos e não apenas um conforme relacionado em 1884, na Tabela 13, a trabalhadora escravizada Felícia, 28 anos, lavadeira e cozinheira.

Nioaque

Alguns autores da história sul mato-grossense são de acordo de que a vila de Nioaque teve sua origem ligada ao sertanista Joaquim Francisco Lopes (irmão do Guia Lopes). Por volta de 1844, Joaquim Francisco Lopes teria recebido a incumbência do barão de Antonina, João da Silva Machado, senador do Império, de encontrar terras férteis e produtivas na região sul de Mato Grosso, principalmente na zona conhecida por Campos de

⁴³² ESSELIN. “A pecuária [...] Ob. Cit. pp. 87-166; CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: TJMS, 1991. p. 37.

⁴³³ MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. *Mato Grosso do sul: Fazendas, uma memória fotográfica*. 2 ed. Campo Grande: FIC-MS, 2003. p. 67.

Vacaria e Matas de Dourados, para que ele, barão, pudesse requerê-las como sua propriedade. E a “fazenda Capão Bonito localizava-se justamente ao longo da descida da Serra de Maracajú, em solos unanimemente considerados de excepcional fertilidade”.⁴³⁴ Além desta fazenda, segundo Campestrini e Guimarães, “ao final, o barão tinha em mãos a documentação para requerer as extensas glebas de terras e juntá-las às que possuía no Paraná [...]. A viagem e os *negócios* do barão provocaram a descoberta do varadouro ligando o rio Brilhante ao rio Urumbeva, afluente do Nioaque, por onde Joaquim Francisco passou para alcançar a vila de Miranda”.⁴³⁵

O pesquisador Luiz Alfredo Marques Guimarães escreveu sobre algumas fazendas surgidas no século 19, na região de Nioaque. Dentre informações diversas, citou que a Fazenda Conceição, inicialmente denominada de Espinídeo, teria sido adquirida pelo capitão José de Arruda Fialho por volta de 1840. Essa fazenda, localizada no atual município de Nioaque, possuía a área de 35.355 hectares. De acordo com Luiz Alfredo, após o falecimento de José Arruda Fialho, a herança ficou para Zózimo de Arruda Fialho. Como possuía trabalhadores escravizados, “a escravidão deixou marcas nos costumes e hábitos da região, como, na forma de alisar a palha de milho com caramujos, quebrando seus vincos, ‘pra mode’ fazer cigarro crioulo”. Segundo Luiz Alfredo: “Esta técnica foi consolidada por dona Josefa, esposa do praieiro Tiago, um dos últimos escravos remanescentes da época do Império e que só foi falecer lá pela metade do século passado”.⁴³⁶

Uma outra citação de Luiz Alfredo Guimarães é sobre a atual Fazenda Santa Cruz, conhecida no século 19 pelo nome de Cutape, de propriedade do então coronel Chá, alcunha do cuiabano Estevão Alves Corrêa (que figura como escravizador na Tabela 14). Segundo o mesmo autor, Estevão Alves Corrêa, e/ou seus descendentes, também possuíram outras áreas de terras na região de Nioaque e Nhecolândia. Por exemplo, a Fazenda Miranda Estância (em Miranda), “suas terras pertenceram inicialmente aos Alves Corrêa (da família do coronel Chá) e aos Rebuá [...]”.⁴³⁷

Uma informação que me parece inédita, embora sem maiores detalhes do autor, indica que Estevão Alves Corrêa possuía muitos trabalhadores escravizados. Luiz Alfredo Guimarães escreveu: “[...] a propriedade que remonta à época da escravidão, possui um documento autêntico daquele período, dando conta da existência de 100 escravos [...]”.⁴³⁸ É

⁴³⁴ Id., ib., p. 88; CAMPESTRINI; GUIMARÃES. *História de Mato [...]*. Ob. Cit. p. 41.

⁴³⁵ CAMPESTRINI; GUIMARÃES. *História de Mato [...]*. Ob. Cit. pp. 41-3.

⁴³⁶ MAGALHÃES. *Mato Grosso do Sul [...]*. Ob. Cit. pp. 58-9.

⁴³⁷ Id., ib., p. 61.

⁴³⁸ Id., ib., p. 76.

provável que o autor, ao percorrer várias fazendas no sul de Mato Grosso, registrando sobretudo aspectos físicos das mesmas através das fotografias que foi o objeto inicial de seu trabalho, tenha ouvido muitas outras informações verbais e verificado documentos particulares das fazendas por onde passou, documentos esses que infelizmente, para nós historiadores, são freqüentemente de difícil acesso.

Quero salientar que, ao citar os nomes dos “pioneiros” ou fazendeiros do período escravista, minha intenção é sempre registrar que eles ou seus descendentes foram escravocratas. Infelizmente, há pesquisadores no sul de Mato Grosso que acreditam que, nessa região, não existiu a escravidão ou, onde existiu, os cativos seriam tratados como *agregados*. Não tive acesso a nenhum documento que comprovasse tal dedução.

Os dados relacionados na Tabela 12 são do único documento (localizado) sobre o trabalho servil em Nioaque. De forma geral, os documentos que citam ou mencionam os trabalhadores escravizados foram difíceis de serem localizados. Quando isso aconteceu, muitos estavam completamente ilegíveis, quebradiços ou corroídos por cupins. De forma especial, os documentos sobre o trabalho cativo em Nioaque ainda estão para serem localizados.

Na Tabela 12, aparece algo diferente. O cativo que recebeu a liberdade em 1883 teve seu nome completo transcrito, Sebastião Moreira da Costa, 28 anos. Ele recebeu a liberdade condicional, isto é, tinha que prestar serviços por mais cinco anos. Nos dois anos, 1883-4, quatro cativos foram vendidos/comprados. Se em dois anos, quatro cativos foram vendidos/comprados, são indicativos de que a comercialização aconteceu antes e depois dessas datas, mas não encontramos documentos que a registrasse.

Tabela 12

Carta de liberdade, compra e venda de cativos – 1883-1885 – Nioaque.

Data	Escravo	Idade	Proprietário	Condição de liberdade
22/09/1883	Sebastião Moreira da Costa	28	Felisberto Loureiro de Figueiredo	A partir da data, prestar mais 5 anos de serviços
Compra e vendas				
Data	Vendedor	Comprador	Escravo	
03/04/1883	Izaias Joaquim Guimarães	Prudêncio José Martins	Alexandre	
05/11/1883	Francisco Cluferrino (autorizado a vender a cativa)	Augusto Nunes Ferraz	Mariana	
18/08/1884	José Alves Terra	Gustavo Adolpho Ferreira Machado	Jeronima	
05/09/1884	Mizael Alves Terra	Alexandre de Arruada Fialho	Anna	

FONTE: PENTEADO. (Org.). “*Como se de [...]*. Ob. Cit. pp. 181-88.

A dança dos números

Em 1862, Miranda tinha uma população de 720 pessoas livres e cem cativos.⁴³⁹ De acordo com o já mencionado censo de 1872, no pós-guerra, o município de Miranda possuía 3.852 habitantes, dentre estes, 3.710 livres (96,3%) e 142 escravizados (3,7%). Diante desses dados, podemos observar que, em dez anos, a população de Miranda cresceu 450%, enquanto os cativos aumentaram em 40%.

Especialmente em Miranda, os “pioneiros” que ali se afazendaram, além da expropriação das terras, houve com maior intensidade, a escravização dos nativos. Para o historiador Paulo Esselin: “Com isso, a população indígena foi se dispersando pelas fazendas da região, na condição de vaqueiros e agricultores”.⁴⁴⁰

O historiador cuiabano Edvaldo de Assis explicou que, 1876 foi o ano em que se pagava o mais alto preço por um trabalhador feitorizado na Província de Mato Grosso, possivelmente por causa do crescimento do preço no Centro-Sul.⁴⁴¹ De acordo com a historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo, um cativo de 17 a 25 anos valia entre 1.300 a 1.100\$000.⁴⁴² Mesmo assim, no mesmo ano de 1876, o relatório do presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca, apresentou o maior número de cativos observados nos documentos de Miranda: 207 trabalhadores escravizados, uma diferença de 65 trabalhadores feitorizados, entre o censo de 1872 e este relatório de 1874.⁴⁴³

Paulo Esselin defendeu em sua tese “A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense” que, mesmo sendo muito difíceis os anos pós-guerra com o Paraguai, houve um expressivo crescimento populacional.⁴⁴⁴ Como vimos, esse crescimento se deu inclusive com os cativos.

⁴³⁹ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial de Mato Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Mato Grosso, 1864. pp. 33-4.

⁴⁴⁰ ESSELIN. “A pecuária [...]”. Ob. Cit. p. 232.

⁴⁴¹ ASSIS. *Contribuição para [...]*. Ob. Cit. p. 49.

⁴⁴² ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre* (1850-1888). Brasília: MFDD, 1983. p. 47.

⁴⁴³ Relatório apresentado pelo presidente de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, abriu a sessão da Assembléia Legislativa provincial no dia 3 de maio de 1876. In. ASSIS. *Contribuição para o [...]*. Ob. Cit. p.49.

⁴⁴⁴ ESSELIN. “A pecuária [...]”. Ob. Cit. p. 230.

Compra e venda de cativos em Miranda

A Tabela 13 traz uma lista de compra e venda de cativos na Vila de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, entre os anos 1878 e 1884. Em um período de seis anos, houve 26 transações de compra e venda de cativos, sendo de cinco homens, doze mulheres e cinco crianças. Alguns trabalhadores escravizados foram vendidos e comprados mais de uma vez. Uma criança cativa, Felisberto de 9 anos, filho da cativa Victorina, que não aparece em nenhuma lista anterior, foi vendida por Anna da Conceição Almeida e comprada por Antônio Ignácio da Trindade, em setembro de 1879 e, dois meses depois, em dezembro, foi vendida por Antônio e comprada por João Caetano Teixeira Muzi. Também a trabalhadora Florinda, 33 anos, natural de Goiás, foi vendida com sua filha de 10 anos, para Virgílio Alves Correa em 1879. No ano seguinte, este as vendeu para Antônio Xavier Castelo. A família Alves Correa é a que mais aparece, com cinco compras e duas vendas de trabalhadores escravizados.

Essa Tabela 13 traz a origem de vários cativos: sete eram nascidos na própria Miranda, seis eram de Minas Gerais, um de Goiás e um de Cuiabá; onze tinham a origem em branco. Quanto aos ofícios, três eram lavradores, dez domésticas, uma lavadeira e um pedreiro, o cativo Raphael de 45 anos, viúvo. Vale ressaltar que mesmo não sendo preenchidos alguns desses dados na Tabela 13, sobre Miranda, é um documento importante, porque é o único encontrado que registrou informações sobre a procedência do cativo no item “origem”.

Tabela 13

Compra e venda de cativos na Vila de Nossa Senhora do Carmo de Miranda – 1878 –1884.

Data	Comprador	Vendedor	Escravo	Idade	Estado	Ofício	Origem
05/08/1878	José Francisco Fialho	Daniel Benício de Toledo	Vivencia	20	---	----	----
04/09/1878	Maria das Dores Duarte	Francisco Alves Correa	Francisca	37	----	----	----
08/02/1879	Virgilio Alves Correa	Francisco Eugenio Moreira Serra	Florinda	----	----	----	----
23/07/1879	Maria da Conceição e Sousa	José Martins de Sá	Mariana	28	----	----	----
			Virgino	10			
26/07/1879	Francisco Alves Correa e Virgilio (proprietários)	Francisco da Silva Rondão (autorizado a vender os cativos)	Ezaquiel	27	solteiro	pajem	Miranda
			Antonio de Mello	31	solteiro	lavrador	Minas Gerais
			Geronymo	35	solteiro	lavrador	Minas Gerais
			Manoel Tasso	34	solteiro	lavrador	Minas Gerais
26/09/1879	João Baptista de Camargo	Anna da Conceição de Almeida	José	7	----	pajem	----
27/09/1879	João de Moraes Ribeiro	Anna da Conceição de Almeida	Raphael	45	Viúvo	pedreiro	----
27/09/1879	Antonio Ignácio da Trindade	Anna da Conceição Almeida	Felisberto	9	----	pajem	----
08/11/1879	João Rodrigues de Sampaio	Antonia Ribeiro de Oliveira	Mariana	21	solteira	doméstica	Minas Gerais
09/12/1879	João Caetano Teixeira Muzi	Antonio Ignácio da Trindade	Felisberto (filho da cativa Victorina)	9	solteiro	pajem	Miranda
19/04/1880	José Alexandre de Macedo Fialho	Maria Alves da Conceição Farias	Joaquina	40	solteira	doméstica	Miranda
16/09/1880	Joaquim da Silva Albuquerque	Luiz Generoso da Silva Albuquerque	Jacintha	31	solteira	doméstico	----
14/12/1880	Antonio Xavier Castelo	Virgilio Alves Correa	Florinda – mãe de Antonia	33	solteira	doméstica	Goiás
				10	solteira	doméstica	Miranda
12/02/1881	Antonio Maria de Moraes	Lucio Candido de Oliveira	Maria	26	solteira	doméstica	Miranda
30/04/1881	João de Moraes Ribeiro	José Garcia Diniz	Maria	36	solteira	doméstica	Miranda
17/10/1881	Augusto Nunes Ferraz (proprietário)	Daniel Benicio de Toledo (autorizado a vender as cativas)	Mariana	----	----	----	----
			Christina				
18/10/1881	Necandro Saravi (proprietário)	Luiz Costa Leite Falcão (autorizado a vender a cativa)	Marana	31	solteira	doméstica	Miranda
01/09/1881	João Rodrigues Gularte	José Lauriano de Vasconcellos	Josepha	17	solteira	doméstica	Cuiabá
02/08/1882	Luiz Costa Leite Falcão (proprietário)	João Augusto Costa Leite (autorizado a vender a cativa)	Lauriana	22	solteira	doméstico	Minas Gerais
23/02/1884	José Alves Ribeiro	Salvador Manoel da Silva	Felicia	28	Concubina solteira	Lavadeira cozinheira	----
26/11/1884	Francisco Pereira Martins	Honostório José Martins	Prudenciana	14	----	----	Minas Gerais

FONTE: PENTEADO. (Org.). “Como se de [...]”. Ob. Cit. pp. 113-17.

Analisando a Tabela 14

A Tabela 14 revela uma relação dos cativos que receberam *carta de liberdade* em Miranda, entre os anos 1878 e 1885. Foram 26 trabalhadores escravizados que receberam a *liberdade* nesses sete anos, sendo dez homens, oito mulheres e oito crianças. Não faz nenhuma referência à idade das crianças e, portanto, não se sabe se nasceram antes ou depois de 1871, ano da promulgação da Lei do Ventre Livre.

Há diversas informações importantes. A cativa Antônia de 60 anos, uma idade bastante avançada para quem teve a vida escravizada, recebeu a carta de liberdade em 1879, mas devia ainda prestar serviços por mais seis anos! Outros cinco receberam a *liberdade* e deviam continuar prestando serviços, uns por sete anos, outros por seis, ainda outros por cinco ou quatro anos. Possivelmente, alguns deles morreram antes de serem libertados.

Mas quatro trabalhadores escravizados receberam a liberdade imediatamente, sem nenhum dia de prestação de serviços a mais. Dentre esses, estava a cativa Dorothea que recebeu a liberdade imediata com suas oito filhas.

Dois cativos receberam a liberdade por disposição testamentária: Cesinando, com 28 anos, em 1879, e Messias, em 1884; Miguel Africano, 50 anos, recebeu a *liberdade* de Antônio Xavier Castelo, em 1880, e traz a curiosa anotação: “a partir da data, prestará serviços por mais 4 anos” (era casado com outra cativa do mesmo *dono*, de nome Florência). Esta Florência não consta em nenhuma outra lista e pelo que consta aqui, o marido recebeu a *liberdade* e ela não.

Merece atenção o fato de todos os cativos relacionados a serem libertados, tanto na Tabela 15, como na Tabela 14, não aparecerem seus nomes em nenhum documento anterior. Esses registros apareceram somente na data da *liberdade* civil.

Nos registros tanto das Juntas de Classificação, como nos documentos dos cartórios, os relatórios e mapas relacionando trabalhadores escravizados, não são uniformes quanto aos dados solicitados. Como vimos nas tabelas e anexos, há muitos dados que não foram preenchidos (idade, cor, estado, aptidão para o trabalho, profissão, etc).

Tabela 14

Relação dos cativos que receberam “carta de liberdade” na Vila de Nossa Senhora do Carmo de Miranda – 1878-1885.

Data	Dono	Escravo	Idade	Estado	Cor	Condições da liberdade
07/09/1878	Miguel José de Souza	Candido	22	-	-	A partir da data, prestar serviços por mais 7 anos.
08/03/1879	Joaquim de Souza Moreira (herança)	Cesinando	28	-	-	Liberto a partir da data, por disposições testamentárias
23/05/1879	Bento de Arruda Pinto	Antonia (mãe de)	60	-	-	A partir da data, prestar serviços por mais 6 anos
		Maria	30	-	-	A partir da data, prestar serviços por mais 6 anos
27/08/1879	Benedito de Sousa Panavarró	Dorothea Jacintha e 8 filhas	-	-	-	Libertas a partir da data.
01/10/1880	Antonio Xavier Castelo	Miguel Africano	50	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 4 anos (é casado com outra cativa do mesmo dono, de nome Florência)
11/11/1880	Ignácio Gonçalves Barboza	Adão	23	solteiro	preta	Liberto a partir da data.
09/09/1882	Izaías José de Sousa	Quirino	22	solteiro	preta	A partir da data, prestará serviços por mais 7 anos
01/06/1884	Estevão Alves Correa e d. Malvina Alves Correa	João Gaspar	-	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 5 anos
16/11/1884	d. Luiza Gonçalves Ribeiro Vasconcellos	Messias (escrava)	-	-	-	Liberta a partir da data, por disposições testamentárias
27/11/1884	João de Almeida Castro e Maria das Dores Alves Castro	Theodora	-	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 4 anos
30/12/1884	Francisco Alves Correa e Delfina Carolina de Almeida Correa	Manoel Ferreira	-	-	-	Liberto a partir da data.
01/01/1885	Moyses Augusto de Albuquerque	José	-	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 6 anos
01/01/1885	Moyses Augusto de Albuquerque	Theodora	-	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 5 anos.
01/01/1885	João Augusto da Costa Leite	Rita	-	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 7 anos
03/01/1885	José Joaquim Alves Terra	Paulo	-	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 7 anos
17/02/1885	Antonio Xavier Castelo e d. Felomena Lídia Alves Castelo	Sebastião	-	-	-	A partir da data, prestará serviços por mais 7 anos.
22/03/1885	João Augusto da Costa Leite	Antonia	-	-	-	Liberta a partir da data.

FONTE: PENTEADO. (Org.). “Como se de [...]”. Ob. Cit. pp. 113-17.

Dados da “Junta Classificadora de Escravos de Miranda”

A Tabela 15 possui uma relação com apenas sete cativos. Apresenta alguns dados novos. Dois cativos, Jenuíno, com 40 anos, e Silvério, com 32, ambos lavradores, eram casados com mulheres livres, não se sabendo se tinham sido cativas previamente. Duas trabalhadoras escravizadas solteiras, Felícia, com 45 anos e Joana, com 30 anos, ambas costureiras, tinham cada uma um filho livre, certamente, devido à Lei do Ventre Livre.

Tabela 15

Relação dos cativos que a “Junta Classificadora de Escravos da Comarca de Miranda julgou com direito a serem libertos – 1885”.

Class	Escravo	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão p/ o trabalho	Nome do senhor	Observações
1	Jenuino	preto	40	casado	lavrador	-----	Marculina Alves de Resende	Casado com uma mulher livre
2	Silvério	pardo	32	casado	lavrador	-----	Manoel Marculino de Resende	Casado com uma mulher livre
3	Maria	preta	42	solteira	cozinheira	boa	Laurinda Garcia Leal	-----
4	Gabriel	preto	20	solteiro	lavrador	boa	Laurinda Garcia Leal	-----
5	Gregória	preta	16	solteira	lavradora	boa	Laurinda Garcia Leal	-----
6	Felícia	preta	45	solteira	costureira	boa	Ladislau Alarcinue de Oliveira Campos	Tem 1 filho livre
7	Joana	preta	30	solteira	costureira	boa	Ladislau Alarcinue de Oliveira Campos	Tem 1 filho livre

FONTE: Relatório da Junta de Classificação de Escravos de Miranda, 16 de julho de 1885. Lata: 1985-E. APMT.

Como vimos, em 1862, havia cem cativos em Miranda e fazendas na região. Dez anos mais tarde, em 1872, o censo pós-guerra, apontou 142. Em 1876, o relatório da Província enumerou 207 trabalhadores escravizados. A Relação de cativos da Junta classificadora de Miranda apresentou, em 1885, apenas sete cativos para serem libertados. Isso mostra no geral que Miranda nunca teve um grande contingente de trabalhadores escravizados, pela razão simples de que ali se encontrava em abundância outra fonte de mão-de-obra, os nativos.

Cativos na fazenda Camapuã

A fazenda Camapuã é uma das regiões mais descritas pelos bandeirantes, monçoeiros, viajantes, comerciantes, etc., do sul de Mato Grosso. Autores contam que, desde 1593, jesuítas espanhóis, procedentes de Guaíra, subiram os rios Paraná e Pardo e se estabeleceram, com uma Redução, à margem esquerda do Ribeirão Camapuã, a três quilômetros da atual cidade. Por volta de 1630, bandeirantes paulistas destruíram a Redução.

Posteriormente, Camapuã tornou-se um local de pouso daqueles que demandavam às minas de ouro de Cuiabá. De acordo com a historiografia sul mato-grossense, em 1719, quatro irmãos, João, Lourenço, Antão e Domingos Lemes, vindos da região de Itu, em São Paulo, foram os primeiros que teriam chegado em Camapuã. João e Lourenço seguiram para as minas cuiabanas e Antão e Domingos teriam ficado na região. Fizeram roças no local e por ali permaneceram. Seguidamente procurados por viajantes, foram vendendo, pouco a pouco, as suas “colheitas”. Os bandeirantes, os monçoeiros e demais aventureiros desciam o rio Tietê e chegavam à fazenda através do rio Pardo. Ali repousavam e se abasteciam de alimentos produzidos nas férteis terras da fazenda Camapuã. Dali prosseguiram a longa viagem através de vários rios que os conduziam até o rio Cuiabá.

Para Terezinha Lima Tolentino em *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*, o movimento era intenso no varadouro de Camapuã que, por um século, serviu de rota para aqueles que transitavam pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Sanguessuga para alcançarem os rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá.⁴⁴⁵

De acordo com Acyr Vaz Guimarães e João Batista de Souza, em 1726, o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, em sua visita às minas de ouro de Cuiabá, concedeu ao capitão Luiz Rodrigues Vilares sesmaria das terras dessa fazenda.⁴⁴⁶

Em 1751, o capitão Antônio Rolim de Moura, em viagem à Cuiabá para tomar posse como o primeiro capitão general da Capitania de Mato Grosso, esteve na fazenda Camapuã e, dentre várias outras informações, escreveu que ali se compravam alimentos, havia mais de seiscentas cabeças de gado, existia o serviço de carregações das canoas por cativos, e tudo

⁴⁴⁵ TOLENTINO, Terezinha Lima. *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: FESPUSP, 1986. p. 55; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*. Campo Grande: EdUCDB, 1999. p. 27; SOUZA, João Batista de. *Evolução histórica sul Mato Grosso*. São Paulo: Simões, (s.d.), p. 108.

⁴⁴⁶ GUIMARÃES. *Mato Grosso* [...]. Ob. cit p. 28; SOUZA. *Evolução* [...]. Ob. cit. p. 108.

isso, segundo ele, dava muito lucro aos sócios. Acrescentou ainda que “por conveniência, vive ali algum dos sócios, com seus camaradas brancos e bastante pretos [...]”.⁴⁴⁷

Cessada a febre do ouro e com a abertura da ligação terrestre entre Cuiabá e Goiás que, colocava a Capitania em contato com o Rio de Janeiro e São Paulo, e da navegação Guaporé-Madeira, que ligava ao Pará, a localidade caiu em completo abandono, sendo aquele caminho abandonado pelos comerciantes.⁴⁴⁸

Entre os anos de 1825 e 1829, o viajante francês, Hércules Florence, em visita ao Brasil, também esteve na fazenda Camapuã, confirmando ainda a sua existência. Escreveu que aquela fazenda pertencia a uma sociedade que tinha sua sede em São Paulo e que estava em estado de decadência desde que a navegação dos rios foi sendo abandonada pelos negociantes, “conta perto de 300 habitantes, dos quais é a terça parte escravatura dos sócios. Aí se fabricam grosseiros tecidos de algodão para uso dos moradores e para remessas que em Miranda são trocadas por cabeças de gado vacum e cavalar”.⁴⁴⁹

Já em 1867, quando o visconde Alfredo de Taunay passou por ali em direção a Santana do Paranaíba, encontrou apenas os trabalhadores escravizados vivendo pobremente. O visconde de Taunay escreveu que rapidamente haviam varado as três léguas que separavam o Sanguessuga das ruínas de Camapuã e, ao meio-dia, avistaram os *restos* “imponentes daquela importante fazenda, sede outrora de muito movimento, de todo o que se dava por aqueles sertões”. Observou os vestígios da grande casa de sobrado e de uma “igreja não pequena; taperas rodeadas de matagais, no meio dos quais surgem laranjeiras e árvores frutíferas, que procuram resistir à invasão do mato e ainda ostentam frutos, como que atraindo o homem, cujo auxílio em vão esperam”.⁴⁵⁰

De acordo com Alfredo de Taunay, os carros-de-bois que trabalhavam na penosa varação até o ribeirão Camapuã, dos gêneros e canoas que os comerciantes transportavam pelos rios Coxim e Taquari, com destino a Cuiabá, mantiveram-se mais ou menos florescentes até os princípios do século 19, “existindo ainda escravatura numerosa às ordens do último administrador [da fazenda Camapuã], Arruda Botelho, depois de cujo falecimento ficou o lugar abandonado ou tão somente habitado por negros e mulatos livres, ou libertados pelo fato de não aparecerem herdeiros de seus possuidores. Estes mesmos indolentes [sic]

⁴⁴⁷ TAUNAY, Afonso de. E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1953. p. 191.

⁴⁴⁸ ESSELIN. “A pecuária [...]”. Ob. Cit. p. 152.

⁴⁴⁹ FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825-1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 49.

⁴⁵⁰ TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948. pp. 88-9.

habitantes hoje estão quase todos reunidos a uma légua e três quartos de distância, no lugar chamado Corredor [...]”.⁴⁵¹

Após essas observações do Visconde de Taunay, naquele século, voltamos a ter acesso a informações sobre a fazenda Camapuã em 1872, quando por ordem do Juiz dos Ausentes de Mato Grosso, todos os trabalhadores escravizados da extinta fazenda Camapuã, estavam *livres* e deveriam ser “recolhidos” por serem considerados “vagos”.

Relaciono na Tabela 16 esses cativos e com quem estavam. Pelo documento, observa-se que os trabalhadores feitorizados estavam em posse de dezenove escravizados.⁴⁵² Nota-se de imediato que o documento não traz o termo “proprietário”, mas “em posse de”, significando que não eram reconhecidos como proprietários, mas que tinham se apossado de tais cativos, inclusive vários desses *possuidores* de trabalhadores feitorizados, já figuram como escravocratas na lista de Miranda.

A observação no final dessa tabela relaciona nominalmente mais seis cativos não incluídos na lista e mais 32, entre falecidos, libertos ou “arrematados”. E ainda declara outros livres, por estarem dispersos. Somando todos os números, eram 75 trabalhadores escravizados em 1872 na fazenda de Camapuã, sem contar os falecidos, libertos, arrematados ou dispersos.

⁴⁵¹Id. Ib.

⁴⁵² Edital do procurador Fiscal de Cuiabá – Antônio Gonçalves de Carvalho, 23 de agosto de 1872. Lata 1872-C. APMT.

Tabela 16

Trabalhadores escravizados na fazenda Camapuã

Classificação	Escravo	Em poder de	
1.	Victória	capitão Alexandre Monteiro	
2.	Anna Creoula	Candida de Vianna Pinto	
3.	Amaro	major. Antônio Bernardo d' Oliveira	
4.	Ventura		
5.	Manoel		
6.	Izidoro		
7.	Josefa		
8.	Marcelina		
9.	Maria Vicencia		
10.	Henrique		
11.	Antônio		
12.	Felipe Caboré		José Correa de Mello
13.	Ignez Creoula		José Antônio Murtinho
14.	Maria Cabra	Padre Antônio da Costa Vianna	
15.	Amancio	João Baptista Soares	
16.	Maria do Rozário	João Rodrigues	
17.	Anna Caboré	Francisco d' Almeida	
18.	João	Francisco Gomes da Silva	
19.	Maria das Dores	Jacinto da Silva Nogueira	
20.	Silvéria	Maria Joaquina de Faria	
21.	Jacinto	Felipe Marques de Fontes	
22.	Thereza		
23.	Maria Clara		
24.	Clarinda		
25.	Margarida	Joaquim de Almeida Souza	
26.	Francisco Caboré	coronel Severo José de Souza Lima	
27.	Izidora	Maria Gertrudes de Vasconcelos Ribeiro	
28.	Juliana		
29.	Martha		
30.	Emília		
31.	Anna	Maria Alves Ribeiro	
32.	Antônia		
33.	José Cabra	José Paes de Barros	
34.	Manoel		
35.	Prudêncio		
36.	Emanoel Cabra		
37.	Joaquim Creoulo	Izabel de Arruda e Moraes	

Observações: “E mais os seguintes escravos embora não tivessem sido efetivamente arrecadados pelo Juízo de Auzentes, foram entretanto, excluídos da herança do capitão Antunes da Cunha e d. Maria Alves Ribeiro, em consequência de provimento em correção do doutor Juiz de Direito desta Comarca e sentença do juízo confiam, visto serem da Fazenda Camapuã: Manoel Testa, Manoel Cabeça, José de Santa Anna, Rezaura e Manoel com uma filha. Ficam nesta sentença incluídas os descendentes das mesmas escravas cujos nomes não tivessem sido mencionados por não existirem nesses autos, tendo sido excluídas dela tão somente os escravos falecidos, libertos, ou legalmente arrematados em número de trinta e dois. Achando-se dispersos e alguns mesmo em lugares incertos, esta sentença os proclama livres [...]”

FONTE: Edital do procurador Fiscal de Cuiabá – Antônio Gonçalves de Carvalho, 23 de agosto de 1872. Lata 1872. APMT.

Para melhor compreender como a história dos trabalhadores escravizados na fazenda Camapuã chegou ao estágio mencionado, selecionei um processo onde uma ex-cativa da citada fazenda requeria em Juízo sua libertação. Naquele período, Camapuã estava distritalmente subordinada à freguesia de Miranda e por isso, em 1880, Escolástica e seus

filhos, Felícia, Joanna, Maria e Mathias, entraram com processo contra Salvador Maria da Silva, no Juízo Municipal de Miranda, para que fossem declarados *livres*. Faço um resumo de toda a história registrada naquele processo.⁴⁵³

Durante esse período foram ouvidas várias testemunhas que relataram que a fazenda Camapuã teria Manoel da Costa Meira como um dos proprietários. Ele teria recebido auxílio do governo Imperial, tendo em vista a fazenda ser um entreposto na passagem de São Paulo à Cuiabá. Manoel da Costa Meira vendeu a propriedade a André Alves da Cunha. Em 1810, este veio a falecer e não havendo herdeiros a reclamá-la, a fazenda Camapuã foi considerada extinta. O administrador Manoel Peixoto de Arruda Botelho continuou a administrá-la e seu filho, Antônio Peixoto de Arruda Botelho, passou a considerar-se herdeiro da mesma.

Mas, Manoel Alves Ribeiro, neto do antigo proprietário falecido, André Alves da Cunha, com uma escolta de Miranda, foi até Camapuã e expulsou o então administrador, Antônio Peixoto de Arruda Botelho. Manoel Alves Ribeiro não foi porém recebido como herdeiro pelas autoridades. Os quarenta ou cinquenta trabalhadores escravizados naquela fazenda foram conduzidos à Miranda e *libertados*, como pertencentes à nação.

Não se sabe como, a ex-cativa Escolástica e seus filhos, que se encontravam dentre os trabalhadores *libertados* de Camapuã, passaram a ser cativos de Salvador Maria da Silva, fazendeiro de Miranda. Conforme os documentos, Salvador mostrou recibos de compra e venda e números de matrículas com os devidos impostos pagos.

Em 1880, no momento em que retomava o movimento abolicionista no Brasil, através de José Sabino da Costa Paiva, Escolástica fez um depósito de petição ao Juízo Municipal da vila de Miranda, requerendo a sua *libertação* e de seus filhos do pretenso *proprietário*, Salvador Maria da Silva. O processo se prolongou por dez meses, tendo como defensor de Escolástica o promotor público da Comarca, Pedro Alves da Cunha. O promotor de Salvador Maria da Silva chamava-se Tibério Augusto d' Arruda.

Em 9 de abril de 1881, o juiz de Feitos da Comarca de Miranda declarou: “Considerando que nestes autos se acham suficientemente provados que o réu Salvador Maria da Silva não tem direito de propriedade sobre as curateladas Escolástica e seus filhos, julgo-os livres e mando que desde já, entrem no pleno gozo de sua liberdade, sendo liberados do depósito em que se acham.”⁴⁵⁴

O procurador de Salvador Maria da Silva fez apelação da sentença, que foi encaminhada à capital da Província, Cuiabá, tendo sido dada entrada no dia 21 de abril de

⁴⁵³ Tribunal da Relação, doc. 176, caixa 19, 1881. pp. 1-65. APMT.

⁴⁵⁴ Id., ib., p. 57.

1882. A apelação saiu vencedora e a partir do dia 22 de setembro de 1882, Escolástica e seus filhos, continuaram escravizados por Salvador Maria da Silva. Na documentação que consultamos não há informações sobre o tratamento recebido pela mulher e seus filhos após retornarem ao jugo do escravizador desafiado.

Pelos documentos encontrados e referências feitas por escritores e viajantes, calcula-se que no auge da fazenda Camapuã existiam muitos trabalhadores escravizados. Como vimos, o viajante francês Hércules Florence escreveu que dos trezentos habitantes, cem eram cativos (terça parte).

Após a falência da fazenda, por não se apresentarem herdeiros, por ordem do Juiz dos Ausentes, foi elaborada a lista dos cativos que ainda podiam ser localizados, que é a Tabela 15. Somando todos os trabalhadores escravizados indicados, eram 75, além daqueles que se tinham dispersado ou desaparecido. Há uma certa coerência entre os dois totais, um indicando cem trabalhadores escravizados e outro total 75, além dos dispersos.

Neste capítulo, percorremos a região de Santana do Paranaíba, a Fazenda Camapuã, a Vila de Miranda e Nioaque e demais fazendas. Não podemos afirmar que no então sertão do sul de Mato Grosso havia um enorme número de trabalhadores escravizados, mas também, por outro lado, não podemos minimizar, afirmando que o trabalho escravizado foi historicamente irrelevante. Pelos documentos encontrados e analisados, definitivamente o trabalho feitorizado fez parte significativa da história dessa região.

PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI

A Guarda Nacional e os Voluntários da Pátria

A fim de evitar versões simplificadas e sem o devido aprofundamento, deixo de discutir os diversos fatores e resultados da Guerra contra o Paraguai, pretendo apenas, realizar pequena abordagem a respeito de como se deu a incorporação e participação dos negros cativos e livres na Guerra e, na medida do possível, mais especificamente, o negro da então Província de Mato Grosso.

Historiadores que estudaram profundamente o conflito, acreditam que a Guerra do Paraguai foi o maior e mais sangrento combate armado internacional da história brasileira. As ações militares iniciaram-se em 12 de outubro de 1864, com a invasão brasileira do Uruguai, e concluíram-se em 1º de março de 1870, com a morte de Francisco Solano López, em Cerro Corá, no interior paraguaio.

Para o historiador mineiro Jorge Prata de Souza, em *Escravidão ou Morte*, tanto o Exército quanto a Marinha já tinham problemas com o recrutamento de soldados antes da Guerra. A violência que desde o primeiro momento eram tratados os alistados pelos recrutadores, as punições posteriores, pelos oficiais, afastavam os interessados na carreira militar.⁴⁵⁵

Sobre punições, o “voluntário da pátria” e futuro general, Dionísio Cerqueira, em *Reminiscência da Campanha do Paraguai*, conta que, “cedo ouvimos o sinal de comando-chefe e o toque de reunir [...]. Em pouco tempo estavam reunidos, no limitado campo, os corpos, os regimentos e os batalhões das três armas [...]. Clarins e corneteiros, em bandas completas, avançaram para o centro, empunhando as elásticas *espadas de prancha regulamentares* [...]”. Com eles, avançaram também dois soldados moços, “brancos esbeltos e fortes. Um capelão e um médico [...]. Iam ser castigados, por terem atacado um oficial

⁴⁵⁵ SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: MAUAD: ADESA, 1996. pp. 58-9

estrangeiro. Ao primeiro, acompanharam-no dois corneteiros, cada um com a prancha na mão direita. As duas espadas caíram sobre os ombros largos daquele mancebo atlético”. O autor continua: “Em poucos instantes, aos golpes, que se sucediam num tal ritmo fatal, a camisa voou em tiras avermelhadas e as costas tingiram-se de sangue rubro [...]. Os corneteiros iam se substituindo aos pares e as espadas continuavam a cair surdas e pesadas sobre a massa sanguinolenta das carnes maceradas. Mais de cem eram os golpes, quando irrompeu dos lábios ressequidos do condenado um gemido de aflição”. No entanto, o suplício não cessou, o flagelado caiu, “avançaram três homens. Dois colocaram sobre os ombros direitos uma carabina em posição horizontal e mantiveram-na segurando-a com a mão direita, um voltado para o outro. Dois corneteiros ergueram o corpo torturado, passaram-lhe os braços por cima da arma; e o terceiro homem, na frente, segurou-o pelos pulsos. Chamava-se a isso *castigar nas armas!*”. O suplício não diminuiu e a cabeça do *condenado* caía como desarticulada e o corpo era sustentado pelos braços presos à carabina. Aproximou-se o médico, tomou o pulso e fez um sinal. Ainda vivia. “As pranchadas já tinham excedido de um milheiro [...]. As pancadas continuaram surdas e pesadas. Depois de passadas mil e quinhentas, o médico tomou-lhe o pulso outra vez e não o sentiu; auscultou o coração e nada ouviu [...]. O quadro assombroso jamais se apagou da memória dos que o viram. Eu o sinto horrorizado ainda hoje [...]. Os anais do nosso exército, na campanha do Paraguai, registram mais dois castigos como aquele [...]. Os generais-chefes, não foram aliás, exemplos bons, porque imitaram os comandantes, que excederam muitas vezes o limite regulamental do castigo corporal.”⁴⁵⁶ Nesse caso, como vimos, tratou-se de condenação à morte, disfarçada em castigo físico.

Dada a urgência da Guerra, o Império teve que rever essas práticas e tentou tornar atraente a vida militar. Porém, o convite não atraiu muitos adeptos. Assim, o Império convocou a Guarda Nacional que era um corpo militar criado em 1831, após a Abdicação de dom Pedro e desarticulação do exército do príncipe português, com o objetivo de defender a “Constituição, a integridade e a independência do Império”. Mas não podia ultrapassar os limites da fronteira nacional. A partir de 1850, passou a ter destacamento em todos os municípios. A Guarda Nacional era a tropa dos escravistas. Era formada por eles, por seus filhos, por seus capatazes e peões, sobretudo. Portanto, era quem reprimia levantes e rebeliões de cativos.⁴⁵⁷

⁴⁵⁶ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Exército, 1980.

⁴⁵⁷ SOUZA. *Escravidão ou [...]*. Ob. Cit. p. 58.

Através do Decreto 3371, de 7 de janeiro de 1865, sendo convocada para a Guerra, a Guarda Nacional passou a se misturar com soldados rasos e se chamar “Corpos de Voluntários da Pátria”. “E se essa *elite* da Guarda Nacional não era propriamente uma elite, pelo menos os soldados graduados, filhos de famílias abastadas, a tinham na conta de símbolo de respeito social e *status*. Nosso Exército em formação rendia-se à arraia miúda, pode-se mesmo afirmar que nenhuma outra instituição monárquica representou tão nitidamente a gente simples do povo brasileiro [...]”.⁴⁵⁸

“Voluntários” na marra

Quanto ao *alistamento* de novos soldados para Guarda Nacional, Jorge Prata escreveu que nos documentos analisados, sobretudo correspondências ministeriais e de presidentes das Províncias, as reclamações eram muitas, já que os convocados tinham que ser *caçados* nas matas, impossibilitando o cumprimento da lei. E quando *incorporados*, as deserções eram numerosas. O autor explicou que desde o início da Guerra, entre 1865 e 1866, “respectivamente 36,09% e 42,85% das punições do Conselho Militar foram para desertores das fileiras nacionais”.⁴⁵⁹

Com isso, em 1866, diante dos novos desafios que a Guerra apresentava, gerando pressões sobre os costumes políticos e à ordem social do Império, sobretudo, as dificuldades em conciliar a política à Guerra, ou seja, o Estado Imperial e a força armada, segundo o historiador Ricardo Salles, em *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, coube ao gabinete Olinda explorar as potencialidades e conhecer os limites da estrutura militar do Império. “As dificuldades que ele enfrentou e a natureza das soluções apresentadas permitem-nos visualizar os intrincados mecanismos de transação entre o Estado e os agentes privados para levar efeito a mobilização nacional que a guerra exigia na ausência de instrumentos que assegurassem o recrutamento universal dos cidadãos válidos.”⁴⁶⁰

Para reunir soldados e formar um grande exército, o Império teve que incrementar a força profissional, mediante o recrutamento compulsório, mobilizar a Guarda Nacional e estimular o voluntariado. Contudo, os resultados não foram os esperados. Durante os dois

⁴⁵⁸ Id. Ib.

⁴⁵⁹ Id., ib., p. 60

⁴⁶⁰ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 225.

primeiros Gabinetes de Guerra, Furtado e Olinda, em 1864, somou-se apenas dezoito mil homens, número este que segundo Salles, foi superestimado.⁴⁶¹

Uma segunda medida foi tomada – Decreto nº 3383, de 21 de janeiro de 1865 – destacava a Guarda Nacional em todas as Províncias do Império, fixando também o total de soldados dos seguintes locais: Corte, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Piauí, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Paraná, Goiás e Santa Catarina, somando ao todo apenas 14.796 homens.⁴⁶² Por esta soma, podemos assegurar não ter sido fácil o arrolamento das guardas nacionais, aliás, como também não o foi o recrutamento de *voluntários*.

De acordo com Ricardo Salles, mais dois decretos – 3.381 e 3.382 – complementavam o anterior, “destacando 3.000 homens da Guarda Nacional de São Paulo e 6.000 da Guarda Nacional de Minas Gerais, para formar contingentes que se destinariam a libertar a Província de Mato Grosso”.⁴⁶³ As medidas adotadas tanto tentavam conquistar e motivar os guardas nacionais, como buscavam Voluntários por meio de vantagens especiais principalmente, naqueles setores da população livre que até então estiveram fora do alcance do recrutamento militar, que atingia sistematicamente apenas as camadas mais pobres. As vantagens materiais, “destinavam-se provavelmente, a vencer a repugnância que o serviço militar inspirava às camadas médias [...]”.⁴⁶⁴

“Caçada humana”

Salles observou que a criação dos Voluntários da Pátria não foi um substituto do recrutamento compulsório, que se procurava atingir em primeira instância pelo destacamento da Guarda Nacional das diferentes Províncias. “Se ambos os decretos atingissem os resultados esperados, Voluntários da Pátria e Guarda Nacional destacada evitariam ao gabinete liberal o recurso da ‘caçada humana’ que sempre fora a marca do recrutamento para as tropas de linha. Ou seja, o gabinete liberal empenhava-se em manter a guerra por meio de recursos caros ao ideário liberal, em um momento (janeiro de 1865) em que não podiam ainda ser conhecidas a dimensão e a gravidade da guerra, que apenas principiava.”⁴⁶⁵

⁴⁶¹ Idem. Ibidem.

⁴⁶² Id., ib., p. 228.

⁴⁶³ Id., ib., p. 229.

⁴⁶⁴ Idem. Ibidem.

⁴⁶⁵ Id., ib., pp. 229-30.

Passado o entusiasmo inicial dos que realmente se apresentaram como voluntários, alguns certamente atraídos pelas glórias da oficialidade, promessas de pagamentos de salários, o voluntariado diminuía. “Mesmo, então, ao lado daqueles poucos que se apresentavam como verdadeiros voluntários, avultavam os que eram simples recrutas, laçados nos sertões do país e enviados na qualidade de Voluntários da Pátria para incrementar o prestígio dos presidentes das províncias”.⁴⁶⁶

Fundamentando seus argumentos, Ricardo Salles citou o general Paulo de Queiróz Duarte: “Em algumas províncias, na chamada geral, por excesso de zelo no serviço de recrutamento das autoridades recrutadoras, delegados de polícia e seus prepostos iam caçar o caboclo no Amazonas e Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim, brancos, mulatos e os negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes, sem simples inspeção de saúde e sem se indagar de sua condição de chefe de família, para as capitais provinciais ou mesmo para a corte, metidos em calças de brim pardo e uma blusa da mesma ínfima fazenda [...]”.⁴⁶⁷

Havia casos em que os cativos, na esperança de fugir da servidão e, ainda, iludidos com as promessas da lei, de ter direito a soldos permanentes, comida, roupas e terras, assentavam praça voluntariamente, sem mesmo o conhecimento dos escravistas.

Substitutos para os guardas nacionais

Salles escreveu que, dada a dificuldade de encontrar soldados, o gabinete Olinda tomou algumas novas medidas, como esticar a validade para o ingresso dos Voluntários da Pátria, que se estendia até o final da Guerra. Em segundo lugar, “permitia aos que não pudessem ou não quisessem apresentar-se nessa condição fornecessem ‘pessoa idônea’ ou contribuição em dinheiro”. Em terceiro lugar, “equiparava em vantagens os Voluntários da Pátria aos Guardas Nacionais, eliminando a distinção entre os que eram guardas nacionais destacados e os voluntários”. Dessa forma a camada de Voluntários da Pátria, “criada originalmente para estabelecer distinções, passava a servir a partir daí para apagar todas as distinções, apresentando-se apenas como fachada externa para o recrutamento compulsório”.⁴⁶⁸ Tal medida permitia que os que tivessem dinheiro pudessem substituí-los

⁴⁶⁶ SALLES. *Guerra do Paraguai* [...]. Ob. Cit. pp. 229-30.

⁴⁶⁷ DUARTE. Paulo de Queiróz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. In: SALLES. *Guerra do Paraguai* [...]. Ob. Cit. p. 230.

⁴⁶⁸ SALLES. *Guerra do Paraguai* [...]. Ob. Cit. p. 231.

por cativos, “a quem se dava a liberdade para que fossem à Guerra em lugar de seus proprietários ou familiares próximos”.⁴⁶⁹

Para Jorge Prata de Souza, a regra para substituição dos guardas nacionais por libertos teve como objetivo atender a duas demandas. Primeiro, atender a necessidade de enviar novos soldados à Guerra. Segundo, permitir que determinados representantes sociais não cumprissem os deveres pátrios. “Como desdobramento, a substituição direcionou a ação do recrutamento ao plantel de escravos disponível. Se, num primeiro momento, o escravo aparecia esporadicamente como substituto do guarda nacional convocado, depois passou a fazer parte do contingente necessário ao Exército e à Marinha. Cabia então ao Império, comprar escravos a preço de mercado para atender às necessidades da guerra.”⁴⁷⁰

O processo de engajamento, tanto de recrutas, ou substitutos, deveria ser controlado pelas autoridades locais, “a quem cabia decidir sobre a sorte do alistado (recruta ou voluntário)”.⁴⁷¹ Segundo Ricardo Salles, a pressão do recrutamento, facilitava a fuga, “aumentando o risco de revoltas ou estimulando esperanças no interior das senzalas em torno da possibilidade aberta pela condição de ‘substituto’”.⁴⁷²

Em 5 de novembro de 1866, o gabinete Zacarias requereu ao Conselho de Estado a libertação de trabalhadores escravizados para o serviço do exército. Após longo debate, a libertação de cativos para o serviço do exército foi posta em prática. “Estimulava-se também a compra de escravos de particulares para o mesmo fim [...]”. Com isso, Ricardo Salles concluiu: “[...] a incorporação de ex-cativos ao exército promove a desorganização da instituição militar não apenas por resvalar os preconceitos dos homens livres como apontou Paranhos no conselho, mas porque ela abastarda a instituição, transformando os oficiais em quase feitores e aprofundando a violência dentro do exército.”⁴⁷³

Recrutamento de trabalhadores submetidos

Os recrutamentos de cativos seguiram o mesmo *rigor* dos não-cativos, não obedeciam critérios. De acordo com Jorge Prata, muitas autoridades policiais recrutavam os cativos sem permissão dos escravizadores e as queixas eram muitas. “A reivindicação dos proprietários não se limitou ao desenrolar da guerra, estendeu-se aos anos seguintes a ela.

⁴⁶⁹ Id., ib., p. 232.

⁴⁷⁰ SOUZA. *Escravidão ou [...]*. Ob. Cit. p. 63.

⁴⁷¹ SALLES. *Guerra do Paraguai [...]*. Ob. Cit. p. 233.

⁴⁷² Id., ib., p. 242.

⁴⁷³ Id., ib., p. 248.

Muitos dos escravos recrutados sem autorização dos proprietários, e muito menos a deles próprios, tiveram sua liberdade desumanamente questionada, após o conflito”. No entanto, generalizou-se o recrutamento urbano, quando o governo, “mediante pagamento em dinheiro ou em apólices, atendeu aos queixumes dos proprietários: compra-lhes a mão-de-obra necessária aos batalhões do Império.”⁴⁷⁴ Legalizando o recrutamento de cativos.

Ainda assim, o cerco foi se fechando e o “voluntariado” se tornou uma perseguição implacável aos homens livres e não-livres em condições de irem para a Guerra. Os representantes do poder constituído admitiram legalmente o recrutamento forçado. Já não se fazia distinção entre empregado ou desempregado, civil ou não civil. Nesse recrutamento foram surgindo todos os tipos de abusos, inclusive houve recrutamento de menores e de doentes.⁴⁷⁵

No final da Guerra, as autoridades da Província de Mato Grosso encontravam ainda mais dificuldades na busca de *voluntários*: “Entretanto, apesar do limitado número de força policial, e empregada em todos os serviços dentro e fora da capital, dando um destacamento às escoltas para condução de presos, recrutamento, captura de criminosos, desertores e escravos fugidos, recolhimento de menores desvalidos para os Arsenais de Guerra e Marinha [...]”.⁴⁷⁶ No mesmo ofício comunicou a resistência de um cativo ao *recrutamento*: “A 9 de setembro, o escravo Benedito, de José Gratidiano Doriléio, nos subúrbios desta cidade, lugar denominado ‘Currealinho’, resistiu à uma escolta recrutadora, sendo preso em flagrante e processado”.⁴⁷⁷

Abusos no alistamento

O historiador paulista Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, em *Maldita Guerra*, citou que: “No Brasil, os adversários do governo eram alistados à força, enquanto no teatro da guerra eram destituídos de postos de comando.”⁴⁷⁸ Jorge Prata escreveu no mesmo sentido: “Abusos durante o alistamento existiram desde o princípio da guerra. Recrutava-se por vingança política ou pessoal, e isto aumentava a sanha entre liberais e

⁴⁷⁴ SOUZA. *Escravidão ou [...]*. Ob. Cit. pp. 67-68.

⁴⁷⁵ Id., ib., pp.40-41.

⁴⁷⁶ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa na 2ª sessão da 19ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1873, pelo presidente da Província de Mato Grosso, José de Miranda da Silva Reis. Anexo de polícia nº2. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p. 15

⁴⁷⁷ Id., ib., p. 5.

⁴⁷⁸ DORATIOTO. Francisco. *Maldita Guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 267.

conservadores, por ocasião dos levantamentos dos mapas eleitorais – sobre os quais recaía a convocação para a Guarda Nacional.”⁴⁷⁹

Até mesmos os cativos entregues às autoridades para castigos públicos eram alistados forçadamente, segundo Jorge Prata: “A Secretaria de Polícia, como forma de diminuir o contingente de escravos recolhidos no calabouço, resolveu enviá-los à guerra. Eram escravos recolhidos a mando de seus donos, para serem castigados. Entretanto, entre os anos 1866 e 1867, a frequência de pedidos de senhores para retirar seus escravos do calabouço cresceu consideravelmente: desta forma precaviam-se de que suas propriedades fossem enviadas à guerra.”⁴⁸⁰

Companhia de Zuavos Baianos

Em sua pesquisa de especialização em Política e Estratégia/UFMS, o jornalista Sionei Ricardo Leão de Araújo, em “Kamba’Rãce”, escreveu que o conflito de certa forma expôs as contradições do Império, “pois a Monarquia se viu obrigada a empregar escravos como soldados, o que significa que muitos dos ‘voluntários da pátria’ se viram lutando para defender um regime que os oprimia, os mantinha cativos no território”.⁴⁸¹

Para Sionei Ricardo Leão, a força expedicionária dos Zuavos baianos foi um grupo, de fato, *voluntário*. Citando o general Paulo de Queiroz Duarte, escreveu que esse grupo era organizado por negros do nordeste brasileiro e instituíram-se com “grande entusiasmo”. Todos os componentes eram de raça negra, dos soldados aos oficiais, inclusive o comandante. A primeira Companhia de Zuavos Baianos, como eram chamados, foi despachada de Salvador. Seus uniformes chamavam atenção e, conforme Sionei Ricardo, tinham modelo dos militares franceses existentes na Argélia. Na cabeça usavam o fêz barrete de forma tronco-cônica, geralmente vermelho. “Porém surgiu na Turquia a tradição em se organizar esse tipo de tropa. Naquele país ‘usavam um turbante verde, cor sagrada do profeta, que só certos sacerdotes, os imans, podiam usar. Até 1926 o fez era de uso obrigatório aos funcionários civis e soldados do Exército turco””.⁴⁸²

⁴⁷⁹ SOUZA. *Escravidão ou [...]*. Ob. Cit. p. 40.

⁴⁸⁰ Id., ib., p. 70.

⁴⁸¹ ARAÚJO, Sionei Ricardo Leão de. “Kamba’Rãce. Notas sobre a questão racial na história do Exército Brasileiro”. Monografia do departamento de Economia e Administração/Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra/Delegacia de Mato Grosso do Sul/Curso de Especialização em Política e Estratégia/UFMS. Campo Grande: UFMS, 2000. p. 60.

⁴⁸² Id., ib., pp. 72-4.

Sionei explicou que no Brasil existiram quatro unidades de Zuavos Baianos. A primeira, foi criada por Quirino Antônio do Espírito Santo. “A decisão com o apoio do escritório do Diário da Bahia, onde funcionava a subscrição para aquisição do fardamento apropriado. Seu comandante foi o capitão Joaquim José de Sant’ana Gomes. A Primeira Companhia de Zuavos Baianos partiu de Salvador no dia 22 de março [1865] a bordo do vapor São Francisco rumo ao Rio de Janeiro, levando 82 homens de efetivo.”⁴⁸³

A segunda Companhia de Zuavos “foi ativada em 5 de abril [1865], também por vontade do presidente da Província baiana. Para chefiá-la foi escolhido o sargento Marcolino José Dias, nomeado alferes em comissão que embarcou [1º de maio de 1865] no paquete inglês Paraná, com oito oficiais e 150 praças [...]”. A terceira Companhia “foi recebida em dezembro de 1865, como comandante o tenente Nicolau Beraldo Ribeiro e a quarta Companhia foi organizada por iniciativa do barão de Porto Alegre, em dezembro de 1866. A chefia coube ao tenente Francisco do Espírito Santo”.⁴⁸⁴

A presença desses Voluntários da Pátria na Guerra contra o Paraguai foi registrada pelo general Dionísio Cerqueira: “Fui visitar os acampamentos dos recém chegados e encontrei amigos, colegas de colégio, que vinham partilhar nossa vida honrosa. Havia entre os voluntários, um corpo de uniforme estranho; largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um fêz na cabeça. Eram todos negros e chamavam-se Zuavos baianos. Os oficiais também eram negros.”⁴⁸⁵

De acordo com Sionei Ricardo Leão: “Apesar do interesse que causou o surgimento e deslocamento do Corpo de Zuavos, o general Osório decidiu por não empregá-lo como tropas operacionais, designando-os ao serviço de saúde, que na visão dos chefes militares reunia os soldados ‘menos aptos para as fadigas do serviço ativo’.”⁴⁸⁶

Palco da Guerra

As regiões da Província de Mato Grosso – Coimbra, Corumbá, Miranda, Nioaque e Dourados, dentre outras, foram ocupadas por duas tropas paraguaias em dezembro de 1864, além das cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana da província do Rio Grande do Sul.

⁴⁸³ Id. Ib.

⁴⁸⁴ Id., ib., pp.74-6.

⁴⁸⁵ CERQUEIRA. *Reminiscências* [...] Ob. Cit. In: ARAÚJO. “Kamba’Rãce [...]”. Ob. Cit. p. 72.

⁴⁸⁶ ARAÚJO. “Kamba’Rãce [...]”. Ob. Cit. p. 76.

Ainda em 1865, o presidente da Província de Mato Grosso, Alexandre Albino de Carvalho, ao tomar conhecimento da decisão do Gabinete de Guerra do Império, através do Decreto 3371, animou-se, contando inclusive com a possibilidade de formar um corpo de soldados “Voluntários Cuiabanos”.⁴⁸⁷ O que de fato aconteceu. No entanto, passadas algumas semanas, tiveram que dissolvê-lo, porque o citado Decreto não “surtiu logo o desejado efeito, que tem produzido nas demais províncias do Império. Até agosto, apenas se haviam alistado Voluntários da Pátria em número suficiente para formarem uma companhia. Tenho-me esforçado em remover os obstáculos e desvanecer os preconceitos, que se opunham a esta patriótica instituição”.⁴⁸⁸ A leitura dos documentos demonstra a dificuldade em cumprir a lei, sobretudo diante das deserções e resistências dos “voluntários”.

Francisco Doratioto contou que o brigadeiro Alexandre Albino de Carvalho, no Mato Grosso, reclamava não ter recebido soldados para auxílio no conflito. “[...] a província tinha que contar com seus escassos recursos para defender-se, reunindo, até então, não mais do que uns 3.200 homens sofrivelmente armados”.⁴⁸⁹ Da proposta inicial do Império em enviar nove mil guardas nacionais de São Paulo e Minas Gerais, segundo o autor, dos 568 homens – liderados pelo coronel Manuel Pedro Drago, que saíram, em 10 de abril de 1865, de São Paulo com destino ao Mato Grosso, além de serem vitimados por varíola, teve seis mortos e sofreu 159 deserções. Em 20 de junho, a coluna tomou caminho para Uberaba, onde chegou em 18 de julho. Ali encontrou reforço mineiro de Ouro Preto, composto por 1.212 homens comandados pelo coronel José Antônio da Fonseca Galvão. Esperando mais reforços, a força expedicionária permanecera nesse local por 47 dias. “Nesse período desertaram 96 soldados, dos quais vinte mineiros, e outros treze faleceram. Para evitar deserções, outros 25 praças mineiros convocados para a guerra foram colocados em regime de prisão, mas ainda assim fugiram para o campo [...]. A coluna recebeu o reforço de 1.209 homens e partiu, em 4 de setembro, rumo à Cuiabá, com efetivo total de apenas 1.575 soldados, em lugar de 12 mil previstos inicialmente.”⁴⁹⁰

Em 1865, a maioria dos soldados brasileiros que foi para a Guerra vinha das Províncias do Norte e Nordeste do Império. Diante das dificuldades de adaptação a um ambiente quente para o frio intenso, característica do inverno no Rio da Prata, sem

⁴⁸⁷ Relatório apresentado ao chefe de esquadra, Augusto Leverger, vice-presidente da Província de Mato Grosso, pelo brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao entregar a administração da mesma Província, contendo a sinopse da “História da invasão Paraguai”, em 17 agosto de 1865. Rio de Janeiro: Comércio, 1866. p. 15.

⁴⁸⁸ Id., ib., p. 16.

⁴⁸⁹ DORATIOTO. *Maldita* [...]. Ob. Cit. p. 121.

⁴⁹⁰ Id., ib., pp. 121-22.

receberem roupas adequadas, quase todos os quatrocentos soldados de um batalhão do Pará morreram de frio.⁴⁹¹ As tropas sofriam também com as constantes inundações próprias da região pantaneira, além disso, passavam fome. Os alimentos se resumiam em carne bovina.

Segundo Doratioto, em 1866, na região de Coxim: “O acampamento ficou ilhado por água estagnada, proveniente das chuvas abundantes, o que impediu o adequado reabastecimento de víveres e deu margem a doenças entre a tropa e também a expressivos lucros para comerciantes e mesmo para alguns oficiais que, dispondo de alimentos, os vendiam a colegas e soldados”. O estado de miséria da coluna levou a um aumento das deserções. “As más condições sanitárias causaram uma epidemia de beribéri [por falta de vitamina B] na coluna brasileira, vitimando quatrocentos homens.”⁴⁹²

Em 7 de maio de 1867, o que sobrou da força brasileira composta de 1680 homens, além de mulheres, comerciantes e nativos, que estavam na Fazenda Laguna, em Nioaque, comandada pelo coronel Camisão, tiveram que recuar da decisão que era alcançar Assunção. Fato conhecido como a Retirada da Laguna. “A retirada foi feita sob constantes ataques dos paraguaios, que arrebataram à coluna o gado de corte, o que a levou, novamente à fome. Os soldados brasileiros marcharam, famintos, sob incessantes tempestades e por terreno pantanoso”. Além disso, sofriam vários incômodos, além dos inimigos, piolhos, vários problemas de saúde, entre outros, o cólera, “decorrentes do contraste entre o frio glacial noturno e o calor escaldante diurno”. No dia 25 de maio de 1867, a coluna acuada pelas tropas paraguaias e sem condições de transporte que pudessem carregar os doentes, o coronel Camisão decidiu abandoná-los, somando mais de 130 soldados. “Deixados em um clareira, juntamente com um cartaz destinado aos inimigos com a frase ‘compaixão com os coléricos!’, foram mortos por seus perseguidores. Pouco depois o cólera atingiu o próprio coronel Camisão e, ainda, José Francisco Lopes, guia da laguna, matando a ambos e a outros companheiros.”⁴⁹³

Sionei Ricardo Leão explicou que esse lugar onde foram assassinados os coléricos “é hoje conhecido como Kamba’Rãce, que significa lamento de negro. Moradores dos arredores relatam que ouvem, até hoje, os gemidos dos homens que ali faleceram. Portanto, tornou-se comum na região divulgar que aquele lugarejo é mal assombrado. Kamba, no idioma guarani, significa negro; rãce, choro, lamento.”⁴⁹⁴

⁴⁹¹ Id., ib., p. 117.

⁴⁹² Id., ib., p. 123.

⁴⁹³ Id., ib., pp. 126-28.

⁴⁹⁴ ARAÚJO. “Kamba’Rãce [...]. Ob. Cit. p. 10.

Medo da Guerra

Segundo Luiza Volpato, as reações foram de medo, quando a população cuiabana soube da invasão ao Forte Coimbra, e que as povoações do sul da Província estavam em mãos dos paraguaios. Na cidade, o clima de pânico foi geral e “aqueles que podiam se preparavam para fugir da capital da Província antes que os paraguaios chegassem. O medo da guerra e da morte tomou conta das pessoas de forma ampla. Além disso, havia sido divulgada na Província a idéia de que os paraguaios eram um povo selvagem [sic], capaz de tudo para atingir seu intento de domínio sobre Mato Grosso”.⁴⁹⁵

A notícia de que os paraguaios atacariam pontos estratégicos como a colina de Melgaço, próximo do porto da cidade, fez com que as autoridades concentrassem as forças em Cuiabá, a fim de impedir que os soldados tomassem o local. A chegada do destacamento que guarnecia Melgaço em Cuiabá “trouxe o desespero geral. Parecia a todos que os paraguaios chegariam a qualquer momento e tomariam a cidade com a mesma facilidade com que haviam dominado os pontos ocupados ao sul da Província”.⁴⁹⁶

Passados os dias e a ameaça inicial, a capital da Província teve que se adaptar a sua nova situação de “invadida”, e pôs-se a espera a mercê dos recursos que viriam pelo governo central. Para Luiza Volpato, toda a política militar elaborada na Província deu-se sob as ordens e determinações da Corte, “e os avanços das forças armadas brasileiras se fizeram em direção às províncias do sul mais bem equipadas militarmente e com maior tradição de luta de fronteira”.⁴⁹⁷ A população cuiabana, além de temer a invasão da capital, tinha medo de “uma sublevação dos escravos que poderiam se aproveitar do conflito externo para se revoltarem”.⁴⁹⁸

Luiza Volpato defende que na fase compreendida entre 1867 – retomada de Corumbá – e o final da guerra, em 1870, “os agravos causados à população continuaram a se fazer sentir. Cabe esclarecer que as autoridades mato-grossenses, analisando o conflito por uma ótica muito estreita e local, acreditavam que este não se prolongaria por muito tempo. Esta ótica prejudicou a busca de soluções mais amplas e duradouras para o problema da

⁴⁹⁵ VOLPATO. *Cativos do [...]*. Ob. Cit. pp. 57-8.

⁴⁹⁶ Idem. *Ibidem*.

⁴⁹⁷ Id., *ib.*, p. 59.

⁴⁹⁸ Ofício do chefe de polícia Firmo José de Matos ao presidente da Província, Alexandre Manuel Albino de Carvalho em 11 de março de 1865. Cuiabá. Lata 1865-G. APMT.

guerra, permitindo que os mesmos se agudizassem com sérios prejuízos para a população, especialmente para seus segmentos mais fragilizados”.⁴⁹⁹

A autora escreveu ainda que o estado de guerra fazia com que a população livre e *branca* se colocasse de forma “mais desguarnecida diante do índio, que na região sempre fora visto como ameaça e inimigo; diante também do escravo e dos livres pobres, transformados pelo recrutamento em soldados, e destes em desertores, constituindo assim uma ameaça: desertores eram inimigos e perigosos porque internos, conhecedores dos terrenos e das possibilidades de defesa da população”. Para Volpato, “além dos índios, os grandes inimigos internos eram os escravos. A presença da guerra colocava as autoridades brasileiras, e especificamente as mato-grossenses, diante do penoso dilema: armar ou não os escravos?”.⁵⁰⁰

Como sabemos, a resposta à indagação foi positiva. Em *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*, de 1869, o comerciante Joaquim Moutinho escreveu sobre o barão de Vila Maria: “Foi também nessa mesma ocasião [da Guerra] quem prestou relevantes serviços, comunicando às autoridades de Corumbá todos os acontecimentos de Coimbra, e oferecendo grande número de seus escravos para o serviço da guarnição e defesa do ponto.”⁵⁰¹

A defesa nacional foi colocada nas mãos dos cativos libertos e dos pobres livres. “Recrutados à força ou visando à obtenção de alguns objetivos imediatos, como a liberdade ou o rompimento de um contrato de trabalho, o soldado buscava a realização de seus interesses pessoais, e neste sentido a deserção foi, em muitos casos, a alternativa buscada”.⁵⁰² Os cativos quando fugiam dos regimentos tinham endereço certo, procurar os diversos quilombos que existiam nos arredores de Cuiabá, pelo interior da Província, ou se internavam na Bolívia e no Paraguai.

Os negros foragidos eram perseguidos não apenas por policiais, mas por homens contratados ou não, especialmente com este fim. Os *caçadores* penetravam nas matas à caça tanto de cativos, como de desertores fujões. Cativos fugidos foram também capturados pelas forças militares brasileiras, no próprio Paraguai. Em abril de 1870, o Consulado Geral do Brasil em Assunção comunicou que, pelas armas, foram resgatados Adão Crioulo e Maria Preta, ambos prisioneiros dos paraguaios.⁵⁰³

⁴⁹⁹ VOLPATO. *Cativos do [...]*. Ob. Cit. p. 60.

⁵⁰⁰ Id., *ib.*, pp.62-3.

⁵⁰¹ MOUTINHO. *Notícia sobre a [...]*, p. 246.

⁵⁰² VOLPATO. *Cativos do [...]*. Ob. Cit. p. 64.

⁵⁰³ Ofício do Consulado Geral do Brasil, para o presidente da Província de Mato Grosso. Assumpção 19 de abril de 1870. Lata-1870-A. APMT.

Imagens construídas

Os jornais paraguaios do período da Guerra, sobretudo, o jornal patriótico Cabichuí, chamavam os soldados imperiais de *macacos*, “associando os soldados negros com a pretensa covardia dos brasileiros. Para o Cabichuí, dom Pedro II era o ‘grande macaco que ostenta sua autoridade de Rei’ e, em charge publicada, três dias depois, via-se um soldado paraguaio que chicoteava os ‘covardes escravos’, ou seja, negros desenhados com traços de macacos”.⁵⁰⁴

Conforme Doratioto, a utilização de cativos no conflito também foi questionada pelo jornal Opinião Liberal, que dizia que a Guerra era resultado do capricho de Pedro II, pois a população havia abandonado a luta. “O periódico contestava o discurso do governo imperial quanto à necessidade de lavar a honra nacional, atingida pelo ataque de Solano López, ao afirmar que ‘a honra que se entrega aos cuidados de galés e pretos minas não é honra, é uma mentira’”.⁵⁰⁵

Para André Amaral de Toral, os jornais paraguaios menosprezavam o exército brasileiro, julgando-o compostos de negros e por ser assim, de qualidade inferior. O autor explicou: “Soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em pelo menos três dos quatro exércitos dos países envolvidos. Os exércitos paraguaio, brasileiro e uruguaio tinham batalhões formados exclusivamente por negros. Como exemplo temos o Corpo de Zuavos da Bahia e o batalhão uruguaio Florida.”⁵⁰⁶

Segundo o mesmo autor, com base na propaganda, poderia se pensar que no Paraguai da época não existiam negros e nem escravos. Porém a realidade era outra. “A escravidão não havia sido abolida do Paraguai. O que havia era uma lei do ventre livre promulgada em 1842 por Carlos Lopes, pai de Francisco Solano Lopes. Os *libertos da República*, os que nasciam de janeiro de 1843 em diante, deveriam no entanto trabalhar para seus senhores, *patronos*, os homens até a idade de 25 anos e as mulheres até os 24. Era uma liberdade bastante relativa, portanto”.⁵⁰⁷ No Paraguai, o recrutamento sistemático de cativos teve início em setembro de 1865, para preencher as baixas de feridos e de epidemias que assolaram o exército. “As autoridades paraguaias, que convocaram os proprietários de

⁵⁰⁴ DORATIOTO. *Maldita* [...]. Ob. Cit. p. 272.

⁵⁰⁵ Id., ib., pp. 272-75.

⁵⁰⁶ TORAL, André de Amaral. “A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai”. São Paulo: IEA/USP, V-9, n° 24, maio-agosto, 1995. pp. 288-91.

⁵⁰⁷ Id. Ib.

escravos para doações *voluntárias*, ofereciam uma indenização, mas ninguém se permitia reclamá-la.”⁵⁰⁸

Para os próprios representantes do Exército brasileiro, os negros libertados para combater na guerra não eram os soldados *ideais*. Para o duque de Caxias, por exemplo, a presença do negro nas forças militares não era sinônimo de bravura, disciplina e moralidade: “[...] a introdução do elemento servil nas suas fileiras esteja produzindo já seus maléficos resultados por meio dos exemplos imorais, e de todo contrários à disciplina, e subordinação dados constantemente por homens, que não compreendem o que é a pátria, sociedade e família, e que se consideram ainda escravos, que apenas mudaram de senhor.”⁵⁰⁹ Inaceitável julgamento de valor sobre os atos dos milhares de soldados brasileiros, argentinos e uruguaios que tiveram a sabedoria de obedecer ao sábio preceito plebeu que, se “Deus é grande, o mato é maior”, escafedendo-se de uma guerra das elites abominada pelas populações subalternizadas.⁵¹⁰

Negros libertos, quantos foram à Guerra?

Dada a localização fronteiriça da Província de Mato Grosso, desde o período colonial, o povoamento da região sempre foi responsável por sua guarda e proteção, por isso, mesmo treze anos antes da Guerra, o presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em sessão da Assembléia Legislativa, em 10 de maio de 1851, apresentou relatório no qual registrou 1500 praças, na Companhia de Imperiais Marinheiros, Corpo de Artilheiros, Cavalaria, Caçadores e Companhia de Pedestres, além de 200 Guardas Nacionais. “[...] esta força, quase toda, de recruta voluntária ou forçadamente na Província, vê se que a relação entre os número de praças de pretos e os dos indivíduos livres da nossa população está pelo menos na razão de 1 para 20. Fato que talvez não se dê em outro qualquer país, ainda mais militarizados. Porém que [ilegível] é de consciência necessária da situação da província, do vasto desenvolvimento da sua fronteira e da pouquidade da população”.⁵¹¹

De acordo com Jorge Prata de Souza, o total de negros na Guerra contra o Paraguai, não é preciso, pois, os registros e números são quase impossíveis de serem traçados, porque

⁵⁰⁸ Id. Ib.

⁵⁰⁹ SALLES. *Guerra do Paraguai* [...]. Ob. Cit. p. 135.

⁵¹⁰ MAESTRI, Mário. “Guerra contra o Paraguai: da instauração à restauração Historiográfica”. Duplipensar.net/ Publicado em 27.03.2006.

⁵¹¹ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 10 de maio de 1851. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1852. pp. 9-12.

Exército e Marinha cada qual produzia seus controles. O Exército, por exemplo, “produziu uma maneira assistemática de registrar os recrutas, voluntários, engajados e libertos convocados [...]”. Não houve uniformidade nos critérios, quanto aos anos e às rubricas. “Estranhamente, só há libertos por particulares nos dois últimos anos da contenda. Ora, insuspeitos testemunhos da época atestaram a cessão de escravos por seus proprietários, desde o início da guerra”.⁵¹² Por isso, por ausência de registros coerentes, torna-se muito difícil chegar a um consenso sobre a quantidade de libertos enviados à Guerra contra o Paraguai.

Mesmo assim, o autor citou que, em 1867, em um de seus relatórios, a Secretaria de Polícia apresentou um número de 583 cativos alforriados para a Guerra e, dentre estes, oitenta tinham sido entregues gratuitamente pelos escravistas, enquanto os restantes 503 foram entregues mediante um “prêmio”. O mapa de contingentes recebidos pelo Quartel da Marinha, em 1868, somava 1404 libertos, que foram designados às seguintes divisões: 256 cativos no Corpo de Imperiais Marinheiros; 513 no Batalhão Naval; 190 na Armada; 441 no Exército; 3 faleceram e um desertou no ato de transferência.⁵¹³

Os estudiosos do tema não concordam sobre o número de “Voluntários da Pátria” libertos mandados para a Guerra. Ricardo Salles, por exemplo, acredita que o número de combatentes *libertos* não ultrapassou 10% do conjunto das tropas. Francisco Doratioto, citando Ricardo Salles, concluiu: “As afirmações de que o Exército imperial era um Exército de escravos resulta de se confundir branco com livre e todo negro com escravo. Afinal, destaca esse autor, o fato de a população ser majoritariamente negra ou mestiça não significa que ela fosse escrava, pois esta já se tornara minoritária em 1864. Em 1872, data do primeiro censo oficial, no Brasil havia 8 milhões de homens livres, sendo 3,8 milhões de brancos e 4,2 milhões de negros ou mulatos, e o número de escravos era de 1,5 milhões”.⁵¹⁴

De toda forma, também podemos concluir diante desses números que o negro, o mulato e o mestiço, tiveram uma representação muito grande, possivelmente majoritária, nos batalhões da força brasileira. Como registramos, os libertos ou cativos, em geral, não foram consultados sobre o seu *voluntarismo*. Os pesquisadores citados registram, através de muitos documentos do período, que comumente os homens *livres* de todas as cores foram *pegados a laço*, para comporem a força militar brasileira. Especialmente os mais empobrecidos.

⁵¹² SOUZA. *Escravidão ou* [...]. Ob. Cit. p. 79.

⁵¹³ Id., *ib.*, pp. 78-9.

⁵¹⁴ DORATIOTO. *Maldita* [...]. Ob. Cit. p. 273.

A certeza é que na Guerra, o Exército brasileiro colocou o liberto na frente de combate, em grande número, o que resultou em muitos mortos.

Em seu livro *Escravidão ou morte*, o historiador Jorge Prata de Souza escreveu: “[...] por atitude forçada ou não, o cativo estivera sempre presente. Os documentos sobre o recrutamento forçado são em número maior; e os que nos informam do *voluntarismo* dos escravos dizem respeito mais às reclamações do alto comando da Marinha e do Exército [...]”. O autor, dentre vários fatos, relatou que, em 1867, um cativo de nome Feliciano, escravizado pelo coronel Manoel Ribeiro de Almeida, vindo de uma região chamada Maricá, “conduzindo animais de carga, acomodou-se prazerosamente nas proximidades de uma cachoeira, às 22 horas do dia 8 de julho de 1867. Ali foi preso e designado para o serviço da guerra”.⁵¹⁵ Se foi prática recrutar negros à força para o serviço militar, como ter registros e controle de quem era *livre, liberto* ou *cativo*?

E depois da Guerra?

Os cativos que eram encaminhados à Guerra eram alforriados. O historiador Jorge Prata apresentou a soma de 3.998 cativos que foram libertos por todo o país, segundo Nogueira Jaguaribe. No entanto, Jorge Prata questionou esses números porque significaria “quantidade ínfima se levar em conta a legião de escravos que trabalhavam na lavoura, no meio urbano e, na ocasião, as sérias dificuldades para convocar elementos livres. As ofertas de abonos e pensões aos que se apresentassem como voluntários para os serviços da guerra não surtiram efeito. O Império não pôde, por isso, se furtar à convocação de negros escravos para compor os batalhões do Exército e da Marinha”.⁵¹⁶

Os autores consultados neste capítulo não informaram quantos libertos retornaram vivos da Guerra. Robert Conrad estima o total de vinte mil dos que *foram* para a Guerra, incluindo suas mulheres.⁵¹⁷ Também não informam se os libertos para engrossar às fileiras do *front* receberam o comumente prometido: salário e, mais tarde, terra.

O historiador Jorge Prata de Souza lembra: “Além das vantagens do soldo e das gratificações, os que se apresentassem como voluntários receberiam, depois de prestar o serviço militar 22.500 mil braças quadradas de terras [cerca de 12 ha] nas colônias militares

⁵¹⁵ SOUZA. *Escravidão ou [...]*. Ob. Cit. p. 68.

⁵¹⁶ Id., *ib.*, p. 83

⁵¹⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos [...]*. Ob. Cit. p. 96.

ou agrícolas. Ora, se tal disposição foi alguma vez efetivada, os historiadores ainda não encontraram dados que o comprovem.”⁵¹⁸

Jorge Prata escreve que alguns cativos, alistados como livres, ao retornarem da Guerra, foram devolvidos aos seus escravizadores, através de via policial. José Maria, ex-cativo, *voluntário da pátria*, natural da Bahia, e “condecorado por seus feitos na guerra”, foi aprisionado na estação de Três Rios, e ainda considerado “como propriedade do major Francisco Viera Machado. O herói nacional fora mantido preso a ferros, enquanto aguardava uma decisão das autoridades. O caso foi resolvido mediante intervenção direta do ministro da Guerra, barão de Muritiba, junto ao presidente da Província”.⁵¹⁹ Igual sorte não teve Manoel, “escravo, pertencente a Salvador Correia, desta província [Mato Grosso], o qual tendo sido aprisionado na invasão dos paraguaios, [ilegível] ultimamente em nosso poder”.⁵²⁰

O citado ofício do comando das forças brasileiras no Paraguai não detalhou se o prisioneiro era ou não soldado. Da mesma forma, o comando do quartel em Pirayn, em junho de 1869, comunicou ao presidente da Província de Mato Grosso que, “tendo sido encontrado entre os prisioneiros dos Angustura [sic], o indivíduo de nome Benedito Antônio Manuel do Espírito Santo e apresentando-se as nossas forças, vindo fugido as prisões do inimigo, e o de nome Luiz, ambos de cor preta, ambos declarando ser escravos e terem sido conduzidos dessa província pelas forças inimigas [...]”. No ofício, o remetente informou que, “por esta ocasião também mando conduzir o indivíduo de nome Cypriano que apresentou-se a 14 do corrente no Vapor Duque de [ilegível] fazendo iguais declarações [...]. Faça-os nesta data seguir com ordem de serem apresentados a V. Exa. para que sendo postos a disposição do Juízo dos Ausentes, proceda-se a seu respeito na forma da lei [...]”.⁵²¹

Talvez os aprisionados fossem recrutas fujões. Como saber? Foram localizados vários documentos envolvendo fugas de cativos brasileiros, na região paraguaia, no período da Guerra, porém nem sempre as comunicações eram precisas quanto à situação dos fujões.

Ainda no Arquivo Público do Mato Grosso, há registros policiais relacionados com a Guerra contra o Paraguai. Foram organizados em partes separadas, descritos como “mapas”; são pequenas informações micro-filmadas avulsas. O “mapa 11”, por exemplo, é sobre um

⁵¹⁸ SOUZA. *Escravidão ou [...]*. Ob. Cit. p. 72.

⁵¹⁹ Id., *ib.*, p. 67.

⁵²⁰ Ofício nº 150 do Comando chefe interino do Exército brasileiro em operação contra o governo do Paraguai, destinado ao presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Murinho. Quartel General em Assunção, 7 de março de 1869. Lata 1869-A. APMT.

⁵²¹ Ofício do Comando e chefe de todas as forças brasileiras em operações na República Paraguai, destinado ao presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Melgaço. Quartel General em Pirayn, 29 de junho de 1869. Lata 1869-A. APMT.

“Auto de Perguntas da Secretaria de Polícia de Cuiabá”, feitas a Antônio, escravizado por José Manoel de Campos. Antônio, respondendo as perguntas, disse que, em 25 de novembro, de 1866, saiu fugido do Acampamento de Corumbá, com Benedito Viana, porque foram atacados e alguns fuzilados pela força paraguaia, onde morreram seis brasileiros prisioneiros, tendo sido executados: Augusto Alcides Monteiro, vulgo Bucho, Fortunato José Machado, Constâncio de tal, Francisco Leite, João Leandro e Felisberto de tal, cujos corpos ele ajudou a sepultar, enterrando três em cada sepultura. “Perguntado quantas praças formaram-se para esse fim? Respondeu que não podia precisar o número certo delas, porém seriam para mais de doze, que depois de darem a descarga de fuzil sobre os seis prisioneiros que caíram ainda vivos, lançaram os pelos peitos. Perguntado qual o motivo porque foram mortos esses brasileiros? Respondeu que segundo lhe consta, Augusto Alcides Monteiro foi por ter feito uma conta dos prejuízos que sofrera com a invasão paraguaia e os mais por terem comunicação com Francisco Paes Rodrigues encarregado de uma parada que desta Cidade foi até [ilegível].”⁵²²

Recompensas

Não temos dados que informem se algum soldado liberto da Província de Mato Grosso recebeu os prêmios previstos no Decreto 3371. É provável que haja algum registro nesse sentido, porém, não localizei. O certo é que, com o fim da Guerra, não houve modificação na vida do cativo e o liberto ex-combatente não conheceu vida fácil.

Um documento do Arquivo Público de Mato Grosso, de 1875, detalhou a situação que eventualmente conheceram muitos *soldados libertos*, após o conflito. A direção do Quartel do Comando em Taquary comunicou ao então vice-presidente da Província que, juntamente com outros dois criminosos, David, “liberto, este como recruta para o Exército, não só por não ter meios lícitos de vida, ser solteiro, e ter todos os demais requisitos para tal fim, convindo mesmo retirá-lo e mais outros desta localidade antes que se tornem também assassinos (a que por esta redondeza abunda) e que não podem ser todos presos ao mesmo tempo, por não ter este destacamento força suficiente”.⁵²³

Em 1872, a cadeia de Cuiabá estava cheia de fujões, cativos e desertores: “Conseguiu-se igualmente efetuar a prisão de vários desertores, recrutas e muitos escravos

⁵²²Secretaria da Polícia de Cuiabá, 15 de janeiro de 1866. Doc. Avulso. Mapa 11, lata: 1866 –B. APMT. [No doc. não consta a redação final].

⁵²³Ofício do Quartel de comando do destacamento e diretoria do Núcleo Colonial do Taquary, ao vice-presidente da Província de Mato Grosso, barão de Diamantino, 2 de maio de 1875. Lata 1875-B. APMT.

fugidos. Existiam: 25 presos. Entraram: Livres: 166 presos; entraram: Escravos: 76; Saíram: Livres: 143; Saíram: Escravos: 73; Ficaram: 51 presos.”⁵²⁴

Será que os “Africanos Livres” relatados no Capítulo 4 foram enviados para Guerra, como foi habitual? Um documento de 1866, do Núcleo de Documentação Histórico da Universidade de Mato Grosso, talvez dê sugestões sobre esta questão: “Tem baixa no hospital militar desta cidade o africano livre Manoel, natural d’Cabinda, filho de pai incógnito, com 38 anos de idade, vai socorrido pelo Arsenal de Guerra até esta data.”⁵²⁵

Ainda no Núcleo de documentação da UFMT, localizamos uma única relação de cativos que participaram do esforço militar, sem ganharem a liberdade. São dezesseis trabalhadores escravizados no Arsenal de Guerra em Cuiabá. Como podemos observar na Tabela 17, eles desempenhavam funções como: trabalho de construção, cuidado de animais, serviço de cozinha dos presos, condução de água para os quartéis, etc.

Tabela 17

“Relação dos escravos pertencentes à Nação no Arsenal de Cuiabá - 1868”

Nomes	Destino	Serviços em que se acham
Ananias	Neste Arsenal	Encarregado da cozinha dos presos
Antonio dos Passos	Idem	Idem
Claudino	Idem	Na Fábrica da Pólvora
Domingos	Idem	Construção
Fernandes	Idem	Idem
João Carioca	Idem	Idem
João Velho	Idem	Empregado na condução d’água para os Quartéis
João Venâncio	Idem	Idem
Jose Mariano	Idem	Idem
Luiz 2º	Neste Arsenal	Empregado nos campos dos animais da Nação pertencentes a este Arsenal
Manoel Antonio	Idem	Idem
Manoel do Rosário	Idem	Empregado no serviço da Câmara Municipal
Sabino 1º	Idem	Empregado em Palácio

FONTE: “Relação dos escravos pertencentes à Nação, que n’este Arsenal existem e por diferentes vezes tem estado, segundo as reclamações do serviço público”. Arsenal de Guerra em Cuiabá 18 de Julho de 1868. Antonio Carlos Pereira- encarregado dos presos e escravos. NDHIR-UFMT.

⁵²⁴Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, pelo presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Junior, no dia 4 de outubro de 1872. Rio de Janeiro:Apóstolo, 1873. p.24.

⁵²⁵ Ofício do 1º Corpo de Guarda Nacional destacado para 7ª Companhia - baixa do hospital militar 1866. Cuiabá 8 de fevereiro de 1866. NDHIR-UFMT.

CASTIGOS, FUGAS, LIBERDADES

Castigos

No Brasil, as penas e castigos de açoites determinados oficialmente eram executados em público. Conforme o alagoano José Alípio Goulart, em *Da palmatória ao patíbulo*, no meio da vila, erguia-se o *pelourinho*, símbolo da autonomia municipal – “[...] velha tradição romana, uma coluna de pedra munida na extremidade de hastes de ferro recurvadas com argolas nas pontas; nessas argolas amarrava-se a ponta da corda que atava os pulsos da vítima, prevenindo-se sua imobilidade ao receber o castigo”. Esse espetáculo de horror era anunciado por toque de tambores, como “se fora uma função circense, para atrair curiosos e compacta assistência ao local onde se desenrolaria a bárbara e atraente cena”. O público juntava-se curioso ao redor do pelourinho. O carrasco, de relho em punho, erguia o braço onde descia veloz, “deixando ouvir o lépido do couro ao contato com as carnes do réu, riscando nestas lanhos escarlates onde bate. O verdugo procede em voz alta a contagem dos açoites. E o povo, admira a habilidade do carrasco [...]”.⁵²⁶

Apenas instituídas as vilas, os governantes já determinavam que se erguessem as colunas de pedras em praça pública. Em 19 de março de 1752, o primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, fundou Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé, que se tornou capital da Capitania. Naquela data, em demonstração de poder e autoridade, determinou que se levantasse o *pelourinho*: “[...] me resolvi fundar aqui a Vila [Bela], o que se fez a dezenove de março levantando-se o pelourinho e entrando a servir os Oficiais [...]”.⁵²⁷ O pesquisador João Carlos Vicente Ferreira, em *Mato Grosso e seus municípios*, fez uma transcrição, sem no entanto, citar a fonte, que o dito pelourinho era feito de madeira grossa e durável chamada ipiúva; era uma coluna torcida até certa altura, depois, em pirâmide, “onde se colocou um braço de ferro com o cutelo levantado em alto, e abaixo na formação da pirâmide quatro varões de ferro

⁵²⁶ GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*. Castigos de escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1971. pp. 95-6.

⁵²⁷ MOURA, Antônio Rolim de. *Correspondências*. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982. p. 99.

com suas argolas para prisões, e abaixo da coluna duas algemas de ferro para os braços e duas para os pés”.⁵²⁸ Ressalto que se castigava no pelourinho, porque ele simbolizava o poder municipal.

Desde que o regime servil foi implantado no Brasil até o seu fim, os escravistas usaram o castigo e o medo ao castigo como meios de serem obedecidos, inculcando o terror em milhares de trabalhadores escravizados.

De acordo com José Alípio Goulart, medo também tiveram os escravistas, porém, esse medo era sobretudo o da perda. O medo da rebeldia dos negros escravizados teria sido um dos fatores de maior responsabilidade pela sublimação dos castigos infligidos aos cativos. “O receio do proprietário de negros e não menos dos seus agentes, de ser triturado pela mão de uma população desesperada, revelou-se sob as formas mais estranhas que culminavam, em requintes de perversidades e de crueldades [...]. Aquela, e não outra, a maneira de impor autoridade, demonstrar força, dominar pelo terror.”⁵²⁹

Palmatórias

Citando Artur Ramos, Alípio Goulart nominou alguns dos instrumentos utilizados para castigar os cativos no Brasil: algemas, anjinho, bacalhau, correntes, ferro para marcar, gargalheira, máscaras, palmatória, placas de ferro com inscrições aviltantes e troncos. Segundo o autor, as *palmatórias* foram um dos mais vulgarizados entre os castigos domésticos sofridos pelos cativos. “Tal punição consistia em bater fortemente com o instrumento de sua aplicação, a *palmatória*, nas palmas das mãos dos castigados, seguidas vezes, contadas por dúzias, ou mesmo sem conta, até que saciada fosse a gana de castigar de que estivesse possuído o carrasco [...]”. Naquele momento, frente a frente com o algoz, a vítima estendia a mão espalmada diante do suplicador. Ao “estalar a palmatoada o negro se contorcia de dor, embora fosse obrigado a oferecer incontinenti a outra mão, para prosseguimento do castigo.”⁵³⁰

A palmatória era uma peça de madeira resistente e pesada, mais comumente em forma circular, de uns dez centímetros de diâmetro, por uns dois ou três de espessura, ao qual se ajustava um cabo de mais ou menos vinte centímetros de comprimento. Às vezes, era peça inteiriça e apresentava furos abertos na madeira. Havia igualmente palmatórias de

⁵²⁸ FERREIRA, João Carlos Vicente Ferreira. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Buriti, 2001. pp. 43-4.

⁵²⁹ GOULART. *Da palmatória ao*[...]. Ob. Cit. p. 39.

⁵³⁰ Id., *ib.*, pp. 55-7.

outros materiais. “Arrebentar as mãos de ‘bolos’, como de hábito se dizia, significava provocar violentas equimoses e ferimentos no epitélio delicado das palmas das mãos. Quando elevado o número de palmatoadas, os membros afetados não só ficavam deformados por fortes edemas, como se abriam em rachaduras deixando escorrer copiosa sangria.”⁵³¹

Tronco

O tronco foi outro instrumento de castigo comumente utilizado pela sociedade escravocrata. O tronco era um instrumento para a imobilização do prisioneiro. Podia ser um pedaço de madeira cravado no solo, ou instrumento mais complexo, em geral de madeira, constituído de duas partes. A historiografia sobre a escravidão no Brasil relatou em vários momentos a presença de troncos nas propriedades rurais. “Para colocar-se o negro no tronco, abriam-se as duas metades e se colocavam nos buracos o pescoço, os tornozelos ou os pulsos do escravo após o que eram fechados nas extremidades com grande cadeado.”⁵³² Havia igualmente troncos de ferro e usavam-se parafusos, como fechamento.

O pintor e desenhista francês, Jean Baptiste Debret, membro da missão artística francesa, solicitada por dom João VI, que chegou ao Brasil em 1816, foi nomeado professor de pintura histórica da Academia de Belas-Artes, em 1820. Regressando à França em 1831, publicou em Paris, de 1834 a 1839, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, diversas gravuras sobre aspectos, paisagens e costumes do Brasil, não esquecendo de destacar o grande número de cativos negros.

Sobre o instrumento de castigo *tronco* escreveu: “É comum encontrar-se em casa do fazendeiro brasileiro um tronco, antigo instrumento de castigo, formado por duas peças de madeira de 6 a 7 pés de comprimento, presas uma extremidade por dobradiça de ferro[...]. O fim desse dispositivo é de sobrepor as duas partes dos buracos redondos através dos quais são passados punhos ou pernas e às vezes o pescoço dos torturados”. Segundo o cronista, tal mecanismo era utilizado como represália aos cativos fujões, indisciplinados e ainda “também se prende assim todas as noites o escravo excitado pelo desejo”.⁵³³ Alípio Goulart também escreveu que, antes de serem levados para o tronco, com muita freqüência, os

⁵³¹ Id., ib., p. 58.

⁵³² Id., ib., p. 63.

⁵³³ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1946. p. 267.

cativos, eram disciplinados com açoites.⁵³⁴ Nas fazendas, havia freqüentemente a sala do tronco, onde os cativos eram mantidos imobilizados sobretudo durante a noite. Diante das casas-grandes ou das senzalas podia ser, igualmente, enterrado um ou mais *troncos*.

Conforme os documentos do Conselho Ultramarino, arquivados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFMT, em 1795, o então juiz de fora de Cuiabá, Luiz Manoel de Cabral, solicitou aos carcereiros da cadeia pública a relação de presos castigados no tronco. Em quase total maioria, os presos castigados com tal pena foram assinalados como “caburés” e o restante como “cativos”: “[...] Adão cativo de tronco; João crioulo cativo de tronco de pescoço; João Henriques crioulo, João negro, escravos de Francisco Rodrigues ambos castigados no tronco; João Mendes escravo castigado no tronco; José de Mello crioulo cativo castigado de tronco de pescoço; Tião crioulo cativo castigado de tronco de pescoço [...]”. Sendo que “foram várias pessoas brancas presas à ordem do Mestre de Campo e soltas [...]”.⁵³⁵ De acordo com Francisco Fernandes, em *Dicionário brasileiro contemporâneo*, “caburé” é “mestiço de negro e índio da América. De cor escura e cabelo liso; cafuzo; caboclo; caipira”.⁵³⁶

Marca a ferro

Seguindo as explicações de José Alípio Goulart, ainda na África, pouco antes de serem embarcados, os africanos capturados eram *ferrados* “a modo de bezeros novos, em dia de apartação, consoante as práticas costumeiras dos sertões gadeiros”. Recebiam a marca inflamável em variadas partes do corpo, numa coxa ou num braço, às vezes no ventre, ombro ou no peito, e até na face, dependendo da *preferência* do comprador. “A marca propriamente dita, tanto podia ser uma cruz, um sino, como letras ou flores. Além do sinal de propriedade, uma pequena cruz no peito, pela aplicação de ferro incandescente, designava cristãmente os que recebiam em África, antes de velejarem para o Brasil, o sacramento do batismo, em obediência a determinação do piedoso rei de Portugal, d. João III.”⁵³⁷ Logicamente o ferro de marcar era *adaptado* à anatomia humana, distinto portanto do ferro de marcar gado.

⁵³⁴ GOULART. *Da palmatória ao [...]*. Ob. Cit. p. 65.

⁵³⁵ Pasta 21, docs 27-30, 1795. Documentos avulsos da Capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa. NDIHR/UFMT.

⁵³⁶ FERNANDES, Francisco. *Dicionário brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Globo, 1953, pp. 202;209.

⁵³⁷ GOULART. *Da palmatória ao [...]*. Ob. Cit. p. 67.

Por alvará de 24 de novembro de 1813, o príncipe Regente, dom João, entre várias medidas tomadas “objetivando humanizar o transporte de escravos da África para o Brasil, proibiu-se continuasse a marcar negros pelo bárbaro sistema de carne tostada. É quando determina que a gravação do sinal distintivo se faça numa *golilha*: coleira que o escravo traria ao pescoço”. De acordo com José Alípio Goulart, até aí, não se poderia dizer que a marca de ferro em brasa fosse propriamente castigo: “Antes uma exigência do tráfico, uma formalidade mercantil que se cumpria como de hábito com qualquer mercadoria, no comércio grosso”. Uma diferença que certamente pouco importava ao africano cativo. No entanto, como forma de castigo e recomendada no Brasil, a marca de ferro quente constava do Alvará de 3 de março de 1741, “ato no qual El-Rei determinava que aos escravos fugidos encontrados em quilombos, desde que ali estivessem voluntariamente, da primeira vez se os marcasse em uma das espáduas com a letra F [inicial de fujão]”. Prosseguindo o mesmo autor: “Com essa tão bárbara quão infrutífera medida, visava S. Majestade liquidar com a formação de quilombos por estas bandas [...]”. Medida que, segundo o autor, não teria surtido efeito, pois “nada disso conseguiu atemorizar os escravos, por serem muito mais fortes que a dor física, causada por tais castigos, as outras dores que os levaram a evadirem-se”.⁵³⁸ Uma afirmação que certamente subestima o poder do terror na submissão do ser humano.

Máscaras de flandres

A *máscara* foi utilizada sobretudo para castigar os cativos que se excediam nas bebidas alcoólicas, ao furto de alimentos, à ingestão de terra ou barro, “sendo neste último caso, como castigo e como elemento auxiliar na cura dos geófagos”. Para José Goulart, máscaras de metal também foram empregadas em trabalhadores escravizados ocupados nas lavras diamantíferas, como “obstáculo intransponível à deglutição de algumas pedras que, após expelidas pelo processo fisiológico natural, eram destinadas ao contrabando”.⁵³⁹

As máscaras eram de zinco ou folha-de-flandres – chapa de ferro ou estanho – cobriam todo o rosto e eram presas na parte traseira do pescoço com cadeado. “O aparelho era provido de pequenos buracos, através dos quais o ‘mascarado’ via e respirava, sem

⁵³⁸ Id., ib., p. 68.

⁵³⁹ Id., ib., p. 71.

contudo poder levar qualquer alimento à boca. Havia máscaras que, como se fossem bridões [freios], vedavam somente a boca do seu portador.”⁵⁴⁰

O castigo da máscara tinha duração prolongada, “sendo necessária permissão do senhor para a retirada do aparelho a fim de poder o paciente alimentar-se. Além do sofrimento físico, que aquele instrumento não podia deixar de acarretar, passava ainda seu portador pela humilhação de andar por toda parte de rosto tapado, alvo de chacotas de companheiros. Escravos houve que fugiram portando o singular aparelho”.⁵⁴¹

Açoites

Os açoites foram muito usados por toda a América escravista; desse castigo, faziam uso tanto os particulares, como o poder público, para “corrigir” pequenas ou graves *faltas*. “O furto de uma rapadura ou de uma haste de cana; um gole de garapa ou de cachaça, desde que sem autorização superior, era o bastante para provocar a punição pelo chicote”. Para José Alípio, as próprias autoridades incentivavam muitas vezes o uso e abuso do castigo de açoites.

Em 1808, o príncipe Regente expediu Alvará estabelecendo castigos relativos a trabalhadores escravizados que levassem ouro falso ou roubado às casas de permutar. “A pena que, segundo o ato de S. Alteza, ia substituir a de 10 anos de galés, era a de 300 açoites, pela primeira vez e 600, na reincidência, dados interpoladamente a arbítrio do Intendente”. O Código Criminal do Império, no seu artigo 60 rezava: “Se o réu for escravo e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condenado à de açoites, e, depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz determinar.”⁵⁴²

Já em 1861, o governo imperial expressou através da Circular nº 365, de 10 de junho de 1861, que sem prejudicar a aplicação da pena, recomendava “aos juízes de direito, para que agissem com cautela, no particular, devendo os mesmos graduar a pena segundo a idade e robustez do réu, visto dizerem os médicos que mais de 200 açoites seguidos sempre provocaram funestas conseqüências”. A Circular imperial determinava ainda, “fosse suspenso o castigo tão logo o paciente, a juízo do médico, mostrasse não mais poder suportar os açoites restantes”. No entanto, seguindo o pensamento de José Alípio Goulart,

⁵⁴⁰ Id. Ib.

⁵⁴¹ Id. Ib.

⁵⁴² Id., ib., pp.79-80.

qual autoridade estaria apta para determinar tal suspensão? Pelo Aviso nº 276, de 20 de agosto de 1874, da Secretaria de Justiça do Conselho de Estado, a pena seria apenas *suspensa* e não definitivamente cessada, “completando-se-a tão logo o permitisse o estado de saúde do réu, que o médico era a autoridade capaz para determinar a suspensão da pena, consoante, aliás, já constava do Aviso nº 365”.⁵⁴³

O chicote

Foi tão freqüente e generalizado o castigo de açoites, que o seu instrumento de execução, “o *chicote*, passou a integrar como que obrigatoriamente a indumentária do senhor de escravos [...]. O chicote, como a vara da justiça, simbolizando autoridade e força, impunha o reconhecimento destas na pessoa de seu possuidor”. Segundo explicação de José Alípio Goulart, tal instrumento se constituía de um cabo de madeira, medindo em média trinta centímetros de comprimento, do qual saíam sete ou oito tiras de couro cru, retorcidas ou enodoadas. “Quanto mais ressequido o couro, mais as tiras maltratam as carnes do supliciado; e sendo esse o objetivo maior do castigo, tão logo começam as tiras a amolecer, embebidas no sangue da vítima, o carrasco substitui o chicote usado por outro, que para tanto há um estoque deles à mão.”⁵⁴⁴

Ainda que fosse comum designar um cativo para ministrar o castigo, nas propriedades rurais brasileiras era o *feitor* que habitualmente castigava os trabalhadores escravizados. Na hierarquia rural, o feitor era o representante do proprietário junto aos trabalhadores: transmitia ordem, determinava tarefas, fiscalizava serviços, mantinha a disciplina, aplicava castigos. “Quando, por qualquer razão, o feitor resolvia não executar com as próprias mãos o castigo, deferia a tarefa a um ou mais escravos que a levavam a cabo sob a sua fiscalização ou mesmo sem esta [...]. Isso, porém, não afasta a presença do próprio senhor, de chicote em punho, açoitando seus escravos, vezes até matando-os com a brutalidade da surra.”⁵⁴⁵

Conforme se constatou nos documentos, sobretudo processos em juízos municipais da Província de Mato Grosso, os escravistas raramente eram punidos pelos excessos de castigos praticados. É exemplar o processo registrado em 1862 no fórum de Santana de

⁵⁴³ Id., ib., pp. 80-1.

⁵⁴⁴ Id., ib., pp. 85-6.

⁵⁴⁵ Id., ib., pp. 89-90

Paranaíba. O réu Izaias Joaquim de Guimarães açoitou o cativo Sebastião até a morte. O juiz municipal não aceitou a denúncia.⁵⁴⁶

Em 1881, nos anos finais da escravidão, quando renascia o movimento abolicionista, o vice-presidente da Província de Mato Grosso, José Leite Galvão, na abertura de sessão da Assembléia Legislativa, comunicou o caso da morte de um cativo da região de Corumbá: “A 2 de dezembro de 1880, Manoel Pereira Guimarães castigou barbaramente ao escravo Vicente, que faleceu desses castigos. Fez-se inquérito policial que foi remetido ao Juiz de Direito”. Ainda no mesmo relatório, o vice-presidente relatou outro caso de violência contra cativos: “No dia 8 de dezembro de 1880, Severino Francisco da Cruz, feriu com duas facadas ao escravo Domingos [...]”.⁵⁴⁷

Os relatórios posteriores não informaram as punições que por ventura tenham sofrido os agressores, caso tenham recebido. Em 1886, no fórum de Santana do Paranaíba, foi aberto processo contra José Machado da Silva Diniz, acusado de espancar a cativa Joana escravizada por ele. A denúncia foi registrada em 17 de junho e no dia 20 já constava sentença: julgada improcedente.⁵⁴⁸ Isso, quando a escravidão já agonizava.

Em 1885, em Santana do Paranaíba, Justiniano Augusto Salles Fleury foi acusado pelo promotor público de ter assassinado o cativo Mathias. Segundo a denúncia da promotoria, Mathias de passagem pelas proximidades da residência do acusado, “ali recebeu um tiro, às oito horas da noite de que faleceu, desaparecendo o seu cadáver [...]”.⁵⁴⁹ Foi realizada a busca e não encontraram o corpo. O acusado foi absolvido. De acordo com José Alípio Goulart, “matar escravos e sepultá-los nos chãos de seus próprios, foi prática seguida comodamente por inúmeros donos de negros”.⁵⁵⁰

Instrumentos de ferro

Para castigar os trabalhadores escravizados foram utilizados vários instrumentos de ferro. Os *proprietários* de cativos, tinham inclusive a autorização do governo imperial para a utilização desse mecanismo de suplício. O Código Criminal do Império “autorizava o emprego de ferros quando os presos tentassem fugir; e o Regulamento da Casa de Correção

⁵⁴⁶ Juízo Municipal de Santana do Paranaíba. Processo 04, caixa 114. Arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS.

⁵⁴⁷ Relatório do vice-presidente, tenente-coronel José Leite Galvão que abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso. 3 de maio de 1881. Cuiabá: J.J. R. Calhão.

⁵⁴⁸ Juízo Municipal de Santana do Paranaíba. Processo 20, caixa 116. Arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS.

⁵⁴⁹ Denúncia de processo crime contra o tenente Justiniano Augusto de Salles Fleury. Caixa 1885. APMT.

⁵⁵⁰ GOULART. *Da palmatória ao [...]*. Ob. Cit. p. 172.

da Corte, de 6 de julho de 1850, previa a aplicação aos presos de ‘ferros, no caso de extrema necessidade e por ordem da Comissão Inspetora’”. As cadeias possuíam algemas, grilhões e correntes para conter os presos. Em todas as unidades do Império, sempre que se dava a substituição do carcereiro, realizava-se um inventário dos ferros existentes na cadeia.⁵⁵¹

Das mais variadas formas foram criados instrumentos de ferro com o objetivo de castigar os cativos. Seguindo as informações de Artur Ramos, José Alípio Goulart escreveu que alguns eram de formatos de argolas e correntes que enlaçavam o tronco, membros, o pescoço, os punhos, os tornozelos. “[...] as correntes estavam incluídas no grupo dos de captura e contenção. [...] os capitães-do-mato costumavam acorrentar os negros fugidos que capturavam; e nas cadeias, como nas propriedades particulares, correntes eram utilizadas à guisa de castigo”.⁵⁵² Os *grilhões* eram argolas de ferro que os condenados às galés traziam em volta do tornozelo quando deixavam a prisão para trabalhos externos.

Em 1875, o delegado de polícia da vila de Corumbá, João Antônio Rodrigues, solicitou ao presidente da Câmara Municipal “uma corrente e dois argolões para melhor evitar a fuga do escravo José Benedito [...]”.⁵⁵³

Gargalheira, *golhilha*, *gorilha* eram denominações para um colar de ferro, geralmente com três hastes com pontas retorcidas subindo acima da cabeça – uma das hastes com um chocalho. Tais *colares* se colocavam no pescoço do cativo sentenciado ou por decisão do *proprietário*. Segundo José Alípio Goulart, esse aparelho destinava sobretudo aos cativos que fugiam e tinha duas finalidades: “Uma, denunciar o seu portador pelo bimbalar do chocalho; outra, dificultar-lhe os movimentos no interior dos matos: os ganchos prendendo-se aos galhos e cipós, se porventura para ali tornasse a fugir.”⁵⁵⁴ Podemos agregar uma terceira função às hastes de ferro: a facilitação da imobilização do cativo, quando de sua captura. Nos fatos, bastava segurar na haste e fazer pressão para baixo, para obrigar o cativo a ajoelhar-se, devido a pressão exercida no pescoço.

Anjinho tratava-se de instrumento de ferro no qual se prendiam as pontas dos dedos polegares da vítima em dois anéis e os comprimiam gradualmente, por meio de uma pequena chave de parafuso até esmagar as pontas dos dedos. “Quando se pretendia arrancar

⁵⁵¹ GOULART. *Da palmatória ao [...]*. Ob. Cit. p. 133.

⁵⁵² Id., ib., p. 134; 137.

⁵⁵³ Ofício do delegado de polícia João Antônio Rodrigues ao presidente da Câmara Municipal de Corumbá, 15 de abril de 1875. Arquivo Público da Câmara de Corumbá, doc. avulso.

⁵⁵⁴ GOULART. *Da palmatória ao [...]*. Ob. Cit. p. 135.

a um escravo uma confissão, submetiam-no ao *anjinho*, cujo martírio levava sua vítima a fazer qualquer declaração.”⁵⁵⁵

Marcas do açoite

No Brasil, foram utilizados os mais variados castigos e para realizá-los, os negreiros serviram-se dos mais bizarros instrumentos de suplício.

Pelo Alvará de 3 de março de 1714, ficaram os governantes da colônia autorizados a decepar uma orelha a todo trabalhador escravizado que pela segunda vez fosse capturado em quilombo. Por outro lado, temos registro que, episodicamente, em engenhos e fazendas, lançou-se mão de castrações, amputações, extrações de olhos, fraturas de dentes, desfigurações de faces, etc., como forma de castigar e aterrorizar cativos.⁵⁵⁶

Ao denunciar a fuga, era comum, tanto nos anúncios de jornais, como nos relatórios de polícia, identificar o cativo salientando os sinais de açoites que possuíam pelo corpo. A guisa de exemplo, cito a comunicação que, em 1860, Tibério Fidelis Moniz informava o presidente da Província da fuga de um dos cativos sob sua responsabilidade em região próximas ao Paraguai.

Tibério descreveu assim o fujão: “Antônio Congo, 20 anos, estatura regular, sinais característicos: cabeça redonda, orelhas pequenas, olhos pequenos, nariz pequeno, dentes abertos, possui várias marcas no peito”.⁵⁵⁷ Em 1881, o proprietário rural, Urbano José de Arruda, morador em Cuiabá, mandou publicar no jornal: “Gratifica-se com a quantia de 150\$000 a quem capturar os escravos Modesto e Zeferino, pertencente ao sr. Urbano José de Arruda, os escravos têm os seguintes sinais a saber: Modesto, cor preta, certo sinal partido na testa entre as sobrancelhas. Zeferino, cor parda, sem orelha direita, dentes limados [...]”.⁵⁵⁸

Trânsito proibido

As câmaras municipais imprimiam formas de punir o trabalhador escravizado mesmo nos momentos que circulavam nas ruas, a serviço dos proprietários. Andando pelas

⁵⁵⁵ Id., ib., p. 139.

⁵⁵⁶ Id., ib., pp. 163-64.

⁵⁵⁷ Livro de Registros nº 162, 1860. doc 42. p. 43. Arquivo Público de Mato Grosso.

⁵⁵⁸ Periódico: A Província de Mato Grosso, Cuiabá, 18 de setembro de 1881. p. 56. Arquivo Público de Mato Grosso.

ruas, ainda que a trabalho, longe dos olhos do feitor, o cativo podia sentir-se mais “livre”, tinha oportunidade de conhecer e conversar com outros iguais, ver o movimento da cidade, tomar umas cachaças e, até mesmo, pensar ou empreender uma fuga. No entanto, esses espaços de *liberdade* eram limitados pelos códigos de posturas municipais, que disciplinavam a vida do cativo nas vilas urbanas. Em 1881, o então vice-presidente da Província de Mato Grosso comunicou em assembléia: “Fica igualmente proibido: o trânsito de escravos sem bilhete de seus senhores depois do toque de recolher [...]. E para que chegue ao conhecimento de todos, mando lavrar o presente que será fixado na porta d’esta Secretaria e publicado pela imprensa.”⁵⁵⁹

O cativo era igualmente vigiado permanentemente pelos homens livres e punidos com castigos corporais pelas suas *faltas*. Em 1880, na vila de Corumbá, Joaquim Timótheo Ribeiro, abordou o cativo João do engenho, à noite, “pelo motivo de querer este examiná-lo, perto da casa de sua residência, por constar-lhe que o mesmo escravo andasse armado, visto que o Delegado de polícia não dava providência alguma”. O acusador após surrar o cativo, chamou a polícia para que o prendesse. “Esse escravo foi recolhido à cadeia a minha ordem [juiz municipal] e no dia seguinte procedi as necessárias perguntas ao mesmo, para saber o que ele andava fazendo pelas ruas fora de hora [...]”⁵⁶⁰

Violências contra os trabalhadores escravizados

Se o trabalhador escravizado era tão importante para o sistema de produção, como já dissemos, “os pés e as mãos do senhor”, na voz de Antonil, por que sofreram tantas barbaridades? Embora o cativo fosse mão-de-obra indispensável para o sistema de produção, era necessário que se mantivesse preso ao rigor e disciplina que exigia o sistema escravista, se não o obedecesse, como um imã, atraíam para si, todo tipo de sorte e violência. Dentro ou fora das propriedades rurais, o trabalhador escravizado era alvo de ataques, castigos e mortes.

Além dos já mencionados, relaciono outros crimes e atos de sangue praticados contra trabalhadores escravizados, por homens livres e cativos, por toda a Província de Mato Grosso, devido sobretudo à violência da sociedade escravista.

⁵⁵⁹ Fala com que o vice-presidente, tenente-coronel José Leite Galvão, abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da Assembléia da Província, 3 de maio de 1881. Cuiabá: J.J. R. Calhão, pp. 5-6.

⁵⁶⁰ Denúncia do Juízo Municipal do termo da cidade de Corumbá, 21 de fevereiro de 1880. Lata 1880-E. APMT.

Distrito de chapada dos Guimarães: “A 6 de Agosto, no distrito da Chapada, o escravo Cypriano, de José de Lara Pinto, foi assassinado com facadas pelo desertor Manoel Francisco, que foi preso.”⁵⁶¹

Vila Maria: “A 10 de Setembro, em Vila Maria, foi assassinado com uma facada Joaquim, escravo de Joaquim José Villas-Boas, pelo soldado do batalhão 19 de infantaria, Virgílio de Almeida Rodrigues, que foi preso.”⁵⁶²

Distrito de Santo Antonio: “A 28 do mês de dezembro chegou mais ao conhecimento do mesmo delegado que havia dois anos mais ou menos que no rio Pirahim, distrito de Santo Antonio, Joaquim Rodrigues de Moraes tinha assassinado ao escravo Caetano, do finado Bouret. Procede-se a inquérito.”⁵⁶³

Distrito de Guias: “A 20 janeiro as mesmas horas, o escravo Pedro, de d. Augusta Delfina de Figueiredo, recebeu uma canivetada quando passava pela rua do Conde d’Eu, n’esta cidade, em frente à casa do estrangeiro Raveta, que fez-lhe leve ferimento.”⁵⁶⁴

Distrito do Livramento: “A 23 de janeiro, foi encontrado nos subúrbios, em chácara de Alexandre Rodrigues Coimbra, pouco acima do porto d’esta cidade, o cadáver de um preto velho de nome João, que achava-se com o camarada do mesmo Coimbra, apresentando diversos ferimentos feitos por instrumento cortante e contundente. Procede-se exame de corpo de delito, e descobriu-se ter sido assassinado com uma foíce, por Francisco Antonio do Nascimento, também camarada de Coimbra.”⁵⁶⁵

Distrito do Livramento: “A 30 de janeiro, às 7 horas da noite, no chafariz do Largo da Conceição, nesta cidade, o inspetor da 4ª companhia do batalhão 21 de infantaria, Agostinho do Nascimento, feriu com um canivete ao escravo Delfino, de João Carlos de Pinho. [...] não houve processo por não apresentar queixa o senhor do escravo.”⁵⁶⁶

Distrito de Santo Antônio: “A 26 de março ultimo, no Distrito de Santo Antonio do rio abaixo, Mamede Nunes Feijó, feriu gravemente com uma faca a Gabriel, escravo do capitão Francisco Jorge d’Albuquerque Nunes. O réu, posto que preso em flagrante delito e remetido pelo respectivo subdelegado de policia para esta capital, foi, não obstante, mandado pôr em liberdade pelo Juiz de Direito da comarca, por falta de preenchimento de certas formalidades legais [...]”⁵⁶⁷

Em 1873, em Cuiabá foram presos 149 cativos, sendo 48 por tentativa de fuga; desses, 29 eram homens e 19 mulheres. Registre-se o número relativamente alto de mulheres fugindo, para dados de outras épocas e outras regiões. E os restantes, conforme relatou o então presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis, foram presos “por motivos

⁵⁶¹ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, pelo presidente Francisco José Cardoso Junior, no dia 4 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Apostolo, 1873. p.19

⁵⁶² Id. Ib.

⁵⁶³ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na 1ª sessão da 20ª Legislatura no dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p. 10.

⁵⁶⁴ Id. Ib.

⁵⁶⁵ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na 1ª sessão da 20ª Legislatura no dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p. 10.

⁵⁶⁶ Id. Ib.

⁵⁶⁷ Relatório com que o coronel José Maria de Alencastro, presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: J.J. R. Calhão, 1882. p. 04.

diversos”.⁵⁶⁸ Já em 1875, foram presos 94 cativos, sendo 68 homens e 26 mulheres, não sendo registrados os motivos das prisões.⁵⁶⁹ Não há dúvidas que motivos não faltaram ao negro escravizado a se rebelar. Para a manutenção do sistema, os escravistas impunham uma estrutura de dominação tal que o trabalhador escravizado, no limite de sua resistência, respondia comumente com irredutível oposição ao trabalho, sabotagem da produção, roubos, ou, até mesmo, atentados, fugas, suicídios, etc. Mesmo a *acomodação* à escravidão, dava-se no contexto dessa incessante resistência que determinou inexoravelmente a sociedade escravista.

Polícia feitora

Os trabalhadores submetidos, quando não estavam sob a vigilância daqueles para quem serviam em suas propriedades, eram velados nas ruas pela severa sociedade que não permitia que a dominação e a exploração fossem ameaçadas. Uma das funções da polícia do período escravista foi a de “feitora”. Vários relatórios dos presidentes da Província de Mato Grosso registraram a preocupação constante com as revoltas e fugas de cativos. Em vários momentos, particulares e instituições solicitaram reforços policiais e de camaradas para engrossarem as correntes que perseguiram os negros. Em 1838, pedia-se “criação de Guardas encarregados da polícia das Vilas e Freguesias, segurança das prisões, destruição de quilombos, prisão de escravos fugidos, seria de muita utilidade [...]”.⁵⁷⁰ Em 1877, o general Hermes da Fonseca, presidente da Província de Mato Grosso, descrevia tais *necessidades*: “[...] a reforma de regulamento policial, a criação de disposições regulamentares do engajamento de camaradas para evitar o acoutamento de negros fugidos e desertores que no interior da Província se faz por especulação em não pequena escala [...]”.⁵⁷¹

Sabotando o sistema

Para resistir ao sistema que os oprimia, cativos e cativas criaram várias formas de se oporem ao poder dos proprietários e de seus mandatários. Comportamentos que afligiam o

⁵⁶⁸ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1ª sessão da 20ª Legislatura, dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, pp. 25-6.

⁵⁶⁹ Fala com que o general Hermes Ernesto da Fonseca, abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia de Mato Grosso, dia 3 de maio de 1876. Cuiabá: Largo do Palácio, p.11.

⁵⁷⁰ Discurso recitado pelo presidente da Província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da 1ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléia, dia 1º de março de 1838. Cuiabá: Provincial, 1845. p. 20.

⁵⁷¹ Fala com que o general Hermes Ernesto da Fonseca, abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia de Mato Grosso, dia 3 de maio de 1877. Cuiabá: Largo do Palácio, pp. 10-11.

poder dominante quando os trabalhadores sabotavam o trabalho, furtavam a produção, destruíam os instrumentos de trabalho, participavam de levantes, fugas, crimes, roubos, etc. Essas ações sempre acompanharam o cotidiano escravista, ameaçando-o. A resistência dos trabalhadores escravizados manifestava-se de maneira individual ou coletiva.

A prática de abortar filhos, adotada pelas cativas, foi interpretada por muitos pesquisadores como uma forma que elas encontraram de negar ao sistema mais um cativo. Uma questão muito relativa. A mulher escravizada parece ter resistido à natalidade em boa parte, porque ela lhe acrescia trabalho em um contexto já muito difícil. A maternidade biológica na escravidão estava em geral desprovida das suas retribuições sociológicas tradicionais na sociedade doméstica. Por outro lado, durante muito tempo, até o fim do tráfico internacional, em geral o escravizador se despreocupou com a reprodução natural da escravaria.

A região mato-grossense requeria, à época, de muita força de trabalho para dar conta dos serviços nas minas de ouro e produção de gêneros de abastecimento. Em 1799 os membros do Conselho Ultramarino registraram que uma boa medida para aumentar a mão de obra, ou seja, a população submetida, seria através do casamento, e daí o surgimento de filhos. No entanto, essa prática não estava sendo realizada: “As pobres mães no tempo da gravidação e da criação, não experimentam diferença alguma no trabalho, e a falta de humanidade com que por via de regra são tratadas, faz com que até algumas cheguem a matar os seus próprios filhos, antes e depois de nascidos, só para que não venham a ser vítimas da sua infeliz sorte.”⁵⁷²

Segundo parece, ainda no século 19, as cativas mantinham as mesmas práticas abortivas. O cronista Saint-Hilaire citando Eschwege [sobre a Província de São Paulo], escreveu em 1820, que entre as causas de “pouca fecundidade das negras de Minas, ele enumera os maus tratos que elas muitas vezes sofriam durante a gravidez e o bárbaro costume que tinham essas mulheres de abortar [...]”.⁵⁷³

Suicídios

O suicídio foi um outro gesto, sobretudo inconsciente, de contestação à dominação escravista. São muitos os registros sobre essa prática que, sem dúvida nenhuma, lesava o

⁵⁷² “Observações sobre a louvação da freguesia de Vila Bela de Santíssima Trindade de Mato Grosso, segundo o exato recenseamento que se fez dos seus habitantes nos anos de 1769 e 1797”. Biblioteca Nacional de Lisboa. Conselho Ultramarino. Vila Bela, 15 de maio de 1799. NDIHR/UFMT.

⁵⁷³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: EdUSP, 1976. p. 73.

sistema escravista, desorganizando-o, ainda que esse não fosse em geral o objetivo do cativo. Os cativos utilizavam medidas extremas como afogamento, asfixia, envenenamento, estrangulamento, para dar fim à própria vida. Observou-se com destaque que as autoridades policiais, sem maiores explicações, justificavam que um dos motivos dos suicídios do trabalhador escravizado seria a embriaguez, ou ainda, por “desgostos provenientes de sua mísera condição”, sem detalharem as investigações. São vários e vários os relatos que contam as trágicas condições envolvendo o suicídio.

“Perpetraram-se no ano de 1851 nove homicídios. Consta ter havido mais dois caso de morte; porém depois das mais escrupulosas averiguações e exames, reconheceu-se que um provinha de haver se deixado levar (provavelmente por ebriedade) o individuo cujo cadáver foi achado nas imediações do Porto Geral desta Cidade; o outro foi um suicídio por estrangulação. Ambos os mortos eram escravos.”⁵⁷⁴

“No decurso do ano apareceram os suicídios de uma preta escrava e a morte de mais duas pessoas, cujos cadáveres foram encontrados em estado de putrefação.”⁵⁷⁵

“Só dou a lamentar o ano próximo passado, de que dá noticia mortes, o 1º dos quais foi a 26 de abril, nos subúrbios desta cidade, do escravo Porfírio, de Silvestre Antunes Pereira, com um tiro de espingarda, e o 2º, a 8 de julho, na cidade de Mato-grosso, do alferes Manoel Alves Ferreira, por meio de envenenamento. Ignora-se o motivo que levaria o 1º a esse ato; o 2º que vivia habitualmente ébrio, parece ter sido levado a isso, por se achar administrativamente preso para responder pelo alcance que tivera com o cofre provincial, como coletor.”⁵⁷⁶

“A 16 de maio, às 5 horas da manhã, a escrava Emilia, de d. Gertrudes de Souza Neves, estando ébria, atirou-se a um poço do quintal da casa em que mora a senhora, a rua 11 de julho, onde faleceu. Procedeu-se a corpo de delito.”⁵⁷⁷

“Na tarde 14 de outubro, Maria, escrava de João Lício Borralho, tentou suicidar-se se lançando em um poço.”⁵⁷⁸

“[...] Entre os fatos notáveis que ocorreram desde o principio do ano passado até o fim de Janeiro do corrente compreendem-se o suicídio de duas escravas, levadas a esse ato de desespero por desgostos provenientes de sua mísera condição [...].”⁵⁷⁹

⁵⁷⁴ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1853. p.07.

⁵⁷⁵ Relatório apresentado ao chefe de esquadra, Augusto Leverger, vice-presidente da Província de Mato Grosso, pelo brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao entregar a administração da mesma Província. Rio de Janeiro: Comercio, 1866. p. 71.

⁵⁷⁶ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na 2ª sessão da 19ª Legislatura no dia 3 de maio de 1873, pelo presidente da Província, o general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p.10.

⁵⁷⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na 1ª sessão da 20ª Legislatura no dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, o general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p. 25.

⁵⁷⁸ Fala com que o general Hermes Ernesto da Fonseca, abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso, no dia 3 de maio de 1876. Cuiabá: Palácio, p.10.

⁵⁷⁹ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, pelo Conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Mato Grosso, 1864. p. 08.

Revoltas: matar ou morrer

Os cativos e cativas rebelaram-se. Organizaram motins, cometeram assassinatos, fugiram e formaram quilombos.

Foi tencionando e ameaçando que alguns cativos dos já mencionados “Garcia”, de Santana do Paranaíba, tiveram revogadas as suas “cartas de liberdades”. Em 1844, Januário Garcia Leal, revogou a carta de liberdade concedida para o cativo Camilo: “[...] como dito escravo se porta cometendo algumas tentativas de homicídios, tratando com pouco respeito ao seu Senhor e finalmente evadindo-se e induzindo mais escravos da casa para lhe acompanhar e como de fato, assim o fizeram [...]”.⁵⁸⁰

Em 1847, Joaquim Garcia Leal solicitou ao cartório do 1º ofício de Santana do Paranaíba: “Tendo eu feito a graça aos meus escravos que por meu falecimento gozariam então de suas liberdades, isto mesmo já se lançado no Cartório de Juiz de Paz, antes mesmo do meu falecimento, o escravo Antônio Procópio, crioulo, tencionou a me tirar a vida [...]. Mando lançá-lo fora por não merecer de minha pessoa a graça que eu faria.”⁵⁸¹

Pelos documentos do mesmo cartório, de 1847 até o ano de 1865, Joaquim Garcia Leal revogou as cartas de liberdade dadas aos trabalhadores subjugados por ele por sentir-se ameaçado. Em 1854, solicitou ao mesmo cartório a revogação das cartas de liberdades de Jeraldo, crioulo, e Luiza, crioula, pois “têm se tornado ingratos não me servindo como deviam e até evadindo-se de minha companhia [...]”.⁵⁸² Em 1865, Joaquim Garcia Leal retornou ao cartório de Santana do Paranaíba, dessa vez para revogar a carta do cativo Lauriano, filho de Theresa, também cativa. “[...] vem por este público Instrumento, e na melhor forma de direito, revogar a liberdade concedida ao mencionado escravo Lauriano pardo; revoga sim pela ingratidão que usou com ele libertante e pela ofensa que declarou o mesmo outorgante que foi ofendido com um pau sobre a cabeça por repetidas vezes e pelos braços, a ponto de lhe quebrar um dos canais do braço esquerdo [...]. O outorgante reconheceu que a intenção do dito era matar ou assassinar porque para o deixar foi preciso ser acudido pelas escravas que se achavam em casa [...]”.⁵⁸³

Curioso no fato relatado é que uma das cativas que o ajudou era a mãe do agressor. No ato, Joaquim Garcia informou que o cativo Lauriano, depois de agredi-lo, fugiu para

⁵⁸⁰ Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1844. p. 182-v.

⁵⁸¹ Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1847. p. 141, v.2.

⁵⁸² Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1854. p. 184.

⁵⁸³ Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1865. pp.115-6.

Minas Gerais. Destaque-se que a promessa de liberdade comumente não era garantia de submissão do trabalhador escravizado.

Em 1854, o presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, acusou os trabalhadores escravizados de serem os principais responsáveis por diversos casos de ferimentos, homicídios e roubos. “Estes crimes pouco diferem pelas suas circunstâncias dos que se perpetraram nos anos anteriores; provieram, pela maior parte, de rixas entre gente da ínfima classe do povo, e em que foram as vítimas os agressores [...]. Consta terem sido cometidos três roubos e sete furtos, cujos autores são quase todos escravos.”⁵⁸⁴

Ao longo de todo o período escravista mato-grossense, observou-se nos relatórios provinciais e de polícia que a maioria dos atos criminosos era realizado por pobres ou cativos: “Reportando-me as considerações que, sobre este importante assunto, cabe-me dizer-vos que os crimes, no decurso de 1873, cometidos na Província contra a vida ou propriedade, o foram em geral por escravos ou pessoas de ínfima condição por sua falta de educação e instrução.”⁵⁸⁵

Sobre esse tema, a historiadora Luiza Volpato destacou: “A partir da nova ética, os fatores a estimular o crime eram agora a ociosidade e a ignorância, que deveriam ser reprimidas, como eram também reprimidas as festas e danças populares, por propiciarem a ocorrência de delitos e por colocarem em risco a ordem almejada pelo cidadão.”⁵⁸⁶

Diante dos *crimes* praticados por cativos e não-cativos, a pena variava, sendo mais rigorosa para o cativo, sobretudo quando se tratava da pena última. “Nas três sessões do Jury julgaram-se 12 processos no da Capital, e 1 no de Poconé, compreendendo 14 réus, que cometerão 13 crimes. Dos 14 réus foram condenados, 1, que é escravo, à pena de morte; 2 à prisão com trabalho e multa; 2 à prisão simples e multa; sendo absolvidos 8 por decisão do Jury, e 1 por perempção.”⁵⁸⁷

Por todo o Império, em meados do século 19, os cativos promoveram diversos atentados contra proprietários, feitores e representantes da classe dominante. No Mato Grosso não foi diferente: “A 16 de maio, no distrito do Rosário e no lugar denominado – Porto Alegre – os escravos fugidos do quilombo do Rio Manso do Sul, assaltaram o sitio de

⁵⁸⁴ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854. p.6.

⁵⁸⁵ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na 1ª sessão da 20ª Legislatura no dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, o general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p.6.

⁵⁸⁶ VOLPATO. *Cativos do [...]*. Ob. Cit. p. 95.

⁵⁸⁷ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa de Mato Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863. Cuiabá: Matto Grosso, 1864. p. 10.

Salvador de Almeida Lara, raptaram duas mulheres e mataram a Manoel Antonio, que vivia em companhia delas.”⁵⁸⁸

O assassinato de Firmiano Firmino Ferreira Candido

Conforme já noticiamos no Capítulo Quinto, cativos assassinaram um proprietário de muitas terras em uma localidade chamada baía do Chané, próxima de Corumbá. A historiadora Maria do Carmo Brazil teve acesso ao processo de apelação criminal e registrou o acontecido em *Fronteira negra*, já mencionado no capítulo primeiro. Em 15 de janeiro de 1878, dez trabalhadores escravizados por Firmiano Firmino, armados de espingardas, facas e espadas, pegaram-no de surpresa. Este se encontrava em sua fazenda, deitado em uma rede, conversando com sua filha de nome Gertrudes Cândida Ferreira. Segundo o documento, os cativos deram quatro tiros no fazendeiro. Após isso, procuraram o capataz João Pedro e também o mataram com três tiros.⁵⁸⁹

O jornal *A Opinião* noticiou o fato: “Segundo carta particular, escrita por um genro do Firmiano, os homicídios foram perpetrados por escravos do próprio Firmiano, os quais, depois de o assassinarem e ao referido João Pedro, saquearam da fazenda o que puderam, tendo antes exigido as chaves das canastras existentes em casa, e retiraram-se, montados e bem armados, em número de vinte, inclusive alguns crioulinhos e dois ou três camaradas”.⁵⁹⁰ Camaradas eram trabalhadores livres, no caso, bolivianos, como veremos.

O jornal informou ainda, que os assassinos para dificultarem a ação da Justiça, levaram todo o armamento e animais que havia na fazenda e inutilizaram com machados, três canoas. A perseguição da Justiça escravista foi imediata: “Logo que se teve aqui a notícia de tão tristes acontecimentos, o sr. dr. Juiz Municipal, com alguma força, seguiu para o rastro deles, a fim de tomar as devidas providências.”⁵⁹¹

De acordo com o processo descrito por Maria do Carmo Brazil, o genro de Firmiano, Joaquim Ferreira Nobre, ao testemunhar, declarou que não sabia ao quê atribuir o crime, “a menos que não seja castigos que o seu sogro tinha infligido a algumas escravas entre as quais Germana, mulher de José, sendo que Benedito havia poucos dias tinha sido

⁵⁸⁸ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, pelo presidente da mesma Província, tenente-coronel, Francisco José Cardoso Junior, no dia 4 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Apostolo, p.18.

⁵⁸⁹ BRAZIL. *Fronteira* [...]. Ob. Cit. p. 120.

⁵⁹⁰ Periódico: *A Opinião*. 16 de janeiro de 1878. p. 1. APMT

⁵⁹¹ Id. Ib.

solto de ferros que trazia aos pés desde a ocasião em que fugira”.⁵⁹² Ou seja, a fazenda se assemelharia a uma verdadeira colônia correcional!

Todos os envolvidos foram punidos. Os cativos, José, Benedito, Julião, Modesto, José, Laurindo, Adão, José Mulato, José crioulinho “foram punidos com o máximo das penas do art. 1º da lei de 10 de junho de 1835, e os outros camaradas, João Ignácio e André [boliviano], ‘com o máximo das penas do art. 192 do Código Criminal por terem concorrido as circunstâncias do art. 16 parágrafos 1º, 4º, 6º, 7º, 8º, 10º, 15º e 17º do art. 17 parágrafo 4º do dito código’”.⁵⁹³

Para Maria do Carmo Brazil: “A revolta dos escravos da baía do Chané teve todas as possibilidades de transformar-se num núcleo de resistência. Tratou-se de uma tentativa frustrada de fuga coletiva, como reação aos castigos sofridos.”⁵⁹⁴

Em 1882 o juízo municipal da cidade de Corumbá comunicava a comutação das penas imputadas a um dos José e a Benedito: “Por decreto de 15 de abril de 1881, houve por bem S.M. o Imperador comutar em galés perpétuas as penas de mortes, impostas aos réus José e Benedito, escravos e assassinos de Firmiano Firmino Ferreira [...]”.⁵⁹⁵

Crimes diversos

Como no restante do Brasil, a documentação pesquisada nos arquivos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mostrou vários casos em que os trabalhadores e trabalhadoras escravizados manifestaram-se com violência contra a sociedade mato-grossense que os aprisionava. Em *Evolução histórica sul Mato Grosso*, o pesquisador João Batista de Souza, sem citar a fonte escreveu que, Gabriel Francisco Lopes, irmão do “guia Lopes da Laguna”, “em 1847, fundava a sua posse Monjolo [fazenda], onde foi assassinado, no ano seguinte, por dois dos seus escravos”.⁵⁹⁶

Em junho de 1873, “às 7 ½ horas da noite, vindo para esta cidade, de sua chácara, sita nos subúrbios do rio Coxipó-Mírim, o capitão Félix de Miranda Rodrigues, ao passar pelo ribeirão do Barbado, recebeu um tiro de chumbo grosso, disparado do mato que margeia a estrada, ferindo só levemente de soslaio no abdômen parte da munição, sem que

⁵⁹² BRAZIL. *Fronteira* [...]. Ob. Cit. p. 120

⁵⁹³ Id., ib., p. 121.

⁵⁹⁴ Id. Ib.

⁵⁹⁵ Juízo Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá e seu termo, 12 de dezembro de 1882. Lata 1882-A. APMT.

⁵⁹⁶ SOUZA. *Evolução histórica* [...]. Ob. Cit. p. 128; DOURADO, Maria Teresa Garritano. “No rastro de Dona Senhorinha...”. Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: ANPUH, 2002. p. 53.

pudesse ver quem o havia atirado”.⁵⁹⁷ Na ocasião, não houve certeza sobre quem disparara sobre o capitão Félix.

Em outubro do mesmo ano, Manoel, escravizado pelo mencionado capitão, foi preso por ser fujão e, na prisão, confessou crime, relatado pelo presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis: “[...] foi assassinado com um tiro de espingarda, na chácara do capitão Félix de Miranda Rodrigues, sito à margem do rio Coxipó-Mirim, nos subúrbios desta cidade, pelo escravo Manoel, do referido capitão, o feitor da mesma, Francisco Leonardo, cujo cadáver fora encontrado no barranco do mesmo rio em outubro, mês que esse escravo confessou tê-lo morto e ali enterrado o cadáver, como foi mostrar”.⁵⁹⁸

Na prisão, o cativo disse igualmente que: “[...] além do crime que confessou à polícia ter cometido contra o seu feitor, também declarou ter sido o autor do tiro contra o seu senhor [Félix de Miranda Rodrigues]”. Manoel foi condenado à pena de morte, no entanto, a sua execução foi suspensa, “em virtude da petição de graça que dirigiu o réu ao Poder Moderador”.⁵⁹⁹

Fugas

O trabalhador feitorizado fugia para escapar da escravidão. Para buscar liberdade. Fugindo, buscava outro mundo, espaços onde pudesse sentir-se independente, ainda que relativamente. Misturava-se com outros iguais (ou não) em lugares onde não pudesse ser reconhecido, ou que não pudesse ser alcançado.

Os negros escravizados nas terras dos pantanais adquiriram desde muito cedo a alternativa de fugir da servidão. No ano de 1754, o capitão Rolim de Moura reclamava ao Conselho Ultramarino a fuga de alguns cativos para as bandas do Paraguai e Bolívia. “Também devo dizer a V. Excelência que a barra dos Porrudos para baixo, como se entra no Paraguai, que é rio comum têm logo os fugidos a barra nesta parte direta que pertence à Espanha, e assim me é necessário saber se há logo servir de couto aos ditos fugidos [...]”.⁶⁰⁰

De 1797 a 1799, os membros do Conselho Ultramarino, a fim de resgatar os *bens* fugidos, enviaram várias correspondências para os governantes daquelas cidades, que iam e vinham. Os representantes do Mato Grosso reclamavam a devolução de cativos fugidos e de

⁵⁹⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na primeira sessão da 20ª Legislatura no dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p. 10.

⁵⁹⁸ Id., ib., p. 9.

⁵⁹⁹ Id. Ib.

⁶⁰⁰ MOURA. Antônio Rolim de. *Correspondência*. Cuiabá: FUFMT/NDIHR, 1982. V-I. p. 128.

soldados desertores. As autoridades da Bolívia respondiam ser impossível, porque os cativos já tinham ido adiante, para a fronteira com o Peru. Afirmavam não considerar desertores soldados auxiliares, somente aqueles de tropas pagas. Quanto aos negros fugitivos, diziam não serem comprovados que eram *escravos*, porque não foram fornecidos os nomes de seus *donos*. Além disso, aconselhavam as autoridades brasileira a protegerem melhor suas fronteiras.⁶⁰¹ Mais ainda, reclamavam a devolução de mulas e cargas de açúcar que teriam sido roubadas por soldados bolivianos e vendidas a portugueses da Província de Mato Grosso. De 1865 a 1877, os relatórios provinciais ainda noticiavam muitos casos de fugas de cativos para a Província da Bolívia.

Relativo às fugas no Mato Grosso, caso peculiar foi o dos “africanos livres” da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – identificados no Capítulo Quarto – onde Alexandre Cabinda, 13 anos; Antonio Congo, 20 anos; Domingos Angola, 14 anos; Firmino Benguela, 36 anos; Gustavo Congo, 18 anos; Jacinto Monjolo, 14 anos; Januário Congo, 17 anos; Luiz Moçambique, 12 anos; Macário Monjolo, 11 anos; Manoel Cabinda, 18 anos; Torquato Congo, 10 anos; organizaram-se e se evadiram “do estabelecimento do Paraguai na noite de 12 de outubro de 1856; compareceram dia 24 do mesmo mês e ano apadrinhado em razão de ser seduzido por dois escravos desta Sociedade.”⁶⁰² O que teriam feito esses jovens trabalhadores fujões em doze dias? Retornaram por livre e espontânea vontade ou foram perseguidos, açoitados e obrigados a voltar e produzir, produzir, produzir?

Quilombos

Por mais de três séculos, a sociedade escravista brasileira conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se graças à mão-de-obra de negros submetidos. Como assinalamos, essa *massa humana* não ficou passiva. Milhares de trabalhadores escravizados negaram a opressão, das mais diversas formas, nem que fosse fazendo corpo mole ou resistindo de todos modos a sua coisificação.

Em *Escravidão reabilitada*, Jacob Gorender lembrava que os negros que não tiveram a audácia de aquilombar-se, tiveram que se “adaptar ao trabalho sob ameaça constante do relho. A resistência à coação diária, à violência e à própria condição servil fazia parte da

⁶⁰¹ Documentos avulsos sobre a Capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa. Pastas 5-8, documentos 322-394. NDIHR/UFMT.

⁶⁰² Livro de registro 162. Anos 1855-1864. Ofício da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso ao presidente da Província, pp-58-100. APMT.

adaptação [...]. A resistência fazia parte intrínseca da adaptação, era necessidade incessante para o escravo, como ar que respirava. Só assim impedia que a coisificação *social* do seu ser, imposta pelo modo de produção, se convertesse em coisificação *subjetiva*".⁶⁰³ Os trabalhadores escravizados não aceitavam a servidão, mas adaptaram-se a ela para sobreviver.

Entretanto, quando encontravam uma brecha, ou disposição, se embrenhavam nas matas e formavam núcleos de convivência e resistência. Efetivamente, uma das formas de negação direta da ordem escravista foi a formação dos quilombos. Para qualificar *quilombo*, também chamado de *mucambo*, *coito*, *palmar*, recorro ao sociólogo Clóvis Moura que o identificou transcrevendo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740: “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, com parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles””.⁶⁰⁴

Desde que surgiu como fenômeno inerente à escravidão, o *quilombo* vem sendo estudado pela historiografia, que se utiliza para tal das abundantes fontes sobre a questão: toponímia; descrições dos viajantes; documentação do Estado escravista – documentação provincial, municipal, policial, judicial, fontes arqueológicas, etc. O historiador Mário Maestri definiu essa forma de resistência servil do quilombo como o mais fácil caminho de liberdade, e mesmo que a capacidade produtiva fosse limitada no mocambo, os ex-cativos sobreviviam muito bem, havendo inclusive, exploração pelos comerciantes, regatões, etc.⁶⁰⁵

Em 1839, foi enviada uma bandeira contra o quilombo Piraputangas na Província de Mato Grosso, quando abatido: “Tinha grandes roças porque o seu forte era a lavoura, e tão provisionado os seus seleiros que não foi possível a bandeira dar consumo aos mantimentos que achara”. O presidente informou ainda que: “A numerosa escravatura que ali exhibia tentou resistir a Força, mas por meio das armas logo cedeu, evadindo-se alguns e sendo presos muitos escravos [...]”.⁶⁰⁶ No mesmo relatório, o presidente escreveu que existia em diversos lugares da Província muitos quilombos, “fazendo-se notável um que há nas proximidades de Villa Maria. Convém faze-los abater e destruir. Estas reuniões de escravos fugidos, não só pelos prejuízos que ocasionam a seus donos, mas também pelo perigo da

⁶⁰³ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. pp. 34-5.

⁶⁰⁴ MOURA, Clóvis. *Quilombos resistência ao escravismo*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 11.

⁶⁰⁵ MAESTRI, Mário. “Em torno ao quilombo”. HISTÓRIA EM CADERNOS. Revista do Mestrado em História da UFRJ. N 2. Rio de Janeiro, 1984: 9-19.

⁶⁰⁶ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa, no dia 1º de março de 1840. Cuiabá: Provincial. p. 34.

segurança da vida e fazendas dos povos e finalmente pelo alento que dão as fugas de outros escravos a quem oferecem guarida”.⁶⁰⁷

Muitos historiadores pesquisaram as histórias dos quilombos no norte de Mato Grosso. Como já vimos no Capítulo Primeiro, em “Quilombos em Mato Grosso”, a historiadora Luiza Volpato descreveu um a um os principais núcleos de resistência localizados na Província de Mato Grosso.⁶⁰⁸ Nesta minha pesquisa, não consegui localizar nos documentos novos mocambos.

Quero ressaltar que nos documentos analisados - registros de polícia, relatórios provinciais - foram muitas e muitas as solicitações para *exterminar* os ajuntamentos de negros fugitivos escondidos na Província. Desde o século 18, os presidentes da Província de Mato Grosso sentiam-se impotentes diante de tantas fugas de cativos, inclusive para a Bolívia, onde acreditavam existir quilombos. Salvo engano, esse é um campo de pesquisa totalmente inexplorado, ao menos pela historiografia brasileira.

Em 1873, relatava o presidente da Província: “Além do quilombo já conhecido do rio Manso, cuja extinção continua-se a diligenciar, consta por dados fidedignos, a existência de um outro em maior escala nas imediações da povoação de S. Mathias, da província de Chiquitos da república de Bolívia, não longe do destacamento da Corixa, districto de Villa Maria, onde não só escravos fugidos do Império, como desertores e criminosos em grande número se têm reunido. A circunstância de estar o último em território boliviano, não me permite promover diretamente a sua extinção, mas convém que o governo imperial se digne influir para esse fim.”⁶⁰⁹

As autoridades policiais procuravam os mais variados mecanismos para a destruição dos quilombos. No caso a seguir, aproveitaram-se de rixas entre os quilombolas e os nativos: “Em fim do mês de março participou-me o Delegado de Polícia do Diamantino que se lhe apresentara um índio da nação dos Parecis pedindo, em nome do seu cacique, socorro contra uns escravos quilombolas que hostilizavam os ditos índios. Parecendo-me muito acertada a observação, que por esta ocasião me fez o mesmo Delegado, de ser conveniente aproveitar esta desavença entre os quilombolas e os índios para, ao mesmo tempo, socorrer a estes, destruir o quilombo, e capturar os escravos que ali se achassem, determinei-lhe que fizesse

⁶⁰⁷ Id. Ib.

⁶⁰⁸ VOLPATO, Luíza R. Ricci. *Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira*. In REIS & GOMES. [Org]. *Liberdade* [...]. Ob. cit. p. 215.

⁶⁰⁹ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na 2ª sessão da 19ª Legislatura, dia 3 de maio de 1873, pelo presidente da Província, general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p. 11.

sair uma expedição com este destino, mandando lhe remeter armamento e munições, e autorizando-o a fazer a necessária despesa.”⁶¹⁰

Os quilombolas comerciavam com os pequenos sítios próximos de onde tinham seus núcleos de refúgios.⁶¹¹ Além disso, recebiam o apoio de muitos moradores livres. Esses, se pegos dando “acoutamento” aos fujões, eram presos e penalizados.⁶¹²

Comunidades negras no sul de Mato Grosso

Nas universidades do Estado do Mato Grosso do Sul, são pouquíssimas as pesquisas científicas sobre a história das comunidades negras localizadas no atual Mato Grosso do Sul. Contudo, alguns relatórios de visitas foram elaborados, *in loco*, pelo funcionário estadual, Amauri Augusto da Silva, mestre em Ciências Sociais e gestor sócio-organizacional rural do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul/IDATERRA, que desenvolveu trabalhos de acompanhamento junto às comunidades negras urbanas e rurais existentes no sul de Mato Grosso. Na Tabela 18 relaciono as treze comunidades negras apresentadas pelo mencionado sociólogo e no Mapa 3, a localização dessas comunidades dentro do espaço sul mato-grossense.

Tabela 18

Comunidades negras urbanas e rurais do Estado de Mato Grosso do Sul – 2006.

Comunidade	Município	Nº De Famílias
Chácara Buriti/ Comunidade Tia Eva (urbana)	Campo Grande	16
Comunidade São Miguel	Maracajú	11
Comunidade dos Pretos	Terenos	26
Comunidade Ourolândia	Rio Negro	04
Comunidade Picadinha	Dourados	06
Comunidade Santa Tereza ou Malaquias	Figueirão	32
Desmembramento da Família Cardoso	Bonito (km 21)	09
Família Bispo	Sonora	06
Família dos Cardoso (urbana)	Nioaque	12
Família Quintino	Pedro Gomes	11
Furnas da Boa Sorte	Corguinho	40
Furnas dos Baianos	Aquidauana	21
Furnas dos Dionísio	Jaraguari	80

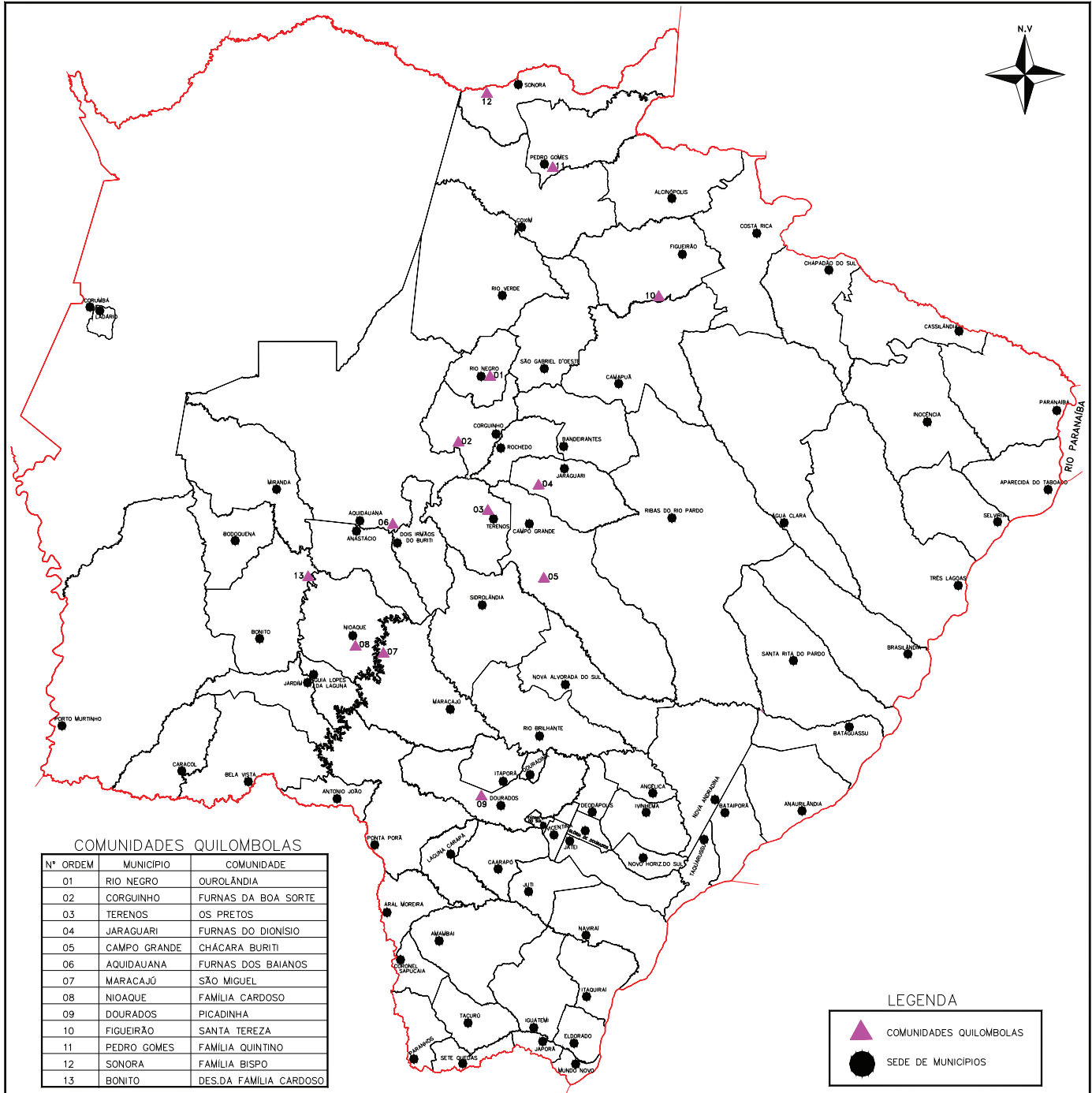
FONTE: Relatório elaborado em 27 de março de 2006 sobre o georeferenciamento das comunidades quilombolas existentes no Estado de Mato Grosso do Sul. IDATERRA.

⁶¹⁰ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger na Abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1853. Cuiabá: Echo Cuiabano, p. 28.

⁶¹¹ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, general Hermes Ernesto da Fonseca, na 2ª sessão da 21ª Legislatura, em 3 de maio de 1877. Cuiabá: Palácio, p. 5.

⁶¹² Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na 2ª sessão da 20ª Legislatura pelo vice-presidente da Província, o coronel barão de Diamantino no dia 3 de maio de 1875. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p.2.

MAPA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMUNIDADES NEGRAS



FONTE: Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul com a localização das Comunidades negras rurais e urbanas. A pedido da autora – Zilda Moura. Org.: CHELIS, 2006-Engenheira Agrimensora.

Furnas do Dionísio

Em um artigo sobre as comunidades negras mato-grossenses, “Mutuca e Dionísio: uma reflexão sobre o quilombismo no interior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”, a historiadora Maria do Carmo Brazil dá informações sobre a comunidade negra rural Furnas do Dionísio. Lembra que nos vales de determinados rios, tanto do norte como do sul de Mato Grosso, acolhem comunidades rurais constituídas essencialmente por famílias negras. Segundo a autora, a origem desses núcleos populacionais liga-se certamente ao passado escravista e eventualmente aos quilombos. “O fato da comunidade de **Furnas do Dionísio** ser, em sua maioria, constituída de negros e também estarem localizadas numa região de montanhas, permeadas de grutas, levou-nos a considerar a possibilidade de que os primeiros habitantes tivessem sido quilombolas”. A autora acrescenta que “a região é propícia para esconderijos, onde alguns abrigos posicionam-se nos lugares estratégicos das montanhas, facilitando a constante vigilância e a segurança da comunidade”.⁶¹³

No espaço onde está localizada a comunidade negra rural Furnas do Dionísio, município de Jaraguari, teria sido no passado escravista ocupado por quilombolas? Certamente os antepassados dos atuais moradores eram cativos. Mas foram eles quilombolas? Essas são perguntas que cabem a todas as treze comunidades citadas na Tabela 18. Assim como a história escrita da escravidão no sul de Mato Grosso ainda é rara, da mesma forma há muita carência historiográfica sobre os núcleos rurais negros, dispersos na região, como vimos, não são poucos. As comunidades mais estudadas foram as de Furnas do Dionísio, Boa Sorte e Tia Eva. Por isso, alerta a historiadora Maria do Carmo: “Daí a urgência em arrolar os dados referentes ao grau de autonomia e da identidade étnica preservadas por força da resistência cultural, gerando a necessidade de análise sistemática dos dados encontrados nesses núcleos, antes que desapareçam, ou antes que as singularidades, as variações lingüísticas e práticas culturais de seus habitantes tornem-se inacessíveis à investigação”.⁶¹⁴ Tema que requer muito estudo e pesquisa.

⁶¹³ BRAZIL, Maria do Carmo. “Mutuca e Dionísio: uma reflexão sobre o quilombismo no interior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”. Anais do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul. 19 a 22 outubro de 2004. Campo Grande/MS. [destaque da autora].

⁶¹⁴ Id. Ib.

Alguns passos da *liberdade*

A partir de 1850, o sistema escravista brasileiro recebeu grande golpe, que pôs em questão, a longo prazo, sua extinção. Em 4 de setembro de 1850, por pressão externa, o Parlamento fez cessar o tráfico transatlântico de africanos.⁶¹⁵ Apesar da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, Jacob Gorender registrou que a década de 1850 não registrou avanço do movimento abolicionista no Brasil. Também “no plano internacional, as pressões antiescravistas se atenuaram e no plano interno, a monarquia bragantina se estabilizou e consolidou, escorada na tranquilidade dos fazendeiros e na considerável melhora do comércio exterior”.⁶¹⁶

No entanto, a partir de 1860, a coisa mudou. A cotação do café teve anos declinantes, diminuindo também as plantações do Vale do Paraíba. Em 1864, a crise financeira agravou as dificuldades dos cafeicultores. “A Guerra da Secessão nos Estados Unidos eliminou o poderoso baluarte escravista daquele país e debilitou gravemente a sustentação internacional dos regimes escravocratas no Brasil e em Cuba”. Para o Brasil, outro abalo veio com a Guerra contra o Paraguai, que revelou a vulnerabilidade militar de um país escravista “ao tempo que a incorporação de milhares de escravos recém-libertos à tropa combatente disseminou sentimentos abolicionistas no seio da oficialidade. Com o já sensível decréscimo da população escrava, a transferência interna de cativos em direção à região cafeeira trouxe à tona limitações econômicas e problemas políticos”.⁶¹⁷

Para o historiador Robert Conrad, ao término do tráfico africano, a principal preocupação era com a escassez da mão-de-obra, afinal enquanto existiu a escravidão, o trabalho escravo repelia o trabalho livre. Os proprietários de plantações de café, que haviam comprado cativos, não sentiram a escassez de trabalhadores em forma tão grave como os plantadores do norte. Seus estabelecimentos rurais encontravam-se entre os que dispunham de “mais ‘braços’ e o comércio interno de escravos ajudava a satisfazer suas incessantes necessidades”. Já para os fazendeiros das províncias do Norte, o término do comércio de africanos “piorou ainda mais a escassez da mão-de-obra, pois esta aumentou os preços e iniciou um movimento para o sul de escravos sobre os quais pouco controle eles tinham”. Contudo, em quase todas as regiões agrícolas importantes do Brasil, incluindo o Vale do

⁶¹⁵ GORENDER. *A escravidão* [...]. Ob. Cit. p. 140.

⁶¹⁶ Id., ib., p. 141.

⁶¹⁷ Id., ib., p. 142.

Paraíba, muito rico em café, a escassez de trabalhadores rurais era uma queixa constante depois de 1850.⁶¹⁸

Apesar da diminuição da mão-de-obra escravizada, em grande parte do Brasil, os fazendeiros de regiões onde o número de cativos ainda era abundante, recusavam-se empregar brasileiros pobres e livres, pois, para tal, deveriam remunerar em forma crescente o trabalho. “Já que a experiência mostrava que, muitas vezes, eles não estavam dispostos a curvar-se ante os rigores da vida na fazenda em troca de recompensas duvidosas que os fazendeiros podiam ou queriam pagar”. Não havia falta de mão-de-obra no solo brasileiro, “mas para os fazendeiros ávidos de trabalho, colocar os brasileiros nativos numa base permanente de trabalho sob as condições prevalecentes na época parecia apresentar maiores obstáculos do que os envolvidos em adquirir novos escravos de outras partes do Brasil ou até trabalhadores chineses [...]”.⁶¹⁹

De acordo com Roberto Conrad, até serem realmente necessários para o sistema de fazendas, “os brasileiros livres pobres apenas representaram um papel marginal na economia dominante, com os plantadores de café continuando a duvidar de que eles pudessem proporcionar um substituto satisfatório para os escravos até as vésperas da Abolição”.⁶²⁰ Uma das saídas para esse impasse foi a imigração de europeus. No entanto, mesmo quando “a década abolicionista teve seu início, contudo, os fazendeiros paulistas e os seus vizinhos das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais estavam particularmente determinados a manter a escravatura por ainda muitos anos, talvez até por mais trinta anos”.⁶²¹

Diferentemente de Richard Graham que compreendia que os novos fazendeiros paulistas, defendendo o *progresso*, entendiam que a escravatura era um obstáculo à imigração de europeus, Robert Conrad escreveu que existem inúmeras provas revelando que os novos “fazendeiros de São Paulo, muitos dos quais eram, de fato, ricos migrantes das mais antigas regiões de cultivo do café das províncias de Rio de Janeiro, de Minas Gerais e até mesmo do nordeste, adotaram predominantemente a escravatura como solução imediata para suas necessidades de mão-de-obra, em vez de se voltarem imediatamente para o trabalho livre, não havendo razão para acreditar que o fizeram relutante ou

⁶¹⁸ CONRAD. *Os últimos anos* [...]. Ob. Cit. pp. 42-3.

⁶¹⁹ Id., ib., pp. 52-3.

⁶²⁰ Id., ib., p. 54.

⁶²¹ Id., ib., p. 169.

involuntariamente ou ainda, com muita esperança de que houvesse, de fato, qualquer outra solução”.⁶²²

Na Província de Mato Grosso, essa realidade não era diferente. Em 1856, lia-se nos relatórios a intenção de contratar “braços livres”, no entanto, para um futuro distante. Respondendo à pressão do tráfico inter-provincial de cativos em direção aos centros cafeicultores, o presidente da Província propunha: “Julgo também conveniente o estabelecer-se um imposto sobre os escravos que são levados para fora da Província, a fim de obstar de algum modo a que a lavoura se veja privada de braços que, só com o tempo, poderá obter da colonização.”⁶²³

Já em 1872, a questão da extinção da servidão continuava a preocupar a classe política de Mato Grosso: “Depois da lei de 28 de setembro de 1871, redentora da escravidão, devemos, senhores, supor que a escravatura será extinta no Brasil, e pois me parece proveitoso que procuremos dificultar todos os dias e por todos os modos a importação de escravos para o Mato Grosso. Essa dificuldade traz, a meu ver, maior facilidade na introdução de colonos, que venham rotar a terra e que com experiência ensinem aos naturais o melhor meio de obter pelo trabalho do homem livre a vantagem sobre o trabalho do homem escravo.”⁶²⁴

Emancipação dos cativos

A partir de 1860, desponta uma opinião pública favorável à Abolição. Surgem as primeiras associações abolicionistas, dedicadas à propaganda e à coleta de donativos para compra de alforrias, culminando em 1871 com a aprovação da lei que libertava os filhos recém-nascidos de cativas. Conforme já explicamos no Capítulo Quinto, a partir da lei 2040, de 28 de setembro de 1871, Lei de Rio Branco (Lei do Ventre Livre), todos os filhos de mulheres escravizadas seriam considerados livres. Além disso, a lei criava procedimentos visando a emancipação progressiva da escravidão. Um dos mecanismos adotados foi a criação de fundo de emancipação do trabalhador escravizado. A lei obrigava também a

⁶²² GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. pp.66-67; CONRAD. *Os últimos anos* [...]. Ob. Cit. pp. 160-61.

⁶²³ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá: Echo Cuiabano, p. 9.

⁶²⁴ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, pelo presidente, Francisco José Cardoso Junior, no dia 4 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Apóstolo, 1873. p.105.

matrícula especial de todos os cativos no Império, com o pagamento de uma especial taxa, que reverteria em favor do fundo para a compra da liberdade dos cativos.⁶²⁵

No registro, deveriam constar o nome, número de matrícula, idade, profissão, lugares de residência dos cativos e outras observações.

A matrícula especial serviria para que “os senhores, donos de escravos, não burlassem a lei ao concederem a seus escravos, cartas de liberdades hipotéticas, continuando contudo a usufruir dos seus serviços”.⁶²⁶ Os recursos recolhidos, conforme determinou o Decreto 5.135 de 1872, seriam distribuídos para o Fundo de Emancipação alocados aos municípios. Cabia aos presidentes de cada Província brasileira a convocação das reuniões; estabelecer a ordem de classificação, primeiro por famílias, em segundo por indivíduos, indicando dentro destas a ordem de preferência.

O mesmo decreto ordenava a criação de *juntas municipais de classificação dos cativos* em todas as Províncias, que deveriam ser compostas pelo promotor público, presidente da câmara, coletor de impostos e o pároco. Este último era obrigado a manter livros especiais destinados aos registros dos nascimentos e óbitos dos filhos de cativas, nascidos a partir da Lei Rio Branco. “[...] por esse registro poder-se-ia estabelecer um controle dos filhos de escravas nascidos livres”.⁶²⁷ A lei estabelecia ainda um prazo para a matrícula, considerando libertos os que por culpa ou omissão do escravista não fossem dadas à matrícula até um ano após o encerramento desta. A lentidão do registro e da classificação retardou a aplicação do fundo de emancipação.

Em 1879, “a burocracia continuava inativa, milhares que poderiam ter sido libertados continuavam na escravidão.”⁶²⁸ Robert Conrad explicou que além de ausência de funcionários nas coletorias, lentidão dos registros, houve outras formas de abuso no processo de emancipação. “Os escravos com mais de setenta anos foram libertados, a preços suficientemente altos para comprar meia dúzia de escravos jovens”. Além disso, “o direito dos proprietários a escolherem as pessoas que seriam libertadas lhes dava a oportunidade para se desembaraçarem dos escravos doentes, cegos, inúteis e perturbadores”.⁶²⁹

Em 1884, o presidente da Sociedade Abolicionista Corumbaense denunciava: “Como entre os matriculados possa haver alguns que tenham atingido a idade de 60 anos, outros que estejam abandonados pelos seus verdadeiros possuidores, ou sejam, Africanos, ou que por

⁶²⁵ ROCHA. *O processo de emancipação* [...]. Ob. Cit. p. 85.

⁶²⁶ Id. Ib.

⁶²⁷ Id. Ib.

⁶²⁸ CONRAD. *Os últimos anos* [...]. Ob. Cit. p. 138.

⁶²⁹ Id., ib., p. 139.

outras circunstâncias da lei devam ser considerados livres, e por ignorância de sugestão ainda ao jugo da escravidão. Acha a Comissão conveniente que se faça na publicação a respectiva declaração promovendo com todo o empenho a liberdade dos que a ela tenham direito.”⁶³⁰ E ainda: “Que para as manumissões tenham a Sociedade avaliadores seus, por que estes propenderão antes pela idéia da liberdade e justiça, do que para os interesses particulares que neste caso nem são confessáveis [...]. A posse do escravo não é um verdadeiro direito por que vai de encontro ao direito natural, não pode haver possuidor ou avaliador que arbitre a liberdade de um ser humano em quantia que a dificulte, não é admissível, por tanto, que o ser livre, que é de direito, custe a alguém nem um conto de réis.”⁶³¹

No entendimento de Robert Conrad, o fundo de emancipação não conseguiu alcançar resultados notáveis porque o governo não proporcionou incentivos suficientes para que a tarefa fosse realizada nas Províncias e, ainda, o fundo nunca chegou ser importante para libertar um grande número de cativos. “O dinheiro para este fim, segundo a Lei Rio Branco, viria de impostos, loterias, multas e contribuições, mas estas fontes de receita jamais foram suficientes para libertar mais do que uma pequena porção da população escrava.”⁶³²

Com relação aos *ingênuos*, propôs o mesmo autor: “A maioria dos ingênuos que sobreviveram permaneceu nas fazendas sob a supervisão dos donos de suas mães. Tendo o direito de escolher entre usar o trabalho das crianças depois do seu oitavo aniversário ou trocá-las por títulos do governo, a grande maioria dos proprietários escolheu usar seu trabalho”.⁶³³ Em 1884, o presidente da Sociedade Abolicionista Corumbaense recomendava ao presidente da Câmara municipal de Corumbá: “Que zele, o quanto possível, para que os ingênuos sejam mantidos como servidores livres, nas condições que a lei faculta, e nunca como escravos, e ainda para que não sejam criados como ordinariamente o são os escravos que, sem a menor educação moral e intelectual, chegam a adultos [...]”⁶³⁴

Segundo Conrad, após 1880, o fracasso da Lei Rio Branco era conhecido em todo Brasil. No entanto, a lei teria tido importantes efeitos sobre atitudes. “Suas deficiências foram deploradas e, também exploradas pelos abolicionistas”. Além disso, a Lei Rio Branco serviu como um novo e forte argumento: “Condenara a escravatura à extinção e nenhuma

⁶³⁰ Ofício do presidente da Sociedade Abolicionista Corumbaense ao presidente da Câmara de Corumbá, 1884. Arquivo da Câmara municipal de Corumbá, doc. avulso.

⁶³¹ Id. Ib.

⁶³² CONRAD. *Os últimos anos* [...]. Ob. Cit. p. 141.

⁶³³ Id., ib., p. 145.

⁶³⁴ Ofício do presidente da Sociedade Abolicionista Corumbaense ao presidente da Câmara de Corumbá, 1884. Arquivo da Câmara municipal de Corumbá, doc. avulso.

outra medida seria necessária para assegurar seu desaparecimento dentro do período de vida das gerações existentes [...]. A Lei Rio Branco minou a escravatura, identificando a emancipação com os melhores interesses da nação.”⁶³⁵

As campanhas feitas pelos abolicionistas, através da imprensa, ampliaram o debate sobre a injustiça da escravidão. De acordo com Robert Conrad, foi difícil determinar até que ponto os trabalhadores escravizados estavam conscientes da Lei Rio Branco, mas era verdade que, a partir dela, percebeu-se aumento de rebeliões, suicídios, fugas, crimes. “Em 1884, o Senador Cristiano Otoni atribuiu uma alegada epidemia de ilegalidade e de violência entre senhores e escravos a promessas não cumpridas e ao sistema, desapontador, de emancipação gradual que fora estabelecido pela Lei Rio Branco [...]. Além disso, ainda nessa década, até mesmo homens livres começariam a denunciar as limitações da lei, iniciando a fase final e mais dinâmica da luta antiescravista.”⁶³⁶

Conforme a historiadora Eunice Ajala, existiram em Corumbá duas entidades responsáveis pelo incentivo à manumissão dos cativos: a Junta de Emancipação dos Escravos e a Sociedade Abolicionista Corumbaense. Mesmo com intensa campanha que desenvolviam, através de quermesses, festas beneficentes, bazares, para libertação dos cativos da região, essas organizações não alcançavam grandes montantes para compra e venda de trabalhadores submetidos. Em 1882, o “Fundo de Emancipação dos Escravos de Corumbá”, registrou apenas três alforrias: Francisca, 49 anos; Adão, 55 anos; Emília, 59 anos.⁶³⁷ Em Miranda, houve apenas uma alforria durante todo o ano de 1882. Já em 1881, registrou-se a libertação pelo Fundo de três cativos em Santana de Paranaíba; em Cuiabá, dezesseis; em Poconé, Rosário e Diamantino, apenas um cativo foi liberto em cada cidade.⁶³⁸ A cada ano os presidentes das Províncias requeriam aos administradores das vilas que enviassem o total de números de libertos pelo Fundo de Emancipação, algo que nem sempre ocorria: “Dos municípios de Corumbá, Miranda, Mato Grosso, ainda não vieram as respectivas comunicações que já exige.”⁶³⁹

Diante dessa realidade, os representantes da região de Miranda empenharam-se em alforriar seus trabalhadores escravizados através dos membros do Clube Emancipador Mirandense. Muito embora, o fenômeno já havia acontecido no Ceará e no Rio Grande do

⁶³⁵ CONRAD. *Os últimos anos* [...]. Ob. Cit. p. 146.

⁶³⁶ Id., ib., p. 130.

⁶³⁷ Ofício de Antônio Serafim Roni, ao presidente da Província comunicando o total de cativos libertos por conta do Fundo de Emancipação, dia 11 de julho de 1882. Lata: 1882-A. APMT.

⁶³⁸ Relatório do vice-presidente da Província de Mato Grosso, José Leite Galvão, na 2ª sessão da 23ª Legislatura da Assembléia, em 3 de maio de 1881. Cuiabá: J.J. R. Calhão, p. 39.

⁶³⁹ Id. Ib.

Sul, no ano de 1885, surpreendendo muitos movimentos abolicionistas do Brasil, através de seus políticos e do Clube Emancipador, Miranda decidiu abolir a escravidão na região. Nos documentos não foi registrado se foi libertação plena ou sob prestação de serviços gratuitos e nem quantos cativos foram libertados.

A libertação aconteceu na noite do dia 12 de fevereiro de 1885. Em uma sessão solene e extraordinária, o Clube “declarou extinta a escravidão em Miranda”, cujos termos lavrados em Ata foram assinados pelos sete membros presentes na histórica sessão: Presidente do Clube, capitão Luiz Generoso da Silva Albuquerque; presidente Honorário do Clube, juiz da Comarca, Eduardo Augusto Nogueira de Camargo; secretário do Clube, João Augusto da Costa Leite; Antonio Xavier Castello; Luiz da Costa Leite Falcão; Horacio de Almeida Castro; Francisco Eugenio Moreira Serra. “[...] levantando a sessão, na abertura da qual foram declarados completamente livres os escravos da Villa de Miranda, por entre estrepitosas salvas de palmas e estrondosos vivas.”⁶⁴⁰

No dia 5 de março de 1885, o então presidente da Província de Mato Grosso, o general Floriano Peixoto, encaminhou ofício parabenizando o gabinete pela “total libertação dos escravos, por tão avantajado passo dado para o progresso e desenvolvimento futuro desta região, que se ostenta garbosa e esplendidamente bela nas ubérrimas margens do Nioac e Miranda.”⁶⁴¹

Às vésperas da “Abolição dos escravos”, em setembro de 1887, o vice-presidente da Província de Mato Grosso, José Joaquim Ramos Ferreira, apresentou em seu relatório, que em Miranda existiam 41 cativos matriculados e em plena atividade.⁶⁴² Informação esta que não surpreende. Em outras regiões também libertadas, como o Ceará, o Rio Grande do Sul, e o Amazonas, havia ainda cativos, quando da Abolição.

Abolição

Para acirrar ainda mais a luta, sobretudo entre abolicionistas e escravistas, começou a ser discutido, em 1884, na Câmara, o projeto sobre libertação dos cativos idosos, conhecido como lei do Sexagenário. Tal projeto, para muitos, era uma conquista do movimento abolicionista que acreditava, que aprovada essa lei, passariam à aprovação da abolição plena

⁶⁴⁰ MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Niterói: Salesiana, 1919. V-1º. pp. 97-8.

⁶⁴¹ Ofício do presidente da Província de Mato Grosso, o general Floriano Peixoto, parabenizando o gabinete de Nioac e Miranda pela “total libertação dos escravos”. Lata: 1885-E. APMT.

⁶⁴² Relatório que o vice-presidente, José Joaquim Ramos Ferreira apresentou à Assembléia Legislativa provincial de Mato-Grosso, na 2ª Sessão da 26ª Legislatura, no dia [ilegível] de setembro de 1887. Cuiabá. pp. 81-4.

da instituição.⁶⁴³ No entanto, o projeto transitou através de demorado processo de recomposição e aprovação nos ministérios Saraiva e Cotegipe. “A lei de 28 de setembro de 1885 e sua regulamentação pelo ministro da Agricultura, o fazendeiro paulista Antônio Prado, receberam o repúdio indignado dos abolicionistas. Os sexagenários libertados ficavam compelidos a mais três anos de trabalho para seus senhores (até a idade de 65 anos) e a cinco anos de permanência no município onde viviam.”⁶⁴⁴

Já a tão esperada decisão de “libertação dos negros do cativo” veio com a lei nº 3353, 13 de maio de 1888, com apenas dois artigos e assinada pela princesa Isabel, no primeiro artigo dizia: “É declarada extinta a escravidão no Brasil”. O artigo segundo estabelecia: “Revogam-se as disposições em contrário”. Esse ato só foi possível devido ao abandono em massa das escravarias das fazendas cafeicultoras paulistas, que pôs por terra a instituição.

Segundo Robert Conrad, para a maioria dos líderes dos movimentos abolicionistas, por todo o Brasil, a preocupação era com a *necessidade da libertação* e que o “fim da escravatura trouxesse alguns benefícios imediatos para a totalidade da nação. A abolição, pensava-se, além de libertar centenas de milhares de pessoas de um cativo injusto, estimularia a imigração de europeus, promoveria a indústria e a agricultura e elevaria o caráter moral da nação [...]”.

Lembra o mesmo autor: “A necessidade de realizar novas reformas ou de preparar os antigos escravos para a cidadania talvez não fosse auto-evidente numa sociedade em que se esperava que os antigos cativos continuassem trabalhando nas terras de seus antigos senhores, onde a educação sempre fora reservada a poucos e onde até a Constituição restringia a participação política a uma pequena minoria”. Citando Octávio Ianni, Conrad resumiu a Abolição foi “um movimento político que não tinha a intenção, no que se referia à maioria de seus seguidores, de transformar escravos em cidadãos, mas sim limitado à substituição da escravatura por um sistema de trabalho livre”.⁶⁴⁵

Entretanto, para o núcleo central do movimento abolicionista, a abolição constituía um passo na refundação do país, que exigia, ao lado da reforma e democratização do regime eleitoral, reforma e democratização da posse da terra, com distribuição de colônias para os ex-cativos e brasileiros pobres, como defendiam líderes como Rebouças e Patrocínio. Uma

⁶⁴³ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Reinventando a liberdade*. A abolição da escravatura no Brasil. 9 ed. São Paulo: Atual, 1989. p.13.

⁶⁴⁴ GORENDER. *A escravidão* [...]. Ob. Cit. p. 179.

⁶⁴⁵ CONRAD. *Os últimos anos* [...]. Ob. Cit. p. 192.

proposta retomada pelo próprio Imperador, após o 13 de Maio, quando perdeu o apoio dos escravistas, e reprimida com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.⁶⁴⁶

Festejos em nome da *liberdade*

Em Miranda, os governantes realizaram bailes com a presença de figuras de destaques na sociedade local. Conforme a Ata do Clube Emancipador Mirandense, não se fala em presença de ex-cativos. Em Cuiabá, os agora homens livres comemoraram alegres pelas ruas, mas a vigilância e o controle continuavam: “No intuito de prevenir qualquer inconveniente que pudesse resultar da aglomeração dos libertos pela lei de 13 de Maio do corrente ano, e que vagavam sem ocupação pelas ruas desta cidade nos primeiros dias que se seguiram ao da notícia da promulgação da mesma lei, foram tomadas pela polícia as necessárias providências, conseguindo-se por meios suasórios, e sem o menor emprego de violência fazê-los tomarem ocupação contratando-se a soldado, ou entregando-se a trabalho próprio”.⁶⁴⁷

A preocupação imediata foi colocar os negros de volta ao trabalho. Os ex-cativos, agora sob o jugo da necessidade econômica, necessitavam agora garantir seus meios de vida. A classe dominante estava ciente dos prejuízos que teriam com a Abolição: os lucros diminuía com a ausência da mão-de-obra escravizada: “[...] com a extinção da escravatura, devem influir para que a produção não corresponda a dos anos anteriores. Como sabeis, o único instrumento, pode-se dizer, de trabalho nesta Província era o braço escravo. O trabalho livre era tão insignificante, máxime na grande lavoura, que quase não entrava em linha de conta. Agora que todo o trabalho há de ser livre, ele será organizado pelos interessados, com os próprios ex-escravos [...]”.⁶⁴⁸

Concluo este capítulo com o bem elaborado resumo que o doutor Mário Maestri fez sobre as condições em que os trabalhadores escravizados alcançaram a liberdade no Brasil: sem acesso à terra, sem instrumentos de trabalho, sem famílias, sem capitais. No após Abolição o racismo antinegro, “no contexto da produção assalariada, contribuiu e contribui para a manutenção de um verdadeiro exército industrial e rural de trabalhadores negros,

⁶⁴⁶ Cf. MAESTRI, Mário. “13 de Maio - a única revolução social do Brasil”. CORREIO DA CIDADANIA, 11 de maio de 2007. www.correiodacidade.com.br.

⁶⁴⁷ Relatório apresentado pelo presidente da Província de Mato Grosso, Francisco Raphael de Mello Rego, na 27ª sessão da Assembléia Legislativa, em 20 de outubro de 1888. Cuiabá: Situação, p. 4.

⁶⁴⁸ Id., ib., p. 27.

mantidos como reserva estratégica de mão-de-obra ou incorporados à produção em condições de super-exploração”.⁶⁴⁹

Porém, com a Abolição, um importante passo fora dado na história do Brasil, ao unificar o mundo do trabalho, antes dividido em produtores livres e escravizados. Agora, as lutas, percalços, conquistas e esperanças do passado escravista se projetaram, se dissolviam e se metamorfoseavam no presente, na busca incessante de solução social ainda não alcançada.

⁶⁴⁹ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EdUPF, 2002. pp. 194-5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu nasci quando os Mato Grosso eram uno. Ao longo de minha vida escolar, das primeiras séries até a conclusão do magistério, a escravidão negra era fato que aconteceu num passado e em regiões distantes do sul de Mato Grosso, por exemplo, na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro.

Os livros que li, não traziam notícias de negros escravizados, pelo contrário, as histórias eram de homens – e poucas mulheres –, decididos, donos de seus próprios destinos, livres, mártires, heróis de guerras, etc. E o mérito dessas histórias cabia quase que exclusivamente aos memorialistas.

Já na universidade, descobri e li em alguns poucos livros que no Mato Grosso também existiu a escravidão de africanos e ou de seus descendentes. No entanto, esses fatos continuavam ausentes dos livros didáticos, conseqüentemente, longe dos educandos. Já o assunto sobre a escravidão no sul de Mato Grosso não era tratado sequer nas universidades. Até concluir o meu curso de história, em 2002, não tinha conhecimento de que no sul de Mato Grosso existira a escravidão!

Então comecei a estudar a história regional. Ali conheci entre outras, obras de memorialistas como Virgílio Corrêa Filho – *História de Mato Grosso* –, onde resume, em dezenove páginas, a história dos nativos do passado no Mato Grosso (norte e sul), concluindo: “E assim afeiçãoaram-se ao convívio com os civilizados, que lhes modificou os hábitos da vida selvagem [sic] de outrora.”⁶⁵⁰ E sobre os trabalhadores escravizados e a escravidão no Mato Grosso, dedicou oito das 740 páginas totais de sua obra. Vários outros memorialistas que tratam sobre a história do Mato Grosso do Sul, sequer fazem menção à escravidão no sul de Mato Grosso.

Chega a ser bastante poética a forma como essas histórias foram construídas: homens livres, tidos todos como brancos, intrépidos, lutando contra os “implacáveis índios bravios”; domadores de gado e do sertão cruel. E se nessas histórias que se confundem com romances, esses homens destemidos chegam a falecer, o enredo não poderia deixar de ser o mais honrado e heróico possível. Nesse teatro, os agentes sociais que não pertencem aos papéis

⁶⁵⁰ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1969. p. 96.

principais, figuram nos bastidores. E se o leitor não tiver um olhar atento, ou não quiser ver, não verá!

Na presente pesquisa, sobre a escravidão no sul de Mato Grosso, utilizei o mesmo cenário montado por esses autores consagrados como “memorialistas” para começar a reconstruir a história de outros agentes sociais do mesmo período. Minha intenção não foi questionar e nem realizar críticas às obras – contei apenas alguns fatos que a memória desses autores esqueceu ou não quis contar. Afinal, quantos pesquisadores se interessariam em contar feitos de um povo escravizado? Melhor seria escrever que no sul de Mato Grosso a “escravidão foi amena” quando existiu. E que nos dias atuais, os descendentes dos africanos e americanos nativos são tratados como *iguais* ao restante da população brasileira.

No período estudado, as regiões sul mato-grossenses, foram consideradas áreas economicamente periféricas. No entanto, conforme constatado, quando os escravistas não escravizavam o negro, recorriam ao escravismo com base no *gentio da terra*. A escravidão baseada na exploração do braço nativo foi implantada pelos bandeirantes. Porém, passou a ser usual entre os colonos locais. Os nativos escravizados trabalhavam as lavouras e plantações, domavam o gado bravo, e ainda, além de recrutas, serviam de “guarda ponto” nos locais de fronteira.

As conseqüências desse processo foram apresentadas. Os nativos reagiram. Milhares foram mortos. Outros tantos arrancados de suas aldeias e escravizados, onde perderam - junto com a liberdade - a cultura, a vida comunitária e a própria identidade indígena. Os que sobreviveram e seus descendentes encontram-se hoje, destribalizados e sem terra.

O meu trabalho teve como objetivo revelar como se deu a utilização da mão-de-obra escravizada nas diversas unidades produtivas do sul de Mato Grosso nos séculos 18 e 19. Os documentos apresentados evidenciaram a utilização da força do trabalho de negros escravizados na mineração, agricultura, engenhos, trabalhos domésticos urbanos e rurais. Mesmo que fosse um pequeno proprietário de sítio, possuidor de roças improvisadas, abrigado em ranchos e moradias precárias, os documentos registraram que esse sitiante, a exemplo do sistema escravista brasileiro, explorava igualmente o trabalhador feitorizado. De mesma forma agiu o morador urbano. Por outro lado, o cativo esforçou-se por maneiras diversas a fim de burlar o sistema de dominação instalado por todo o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Assim, é possível concluir que o negro escravizado em todo o país, tentou de várias maneiras voltar à sua liberdade. No Sul de Mato Grosso, não foi diferente. Quando esse trabalhador encontrava uma brecha, fugia para formar quilombos nos países vizinhos como

Bolívia e Paraguai. Apesar de toda dureza dos escravistas, empenhada aos cativos rebelados, esses não se resignavam ao comando. Muitos aderiram à morte como busca da liberdade, outros, arriscavam-se em fuga, pelos sertões mato-grossense, ou ainda, ao invés da morte, outros matavam o algoz.

Muitos historiadores defendem a idéia de que no sul do Mato Grosso, no período estudado, as atividades econômicas seriam pouco articuladas com outras regiões do Brasil. Mesmo assim, os documentos provaram a presença do negro escravizado em diversas áreas de trabalho. Por mais que o período anterior à Guerra contra o Paraguai a região não tivesse grande peso político e os lucros não fossem demasiados para os mandatários locais, foi o trabalhador feitorizado que plantou as sementes para a subsistência, que souou nas engenhocas de aguardente e açúcar, que perambulou pelas ruas vendendo o que os escravistas determinavam.

A partir do estudo da escravidão no sul de Mato Grosso é possível perceber que, apesar dessa região ter sido de pequena vinculação ao mercado externo e distante dos grandes centros, não alteraram as relações internas escravistas. Tal qual em outras regiões brasileiras, as relações escravizador/escravizado, mantiveram-se no sul de Mato Grosso, às custas da dominação pessoal garantida pela coação e violência.

Vale ressaltar que as *cartas de liberdades* registradas nos cartórios do sul de Mato Grosso não são, em geral, diferentes por exemplo, das registradas na Bahia e Rio de Janeiro. Elas acompanham os termos das demais localidades brasileiras. A suposta solidariedade entre escravizador e escravizado, defendida por alguns, não existiu aqui como também não existiu no restante do Brasil. A *carta de liberdade* cedia a liberdade, *condicionalmente*, após a morte do escravista e, comumente, com alguns termos: “pelos bons serviços que me tem prestado”. Esses termos, seriam garantias de um tratamento amigável e humano ao longo de sua árdua jornada de trabalho? Se fosse assim, por que mesmo idoso, o trabalhador escravizado teria que continuar prestando serviços ao escravizador?

Como vimos, até a Guerra contra o Paraguai, a proporção de escravizados e não-escravizados nas principais regiões do sul de Mato Grosso era de cinquenta por cento. A escravidão brasileira foi um “negócio” rentável. Tratado como mercadoria, o cativo tanto enriqueceu traficantes que lucraram com o “comércio de gente”, como pequenos e grandes proprietários de terras que utilizaram o super aproveitamento do trabalho feitorizado para seus lucros e da empresa colonial. No sul do Mato Grosso, o escravismo teve a mesma duração do restante do Brasil, por mais de três séculos, até a sua extinção!

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Denúncia de processo crime contra o tenente Justiniano Augusto de Salles Fleury. Caixa 1885. APMT

Denúncia do Juízo Municipal do termo da cidade de Corumbá, 21 de fevereiro de 1880. Lata 1880-E. APMT.

Determinação do Secretário da Secretaria da Câmara Municipal da Vila de Corumbá para efetuar o pagamento de serviços prestados, 6 de abril de 1878. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

Discurso recitado pelo presidente da Província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da 1ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléia, dia 1º de março de 1838. Cuiabá: Provincial, 1845.

Documento “Observações sobre a louvação da freguesia de Vila Bela de Santíssima Trindade de Mato Grosso, segundo o exato recenseamento que se fez dos seus habitantes nos anos de 1769 e 1797”. Biblioteca Nacional de Lisboa. Conselho Ultramarino. Vila Bela, 15 de maio de 1799. NDIHR/UFMT.

Documento 176, caixa 19, 1881. Tribunal da Relação. APMT.

Documentos avulsos sobre a Capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa. Pastas 5-8, documentos 322-394. NDIHR/UFMT.

Edital do procurador Fiscal de Cuiabá – Antônio Gonçalves de Carvalho, 23 de agosto de 1872. Lata 1872 C. APMT.

Fala com que o general Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia de Mato Grosso, dia 3 de maio de 1876. Cuiabá: Largo do Palácio.

Fala com que o general Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia de Mato Grosso, dia 3 de maio de 1877. Cuiabá: Largo do Palácio.

Fala com que o vice-presidente, tenente-coronel José Leite Galvão abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura d’Assembléia da Província, seguida do relatório com que o general barão de Maracajú, ex-presidente da Província de Mato-Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléia no dia 3 de maio de 1881. Cuiabá: J.J. R. Calhão, 1881.

Inventário de Pedro José Machado Fleury. Cx. 220, 1882. Juízo de órfãos da cidade de Corumbá.

Inventário dos bens de João Leite de Barros. Maço 32, processo 721, ano 1861, cartório de Órfãos e Sucessões, 5º Ofício, Cuiabá.

Januário Garcia Leal revoga carta de liberdade. Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1844. p. 182-v.

Joaquim Garcia Leal revoga carta de liberdade. Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1847. p. 141, v.2.

Joaquim Garcia Leal revoga carta de liberdade. Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1865. pp.115-6.

Joaquim Garcia Leal, revoga carta de liberdade. Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1854. p. 184.

Juízo Municipal de Santana do Paranaíba. Auto de partilha entre os herdeiros da falecida Anna, filha do finado Antônio Martins Rodrigues. 1873. Arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS.

Juízo Municipal de Santana do Paranaíba. Processo 04, caixa 114. Arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS.

Juízo Municipal de Santana do Paranaíba. Processo 20, caixa 116. Arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS.

Livro de Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. 1877. Câmara Municipal de Corumbá.

Livro de Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. 1865. Santa Anna de Paranahyba.

Livro de classificação dos escravos da Villa de Santa Anna do Paranahyba. Apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de Julho de 1874. Lata 1865-B. APMT.

Livro de notas 03, documento nº 2, 1865. Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba.

Livro de registro 162. Anos 1855-1864. Ofício da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso ao presidente da Província. APMT.

Livro de Registros nº 162, 1860. doc 42. Arquivo Público de Mato Grosso.

Livro nº 28 – Trabalhos da Junta de Classificação dos escravos (1873-1885). Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

Livro para nota nº 5. doc. 01, ano 1879. Cartório do 2º Ofício de Corumbá.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - Santa Anna, 28 de fevereiro de 1853. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - março de 1853. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - abril de 1853. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - maio de 1853. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1853. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1854. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - janeiro de 1855. APMT.

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º março de 1855. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso - 30 de março de 1855. APMT.

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso - maio de 1855. APMT.

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso – junho de 1855. APMT.

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso – julho de 1855. APMT.

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1855.

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - outubro de 1855. APMT.

Mapa dos Africanos Livres entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 31 de maio de 1859. APMT.

Mapa dos Africanos Livres empregados na Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de janeiro de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - fevereiro de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 29 de fevereiro de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo Governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 31 de março de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de maio de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - junho de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregue pelo governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de agosto de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres entregues pelo governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de setembro de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo Imperial à Companhia de mineração da província de Mato Grosso - 1º de outubro de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de novembro de 1860. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de dezembro de 1860. APMT.

Mapa 11, lata: 1866 –B. Secretaria da Polícia de Cuiabá, 15 de janeiro de 1866. Doc. Avulso. APMT.

Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade – 1º de janeiro de 1855. APMT.

Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade – 1º de fevereiro de 1855. APMT.

Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade - 1º de abril de 1855. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade - 30 de abril de 1855. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade - 1º de junho de 1855. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade - 30 de junho de 1855. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade - 30 dezembro de 1855. APMT.

Mapa dos filhos das Africanas Livres entregues à Companhia - 31 de maio de 1859. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres da Companhia de Mineração - 1º de janeiro de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de fevereiro de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Sociedade - 29 de fevereiro de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia – março de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de maio de 1860. APMT.

Mapa dos filhos das Africanas Livres entregues à Companhia - 1º de junho de 1860. APMT.

Mapa dos filhos das Africanas Livres entregues à Companhia - 1º de agosto de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de setembro de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de outubro de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de novembro de 1860. APMT.

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de dezembro de 1860. APMT.

Ofício de Antônio Serafim Roni, ao presidente da Província comunicando o total de cativos libertos por conta do Fundo de Emancipação, dia 11 de julho de 1882. Lata: 1882-A. APMT.

Ofício de Lucas Memovia Egas Moniz, guarda dos Africanos Livres, encaminhando mapas mensais dos africanos livres ao presidente da Província, Augusto Leverger: lata 1853-A. APMT.

Ofício de Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos Africanos Livres, comunicando o presidente da Província, Augusto Leverger, que Floriano Cabinda tivera “pela terceira vez ataque epiléptico”.Paraguay, 31 de outubro de 1853. Lata: 1853 A. APMT

Ofício de Medardo Rivani – agente da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso, comunicando o governador Augusto Leverger, que tirara os trabalhadores escravizados dos desvios dos rios para mineração. Santa Anna, 31 de agosto de 1853. Lata 1853-A.APMT.

Ofício de Tibério Fidélis Moniz – guarda dos Africanos Livres ao presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare. 1º de junho de 1859. Lata 1859-A. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, guarda dos Africanos Livres, comunicando ao Presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare, o nascimento e falecimento de Africanos Livres sob seus cuidados. Lata 1859 – A. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, guarda dos Africanos Livres, comunicando ao Presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare, o desaparecimento de um Africano Livre. Lata 1859 – A. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, guarda dos Africanos Livres, encaminhando informações sobre os Africanos Livres para o presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro. Santa Anna, 1º de janeiro de 1860. Lata 1860. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, guarda dos Africanos Livres, informando o presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro, o falecimento de Floriano Cabinda. Santa Anna, 1º de fevereiro de 1860. Lata 1860. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, guarda dos Africanos Livres, informando o presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro, o nascimento de dois filhos de Francisca Benguela. Santa Anna, 1º de abril de 1860. Lata 1860. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, guarda dos Africanos Livres, informando o presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro, o nascimento de um menino de Mariana Moçambique. Santa Anna, 1º de setembro de 1860. Lata 1860. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, guarda dos Africanos Livres, informando o presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro, o falecimento do africano André e nascimento de um menino da africana Leocádia. Santa Anna, 1º de agosto de 1860. Lata 1860. APMT.

Ofício do 1º Corpo de Guarda Nacional destacado para 7ª Companhia - baixa do hospital militar 1866. Cuiabá, 8 de fevereiro de 1866. NDHIR-UFMT.

Ofício do chefe de polícia Firmo José de Matos ao presidente da Província, Alexandre Manuel Albino de Carvalho, em 11 de março de 1865. Cuiabá. Lata 1865-G. APMT.

Ofício do Comando e chefe de todas as forças brasileiras em operações na República Paraguai, destinado ao presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Melgaço. Quartel General em Pirayn, 29 de junho de 1869. lata 1869-A. APMT.

Ofício do Consulado Geral do Brasil, para o presidente da Província de Mato Grosso. Assumpção 19 de abril de 1870. lata-1870-A. APMT.

Ofício do delegado de polícia João Antônio Rodrigues ao presidente da Câmara Municipal de Corumbá, 15 de abril de 1875. Doc. avulso Arquivo Público da Câmara de Corumbá.

Ofício da Junta Municipal de Emancipação dos escravos do município de Corumbá ao brigadeiro Hermes Ernesto da Fonseca, presidente e comandante das Armas da Província de Mato Grosso. 14 de julho de 1875. Caixa 1875. p. 9. APMT

Ofício do Juízo Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá sobre as penas impostas aos cativos que mataram Firmiano Ferreira. 12 de dezembro de 1882. Lata 1882-A. APMT.

Ofício do presidente da Província de Mato Grosso, o general Floriano Peixoto, parabenizando o gabinete de Nioac e Miranda pela “total libertação dos escravos”. Lata: 1885-E. APMT.

Ofício do presidente da Sociedade Abolicionista Corumbaense ao presidente da Câmara de Corumbá, 1884. Doc. avulso. Arquivo da Câmara municipal de Corumbá.

Ofício do Quartel de comando do destacamento e diretoria do Núcleo Colonial do Taquary, ao vice-presidente da Província de Mato Grosso, barão de Diamantino. 2 de maio de 1875. Lata 1875-B. APMT.

Ofício nº 150 do Comando chefe interino do Exército brasileiro em operação contra o governo do Paraguai, destinado ao presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Murtinho. Quartel General em Assunção, 7 de março de 1869. Lata 1869-A. APMT.

Pasta 21, docs 27-30, 1795. Documentos avulsos da Capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa. NDIHR/UFMT.

Registros da Sociedade de Mineração da Província. Auto nº 123. Livro de Registro nº 162. Anos 1855-1864. .

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, pelo Conselheiro Herculano Ferreira Penna. 3 de maio de 1862. Cuiabá: Mato Grosso.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna. 3 de maio de 1863. Cuiabá: Mato Grosso.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 2ª sessão da 19ª Legislatura, pelo presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis. 3 de maio de 1873. Anexo de polícia nº2. Cuiabá: Souza Neves & Cia.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1ª sessão da 20ª Legislatura, pelo presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis. 3 de maio de 1874, Cuiabá: Souza Neves & Cia.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 2ª sessão da 20ª Legislatura pelo vice-presidente da Província, o coronel barão de Diamantino. 3 de maio de 1875. Cuiabá: Souza Neves & Cia.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, pelo presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Junior. 4 de outubro de 1872. Rio de Janeiro:Apóstolo.

Relatório apresentado ao coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente da Província de Mato Grosso pelo vice-presidente, chefe d' Esquadra Augusto Leverger, ao entregar a administração da mesma Província. Cuiabá: Souza Neves, 1863.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864. Cuiabá: Souza e Neves e Companhia.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 10 de maio de 1851. Cuiabá: Echo Cuiabano.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Echo Cuiabano.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger na Abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1853. Cuiabá: Echo Cuiabano.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá: Echo Cuiabano.

Relatório apresentado ao chefe de esquadra, Augusto Leverger, vice-presidente da Província de Mato Grosso, pelo brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao entregar a administração da mesma Província, contendo a sinopse da “História da invasão Paraguai”. 17 agosto de 1865. Rio de Janeiro: Comércio.

Relatório apresentado pelo presidente da Província de Mato Grosso, Francisco Raphael de Mello Rego, 27ª sessão da Assembléia Legislativa, em 20 de outubro de 1888. Cuiabá: Situação.

Relatório apresentado pelo presidente de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca que abriu a sessão da Assembléia Legislativa provincial no dia 3 de maio de 1876.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, general Hermes Ernesto da Fonseca, 2ª sessão da 21ª Legislatura, em 3 de maio de 1877. Cuiabá: Palácio.

Relatório com que João José Pedrosa, presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de novembro 1878. Cuiabá.

Relatório com que o coronel José Maria de Alencastro, presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: J.J. R. Calhão.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa, no dia 1º de março de 1840. Cuiabá: Provincial.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, major Joaquim José de Oliveira, abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 3 de maio 1849. Rio de Janeiro: J. Villeneuve.

Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o coronel Antônio Pedro de Alencastro, abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, 3 de maio de 1860. Cuiabá: Voz da Verdade, nº 13.

Relatório do vice-presidente da Província de Mato Grosso, José Leite Galvão, 2ª sessão da 23ª Legislatura da Assembléia, em 3 de maio de 1881. Cuiabá: J.J. R. Calhão.

Relatório que o vice-presidente, José Joaquim Ramos Ferreira apresentou à Assembléia Legislativa provincial de Mato-Grosso, 2ª Sessão da 26ª Legislatura, no dia [ilegível] de setembro de 1887. Cuiabá.

Fontes impressas

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial (1500-1800). & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5 ed. Brasília: EdUB, 1963.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

ANDREONI, João Antônio. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: CIA Nacional, 1967.

CAMPOS, Antônio Pires de. *Breve notícia*. In: CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.

CASTELNAU, Francis de La Porte. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Exército, 1980.

Coleção de Leis do Brasil, referente ao período de 1850 a 1888. Rio de Janeiro: Nacional.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1946.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825-1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

GUSMÃO, Alexandre de. *O tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. Parte I, tomo II, doc. XIII.

Jornal *A Opinião*. Ano I, maio de 1878. APMT.

KIDDER E FLETCHER. *O Brasil e os brasileiros*. Esboço histórico e descritivo. São Paulo: Nacional, 1941. V. II.

LAS CASAS, Bartolomé de. “A Descoberta das Índias”. In: TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Livro de notas nº 02 de 1859 a 1862. Doc: 06, 1861. Cartório do 1º Ofício da cidade de Santana do Paranaíba.

MALHEIRO, A. M. Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Niteroi: Salesiana, 1919. V-1º.

MOURA, Antônio Rolim de. *Correspondências*. Cuiabá: FUFMT, 1983. V-3.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Viagem de Cuyabá a S. Paulo*. São Paulo: Henrique Schroeder, 1869.

PENTEADO, Yara. (Org.). “*Como se de ventre livre nascido fosse...*”. Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. (1838 a 1888). Campo Grande: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

Periódico: A Província de Mato Grosso, Cuiabá. 18 de setembro de 1881. Arquivo Público de Mato Grosso.

PORTILLA, Miguel Leon. *A conquista da América latina vista pelos índios*. Relatos astecas, maias e incas. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Relatório do Ministério Público do Trabalho Procuradoria Regional do Trabalho - 24ª Região. Pesquisa realizada no site <http://www.prt24.mpt.gov.br/>. 2 de maio de 2007.

Revista do Arquivo Publico de Mato Grosso. – Cuiabá, V. 1, nº 4, set/87 – mar./88 – Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871.

SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: EdUMT, 1975.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Itatiaia: 1976.

_____. *Viagem ao RS:1820-21*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1953.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *Campanha de Mato Grosso: cenas de viagens*. São Paulo: Globo, 1923.

_____. *Céus e terras do Brasil*. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

Bibliografia

ADAMOLI, Jorge. “Fisiografia do Pantanal – Vegetação do Pantanal – Subdivisão do Pantanal”. In: *Recursos Forrageiros nativos do Pantanal mato-grossense*. Brasília: Embrapa/Ministério da Agricultura, 1987.

_____. “O Pantanal e suas relações fitogeográficas como os cerrados. Discussão sobre o conceito ‘Complexo do Pantanal’” - XXXII Congresso Nacional de Botânica. Teresina/PI, 1982.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre - (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1984.

_____. *Vozes no silêncio*. Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: EdUFMT, 1995.

AMARAL, Braz do. *As tribos negras importadas*. Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil. In: SILVA, Leonardo Dantas (Org.). *Estudo sobre a escravidão negra*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1988.

ARAÚJO, Sionei Ricardo Leão de. “Kamba’Rãce. Notas sobre a questão racial na história do Exército Brasileiro”. Monografia do departamento de Economia e Administração/Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra/Delegacia de Mato Grosso do Sul/Curso de Especialização em Política e Estratégia/UFMS. Campo Grande: UFMS, 2000.

ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 1988.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. Estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1985.

BORDIGNON, M. [Enawurú]. *Os Bororos na história do Centro Oeste brasileiro - 1716/1986*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso/ CIMI-MT, 1986.

BRAZIL, Maria do Carmo. “Mutuca e Dionísio: uma reflexão sobre o quilombismo no interior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”. Anais do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul. 19 a 22 outubro de 2004. Campo Grande/MS.

_____. “Rio Paraguai: O mar interno brasileiro – uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutorado).

_____. *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888*. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

BRUIT, Héctor Hernan. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos - Ensaio sobre a conquista hispânica da América*. Campinas: UNICAMP, 1995.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba. De 1700 a 2002*. 3 ed. Campo Grande: IHGMS, 2002.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: TJMS, 1991.

CANAVARROS, Otávio. “Os conflitos entre espanhóis e o avanço luso-paulista no extremo oeste”. Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2002.

CANCIAN, Elaine. “A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)”. Dissertação. Dourados: UFMS, 2005.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada*. Língua, história, poder e luta de classes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos*. Estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *O quilombo dos palmares*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981.

_____. *Ladinos e crioulos. Estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CASTRO, Antônio Barros de. “As mãos e os pés do senhor de engenho dinâmica do escravismo colonial”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CHAVES. Otávio Ribeiro. “Escravidão, fronteira e liberdade. Resistência escrava no Mato Grosso 1752-1850”. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal da Bahia, 2000.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Tumbeiros o tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA FILHO, Vergílio. *Pantaneais mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, Lúcia Salsa. “Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso – 1870-1920”. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1980.

_____. *História e fronteira*. O sul de Mato Grosso – 1870-1920. Campo Grande: EdUCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *História e violência em Mato Grosso – 1817-1840*. Campo Grande: EdUFMS, 2002.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente*. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. “No rastro de Dona Senhorinha...”. Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: ANPUH, 2002.

ESSELIN, Paulo Marcos. “A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)”. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

FERKISS, Victor. *África: Um continente à procura do seu destino*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. 8 ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: SEEMT, 2001.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão*. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 – 2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FILHO, Synésio Sampaio Góes. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FREITAS, Décio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976.

_____. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL, 1980.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GLASGOW. *Nzinga*. Resistência africana à investida do colonialismo português em Angola. 1582-1663. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: EdUPF, 2003.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *O escravismo colonial*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*. Castigos de escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GUIMARÃES, Acyr Vaz Guimarães. *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*. Campo Grande: EdUCDB, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno. “Cada venda é um quilombo: Escravidão e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (século 18)”. *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

_____. *Crise e mudança na Frente Oeste de colonização*. Cuiabá: PROEDI, 1982.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África*. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas: 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAESTRI, Mário. “Catando cipó. O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações”. *Passo Fundo*. Artigo, 2005.

_____. “Em torno ao quilombo”. *HISTÓRIA EM CADERNOS*. Revista do Mestrado em História da UFRJ. N 2. Rio de Janeiro, 1984: 9-19.

_____. “No tempo do pau-brasil. Considerações sobre o sentido econômico do contato de ‘brasis’ e europeus no início do Quinhentos”. *Porto Alegre: Veritas*, V-36, nº 141, março 1991.

_____. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do sul. Passo Fundo: Coleção Malungo; EdUPF, 2002.

_____. *Senhores do litoral: Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro (século 16)*. 2 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1994.

_____. *Servidão negra: trabalho e resistência no Brasil escravista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. “13 de Maio - a única revolução social do Brasil”. CORREIO DA CIDADANIA, 11 de maio de 2007. www.correiocidadania.com.br

_____. “Guerra contra o Paraguai: da instauração à restauração Historiográfica”. Duplipensar.net/ Publicado em 27.03.2006.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. *Mato Grosso do sul: Fazendas, uma memória fotográfica*. 2 ed. Campo Grande: FIC-MS, 2003.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2 ed. Campo Grande: INEP, 2002.

MATTOS, Joaquim Francisco de. *A Guerra do Paraguai* (história de Francisco Solano Lopes, o exterminador da nação paraguaia). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Ministério das Minas e Energia, Secretaria Geral. Projeto *RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro, 1982. V. 27-28. In: Brasil Nature.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra, índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Reinventando a liberdade. A abolição da escravatura no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Atual, 1989.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. “Liberdade tutelada. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)”. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UEC, 2005.

MOURA, Clóvis. *Quilombos resistência ao escravismo*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. *Origem e histórico do quilombo na África*. Revista/USP, São Paulo (28):56-63, dezembro/fevereiro 95/96.

OSÓRIO, Helen. “Estruturas socioeconômicas coloniais”. In: Wasserman, Cláudia. (Org.). *História da América Latina: cinco séculos*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.

PERARO, M. A. “Farda, saias e batina. A ilegitimidade na Paróquia Senhora Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90”. Curitiba: Tese (livre docência) UFPR, 1998.

PÉRET, Benjamin. *Quilombo dos Palmares*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

PERRONE-MOISÉS, B. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colônial”. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/SMC/FAPESP, 1992.

PÓVOAS, Lenine C. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 1983.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal*. Campo Grande: Edição do autor, 1992.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. 2 ed. Recife: Massangana, 1988.

RAMOS, Arthur. *As culturas no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

REIS, J. J. & GOMES, Flávio dos Santos. [Org.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: EdUSP: José Olympio, 1970.

RIEDEL, Diaulas (Org). *As selvas e o Pantanal – Goiás e Mato Grosso*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, [s.d].

ROCHA, Eunice Ajala. “O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá. (1873-1888)”. Corumbá: Dimensão; UEMT, 1975/1977.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1935.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Leonardo Dantas. *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: Massangana, 1988.

SLENES, Robert W. *O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*. Estudos Econômicos. v. 13, n. 1, jan./abr. 1983.

SOUZA, João Batista de. *Evolução histórica sul Mato Grosso*. São Paulo: Simões, (s.d.).

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte*. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. 2 ed. Rio de Janeiro: MAUAD: ADESA, 1996.

TAUNAY, Afonso de E. “A Imperiosidade do tráfico africano para a América”. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: Massangana, 1988.

_____. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramento [s.d].

_____. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981.

TOLENTINO, Terezinha Lima. *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: FESPUSP, 1986.

TORAL, André de Amaral. “A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai”. São Paulo: IEA/USP, V-9, nº 24, maio-agosto, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso. Conflitos, trama e continuidade*. Campo Grande: EdUFMS, 1999.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.

ZAGO, Lizandra. “O Contato com os Bororo e o povoamento no território mato-grossense ao longo dos séculos XVIII e XIX”. Revista do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: *Patrimônio histórico e cultural: Identidade e poder*. Campo Grande: ANPUH/MS, 2004.

ANEXOS

Anexo 1

Acervo: Lata: 1853 A. APMT

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho a honra de participar a V. Exa que no dia 21 do presente mês o Africano nº80 de nome Floriano de nação Cabinda teve pela terceira vez o ataque epilético e nada mais há que mereça atenção. Incluso apresento a V.Exa o mapa mensal.

Deus guarde a V. Exa.

Paraguay, 31 de outubro de 1853.

Ilmo e Exmo Senhor Capitão de Mar e Guerra

Augusto Leverger

Digníssimo Presidente e comandante de armas desta Providencia

Lucas Memovia Egas Moniz -guarda dos africanos livres

Anexo 2

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - Santa Anna 28 de fevereiro de 1853.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	11	Promptos	75	-	-	-	-	
	Roça	09	doentes	2	-	-	-	-	
Santa Anna	Serviço de cozinha	8	promptos	-	20	-	-	-	-
	No desvio	12	doentes	-	-	-	-	-	-
soma			77	20	97	-	-	-	-

Os dois doentes que acima fica dito são de pequenas feridas e nada mais há de novidade relativo aos africanos.
Antonio Dias Lemes - 2º sargento da guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - Santa Anna 28 de fevereiro de 1853. APMT

Anexo 3

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - março de 1853.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados			homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
							Para mais		Para menos	
							homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	10	Promptos	71	-	71				
	No desvio Roça	<u>51</u> 10 71	doentes	6	-	6				
Santa Anna	Mineração	08	promptos	-	18	18				
	Desvio Serviço de casa	<u>10</u> <u>07</u> 18	doentes	-	2	2				
Soma				77	20	97	-	-	-	-

Entre os doentes não há presentemente algum de perigo.

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - março de 1853. APMT.

Anexo 4

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - abril de 1853.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados			homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
							Para mais		Para menos	
							homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Roça	11	promptos	63	-	63				
	Desvio..... carpintaria	<u>51</u> <u>01</u> 63	doentes	4	-	4				
Santa Anna	Desvio	13	promptos	-	20	20				
	Serviço de casa.....	<u>07</u> 20	doentes	-	-	-				
soma				67	20	87	-	-	-	-

Entre os doentes não há presentemente algum de perigo.

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - abril de 1853. APMT.

Anexo 5

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - maio de 1853.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração.....10	Promptos	72	-	72				
	desvio.....52	doentes	5	-	5				
	Roça09								
	Carpintaria.....01								
Santa Anna	Desvio.....13	promptos	-	20	20				
		Serviço de casa 07	doentes	-	-	-			
soma			77	20	97	-	-	-	-

Entre os doentes não há presentemente algum de perigo.

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - maio de 1853. APMT.

Anexo 6

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1853.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração.....57	promptos	72	-	72				
	Roça14	doentes	5	-	5				
	Carpintaria.....01								
Santa Anna	Mineração.....10	promptos	-	19	19				
		Roça.....03	doentes	-	1	1-			
	Serviço de casa 06								
soma			77	20	97	-	-	-	-

Entre os doentes não há presentemente algum de perigo. Santa Anna 30 de setembro de 1853.

Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1853. APMT

Anexo 7

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - dezembro de 1854.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna – 23 Paraguay – 54	Mineração.....52 Roça.....19 Carpintaria.....02	promptos	73	-	73	-	-	-	-
		doentes	3	-	3				
Santa Anna – 08 Paraguay – 12	Mineração.....05 Roça.....05 Serviço de casa.....09	promptos	-	19	19	-	-	-	-
		doentes	-	1	1				
Soma			76	20	96	-	-	-	-
Entre os doentes não há presentemente algum em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1854. APMT.

Anexo 8

Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna – 2 Paraguay – 2	Não prestam serviço algum por causa da tenra idade	Promptos	3	-	3	-	-	-	-
		doentes	1	-	1				
Santa Anna – 2 Paraguay – 2		promptos	-	4	4	-	-	-	-
		doentes	-	-	-				
soma			4	4	8	-	-	-	-
O doente não se acha em perigo. Paraguay 1 ° de Janeiro de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres									

FONTE: Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade – 1° de janeiro de 1855. APMT.

Anexo 9

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - janeiro de 1855

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Paraguay – 55	Mineração.....51	Promptos	72	-	72	-	-	-	-
Santa Anna – 22	Roça.....19 Carpintaria.....02	doentes	5	-	5				
Paraguay – 10	Roça.....10	promptos	-	19	19	-	-	-	-
Santa Anna – 10	Serviço de casa.....09	doentes	-	1	1				
Soma			77	20	97	-	-	-	-
Os doentes não se acham em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - janeiro de 1855. APMT.

Anexo 10

Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Paraguay – 1	Por sua tenra idade não permite serviço algum	Promptos	3	-	3	-	-	-	-
Santa Anna – 2		doentes	-	-	-				
Paraguay – 1		promptos	-	4	4	-	-	-	-
Santa Anna – 3		doentes	-	-	-				
Soma			3	4	7	-	-	-	-
Presentemente todos se acham com saúde. Paraguay 1 ° de fevereiro de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade – 1° de fevereiro de 1855. APMT.

Anexo 11

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso -março de 1855.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração.....20	Promptos	78	-	78	-	-	-	-
	Roça.....55 Carpintaria.....03	doentes	-	-	-				
	Mineração.....05	promptos	-	18	18	-	-	-	-
	Roça.....05 Serviço de casa.....08	doentes	-	1	1				
Soma		total	78	19	97	-	-	-	-
O doente não se acha em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso - março de 1855. APMT.

Anexo 12

Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Por sua tenra idade não permite serviço algum	Promptos	3	-	3	-	-	-	-
		doentes	-	-	-				
		promptos	-	5	5	-	-	-	-
		doentes	-	-	-				
Soma			3	5	8	-	-	-	-
Todos acham-se com boa saúde. Santa Anna 1 ° de abril de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos filhos das Africanas Livres que se acham na mesma Sociedade - 1 ° de abril de 1855. APMT

Anexo 13

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso - março de 1855.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Roça.....58	Promptos	72	-	72	-	-	1	-
	Carpintaria.....04 Serviço de casa.....10	doentes	4	-	4				
	Roça.....06	promptos	-	17	17	-	-	-	-
	Serviço de casa.....11	doentes	-	2	2				
Soma			76	19	95	-	-	1	-
Observações: Os doentes atualmente não se acham em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso. 30 de março de 1855. APMT.

Anexo 14

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Não se acham empregados em serviço algum por causa da sua tenra idade	Promptos	2	-	2	-	-	-	-
		doentes	1	-	1				
	Não prestam serviço algum por causa da tenra idade	promptos	-	5	5	-	-	-	-
		doentes	-	-	-				
Soma			3	5	8	-	-	-	-
Observações: O doente não se acha em perigo. Santa Anna 30 de abril de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres									

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade - 30 de abril de 1855. APMT.

Anexo 15

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso maio de 1855.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	explorações.....20	Promptos	73	-	73	-	-	-	-
	roça.....49	doentes	3	-	3				
	Roça.....06	promptos	-	18	18	-	-	-	-
	Serviço de casa.....12	doentes	-	1	1				
Soma			76	19	95	-	-	-	-
Observações: Os doentes pertencentes não se acham em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos de Mineração da Província de Mato Grosso - maio de 1855. APMT.

Anexo 16

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Não prestam serviço algum por causa da tenra idade	Promptos	3	-	3	-	-	-	-
		doentes	-	-	-				
	Não prestam serviço algum por causa da tenra idade	promptos	-	5	5	-	-	-	-
		doentes	-	-	-				
Soma			3	5	8	-	-	-	-
Observações: presentemente todos se acham com perfeita saúde. Santa Anna 1º de junho de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres									

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade - 1º de junho de 1855. APMT.

Anexo 17

Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - junho de 1855.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	exploração.....24	Promptos	75	-	75	-	-	-	-
	Preparativo da ilha....27	doentes	1	-	1				
	Roça.....20								
	Oficinas.....04								
	Roça.....06	promptos	-	18	18	-	-	-	-
	Serviço de casa.....12	doentes	-	1	1				
Soma			76	19	95	-	-	-	-
Observações: Os doentes não se acham em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - junho de 1855. APMT.

Anexo 18

Mapa dos filhos dos Africanos livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Não se acham empregados em serviço por causa da sua tenra idade	Promptos	3	-	3	-	-	-	-
		doentes	-	-	-				
		promptos	-	4	4	-	-	-	-
		doentes	-	1	-				
Soma			3	5	7	-	-	-	-
Observações: O doente não se acha em perigo. Santa Anna 30 de junho de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade - 30 de junho de 1855. APMT.

Anexo 19

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - julho de 1855.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Roça.....18	Promptos	71	-	71	-	-	-	-
	Mineração.....50 Oficinas.....03	doentes	5	-	5				
	Roça.....05	promptos	-	19	19	-	-	-	-
	Mineração.....05 Serviço de casa.....09	doentes	-	-	-				
Soma			76	19	95	-	-	-	-
Observações: Entre os doentes não há presentemente algum em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - julho de 1855. APMT.

Anexo 20

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1855.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração.....50	promptos	73	-	73	-	-	-	-
	Roça.....20 Oficinas.....03	doentes	2	-	2	-	-	-	-
	Mineração.....05	promptos	-	18	18				
	Roça.....05 Serviço de casa.....08	doentes	-	1	1				
Soma			75	19	94	-	-	-	-
Observações: Os doentes não se acham em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - setembro de 1855. APMT.

Anexo 21

Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Não prestam serviço algum por serem de menor idade	Promptos	2	-	2	-	-	-	-
		doentes	1	-	1				
		promptos	-	5	5				
		doentes	-	-	-				
Soma			3	5	8	-	-	-	-
Observações: O doente não se acha em perigo. Santa Anna 30 dezembro de 1855. Lucas Memovia Egas Moniz -guarda dos africanos livres									

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres que se acham na mesma Sociedade. 30 dezembro de 1855. APMT.

Anexo 22

Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - outubro de 1855.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Roça.....20 Mineração.....50 Oficinas.....02	Promptos	72	-	72	-	-	-	-
		doentes	3	-	3				
	Roça.....05 Mineração.....05 Serviço de casa.....07	promptos	-	17	17				
		doentes	-	2	2				
Soma			75	19	94	-	-	-	-
Observações: Os doentes não se acham em perigo.									

FONTE: Mapa dos Africanos que se acham empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso - outubro de 1855. APMT.

Anexo 23

Acervo: APMT - Lata 1859 – A

Ilmo e Exmo Senhor,

Tenho a honra de participar a V. Exa que no dia 15 do mês findo a africana n°1 de nome Thereza de nação Congo n° de correição 15 deu a luz a uma menina cor preta a qual dei o n° 128 e lavrei o auto de nascimento; no dia 19 do mesmo e lavrei o auto de nascimento; no dia 19 do mesmo faleceu o Africano n°37 de nome Pedro nação Congo n° de correição 209 de uma Pleuriz e passando vistoria com duas testemunhas lavrei o auto de óbito na forma do estilo; e no dia 26 do mesmo receberam batismo as crianças n°125, 126 e 127 de que fiz menção no livro de matricula deles designados os nomes e n°s como também das mães e padrinhos; levo mais ao conhecimento de V. Exa. que o Africano n°95 de nome Thomas nação Congo n° de correição 298, que a bastante tempo padece de moléstia Galicas, está hoje fortemente atacado, que dizem os experientes ser morfea, por isso que achava prudente V. Exa ordenar que mandem recolher no hospital dos Lázaros para evitar o contagio desta moléstia, que para o futuro ameaça grande ruína a esta companhia, por estar o dito africano de contato com os outros.

Incluso a este levo as mãos de V. Exa os mapas mensais em que mostra as alterações que houveram neste mês.

Deus guarde a V. Exa.

Paraguay 31 de dezembro de 1858.

Ilmo e Exmo Senhor
Joaquim Raimundo de Lamare
Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Esta conforme
Joaquim Martins Fernandes

Anexo 24

Acervo: APMT - Lata 1859 - A

Ilmo e Exmo Senhor,

Com este tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa que no dia 30 do mês findo aqui cheguei em Santa Anna, com toda a força que existia no Paraguay, por ter o administrador dos trabalhos, o cidadão Antonio Ivo de Pinho, descoberto lavras de diamantes, de mui boas provas, não só aqui como nos Areias, para onde marcharam 35 africanos acompanhados de dois feitores.

Cumpre-me mais fazer ciente a V.Exa que na viagem do Paraguay para este lugar desapareceu um africano de nº41 de nome Jacinto Cabinda nº de matricula 219, que a muito tempo padecia de enfermidades graves e tendo-se feito todo o possível para a captura dele, baldaram-se as esperanças pois ainda não apareceu.

Incluso remeto mapas mensais dos quais V. Exa verá as alterações ocorridas.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna, 1º de junho de 1859.

Ilmo Exmo Senhor
Joaquim Raimundo de Lamare
Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 25

Mapa dos Africanos Livres entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 31 de maio de 1859.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	17	4	21				
		doentes	-	2	2				
Santa Anna	Roça	promptos	21	8	29				
		doentes	-	-	-				
Areas	mineração	promptos	32	3	35				
		doentes	-	-	-				
Soma			70	17	87				

Observações: ficaram no arranchamento do Paraguay os africanos, Gil e Florinda para tratar das criações a saber esta ultima com dois filhos ficou também o africano Thomaz por não poder andar.

FONTE: Mapa dos Africanos Livres entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 31 de maio de 1859. APMT.

Anexo 26

Mapa das crianças filhos das Africanas Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	8	7	15				
	Por batizar	-	-	-				
Paraguay	batizados	1	1	2				
	Por batizar	-	-	-				
Soma		9	8	17				
Santa Anna 31 de maio de 1859. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.								

FONTE: Mapa das crianças filhos das Africanas Livres entregues à Companhia - 31 de maio de 1859. APMT.

Anexo 27

Acervo: APMT - Lata 1860 – Africanos livres

Ilmo e Exmo Senhor,

Incluso a este levo as mãos de V. Exa., os mapas mensais dos Africanos Livres sob minha guarda, em que demonstra não haver alteração alguma durante o mês findo.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna, 1º de janeiro de 1860.

Ilmo Exmo Senhor Tenente Coronel
Antônio Pedro de Alencastro
Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 28

Mapa dos Africanos Livres empregados na Companhia de Mineração da província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	60	14	74				
		doentes	2	2	4				
Santa Anna	Roça	promptos	10	2	12				
		doentes							
Soma			72	18	90				
Observações: Declaro que neste mês não houve alteração alguma. Santa Anna, 1º de janeiro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres empregados na Companhia de Mineração da província de Mato Grosso - 1º de janeiro de 1860. APMT.

Anexo 29

Mapa dos filhos dos Africanos Livres na Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	9	8	17				
	Para batizar	1	-	1				
Soma		10	8	18				
Observações: Neste mês não houve alteração. Santa Anna 1º de janeiro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.								

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres da Companhia de Mineração. 1º de janeiro de 1860. APMT.

Anexo 30

Acervo: APMT - Lata 1860 – Africanos livres

Ilmo e Exmo Senhor

Cabe-me o desgosto de participar a V. Exa que no dia 31 do mês findo, faleceu de uma gastrite, o africano n°80, de nome Floriano Nação Cabinda, n° de correição 280, para o qual lavrei o auto de óbito, que a este acompanha e juntamente os mapas mensais.

Deus Guarde a V. Exa.

Santa Anna 1° de fevereiro de 1860.

Ilmo e Exmo. Senhor Tenente Coronel

Antonio Pedro de Alencastro

Digníssimo presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz

Guarda dos Africanos Livres

Anexo 31

Mapa dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - fevereiro de 1860.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	57	14	71			1	
		doentes	3	2	5				
Santa Anna	Roça	promptos	10	2	12				
		doentes							
Soma			70	18	88			1	
Observações: Declaro que no dia 31 de janeiro faleceu o africano, n° de correição 280 de nome Floriano Nação Cabinda. Santa Anna, 1° de fevereiro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - fevereiro de 1860. APMT.

Anexo 32

Mapa dos filhos dos Africanos entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	9	8	17				
	Para batizar	1	-	1				
Soma		10	8	18				
Observações: Neste mês não houve alteração. Santa Anna 1º de fevereiro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.								

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de fevereiro de 1860. APMT.

Anexo 33

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	57	14	71				
		doentes	3	2	5				
Santa Anna	Roça	promptos	10	2	12				
		doentes							
Soma			70	18	88				
Observações: No mês findo não teve alteração. Santa Anna, 29 de fevereiro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 29 de fevereiro de 1860. APMT.

Anexo 34

Mapa das crianças filhos dos Africanos Livres entregues à Sociedade.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	9	8	17				
	Por batizar	1	-	1				
Soma		10	8	18				

Observações: Declaro que neste mês não teve alteração. Santa Anna 29 de fevereiro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa das crianças filhos dos Africanos Livres entregue a mesma Sociedade - 29 de fevereiro de 1860. APMT.

Anexo 35

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho a honra de levar as mãos de V. Exa os mapas mensais, em que demonstra não ter havido alteração alguma, durante o mês findo.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna 1º de março de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor tenente coronel
Antonio Pedro de Alencastro
Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 36

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	57	14	71				
		doentes	3	2	5				
Santa Anna	Roça	promptos	10	2	12				
		doentes							
Soma			70	18	88				
Observações: No decorrido mês não houve alteração alguma. Santa Anna, 31 de março de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo Governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 31 de março de 1860. APMT.

Anexo 37

Mapa das crianças filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:				
					Para mais		Para menos		
					meninos	meninas	meninos	meninas	
Santa Anna	batizados	9	8	17					
	Por batizar	2	1	3	1	1			
Soma		11	9	20	1	1			
Observações: Observo que no decorrido mês, uma das Africanas deu a luz a um casal de meninos, como prova os mapas e o ofício que a esta acompanha. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia – março de 1860.

Anexo 38

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Cumpre-me levar ao auto conhecimento de V.Exa. que no dia 8 de mês findo, a africana nº13 de nome Francisca Nação Benguella, nº de matricula 58, deu a luz a um menino e uma menina, ambos cor preta, para os quais dei o nº 130 e 131 e lavrei os autos de nascimentos no livro de matricula deles.

Incluso a este transmito a V. Exa os mapas mensais, em que demonstra as alterações ocorridas.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna 1º de abril de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor Tenente Coronel

Antonio Pedro de Alencastro

Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz

Guarda dos Africanos Livres

Anexo 39

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa que no decorrido mês, não houve alteração alguma relativo aos Africanos livres que estão sob minha guarda, como demonstra as relações que junto transmito a V. Exa.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna 1º de maio de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor Coronel Engenheiro

Antonio Pedro de Alencastro

Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz

Guarda dos Africanos Livres

Anexo 40

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	57	14	71				
		doentes	3	2	5				
Santa Anna	Roça	promptos	10	2	12				
		doentes							
Soma			70	18	88				
Observações: Declaro que no decorrido mês não houve alteração. Santa Anna, 1º de maio de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de maio de 1860. APMT.

Anexo 41

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:				
					Para mais		Para menos		
					meninos	meninas	meninos	meninas	
Santa Anna	batizados	9	8	17					
	Por batizar	2	1	3					
Soma		11	9	20					
Observações: declaro que no decorrido mês não houve alteração .Santa Anna 1º de maio de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de maio de 1860. APMT.

Anexo 42

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa que no mês decorrido, não houve alteração entre aos Africanos livres que estão sob minha inspeção, como verá V. Exa segundo os mapas que incluso levo as mãos de V. Exa.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna 1º de junho de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor Coronel Engenheiro

Antonio Pedro de Alencastro

Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz - guarda dos Africanos Livres.

Anexo 43

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - junho de 1860.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	57	14	71				
		doentes	3	2	5				
Santa Anna	Roça	promptos	10	2	12				
		doentes							
Soma			70	18	88				
Observações: No mês decorrido não houve novidade alguma. Santa Anna, 1º de junho de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - junho de 1860. APMT.

Anexo 44

Mapa dos filhos das Africanas Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	9	8	17				
	Por batizar	2	1	3				
Soma		11	9	20				
Observações: No mês decorrido não houve novidade alguma. Santa Anna 1º de junho de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.								

FONTE: Mapa dos filhos das Africanas Livres entregues à Companhia - 1º de junho de 1860. APMT.

Anexo 45

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa que no dia 8 do mês findo, faleceu de uma póstuma o africano André e no dia 20 a africana Leocádia deu a luz a um menino, cor preto, para qual dei o n°123 e como nesta ocasião achava-se presente o reverendo Vigário, Manoel Pinto de Siqueira, batizou não só aos recém nascidos, como também a todos os mais africanos, que achavam-se sem batismo. Nesta mesma data acabo de receber um officio de V. Exa datado de 28 de maio, em que exige as relações normais, e mais informações tendentes aos africanos livres, sob minha guarda do que passo respeitosamente a participar a V. Exa que no dia 28 de abril, aprontei as ditas relações e mais officios em que acusavam todos os por menores, que julguei convenientes, para satisfazer as ordens de V. Exa e fico esperando que V. Exa desculpará alguma falta que é nascida da ignorância.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna 1° de agosto de 1860.

Ilmo e Exmo Sr. Coronel Engenheiro
Antonio Pedro de Alencastro
Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 46

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso .

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	48	18	66		2	10	-
		doentes	2	-	2			1	2
Santa Anna	Roça	promptos	20	-	20	10		-	2
		doentes						-	
Soma			70	18	88	10	2	11	4

Observações: Neste mapa demonstra que foram para o serviço da roça mais 10 homens e foram supridas 2 mulheres, foram 2 escravas da mesma companhia e também vieram as duas africanas que se achavam em curativos no sitio do Tenente J. Marcellino da S^a Prado e faleceu o Africano André de uma póstuma. Santa Anna, 1° de agosto de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos Africanos livres que foram entregues pelo governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1° de agosto de 1860. APMT.

Anexo 47

Mapa dos filhos das Africanas Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	12	9	21	3	1		
	Por batizar	-	-	-	-	-	-	-
Soma		12	9	21	3	1	-	-

Observações: declaro que no decorrido mês, nasceu um menino e foram batizados quatro. Santa Anna, 1º de agosto de 1860. Tibério Fidelis Moniz- guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos filhos das Africanas Livres entregue à Companhia - 1º de agosto de 1860. APMT.

Anexo 48

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Com este tenho a honra de levar as mãos de V. Exa os inclusos mapas dos africanos livres, sob minha guarda, e participar a V. Exa que no dia 13 do mês findo, a Africana numero 4 de nome Mariana Moçambique, deu a luz a um menino cor preta para o qual dei o numero 133, e lavrei o competente auto de nascimento que a este acompanha.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna 1º de setembro de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor Coronel Engenheiro

Antonio Pedro de Alencastro

Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 49

Mapa dos Africanos Livres entregues pelo governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	68	18	86				
		doentes	2	-	2				
Santa Anna	Roça	promptos	-	-	-				
		doentes							
Soma			70	18	88				

Observações: Nesta data acham-se todos reunidos no serviço da lavra. Santa Anna, 1º de setembro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos Africanos Livres entregues pelo governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de setembro de 1860. APMT.

Anexo 50

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	12	9	21	-	-	-	-
	Por batizar	1	-	1	1	-	-	-
Soma		13	9	22	1	-	-	-

Observações: No decorrido mês nasceu um menino e tem nº133. Santa Anna 1º de setembro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de setembro de 1860. APMT.

Anexo 51

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho a honra de participar a V. Exa que no mês findo, não houve alteração alguma relativo aos Africanos livres que estão sob minha guarda, como demonstra os mapas que este acompanha.

Deus guarde a V. Exa.
Santa Anna 1º de outubro de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor Coronel Engenheiro

Antonio Pedro de Alencastro

Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 52

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo Imperial à Companhia de mineração da província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	68	18	86				
		doentes	2	-	2				
Santa Anna	Roça	promptos							
		doentes							
Soma			70	18	88				
Observações: continua toda a força reunida para verificar-se um serviço da ilha de Santa Anna. Santa Anna, 1º de outubro de 1860. Tibério Fidelis Moniz- guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo Imperial à Companhia de mineração da província de Mato Grosso - 1º de outubro de 1860. APMT.

Anexo 53

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	12	9	21				
	Por batizar	1	-	1				
Soma		13	9	22				
Observações: No decorrido mês não houve alteração alguma. Santa Anna 1º de outubro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.								

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de outubro de 1860. APMT.

Anexo 54

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho a honra de levar as mãos de V. Exa os mapas mensais dos Africanos livres sob minha guarda, e participar a V. Exa. que no decorrido mês não houve alteração alguma.

Deus guarde a V. Exa.

Santa Anna 1º de novembro de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor Coronel Engenheiro
Antonio Pedro de Alencastro
Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 55

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	48	18	66				
		doentes	2	-	2				
Santa Anna	Roça	promptos	20	-	20				
		doentes							
Soma			70	18	88				
Observações: No decorrido mês não houve alteração alguma. Santa Anna, 1º de novembro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres que foram entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de novembro de 1860. APMT.

Anexo 56

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	12	9	21				
	Por batizar	-	1	1				
Soma		12	10	22				
Observações: No mês findo não houve alteração. Santa Anna 1º de novembro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.								

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia - 1º de novembro de 1860. APMT.

Anexo 57

Acervo: Lata 1860. APMT.

Ilmo e Exmo Senhor

Com este tenho a honra de levar as mãos de V. Exa os mapas mensais dos Africanos livres sob minha guarda, em que demonstra não ter havido alteração alguma durante o mês findo.

Deus guarde a V. Exa.
Santa Anna 1º de dezembro de 1860.

Ilmo e Exmo Senhor Coronel Engenheiro
Antonio Pedro de Alencastro
Digníssimo Presidente desta Província

Tibério Fidelis Moniz
Guarda dos Africanos Livres

Anexo 58

Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso .

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						homens	mulheres	homens	mulheres
Santa Anna	Mineração	Promptos	48	18	66				
		doentes	2	-	2				
Santa Anna	Roça	promptos	20	-	20				
		doentes							
Soma			70	18	88				
Observações: No mês findo não houve alteração. Santa Anna, 1º de dezembro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.									

FONTE: Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de dezembro de 1860. APMT.

Anexo 59

Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso.

Lugar onde se acham		meninos	meninas	total	Diferença com o último mapa:			
					Para mais		Para menos	
					meninos	meninas	meninos	meninas
Santa Anna	batizados	12	9	21				
	Por batizar	-	1	1				
Soma		12	10	22				

Observações: No mês findo não teve alteração. Santa Anna 1º de dezembro de 1860. Tibério Fidelis Moniz - guarda dos africanos livres.

FONTE: Mapa dos filhos dos Africanos Livres entregues à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1º de dezembro de 1860. APMT.

Anexo 60

Província de Mato Grosso – Município de Santa Cruz de Corumbá – Classificação de escravos a serem libertos - 1877.

Class.	Escravo	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão/ Trabalho	Nome Do Senhor	Pessoas Da Família	Morada	Observações
1.	Frederico	preta	18	solt.	roceiro	bastante	Anna Alves Ferreira	-----	Herculânea	-----
2.	Felipe	preta	14	solt.	roceiro	bastante	Anna Alves Ferreira	-----	Herculânea	-----
3.	Francelima	preta	24	solt.	lavrador	bastante	Anna Alves Ferreira	-----	Coxim	-----
4.	Candida	preta	53	viúva	cozinheira	bastante	Anna Alves Ferreira	-----	Coxim	-----
5.	Felisarda	preta	43	solt.	serviço doméstico	bastante	Anna De Campos Maciel	-----	Nesta Vila	Filho livre em virtude da lei: Agostinho – 5 anos
6.	Feliciana	preta	49	solt.	cozinheira	bastante	Anna De Campos Maciel	-----	Nesta Vila	-----
7.	Vicencia	preta	44	solt.	serviço doméstico	bastante	Anna Isabel Rôis Pimenta	-----	Nesta Vila	Tem na mão da sra. 360\$000 p/ sua liberdade
8.	Bebiana	preta	16	solt.	s.domest.	bastante	Anna Rosa Da Cunha	-----	Nesta Vila	-----
9.	Ignes	parda	15	solt.	costureira	bastante	Antônio Antunes Galvão Sobrinho	-----	Nesta Vila	-----
10.	Jacintho	parda	20	solt.	cozinheira	bastante	Antônio Antunes Galvão Sobrinho	-----	Nesta Vila	-----
11.	Josepha	preta	24	solt.	serviço doméstico	bastante	Antônio Antunes Galvão Sobrinho	-----	Nesta Vila	Tem uma filha livre em virtude da lei: Theresa, 6 anos e 50\$000 de pecúlio c/ dono
12.	Rita de Sousa	preta	23	solt.	serviço doméstico	bastante	Antonio Cay Elipi	-----	Nesta Vila	-----
13.	Rosa	preta	33	solt.	cozinheira	bastante	Antônio Delmiro Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
14.	Sophia	preta	24	solt.	roceira	bastante	Antonio Gomes De Arruda	-----	Taquary	-----
15.	Salvador	preta	22	solt.	jornaleiro	bastante	Antônio José Da Costa	-----	Nesta Vila	-----
16.	Leonarda	parda	24	solt.	cozinheira	bastante	Antônio Luis Da Silva Albuquerque	-----	Taquary	-----
17.	Angela	preta	32	solt.	serviço doméstico	bastante	Antonio Maria Coelho	-----	Albuquerque	Filho livre em virtude da lei: Maria, 4 anos;
18.	João	preta	26	solt.	roceiro	bastante	Antonio Maria Coelho	-----	Albuquerque	-----

19.	Jose	preta	16	solt.	s. domest.	bastante	Antonio Maria Coelho	-----	Albuquerque	-----
20.	Filomena	preta	20	solt.	roceira	bastante	Antonio Maria Coelho	-----	Albuquerque	-----
21.	Ignes	preta	22	solt.	s. domest	bastante	Antonio Maria Coelho	-----	Albuquerque	-----
22.	Benedicta	preta	44	solt	s. domest	regular	Antonio Prima Da Sª. Lima	-----	Nesta Vila	-----
23.	Francisca	parda	22	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	Filho livre em virtude da lei: Samuel, 2 anos
24.	Lucinda	parda	22	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	Filhos livres em virtude da lei: Maria Theresa, 5 anos e Salvate, 18 meses.
25.	Mariana	parda	21	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	Filho em virtude da lei: Felicia, 4 meses.
26.	Manoel	parda	59	solt.	ferreiro	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	Preso na cadeia pública nesta vila. Crime de homicídio voluntário.
27.	Antônio Cirigaio	parda	54	solt.	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
28.	Gonçalo	parda	52	solt.	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
29.	Tristão	preta	34	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
30.	Gabriel	preta	33	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
31.	Raymundo	parda	32	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
32.	Antônio Nunes	preta	29	solt	sapateiro	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
33.	Filette	parda	23	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
34.	Baltasar	parda	22	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
35.	João do Ouro	preta	22	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
36.	Eustaquio	parda	22	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
37.	Belisario	preta	21	solt	lavrador	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
38.	Antonio	parda	18	solt	roceiro	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
39.	João do Engenho	preta	18	solt	roceiro	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
40.	Manoel	parda	16	solt	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
41.	Anastácio	preta	16	solt	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
42.	Pedro	parda	15	solt	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----

43.	Randolpho	parda	14	solt	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
44.	Vicente	parda	12	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
45.	Wenceslau	preta	9	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
46.	Maria Eugenia	parda	7	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
47.	Luiza	preta	7	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
48.	Maria Cantidiana	parda	12	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
49.	Amelia	parda	14	solt.	s. domest	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
50.	Laurinda	parda	17	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
51.	Esmilia	parda	30	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
52.	Francelina	parda	30	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
53.	Martinha	parda	32	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
54.	Theresa	preta	32	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
55.	Mª Magdalena	preta	34	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
56.	Mª das Dores	preta	35	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
57.	Theodora	preta	40	viuva	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Piraputangas	-----
58.	Luciana	preta	42	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
59.	Mª. Mag. Da Grande	preta	44	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
60.	Mª. Pequena	preta	49	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
61.	Emilia	preta	54	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
62.	Clara	preta	54	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
63.	Regina	preta	54	solt.	roceira	bastante	Barão De Vila Maria	-----	Nesta Vila	-----
64.	Antonia	preta	37	solt.	roceira	bastante	Benedicto Viana Da Silva	-----	Neste Municipio	-----
65.	Josefa	parda	22	solt.	lavadeira	bastante	Benedito Vianna Da Silva	Filho Felipe	Nesta Vila	-----
66.	[ilegível]	parda	7	solt.	bastante	Benedito Vianna Da Silva	-----	Nesta Vila	-----
67.	Feliciano	preta	26	solt.	todo serviço	bastante	Boaventura Da Matta	-----	Nesta Vila	-----
68.	Joana	parda	18	solt.	s. domest	bastante	Boaventura Da Matta	-----	Nesta Vila	-----

69.	Thiburcia	cabra	25	solt.	s. domest	bastante	Boaventura Da Mattia	-----	Nesta Vila	-----
70.	Vicencia	preta	33	solt	s. domest	bastante	Boaventura Da Mattia	-----	Nesta Vila	-----
71.	Isidora	preta	35	solt	cozinheira	bastante	Cândida Ferreira Da Silva	-----	Nesta Vila	-----
72.	Ignes	preta	28	solt.	s. domest	boa	Cândida Ferreira Da Silva	-----	Nesta Vila	Filho livre em virtude da lei: Francisco, 5 anos
73.	Antonio	preta.	45	solt.	roceiro	boa	Carlos Antunes D'almeida	-----	Coxim	-----
74.	Antonia	parda	30	solt.	cozinheira	bastante	Carlos Antunes D'almeida	-----	Coxim	-----
75.	Thomas	preta	39	solt.	vaqueiro	boa	Carlos Antunes D'almeida	-----	Coxim	-----
76.	Pedro	preta	29	solt.	vaqueiro	boa	Carlos Antunes D'almeida	-----	Coxim	-----
77.	Amelia	parda	10	solt.	boa	Carlos Antunes D'almeida	-----	Coxim	-----
78.	Amelia	parda	28	solt.	cozinheira	boa	Carlos Antunes D'almeida	-----	Coxim	-----
79.	parda	11	solt.	s. domest	bastante	Carolina Alves Corrêa	Vicencia	Nesta Vila	-----
80.	Martinha	preta	23	solt.	s. domest	bastante	Carolina Alves Corrêa		Nesta Vila	Filho livre em virtude da lei: Benedicta, 5 anos.
81.	Manoel	preta	4	-----	-----	-----	Custodia Maria Libania	-----	Nesta Vila	-----
82.	Brigida	preta	27	solt.	cozinheira	pouca	Custodia Maria Libania	-----	Nesta Vila	-----
83.	Benedicta	preta	26	solt.	s. domest	bastante	Esequiel Monteiro De Vas Moirão	-----	Nesta Vila	-----
84.	Ludugero	preta	20	solt	s. domest	bastante	Felippe Orlando Schorts	-----	Nesta Vila	-----
85.	Callicta	parda	12	solt	s.domest	bastante	Felippe Orlando Schorts	-----	Nesta Vila	-----
86.	Theresa	preta	24	solt.	s.domest	bastante	Felippe Orlando Schorts	-----	Nesta Vila	-----
87.	Anna	preta	42	solt.	s.domest	bastante	Felippe Orlando Schorts	-----	Nessa Vila	-----
88.	Josepha	preta	44	solt.	cozinheira	bastante	Francisco Da Costa Leite d'Almeida	-----	Nesta Vila	-----
89.	Jacob	preta	33	casad	roceiro	bastante	Francisco De Lara Falcão	-----	Nesta Vila	Mulher: Maria de Esmeria
90.	preta	10	solt.	Francisco De Lara Falcão	Filhos de Eleotério	Nesta Vila	-----
91.	preta	8	solt.	Francisco De Lara Falcão	Torquato	Nesta Vila	-----
92.	preta	6	solt.	Francisco De Lara Falcão	Gabriel	Nesta Vila	-----
93.	Esmeria	preta	28	casad	roceira	bastante	Francisco De Lara Falcão	-----	Nesta Vila	Mulher do Jacob
94.	José	cabra	30	solt.	roceiro	bastante	Francisco De Lara Falcão	-----	Taquary	-----
95.	Antonio	cabra	20	solt.	lavrador	bastante	Francisco De Lara Falcão	-----	Taquary	-----

96.	Joana	preta	21	solt.	roceira	bastante	Francisco De Lara Falcão	-----	Taquary	-----
97.	Romana	preta	35	solt.	roceira	bastante	Francisco De Lara Falcão	-----	Taquary	-----
98.	Aleixo	preta	45	solt.	pedreiro	bastante	Francisco Nunes Da Cunha	-----	Nesta Vila	-----
99.	Rufino	preta	27	solt.	jornaleir	bastante	Francisco Nunes Da Cunha	-----	Nesta Vila	-----
100.	Anacleto	preta	24	solt.	roceiro	bastante	Francisco Nunes Da Cunha	-----	Forte De Coimbra	-----
101.	João	preta	12	solt.	s.domest	bastante	Francisco Nunes Da Cunha	-----	Forte De Coimbra	-----
102.	Benedicta	parda	9	solt.	s.domest	bastante	Francisco Nunes Da Cunha	-----	Forte De Coimbra	-----
103.	Joaquina	preta	32	solt.	s.domest	bastante	Francisco Nunes Da Cunha	-----	Forte Coimbra	-----
104.	Jasépha	cabra	39	solt.	s.domest	bastante	Germano José Da Silva	-----	Nesta Vila	-----
105.	Josepha	preta	35	solt.	----	----	Germano José Da Silva	-----	Corumbá	-----
106.	Antônio	parda	12	solt.	roceiro	bastante	Ignes Das Chagas Do Amor Divino	-----	Albuquerque	-----
107.	Virginia	parda	16	solt.	s.domest	bastante	Jacinho Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	Filha livre em virtude da lei: 30 dias/idade
108.	Belisaria	preta	22	solt.	roceira	bastante	Jacinho Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
109.	Agostinha	preta	40	solt.	lavadeira	bastante	Jacinho Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
110.	Romano	preta	27	solt.	lavrador	bastante	Jacinto Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
111.	Pedro	cabra	18	solt.	roceiro	bastante	Jacinto Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
112.	João	preta	15	solt.	s.domest	bastante	Jacinto Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
113.	Clementina	preta	11	solt.	s.domest	bastante	Jacinto Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
114.	Maria Luiza	parda	13	solt.	s.domest	bastante	Jacinto Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
115.	Francisca	preta	14	solt.	s.domest	bastante	Jacinto Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
116.	Sebastiana	preta	54	solt.	cozinheira	pouca	Jacinto Pompeo De Camargo	-----	Nesta Vila	-----
117.	Thomazia	preta	55	solt.	cozinheira	bastante	João Baptista Da Conceição	-----	Coxim	-----

118.	Manoel	preta	26	solt.	peoneiro	bastante	João Paupino Caldas	-----	Nesta Vila	-----
119.	Antônio	preta	28	solt.	roceiro	bastante	Joaquim Baptista Da Conceição	-----	Coxim	-----
120.	Maria Benedicta	preta	36	solt.	----	----	Joaquim Caetano Victório	-----	Corumbá	-----
121.	Dorothea	preta	21	solt.	s. domest	bastante	Joaquim Gama Lobo D'íça	-----	Nesta Vila	Filho livre em virtude da lei: Honório, 1 ano
122.	Clementina	cabra	25	solt.	s. domest	nenhuma	Joaquim José De Carvalho	-----	Nesta Vila	-----
123.	Benedito	preta	29	solt.	peoneiro	bastante	Joaquim Pinto De Guedes	-----	Nesta Vila	-----
124.	Firmino	parda	35	solt.	Marceneir	bastante	Joaquim Pinto Guedes	-----	Nesta Vila	-----
125.	Vicencia	preta	34	solt.	cozinheira	bastante	Joaquim Thimoteo Ribeiro	-----	Nesta Vila	-----
126.	Joaquina	preta	38	solt.	t. serv	bastante	José Bento Da Silva Graça	-----	Coxim	-----
127.	Galdino	parda	27	solt.	carpinteir	bastante	Jose Da Silva Rondon	-----	Nesta Vila	-----
128.	Catharina	preta	21	solt.	cozinheira	boa	José Da Silva Rondon	-----	Nesta Vila	Filha livre em virtude da lei: Claudina, 1 ano
129.	Leopoldina	preta	31	solt.	t. serviço	bastante	José Da Silva Rondon	-----	Nesta Vila	-----
130.	Anna	preta	40	solt.	s.domest	bastante	José Da Silva Rondon	-----	Nesta Vila	-----
131.	Amalio	preta	23	solt.	jomaleiro	bastante	Jose De Sousa Lima	-----	Taquary	-----
132.	Rufino	preta	19	solt.	t. serviço	bastante	Jose De Sousa Lima	-----	Taquary.	-----
133.	Miguel	parda	27	solt.	lavrador	bastante	José De Sousa Lima	-----	Taquary	-----
134.	Luferm	parda	7	solt.	nenhum	nenhuma	Jose Francisco Alves	-----	Coxim	-----
135.	Marcelina	parda	49	solt.	s.domest	bastante	José Francisco Alves	-----	Coxim	-----
136.	José	cardo	42	solt.	t. serviço	bastante	José Francisco Alves	-----	Coxim	-----
137.	Ananias	parda	12	solt.	s.domest	bastante	José Francisco Alves	-----	Coxim	-----
138.	Maria	parda	11	solt.	s.domest	bastante	José Francisco Alves	-----	Coxim	-----
139.	Leoforme	parda	4	-----	-----	-----	José Francisco Alves	-----	Coxim	-----
140.	Ananias	parda	12	solt.	s.domest	bastante	José Francisco Alves	-----	Coxim	-----
141.	Valentim	preta	34	solt.	roceiro	bastante	Jose Gomes Monteiro	-----	Taquary	-----
142.	Bento	preta	18	solt.	roceiro	bastante	Jose Gomes Monteiro	-----	Taquary	-----
143.	Ephigenia	preta	19	solt.	s.domest	bastante	José Gomes Monteiro	-----	Taquary	Filho livre em virtude da lei: Sabino, 2 anos
144.	Gabriel	preta	26	solt.	roceiro	bastante	José Gomes Monteiro	-----	Taquary	-----

145.	Juliana	parda	23	solt.	roceira	bastante	José Gomes Monteiro	-----	Taquary	-----
146.	Maria	preta	26	solt.	roceira - campa	bastante	José Gomes Monteiro	-----	Taquary	-----
147.	Benedicto	preta	34	solt.	roceiro	nenhuma	Jose Joaquim De Sousa Franco	-----	Albuquerque	-----
148.	Manuel	preta	60	casad	roceiro	pouca	José Joaquim De Sousa Franco	-----	Albuquerque	-----
149.	Clara	preta	25	solt	s.domest	bastante	José Joaquim De Sousa Franco	-----	Albuquerque	Filha livre em virtude da lei: Dorothea, 5 anos
150.	Theresa	preta	30	solt.	s.domest	boa	José Joaquim De Sousa Franco	-----	Albuquerque	Filhos livre em virtude da lei: João e Ludovina
151.	Floriana	preta	53	casad	s.domest	pouca	José Joaquim De Sousa Franco	-----	Albuquerque	Mulher do Manuel
152.	Domingos	preta	24	solt.	roceiro	bastante	José Luis De Magalhães	-----	Nesta Vila	-----
153.	Manoel	parda	24	solt.	roceiro	bastante	José Manoel Bruno	-----	Besta Vila	-----
154.	Eva	preta	49	solt.	cozinheira	regular	Leonor Josefina De Abugaria	-----	Nesta Vila	-----
155.	Antônio	preta	26	solt.	roceiro	regular	Luis José Coelho	-----	Taquary	-----
156.	Cesário	preta	23	solt.	lavrador	regular	Luis José Coelho	-----	Taquary	-----
157.	Someria	preta	20	solt.	roceira	bastante	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
158.	Fermiana	preta	33	casad	roceira	bastante	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
159.	Sebastiana	preta	33	casad	roceira	bastante	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
160.	João	preta	38	casad	roceiro	bastante	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	Ignora-se quem seja sua mulher
161.	Germano	parda	33	casad	roceiro	bastante	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	Ignora-se quem seja sua mulher
162.	Victoriano	parda	70	casad	lavrador	pouca	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
163.	José	preta	66	solt.	roceiro	boa	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
164.	Vicente	parda	42	solt	oleiro	boa	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
165.	Benedicta	preta	18	solt.	roceira	bastante	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
166.	Crispiniana	preta	22	solt.	roceira	bastante	Luisa Leite De Mesquita	-----	Herculânea	-----
167.	Eva	preta	15	solt.	costureira	bastante	Manoel Antônio Da Silva	-----	Ladario	-----
168.	Ignes	preta	34	solt.	lavadeira	bastante	Manoel Francisco D'Avila	-----	Nesta Vila	-----
169.	Rufina	preta	39	solt.	cozinheira	bastante	Manoel Ge.Clementino Da Silva	-----	Taquary	-----

170.	Antonio	preta	24	solt.	lavrador	bastante	Manoel J. De Carvalho	-----	Coxim	-----
171.	Francisca	preta	44	solt.	roceira	bastante	Manoel J. De Carvalho	-----	Coxim	-----
172.	Vicente	preta	42	solt.	oleiro	bastante	Manoel J. De Carvalho	-----	Coxim	-----
173.	Antônio	preta	24	solt.	lavrador	bastante	Manoel J. De Carvalho	-----	Coxim	-----
174.	Leonarda	parda	24	solt.	ngoma deira	bastante	Manoel Maximo De Sousa Mello	-----	Coxim	-----
175.	Margarida	parda	50	viuva	cozinheira	pouca	Manoel Maximo De Sousa Netto	-----	Coxim	-----
176.	Portasio	preta	20	solt.	nenhum	-----	Manoel P. De Barros	-----	Nesta Vila	-----
177.	Anacleto	preta	34	solt.	lavrador	bastante	Manoel P. De Barros	-----	Nesta Vila	-----
178.	Simião	preta	29	solt.	roceiro	bastante	Manoel P. De Barros	-----	Nesta Vila	-----
179.	Agostinho	preta	22	solt.	lavrador	bastante	Manoel P. De Barros	Pedro	Nesta Vila	-----
180.	Pedro	parda	7	solt.	s. domest	bastante	Manoel P. De Barros	-----	Nesta Vila	-----
181.	Delfina	cabra	27	solt.	s. domest	bastante	Manoel P. De Barros	-----	Nesta Vila	Filho livre em virtude da lei: Francisco, 18 meses
182.	Delfino	preta	25	solt.	s. domest	bastante	Manoel P. De Barros	-----	Nesta Vila	-----
183.	Evaristo	preta	12	solt.	roceiro	bastante	Manoel Valentim De Souza	-----	Taquary	-----
184.	-----	preta	8	solt.	s. domest	parca	Manoel Vicente De Souza	-----	Taquary	-----
185.	Florinda	preta	34	solt.	roceira	parca	Manoel Vicente De Souza	Filho Cecílio	Taquary	-----
186.	Victor	preto	15	solt.	cozinheira	bastante	Maria Da Cunha E Oliveira	-----	Nesta Vila	-----
187.	Maria	parda	23	solt.	s. domest	bastante	Maria Francisca De Campos	-----	Nesta Vila	-----
188.	João	parda	39	solt.	roceiro	regular	Mariano Ribeiro Guimarães	-----	[Ilegível]	-----
189.	Rosa	parda	26	solt.	s. domest	bastante	Martha D'arruda Leite	-----	Nesta Vila	-----
190.	Rita	parda	30	solt.	s. domest	bastante	Martha D'arruda Leite	-----	Nesta Vila	-----
191.	Antônio	preta	18	solt.	roceiro	bastante	Miguel Henriques De Carvalho	-----	Nesta Vila	-----
192.	Anna	cabra	30	solt.	s. domest	bastante	Miguel Paes De Barros	-----	Nesta Vila	Filha de nome Anna, 7 anos
193.	Estevão	preta	33	solt.	pedreiro	bastante	Miguel Paes De Barros	-----	Nesta Vila	-----
194.	Maria	parda	23	solt.	s. domest	bastante	Miguel Paes De Barros	-----	Nesta Vila	-----
195.	Januária	preta	16	solt.	s. domest	bastante	Pedro Gonçalves Coelho	-----	Ladário	Filha livre em virtude da lei: Julia.
196.	Venceslaio	parda	28	solt.	nenhuma	pouca	Pedro Rodrigues Fróes	-----	Nesta Vila	-----
197.	Manoel	preta	28	casd	roceiro	bastante	Possidonio Vieira D'Almeida	-----	Herculância	-----

198.	Ignacia	preta	25	casd	cozinheira	bastante	Possidonio D'Almeida	Vieira	-----	Herculanea	Ignora-se quem seja seu marido
199.	Anna	preta	44	solt.	roceira	regular	Possidonio D'Almeida	Vieira	-----	Taquary	-----
200.	Honorio	parda	39	solt.	lavrador	bastante	Possidonio D'Almeida	Vieira	-----	Taquary	-----
201.	Clara	parda	11	solt.	s. domest	bastante	Sabino José Da Silva		-----	Taquary	-----

FONTE: Livro de Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação - 1877, p.p. 1-23. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

Anexo 61

Livro de Notas de nº 02 de 1859 a 1862 – Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba.

Doc: 06.

Ano:1861.

Página: 38.

Escritura de revogação da Escritura de folha dezoito até folha dezenove que faz o capitão José Garcia leal, como abaixo se declara.

SAIBÃO quantos este público **instrumento de revogação** virem que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e sessenta e um, nesta Vila de Sant^a Anna do Paranahyba, Província de Matto Grosso em o Cartório dos dezessete de setembro do dito ano compareceu o capitão José Garcia Leal reconhecido pelo próprio de que trato e faço menção e dou fé e por ele, outorgante, me foi dito em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, que **tendo passado a carta de liberdade lançada neste livro, a folha dezoito até dezenove a seus escravos:** Francisco Benguela, e sua mulher Maria Benguela; José Carapina e sua mulher Escolástica e seus filhos Antonio Cezario crioulo e sua Mulher Vitória crioula e suas três filhinhas Eva, Teodora e Angélica; Valeriano africano e sua mulher Joaquina africana; Antonio africano e sua mulher Matildes crioula; José pequeno africano e sua mulher Francisca crioula; Rita Crioula; José Benguela; Joaquim Mina; Domingos africano; Joaquim novo Africano; Joaquim crioulo; Mathias Africano; Roque Africano; Manoel José crioulo; Silvério Africano; Adão Africano; José Mucambique; João Grande, José velho africano; Julião crioulo; **pela presente revoga a dita escritura de liberdade na parte em que os conferiu para servirem-lhe por tempo de dois anos;** fecunda os mesmos de hora em diante obrigados **a servir-lhe durante sua vida, conforme as cartas que os mesmos possuem em mãos**, a exceção porém daqueles que tentar contra seus dias, ou concorrem para isso, ficando as cartas que lhes tem em mãos com inteira validade como assim o disse dou minha fé. Me pediu que lançasse em minha Nota o que eu Tabelião afiz como pessoa pública, e aceito a presente por parte dos libertos, tanto quanto devo, e de tudo foram testemunhas presentes: Tertuliano Constantino de Sousa Natal, Joaquim Teodoro de Alvarenga, e José Pereira de Barros, todos moradores nesta dita Villa e reconhecidos de mim José Joaquim Ramos e Costa: Tabelião interino e assino em público e razão com o sinal do que uso, digo, tudo depois de lhe ser lida e achado conforme, assinan com o outorgante e eu José Joaquim Ramos Costa Tabelião interino que o escrevi e assino em publico e razão com o sinal de que uso.

Em testemunho de verdade
José Joaquim Ramos e Costa
José Garcia Leal
Tertuliano Constantino de Souza Natal
Joaquim Teodoro de Alvarenga

Anexo 62

Província de Mato Grosso - Município de Santana do Paranaíba
Classificação dos cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação – 1874.

Class.	Escravo	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão/ trabalho	Pessoas Da Familia	Morali dade	Nome Do Senhor	Observações
1.	Eva	preta	36	casada	cozinheira	tem	um	não	Anna Luisa do Espírito Santos	-----
2.	Joaquim	preta	57	casado	lavoura	incapaz	um	não	Anna Luisa do Espírito Santos	-----
3.	Venâncio	preta	41	casado	lavoura	tem	-----	tem	Antonia Maria Fausta	-----
4.	Luiza	preta	21	casada	cozinheira	tem	-----	tem	Antonia Maria Fausta	-----
5.	Rita	preta	28	solteira	cozinheira	tem	-----	tem	Antonio Ferreira Bueno	-----
6.	Luis	preta	42	viuvo	lavoura	tem	-----	tem	Antonio Jesuino de Guimarães	-----
7.	Jeronima	preta	16	solteira	cozinheira	tem	-----	tem	Antonio Pedro de Moraes	-----
8.	Vicente	pardo	47	viuvo	lavoura	capaz	-----	tem	Antonio Roiz de Meneses	-----
9.	Limão	preto	20	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Antonio Roiz de Meneses	-----
10.	Luiza	preta	22	solteira	cozinheira	capaz	-----	tem	Antonio Roiz de Meneses	-----
11.	Ricardo	preta	31	casado	lavoura	capaz	-----	tem	Bernardino Barbosa Sanduval	-----
12.	Flausina	preta	26	casada	cozinheira	capaz	-----	tem	Bernardino Barbosa Sanduval	-----
13.	Vicente	parda	6	-----	-----	-----	-----	tem	Bernardino Correa Neves e Orfãos	-----
14.	Jeronima	preta	16	solteira	fiandeira	tem	-----	tem	Bernardino Correa Neves e Orfãos	-----
15.	Rita	preta	20	solteira	cozinheira	tem	uma	tem	Bernardino Correa Neves e outro	-----
16.	Maria	parda	23	solteira	cozinheira	tem	quatro	tem	Carlos Ferreira de Castro	2 da família são livres
17.	Manoel	preta	34	casado	lavoura	tem	Um livre	tem	Carlos Garcia de Freitas e outros	-----
18.	Jerônimo	preta	37	casado	cozinheiro	tem	Um livre	tem	Carlos Garcia de Freitas e outros	-----
19.	Firmina	preta	19	solteira	costureira	tem	um	tem	Elisario Loureana de Moraes	-----
20.	Vicência	preta	28	solteira	cozinheira	tem	um	tem	Elisario Loureana de Moraes	-----
21.	Domiciano	preta	12	solteira	lavoura	capaz	-----	tem	Eugenio orfãos de Jose de Souza Borges	-----
22.	Martim	preta	11	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	Firmino Garcia de Freitas	-----
23.	Ricarda	preta	27	solteira	cozinheira	tem	dois	tem	Firmino Soares de Freitas	-----
24.	João	preto	22	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Firmino Soares de Freitas	-----
25.	João	pardo	12	solteiro	campeiro	capaz	-----	tem	Firmino Soares de Freitas	-----

26.	Joanna	preta	19	casada	cozinheira	tem	dois	não	Flavio Garcia Leal	2 da família são livres
27.	Estevão	preto	32	casado	lavoura	capaz	-----	tem	Flavio Garcia Leal	-----
28.	Miguel	preta	42	casado	lavoura	tem	dois	não	Flávio Garcia Leal	-----
29.	Feliciano	preta	16	solteiro	costureira	capaz	um	tem	Flavio José Roiz de Macedo	1 filho livre
30.	Adão	preto	13	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Francisco de Paula Garcia	-----
31.	Joana	preta	20	casada	cozinheira	capaz	dois	tem	Francisco filho de Flavio Garcia Leal	1 da família é livre
32.	Joaquim	preta	51	casado	lavoura	tem	-----	tem	Francisco Garcia Leal Pael	-----
33.	Joana	preta	17	casada	cozinheira	tem	-----	tem	Francisco Garcia Leal Pael	-----
34.	Joaquim	preta	52	casado	lavoura	tem	dois	tem	Francisco Garcia Leal Pael	2 filhos são livres
35.	Joana	preta	18	casada	fiandeira	tem	dois	tem	Francisco Garcia Leal Pael	2 filhos são livres
36.	Marciana	preta	26	solteira	cozinheira	tem	três	tem	Francisco Garcia Leal Pael	2 da família são livres
37.	Candido	preta	32	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Francisco Garcia Leal Pael	-----
38.	Florencia	preta	27	solteiro	tecedeira	capaz	-----	tem	Francisco Garcia Leal Pael	-----
39.	Sabina	parda	41	casada	lavoura	tem	-----	tem	Gabriel Ferreira de Mello	-----
40.	Catharina	preta	37	casada	cozinheira	tem	dois	tem	Gabriel Ferreira de Mello	-----
41.	Jacinto	preta	20	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	Gabriel Ferreira de Mello	-----
42.	Vicente	preta	18	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	Gabriel Ferreira de Mello	-----
43.	Elias	preto	15	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	Gabriel Ferreira de Mello	-----
44.	Marcelino	preta	41	casado	lavoura	tem	-----	tem	Gabriel Ferreira de Mello e outros	-----
45.	João	parda	32	viúvo	lavoura	tem	-----	tem	Ge Alves dos Santos - Órfãos	-----
46.	Albano	parda	14	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Izaiaes da Silva Borges – Órfão: Jorge filho de	-----
47.	Camilla	parda	18	solteira	fiandeira	capaz	-----	tem	Izaiaes da Silva Borges - Maria Vitalina Filha de	-----
48.	Benedicta	preta	16	solteira	fiandeira	capaz	-----	tem	Izaiaes da Silva Borges – órfão: Maria Cândida filha de	-----
49.	Gusta	preta	37	casada	cozinheira	capaz	um	não	Izaiaes da Silva Borges	-----
50.	Felippe	preta	46	casado	lavoura	capaz	dois	não	Izaiaes da Silva Borges	-----
51.	Prudenciana	parda	41	casada	fiandeira	capaz	-----	não	Izaiaes da Silva Borges	-----
52.	Adão	parda	59	casado	lavoura	incapaz	-----	tem	Izaiaes da Silva Borges	-----
53.	Eugenia	parda	29	casada	costureira	capaz	-----	tem	Izaiaes da Silva Borges	-----
54.	Estevão	parda	16	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Izaiaes da Silva Borges	-----
55.	Felippe	preta	44	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Izaiaes da Silva Borges e outros	-----
56.	Victoria	preta	26	solteira	cozinheira	tem	três	tem	Izaiaes Joaquim de Guimarães	Tem o vício de fugir

57.	Maira	preta	14	solteira	fiandeira	tem	-----	tem	Izaias Joaquim Guimarães	-----
58.	Leandro	preta	34	solteira	lavoura	tem	-----	tem	Izaias Joaquim Guimarães e outros	-----
59.	Belizaria	preta	22	solteira	cozinheira	tem	-----	tem	Izaias Joaquim Guimarães e outros	-----
60.	Isabel	preta	31	solteira	cozinheira	tem	um	tem	João Baptista de Camargo	-----
61.	Felippa	preta	31	solteira	cozinheira	tem	dois	tem	João Baptista de Camargo	-----
62.	Maria Antonia	preta	20	solteira	cozinheira	tem	dois	tem	João Baptista Mariano	2 filhos livres
63.	Vênancio	preta	20	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	João Baptista Mariano	-----
64.	Mariana	preta	18	casada	cozinheira	tem	Um	não	João da Cruz Resende	-----
65.	Jacob	parda	29	casado	lavoura	tem	Um	não	João da Cruz Resende	-----
66.	José	preta	37	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	João da Rosa Moraes	-----
67.	Luis	preta	41	casado	lavoura	tem	-----	tem	João de Faria e Souza	-----
68.	Luciana	preta	37	casada	cozinheira	tem	-----	tem	João de Faria e Souza	-----
69.	Eva	preta	24	solteira	cozinheira	tem	três	tem	João Manoel Nogueira	1 da família é livre
70.	Marcolino	preto	14	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	João Manoel Nogueira	-----
71.	Barbara	parda	43	solteira	cozinheira	tem	dois	tem	João Pereira da Silva	-----
72.	Anna	parda	21	solteira	cozinheira	tem	Dois	tem	Joaquim Jose de Souza	-----
73.	Maria	preta	41	solteira	cozinheira	tem	um	tem	Joaquim José de Souza	1 filho livre
74.	Leocadia	preta	31	solteira	cozinheira	tem	quatro	tem	Joaquim Leal Garcia	1 da família é livre
75.	Adão	preta	12	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	Joaquim Leal Garcia	-----
76.	Joana	preta	21	solteira	cozinheira	capaz	um	tem	Joaquim Pereira (cambota)	1 filho livre
77.	Laurinda	preta	47	solteiro	cozinheira	capaz	-----	tem	Joaquina Cândida de Lacerda	-----
78.	Antonio	preto	15	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Jose Carlos Garcia	-----
79.	Rita	preta	18	solteira	cozinheira	tem	-----	tem	Jose Ignácio da Silva	-----
80.	Sabina	preta	23	solteira	cozinheira	tem	um	tem	Jose Ignácio da Silva	1 filho livre
81.	Joaquim	preta	41	casado	lavoura	tem	-----	tem	Jose Joaquim de Moraes	-----
82.	Maria	preta	51	casada	cozinheira	tem	-----	tem	Jose Joaquim de Moraes	-----
83.	Manoel	preta	36	casado	lavoura	tem	dois	tem	Jose Martins Roiz	-----
84.	Paulina	preta	37	casada	cozinheira	tem	dois	tem	Jose Martins Roiz	-----
85.	Maria	preta	28	solteira	cozinheira	tem	três	tem	José Martins Roiz Junior	1 filho é livre
86.	Maria	preta	21	solteira	cozinheira	tem	dois	tem	José Martins Roiz Senior	1 filho é livre
87.	Vicente	preto	21	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	José Soares de Freitas	-----
88.	Ricardo	parda	9	solteiro	-----	tem	-----	tem	José Soares de Freitas	-----
89.	Rufina	parda	7	solteiro	-----	tem	-----	tem	José Soares de Freitas	-----
90.	Vicencia	parda	17	solteira	cozinheira	tem	-----	tem	José Soares de Freitas	-----
91.	Elias	parda	9	solteiro	campeiro	capaz	-----	tem	José Vital de Oliveira	-----

92.	Sabina	preta	16	solteira	cozinheira	tem	-----	tem	Juvêncio G. de Santa Anna Borges	-----
93.	Maria	preta	23	solteira	cozinheira	tem	um	tem	Laurinda Garcia Leal	-----
94.	Manoel	preta	42	solteiro	lavoura	incapaz	-----	tem	Manoel Alves de Assis	-----
95.	José	preta	24	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Manoel Alves de Assis e outros	-----
96.	Rita	preta	20	solteira	cozinheira	capaz	-----	tem	Manoel Alves de Assis e outros	-----
97.	Barbara	preta	23	solteira	cozinheira	tem	um	tem	Manoel Antonio Lemos	-----
98.	Francisco	preta	49	casado	lavoura	tem	dois	tem	Manoel Garcia da Silveira	-----
99.	Maria	preta	26	casada	cozinheira	tem	dois	tem	Manoel Garcia da Silveira	-----
100.	Manoel	preta	29	casado	lavoura	capaz	-----	tem	Manoel Garcia da Silveira	-----
101.	Victoria	preta	18	casada	cozinheira	capaz	-----	tem	Manoel Garcia da Silveira	-----
102.	Ruffino	preta	36	casado	lavoura	capaz	-----	tem	Manoel Garcia da Silveira	-----
103.	Lzidora	preta	33	casada	tecedeira	capaz	-----	tem	Manoel Garcia da Silveira	-----
104.	Clemencio	preta	49	solteira	cozinheira	tem	três	tem	Manoel Garcia de Silveira	-----
105.	Sabina	preta	19	casada	cozinheira	tem	cinco	não	Manoel Leal Garcia	2 da família são livres
106.	Bernardo	preta	39	casado	lavoura	tem	cinco	não	Manoel Leal Garcia	2 da família são livres
107.	Theodora	preta	31	casada	cozinheira	tem	quatro	não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
108.	Marcelino	preta	32	casado	lavoura	tem	quatro	não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
109.	Luiza	preta	17	casada	tecedeira	tem	dois	não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
110.	Januario	preta	61	casado	lavoura	tem	dois	não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
111.	Mathildes	preta	45	casada	fiandeira	tem	três	não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
112.	Joaquim	preta	40	casado	lavoura	não	três	não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
113.	Graciano	preta	44	casado	lavoura	tem	dois	tem	Manoel Martins Teixeira	-----
114.	Rita	preta	26	casada	cozinheira	tem	dois	tem	Manoel Martins Teixeira	-----
115.	Miguel	preta	42	casado	lavoura	tem	dois	tem	Manoel Martins Teixeira	-----
116.	Eva	parda	16	solteira	costureira	capaz	um	tem	Manoel Martins Teixeira	1 filho livre
117.	Rafael	preto	48	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Manoel Silvério Nogueira	-----
118.	Sabina	preta	21	solteira	fiandeira	tem	3 filhos livres	tem	Maria Garcia Leal	1 da família é livre
119.	Manoel	preta	62	viúvo	lavoura	incapaz	-----	tem	Maria Garcia Leal	-----
120.	Antonio	preta	62	solteiro	lavoura	incapaz	-----	tem	Maria Garcia Leal	-----
121.	Marcos	preta	29	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Maria Garcia Leal	-----
122.	Paulo	preta	22	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Maria Garcia Leal	-----
123.	Luiza	preta	42	solteiro	cozinheira	capaz	-----	tem	Maria Garcia Leal	-----
124.	Anna	preta	18	solteiro	cozinheira	capaz	-----	tem	Maria Garcia Leal	-----

125.	Inocência	preta	10	solteiro	fiandeira	capaz	----- 2 filhos livres	tem	Maria Garcia Leal	-----
126.	Maria	preta	20	solteira	fiandeira	tem		tem	Maria Garcia Leal e outros	-----
127.	Francisca	preta	23	solteira	cozinheira	tem	-----	tem	Maria Jesuína de Santos Ge	-----
128.	Theodora	parda	14	solteira	fiandeira	capaz	-----	tem	Messias Pinto de Oliveira	-----
129.	Manoel	preta	36	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Nicesio Ferreira de Mello	-----
130.	Firmiano	preta	30	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Nicesio Ferreira de Mello	-----
131.	Maria	preta	31	casada	cozinheira	tem	cinco	não	Quintino Garcia Leal	2 da família são livres
132.	Joana	parda	32	solteira	fiandeira	tem	-----	tem	Ricardo Barbosa Sandoval	-----
133.	Graciana	preta	10	solteira	fiandeira	tem	-----	tem	Ricardo Barbosa Sandoval	-----
134.	Manoel	parda	14	solteiro	lavoura	capaz	-----	tem	Sebastiana - Orphão de Joaquim Bernardo	-----
135.	Antonia	preta	14	solteira	cozinheira	capaz	-----		Sebastiana - Orphão de Joaquim Bernardo	-----
136.	Hermenegildo	preta	41	casado	lavoura	capaz	-----	tem	Senhorinha Francisca de Jesus	-----
137.	Jacintha	preta	36	casada	cozinheira	capaz	-----	tem	Senhorinha Francisca de Jesus	-----
138.	Maria	preta	20	solteira	fiandeira	capaz	-----	tem	Senhorinha Francisca de Jesus	-----
139.	Eufrásia	parda	36	casada	cozinheira	não	seis	não	Senhorinha Francisca de Jesus e outros	2 da família são livres
140.	Matheus	preta	38	casado	lavoura	tem	seis	não	Senhorinha Francisca de Jesus e outros	2 da família são livres
141.	Maria	preta	39	solteira	cozinheira	tem	cinco	tem	Silvério Antonio Costa	1 da família é livre
142.	Pedro	preta	27	solteiro	lavoura	tem	-----	tem	Viúva de Marçal G. Roiz	-----

Anexo 63

Livro de Notas de nº 02; ano 1865 – Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba.

Lançamento de um papel de permutação de liberdade, passado pelo padre Francisco de Sales Sousa Fleury a sua escrava Joaquina como abaixo se declara.

Saibam quantos o presente instrumento de lançamento de documentos e papéis de liberdade virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco, aos dezoito dias do mês de dezembro do dito ano, nesta vila de Sant'Anna do Paranaíba, em casa de meu escritório compareceu Joaquina liberta do reverendo padre Francisco de Sales de Sousa, pessoas conhecidas pelas próprias de mim, tabelião, aí por ela, com e digo, Joaquina me foi entregue um papel e pediu-me que em razão de meu ofício, o lançasse em Notas, cujo papel aceitei para o dito fim, e passando a fazer a leitura do mesmo, vi que é feito e assinado pelo dito reverendo, o qual é do teor seguinte: Digo eu o padre Francisco de Sales Sousa Fleury, abaixo assinado, que tendo libertado a minha escrava Joaquina, em data de trinta e um de dezembro de mil oitocentos e cinqüenta e oito, com a condição somente de não vencer jornais no caso que quisesse ficar permanecendo em minha companhia, em compensação do sustento e vestuário para si e para seus filhos libertos e menores de Vicência para baixo até o ultimo de nome Marcelo; mas considerando melhor, e tendo em atenção os bons serviços que em todo o tempo me tem prestado, e fiel companhia que tem feito, hei por bem estipular-lhe dessa data de trinta e um de dezembro de mil oitocentos e cinqüenta e oito, por diante, o salário de oitenta mil reis anuais que lhe serão pagos no valor da chácara e casas de minha residência nesta vila, cujo terreno se circunscreve entre os dois vales que se divide com Aroeira, o Ovalto do pastinho, além do laranjal em linha até o córrego, reservando-me o uso fruto em quanto eu viver, ou durante a minha residência neste lugar; e no caso que eu faleça ou me transporte antes que o salário dito preencha o valor da chácara e casas, é muito de minha livre vontade, e em remuneração de seus bons serviços, fazer-lhe doação do que faltar para preenchimento do valor em que for louvada a dita chácara que de hoje em diante lhe fica pertencendo com jus ad-rem, e verificando-se os ditos dois casos, com jus en-re, pelo domínio e senhorio. E para constar passo o presente que assigno. Sant'Anna, assinado padre Francisco de Sales Sousa. Estava o selo número um réis duzentos e duzentos réis pagou de selo. O coletor Dias, nada mais continha em o dito papel que bem e fielmente o copiei, o conferi e achei conforme e a ele me reporto e do fé. E em fé de verdade assino. Eu Justiniano Augusto de Sales Fleury. Tabelião interino que escrevi e assinei.

Custo grátis.